



RELATÓRIO ESPECÍFICO SOBRE
A
CARATERIZAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

ANO LETIVO 2012/2013



Índice

Índice de Quadros	2
Índice de Gráficos	3
Índice de Ilustrações	3
Índice de Anexos	4
Siglas e Acrónimos	5
Glossário.....	6
SÍNTESE CONCLUSIVA	12
PROPOSTAS DE MELHORIA	29
1 INTRODUÇÃO	30
1.1. Fundamentos e Objetivos.....	30
1.2. Metodologia e Fontes de Informação	31
1.3. Condicionantes.....	33
1.4. Contributos das Entidades.....	33
2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	35
3 RESULTADOS DA RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS	39
3.1. Rede do Ensino Superior	39
3.2. Oferta Educativa e Formativa: suas modalidades, inscritos e diplomados	43
3.2.1. Ciclos de Estudos conferentes de Grau Académico (CEGA)	51
3.2.2. Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	57
3.3. Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior Público	62
3.4. Retenção, Desistência e Abandono do Ensino Superior.....	69
3.5. Empregabilidade.....	73
3.6. Recursos Humanos	82
3.6.1. Pessoal Docente	82
3.6.2. Pessoal não Docente.....	88
3.7. Metas da União Europeia - Estratégia Europa 2020	90
4 DECISÃO	91
5 APOIO BIBLIOGRÁFICO, <i>SITES</i> CONSULTADOS E LEGISLAÇÃO RELEVANTE	92
6 FICHA TÉCNICA	95
7 ANEXOS	96
8 CONTRIBUTOS RECEBIDOS DAS ENTIDADES NO ÂMBITO DO CONTRADITÓRIO	



Índice de Quadros

Quadro 1 - Sistema binário, suas instituições de ensino superior e graus conferidos (RJIES)	39
Quadro 2 - Rede de Instituições do Ensino Superior (2012/13)	40
Quadro 3 - Oferta formativa e inscritos no ES (2012/13)	46
Quadro 4 - Diplomados no Ensino Superior (2012/13)	49
Quadro 5 - Número de Estabelecimentos de ensino, Cursos e Inscritos em CEGA (2012/13)	51
Quadro 6 - Grau académico-CEGA no Ensino Público (2012/13).....	53
Quadro 7 - Inscritos CEGA no Ensino Público (2012/13) - TOP IES 10+	54
Quadro 8 - Inscritos CEGA no Ensino Público (2012/13) - TOP 10+ Cursos (pelo par estabelecimento/curso).....	54
Quadro 9 - Diplomados em CEGA (2010/11 - 2012/13).....	55
Quadro 10 - Diplomados em CEGA no Ensino Público (2012/13) - TOP IES 10+	56
Quadro 11 - Diplomados em CEGA no Ensino Público (2012/13) - TOP 10+ Cursos (pelo par estabelecimento/curso)	57
Quadro 12 - Número de Estabelecimentos, Cursos e Inscritos em CET (2012/13).....	57
Quadro 13 - Inscritos CET no Ensino Público (2012/13) - TOP IES 10+	59
Quadro 14 - Inscritos em CET no Ensino Público (2012/13) - TOP 10+ Cursos (pelo par estabelecimento/curso) ..	60
Quadro 15 - Diplomados em CET (2010/11 - 2012/13).....	60
Quadro 16 - Diplomados em CET no Ensino Público (2012/13) - TOP IES 10+	61
Quadro 17 - Diplomados em CET no ES Público (2012/13) - TOP 10+ Cursos (pelo par estabelecimento/curso) ..	62
Quadro 18 - CNA: Evolução trienal (2011 a 2013).....	64
Quadro 19 - Preferências dos estudantes na 1.ª fase CNA (2011 a 2014)	64
Quadro 20 - Índices de satisfação da procura em 1.ª opção e de ocupação - Por áreas de estudo CNAEF (2012) ..	66
Quadro 21 - Índices de satisfação da procura em 1.ª opção e de ocupação - Por IES (2012)	66
Quadro 22 - Desempregados registados nos centros de emprego - 2012	74
Quadro 23 - Desempregados registados com habilitação superior e par estabelecimento/curso válido	75
Quadro 24 - Evolução dos desempregados (2008 a 2015) e diplomados (2007/08 a 2013/14) no ES (dez 2011 a 2015).....	77
Quadro 25 - Desempregados registados com habilitação superior concluída entre 2009 e 2012 e par estabelecimento/curso válido e diplomados nos anos letivos 2008/09 a 2011/12	78
Quadro 26 - Taxa de desemprego por subsistema e tipo de ensino (31/12/2015)	80
Quadro 27 - Docentes por Subsistema/Tipo de ensino e Habilitação académica	83
Quadro 28 - Docentes no Ensino Superior Público, por categoria profissional	84
Quadro 29 - Docentes no Ensino Superior, por NUTS II.....	85
Quadro 30 - Docentes no Ensino Superior Público, por NUTS II	86
Quadro 31 - Relação média entre o número de docentes e o número de alunos inscritos, por NUTS	86
Quadro 32 - Relação média entre o número de docentes e o número de alunos inscritos, relativamente ao Ensino Superior Público, por NUTS	86
Quadro 33 - Dados referentes ao pessoal não docente das IES	89



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Legislação de base na reforma do ensino superior	35
Gráfico 2 - Estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal (2012/13)	42
Gráfico 3 - Inscritos por subsistema/ tipo de ensino (2012/13)	46
Gráfico 4 - Evolução do número de inscritos (2011/12 - 2013/14)	47
Gráfico 5 - Inscritos no Ensino Superior (2011/12-2013/14)	47
Gráfico 6 - Inscritos por nível de formação (2012/13)	48
Gráfico 7 - Inscritos por CNAEF - Grandes Grupos (2011/12 - 2013/14)	48
Gráfico 8 - Diplomados por subsistema/tipo de ensino (2012/13)	49
Gráfico 9 - Evolução do número de diplomados (2010/11 - 2012/13)	49
Gráfico 10 - Diplomados por CNAEF-Grandes Grupos (2010/11 - 2012/13)	49
Gráfico 11 - Diplomados por nível de formação (2012/13)	50
Gráfico 12- Inscritos CEGA no Ensino Público (2011/12 - 2013/14)	52
Gráfico 13- Inscritos CEGA no Ensino Público - CNAEF - Grandes Grupos (2011/12 a 2013/14)	52
Gráfico 14- Inscritos CEGA por grau académico - Ensino Público (2012/13).....	53
Gráfico 15 - Diplomados em CEGA no Ensino Público - Grandes grupos CNAEF (2010/11 - 2012/13)	55
Gráfico 16 - Diplomados CEGA no Ensino Público por grau académico (2012/13)	56
Gráfico 17 - Inscritos CET no Ensino Público (2011/12 - 2013/14)	58
Gráfico 18 - Inscritos CET no Ensino Público -CNAEF - Grandes Grupos (2011/12 a 2013/14)	58
Gráfico 19 - Diplomados em CET no Ensino Público - Grandes Grupos CNAEF (2010/11 - 2012/13).....	60
Gráfico 20 - Concurso Nacional de Acesso ao ES (2011 a 2013)	64
Gráfico 21 - Representação das IESP por tipo de informação remetida	70
Gráfico 22 - Evolução dos desempregados registados nos Centros de Emprego (2008 - 2015)	75
Gráfico 23 - Desempregados diplomados por grandes grupos CNAEF (Continente - dezembro 2012)	76
Gráfico 24 - Desempregados diplomados segundo a situação de procura de emprego e tempo de inscrição (Continente - dezembro 2012)	76
Gráfico 25 - Taxa de desemprego no Ensino Superior - Grandes Grupos CNAEF (31/12/2012)	79
Gráfico 26 - Evolução do número de Docentes por Subsistema/Tipo de ensino (2011/12 - 2013/14).....	83
Gráfico 27 - Distribuição de docentes (%), por subsistema de ensino e habilitação académica (2012/2013)	84
Gráfico 28 - Comparação da distribuição de docentes do Ensino Superior Público, por habilitação académica, nos 3 anos letivos	84
Gráfico 29 - Comparação do número de Docentes de Nacionalidade portuguesa com Docentes de nacionalidade estrangeira por Subsistema e Tipo de ensino, nos 3 anos letivos	87
Gráfico 30 - Docentes por subsistema e tipo de ensino e grupo etário (2012/13)	87
Gráfico 31 - Representação gráfica da evolução do pessoal não docente	89
Gráfico 32 - Evolução da taxa de adultos (%) entre os 30-34 anos que completaram o ES ou equivalente.....	90

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Diplomados CEGA	37
Ilustração 2 - Ensino Público Universitário (2012/13)	40
Ilustração 3 - Ensino Público Politécnico (2012/13)	40
Ilustração 4 - Instituições de Ensino Superior Público	41
Ilustração 5 - Organograma do Sistema de Ensino Superior Português de acordo com os princípios de Bolonha ..	44
Ilustração 6 - Inscritos CEGA no Ensino Público - NUTS II (2012/13).....	53
Ilustração 7 - Diplomados CEGA no Ensino Público por NUTS II (2012/13)	56



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Ilustração 8 - Inscritos CET no Ensino Público - NUTS II (2012/13).....	59
Ilustração 9 - Diplomados em CET no Ensino Público por NUTS II (2012/13).....	61
Ilustração 10 - Distribuição dos docentes do Ensino Superior, por NUTS II.....	85

Índice de Anexos

I - Inquéritos realizados por entidades oficiais.....	96
II - Formas de Acesso ao Ensino Superior Público.....	97
III - Instituições de Ensino Superior (2012/13).....	98
IV - Estabelecimentos de ensino superior, segundo as NUTS I e II, por subsistema e tipo de ensino (2011/12 - 2014/15).....	100
V - Evolução do n.º de pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos pela A3ES.....	100
VI - Alunos inscritos no Ensino Superior.....	101
VII - Número de Cursos e de Inscritos no Ensino Superior Público (ano letivo 2012/13).....	102
VIII - Diplomados no Ensino Superior (2010/11 - 2012/13).....	103
IX - Alunos inscritos em CEGA no Ensino Superior.....	104
X - Inscritos em CEGA no Ensino Superior Público por CNAEF (2011/12 - 2013/14).....	105
XI - Inscritos em CEGA no Ensino Superior Público - TOP IES 10+.....	105
XII - Alunos inscritos em CET no Ensino Superior.....	106
XIII - Inscritos em CET no Ensino Superior Público por CNAEF (2011/12 - 2013/14).....	107
XIV - Inscritos em CET no Ensino Superior Público - TOP IES 10+.....	107
XV - Indicadores utilizados no CNA 2014.....	108
XVI - CNA por CNAEF (2011 a 2015).....	109
XVII - CNA 2012 por Áreas de estudo CNAEF.....	110
XVIII - CNA por IES (2011 a 2015).....	111
XIX - CNA 2012 por IES - Índice de satisfação da procura em 1.ª opção - TOP 10+.....	112
XX - CNA 2012 por curso - Índice de satisfação da procura em 1.ª opção - TOP 10+.....	113
XXI - CNA 2012 por curso - Índice de ocupação - TOP 10+.....	114
XXII - CNA 2012 - Cursos com menos de 20 alunos matriculados.....	115
XXIII - CNA 2012 - Cursos (pelo par estabelecimento/curso) com vagas disponíveis e sem matrículas.....	122
XXIV - CNA 2012 - Cursos lecionados por diferentes estabelecimentos no mesmo distrito e concelho.....	123
XXV - Modelo de questionário enviado às IES (sobre a Retenção, desistência e abandono do Ensino Superior).....	125
XXVI - Instituições de Ensino Superior (IES) a quem foram remetidos os questionários.....	127
XXVII - IES agrupadas por tipo de informação remetida.....	127
XXVIII - Principais conclusões dos estudos realizados pelas IES referentes ao abandono e desistência.....	128
XXIX - Principais notas extraídas da análise aos estudos remetidos pelas IES.....	131
XXX - Indicadores das IES (retenção, desistência do curso, da IES e abandono).....	132
XXXI - Evolução da taxa de desemprego no Ensino Superior.....	135
XXXII - Taxa de desemprego registado por estabelecimento de ensino a 31/12/2012 - TOP (Ensino Público).....	135
XXXIII - Taxa de desemprego registado por IES a 31/12/2015 - TOP (Ensino Público).....	136
XXXIV - Taxa nula de desemprego registado por IES a 31/12/2015 - Ensino Público.....	136
XXXV - Taxa de desemprego registado por Curso a 31/12/2015 - TOP (Ensino Público).....	137
XXXVI - Destaque de conclusões e recomendações de Estudos promovidos pela A3ES.....	137
XXXVII - Docentes (ETI) por Subsistema/Tipo de ensino e Habilitação académica (2012/13 e 2013/14).....	142



Siglas e Acrónimos

Siglas/ Acrónimos	Descrição
A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
CCES	Conselho Coordenador do Ensino Superior
CCISP	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
CEGA	Ciclos de Estudos conferentes de Grau Académico
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
CNA	Concurso Nacional de Acesso
CNAEF	Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRUP	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
CTSP ou TeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
DGEEC	Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DL	Decreto-Lei
ECTS	<i>European Credit Transfer System</i> - Sistema Europeu de Transferência de Créditos
EQF	<i>European Qualifications Framework</i> – Quadro Europeu de Qualificações
ES	Ensino Superior
ESSM	Escola do Serviço de Saúde Militar
ETI	Equivalente a Tempo Integral
EUA	<i>European University Association</i>
EUROSTAT	Gabinete de Estatística da União Europeia
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
IES	Instituições de Ensino Superior
IESP	Instituições de Ensino Superior Público
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
INDEZ	Inquérito realizado às IES, relativamente ao pessoal docente e não docente
INE	Instituto Nacional de Estatística
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação e da Ciência
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
RAIDES	Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior
REBIDES	Inquérito ao Registo Biográfico de docentes do Ensino Superior
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
UE	União Europeia
UL	Universidade de Lisboa
UO	Unidade Orgânica
UTL	Universidade Técnica de Lisboa



Glossário

	Descrição	Fonte
Acreditação de Instituições de Ensino Superior (Acreditação Institucional)	Procedimento pelo qual um organismo, competente para a acreditação de instituições de uma dada natureza e tipo, verifica e reconhece, formalmente, que uma determinada instituição reúne as condições de organização e apresenta os padrões de qualidade de desempenho exigidos para essa acreditação.	Glossário da A3ES
Acreditação de um Ciclo de Estudos	Procedimento pelo qual um organismo, competente para a avaliação e acreditação do ensino superior, verifica e reconhece, formalmente, que um determinado ciclo de estudos, conducente à atribuição de um grau académico (licenciado, mestre, doutor), satisfaz os requisitos exigidos para a sua criação e funcionamento.	Glossário da A3ES
Acreditação Preliminar	Procedimento pelo qual, no âmbito do sistema de avaliação e acreditação do ensino superior, se procede à acreditação de ciclos de estudos em funcionamento à data de entrada em atividade (2009) da Agência responsável pela acreditação (A3ES). Esta acreditação vigorará até que tenha lugar a sua reapreciação no âmbito do processo periódico regular de avaliação e acreditação de ciclos de estudos.	Regulamento nº 504/2009 da A3ES
Acreditação Prévia	Procedimento pelo qual, no âmbito do sistema de avaliação e acreditação do ensino superior, se procede à acreditação de novos ciclos de estudos previamente à sua entrada em funcionamento nas instituições de ensino superior.	Regulamento nº 504/2009 da A3ES
Ano letivo	Período de tempo compreendido entre o início e o fim das atividades letivas que no ensino superior deverá corresponder a um período entre 36 e 40 semanas.	DGEEC - Publicação "Estatísticas da Educação"
Áreas de Estudo de CNAEF	Áreas do 2.º nível da grelha de classificação previstas na Portaria n.º 256/2005 de 16 de março. <i>Ver Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)</i>	Portaria n.º 256/2005
Avaliação	Processo de análise sistemática e crítica com vista à emissão de juízos e recomendações sobre a qualidade de uma instituição de ensino superior ou de um ciclo de estudos.	Glossário da A3ES
Ciclo de estudos conducente ao grau de doutor	Terceiro ciclo de estudos, cujo grau de doutor é conferido no ensino universitário, que integra: <i>a) A elaboração de uma tese original especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade;</i> <i>b) A eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, cujo conjunto se denomina curso de doutoramento, sempre que as respetivas normas regulamentares o prevejam.</i>	DL nº 74/2006 (art. 31.º)
Ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado	Primeiro ciclo de estudos, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares denominado curso de licenciatura, que compreende: no ensino politécnico - 180 créditos e uma duração normal de 6 semestres curriculares de trabalho dos alunos e, no ensino universitário - entre 180 a 240 créditos e uma duração normal entre seis e oito semestres curriculares de trabalho dos alunos.	DL nº 74/2006 (art. 8.º a 10.º)
Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre	Segundo ciclo de estudos, que compreende 90 a 120 créditos e uma duração normal entre 3 e 4 semestres curriculares de trabalho dos alunos e integra: <i>a) Um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, denominado curso de mestrado, a que corresponde um mínimo de 50% do total dos créditos do ciclo de estudos;</i> <i>b) Uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de projeto, originais e especialmente realizados para esse fim, ou um estágio de natureza profissional objeto de relatório final, consoante os objetivos específicos visados, nos termos que sejam fixados pelas normas regulamentares, a que corresponde um mínimo de 30 créditos.</i> Existem exceções previstas em diploma legal.	DL nº 74/2006 (art. 18.º e 20.º)
Ciclo de estudos em funcionamento	Ciclo de estudos que, num dado momento, se encontra acreditado e registado de acordo com a lei então em vigor.	Glossário da A3ES
Ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre	No ensino universitário, o grau de mestre pode igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado que compreende 300 a 360 créditos e uma duração normal entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho, nos casos em que, para o acesso ao exercício de uma determinada atividade profissional, essa duração: <i>a) seja fixada por normas legais da União Europeia;</i> <i>b) resulte de uma prática estável e consolidada na União Europeia.</i> Confere, igualmente, o grau de licenciado aos que tenham realizado os 180 créditos correspondentes aos primeiros 6 semestres curriculares de trabalho, mas deve ser adotada <i>uma denominação que não se confunda com a do grau de mestre.</i> O acesso e ingresso neste ciclo de estudos integrado regem-se pelas normas aplicáveis ao 1.º ciclo de estudos.	DL nº 74/2006 (art. 19.º)



	Descrição	Fonte
Ciclos de estudos de formação inicial	Correspondem aos ciclos de estudos de licenciatura e os preparatórios de ciclos de estudos de licenciatura e aos ciclos de estudos integrados de mestrado e os preparatórios de ciclos de estudos integrados de mestrado.	Despachos anuais do SEES ⁽¹⁾
Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)	<p>Corresponde à grelha de classificação desenvolvida em conjunto pelo EUROSTAT e CEDEFOP- <i>Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional</i>. O Conselho Superior de Estatística adotou a CNAEF com vista à sua utilização, para fins estatísticos e com carácter vinculativo, pelas entidades produtoras de estatísticas no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.</p> <p>A adotar na recolha e tratamento de dados sobre a formação profissional, nomeadamente no âmbito do Fundo Social Europeu, nos inquéritos e estudos e na identificação da oferta formativa, a CNAEF estrutura-se em três níveis hierárquicos: 1.º grandes grupos, 2.º áreas de estudo e 3.º áreas de educação e formação.</p>	Portaria n.º 256/2005
Condições de acesso	Condições gerais que devem ser satisfeitas para requerer a admissão a um ciclo de estudos de ensino superior.	DL n.º 74/2006 (art. 3.º)
Condições de ingresso	Condições específicas que devem ser satisfeitas para requerer admissão a um ciclo de estudos concreto num determinado estabelecimento de ensino.	DL n.º 74/2006 (art. 3.º)
Crédito	Unidade de medida do trabalho do estudante sob todas as suas formas, designadamente sessões de ensino de natureza coletiva, sessões de orientação pessoal de tipo tutorial, estágios, projetos, trabalhos no terreno, estudo e avaliação, nos termos do DL n.º 42/2005, de 22 de fevereiro.	DL n.º 74/2006 (art. 3.º)
Curso	Conjunto organizado de unidades curriculares incluído, ou não, num ciclo de estudos conducentes à obtenção de um grau académico	Glossário da A3ES
Curso de doutoramento	Conjunto organizado de unidades curriculares, dirigidas à formação para a investigação, que faz parte de um ciclo de estudos conducente ao grau de doutor. <i>Ver Ciclo de estudos conducente ao grau de doutor.</i>	DL n.º 74/2006 (art. 31.º)
Curso de licenciatura	Conjunto organizado de unidades curriculares que constitui o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado. <i>Ver Ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado.</i>	DL n.º 74/2006 (art. 10.º)
Curso de mestrado	Curso de especialidade, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares (a que corresponde a um mínimo de 50% do total dos créditos do ciclo) que faz parte de um ciclo de estudos conducente ao grau de mestre. <i>Ver Ciclo de estudos conducente ao grau de mestre.</i>	DL n.º 74/2006 (art. 20.º)
Cursos de Especialização tecnológica (CET)	<p>Consistem numa formação técnica de alto nível e resulta da conjugação de uma formação secundária, geral ou profissional com uma formação técnica pós-secundária. Esta qualificação que inclui conhecimentos e capacidades que pertencem ao nível superior, não exige em geral, o domínio dos fundamentos científicos das diferentes áreas em causa.</p> <p>O seu plano de formação desenvolve-se em três componentes: formação geral e científica, tecnológica e em contexto de trabalho.</p> <p>A sua conclusão é certificada através da atribuição de um diploma de especialização tecnológica que permite o prosseguimento de estudos, possibilitando a candidatura ao ensino superior, através dos concursos especiais de acesso.</p>	DL n.º 88/2006 (art. 4.º, 10.º, entre outros) Site DGES
Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTSP, ou TesP)	<p>Estes cursos atenderão às necessidades da economia e das regiões em que serão ministrados, e poderão igualmente atrair novos públicos para o ensino superior, não só jovens como adultos, e, em particular, jovens provindos do ensino secundário profissional. Têm uma componente de formação geral e científica, de formação técnica e de formação em contexto de trabalho, que se concretiza através de um estágio.</p> <p>Substituirão progressivamente os CET, beneficiando da capacidade de formação existente nas instituições que ministram ensino superior politécnico ao nível da licenciatura e do mestrado.</p> <p>A oferta dos CET, que têm a natureza de cursos pós-secundários não superiores, manter-se-á no âmbito das instituições de ensino e de formação profissional não superiores, respondendo a necessidades do mercado de trabalho distintas daquelas a que se visa prover através dos CTSP.</p>	DL n.º 43/2014 (preâmbulo)
Descritores de qualificação	Descritores que estabelecem os resultados de aprendizagem correspondentes às qualificações de ensino superior em determinados níveis (normalmente associados à atribuição de um grau), que integram o Quadro Nacional de Qualificações, e demonstram a	Portaria n.º 782/2009



	Descrição	Fonte
	<p>natureza das diferenças entre esses níveis. Para cada nível de qualificação são definidos os conhecimentos, aptidões e atitudes expeáveis conferirem.</p> <p>A primeira parte de um descritor de qualificação (que interessa particularmente a quem concebe, aprova ou avalia programas académicos) é uma declaração relativa aos resultados que os estudantes deverão ser capazes de demonstrar ter alcançado, como condição para a atribuição da qualificação. A segunda parte (com particular interesse para os empregadores) é uma declaração sobre as aptidões mais amplas que um estudante típico deverá ter desenvolvido.</p> <p><i>Ver Quadro Nacional de Qualificações e Níveis de Qualificação.</i></p>	Glossário da A3ES
Duração normal de um ciclo de estudos	Número de anos, semestres e/ou trimestres letivos em que o ciclo de estudos deve ser realizado pelo estudante, quando a tempo inteiro e em regime presencial.	DL nº 74/2006 (Art. 3.º)
Duração normal de um curso	Número de anos, semestres e/ou trimestres letivos em que o curso deve ser realizado pelo estudante, quando a tempo inteiro e em regime presencial	DL nº 42/2005
Equivalente a Tempo Integral (ETI)	<p><i>(Full-time equivalent)</i></p> <p>Percentagem de tempo integral que o docente dedica à atividade docente. Todos os docentes cuja percentagem do regime parcial é igual ou superior a 90% são consideradas pela DGEEC como "full-time" (100%).</p>	DGEEC (Rebides 14 e 15)
Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES)	<p>Lançado em 12 de março de 2010, no décimo aniversário da implementação do Projeto de Bolonha, durante a Conferência Ministerial Budapeste-Viena.</p> <p>Estabelecido por um conjunto de 47 países europeus que decidiram harmonizar os diferentes sistemas de ensino superior nacionais, de forma a serem compatíveis, comparáveis e coerentes entre si, centrando-se os objetivos para a década seguinte na sua consolidação.</p>	<p>http://www.ehea.info/</p> <p>http://eur-lex.europa.eu/</p> <p>http://www.ond.vlaanderen.be</p>
Estabelecimento de ensino superior ⁽³⁾	<p>Local ou instalação legalmente autorizado para nele ser ministrado o ensino superior. O RJIES reserva a utilização <i>dos termos</i> "(...) «universidade», «faculdade», «instituto superior», «instituto universitário», «instituto politécnico», «escola superior» (...)" para denominações dos estabelecimentos de ensino superior.</p> <p>Para efeitos do presente Relatório/Estudo considera-se que uma instituição de ensino superior (IES) ou uma Unidade Orgânica (UO) são estabelecimentos de ensino superior. No primeiro caso, em sentido lato e no segundo em sentido estrito.</p> <p><i>Ver Instituições de Ensino Superior</i></p>	Glossário da A3ES Lei nº 62/2007 (art. 10.º)
Estabelecimentos de ensino superior privados	<p>Podem ser criados por entidades que revistam a forma jurídica</p> <ol style="list-style-type: none">1) de fundação, associação ou cooperativa constituídas especificamente para esse efeito, bem como por entidades de natureza cultural e social sem fins lucrativos que incluam o ensino superior entre os seus fins;2) de sociedade por quotas ou de sociedade anónima constituídas especificamente para esse efeito, desde que obedeçam a requisitos constantes das alíneas a) e b) do n.º 2 do art. 32.º. <p>Estão sujeitos a um procedimento de Reconhecimento de Interesse Público (RIP) pelo Ministro da Tutela, para poderem funcionar e atribuir graus académicos. O RIP é realizado através de decreto-lei, sendo os estatutos do estabelecimento de ensino registados através de portaria do ministro da tutela.</p>	Lei nº 62/2007 (arts. 32.º; 33.º e 35.º)
Grandes Grupos de CNAEF	<i>Ver Áreas de Estudo de CNAEF e Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)</i>	
Graus Académicos	Graus previstos e conferidos pelas instituições de ensino superior, no âmbito do sistema de ensino superior. No ensino politécnico, são conferidos os graus de licenciado e de mestre. No ensino universitário, são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor.	DL n.º 74/2006
Índice de satisfação da procura	<p>Rácio entre os candidatos que indicaram um dado par estabelecimento/curso como 1.ª opção e o número de vagas iniciais.</p> <p>Para o referido apuramento, considera-se:</p> <p>Preferências em 1.ª opção: candidatos que colocaram um par estabelecimento/curso como primeira preferência (num total de até seis).</p> <p>Vagas iniciais: são as aprovadas pela Tutela para o concurso de acesso, em determinado ano letivo, em cada par estabelecimento/curso.</p>	Adaptada (tendo por referência a informação no site da DGES)
Índice de ocupação	Rácio entre os colocados e matriculados no final do concurso nacional de acesso ao ensino superior (após a 3.ª fase) e as vagas inicialmente fixadas.	DGES (CNA 2014)



	Descrição	Fonte
Inquérito ao emprego	Realizado pelo INE, por amostragem e que disponibiliza resultados trimestrais e anuais, cobrindo todo o território nacional, com o objetivo de caracterizar o mercado de trabalho em Portugal, nomeadamente o comportamento do emprego e do desemprego.	Instituto Nacional de Estatística (INE)
Instituições de ensino politécnico	Instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental. As instituições de ensino politécnico compreendem os institutos politécnicos e outras instituições de ensino politécnico.	Lei nº 62/2007 (arts.5.º e 7.º)
Instituições de ensino superior	Organizações que desenvolvem a sua atividade no domínio do ensino superior, de acordo com o enquadramento legal respetivo. <i>Ver Rede de instituições do ensino superior; Estabelecimentos de ensino superior; Instituições de ensino politécnico; Instituições de ensino universitário.</i>	Glossário A3ES
Instituições de ensino superior públicas	São criadas por decreto-lei, obedecendo ao ordenamento nacional da rede do ensino superior público e tendo em consideração a sua necessidade e sustentabilidade. <i>Ver Rede de instituições do Ensino Superior e Instituições de ensino politécnico e Instituições de ensino universitário.</i>	Lei nº 62/2007 (art. 31.º)
Instituições de ensino universitário	Instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental. As instituições de ensino universitário compreendem as universidades, os institutos universitários e outras instituições de ensino universitário.	Lei nº 62/2007 (arts.5.º e 6.º)
Licenciatura	Ver Curso de licenciatura e Ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado	
Licenciatura de mestrado integrado	Terminologia adotada (no inquérito RAIDES) para diferenciar da licenciatura conferida no âmbito do 1.º ciclo de estudos. Ver Ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre	
Mestrado	Ver curso de mestrado e ciclo de estudos conducente ao grau de mestre	
Mestrado integrado	Ver ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre	
Níveis de qualificação	Níveis (8) em que se estrutura o Quadro Nacional de Qualificações, definidos por um conjunto de descritores que especificam os respetivos resultados de aprendizagem. Por exemplo: Nível 5 – CET; nível 6 – 1.º ciclo de estudos; nível 7 – 2.º ciclo de estudos; nível 8 – 3.º ciclo de estudos). Ver Quadro Nacional de Qualificações e Descritores de Qualificação	Portaria n.º 782/2009
NUTS	Nomenclatura de Unidade Territorial Estatística de Portugal reporta-se a sub-regiões que dividem o território português em três níveis - NUTS I, NUTS II e NUTS III: NUTS I - Portugal Continental; Região Autónoma dos Açores; Região Autónoma da Madeira. NUTS II - Portugal Continental: Norte; Centro; Lisboa; Alentejo; Algarve; Região Autónoma dos Açores; Região Autónoma da Madeira. NUTS III – Norte: Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Douro, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho Lima, Tâmega; Centro: Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Médio Tejo, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Serra da Estrela; Lisboa: Grande Lisboa, Península de Setúbal; Alentejo: Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Lezíria do Tejo; Algarve; Região Autónoma dos Açores; Região Autónoma da Madeira.	DL n.º 46/89
Par estabelecimento/curso	Combinação de um ciclo de estudos num determinado Estabelecimento de Ensino Superior.	DGES (<i>site</i>)
Pedido de acreditação	Pedido a apresentar pelas instituições de ensino superior, tendo em vista: a) a acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento à data do início de atividade da A3ES (<i>pedido de acreditação preliminar de ciclos de estudos em funcionamento (PAPCEF)- ver Acreditação preliminar</i>). b) a acreditação de novos ciclos de estudos tendo em vista a acreditação prévia (<i>pedido de acreditação prévia de novos ciclos de estudos (PAPNCE) – ver Acreditação prévia</i>).	Glossário A3ES



	Descrição	Fonte
Plano de estudos de um curso	Conjunto organizado de unidades curriculares em que um estudante deve ser aprovado para: (i) obter um determinado grau académico; (ii) concluir um curso não conferente de grau; (iii) reunir uma parte das condições para obtenção de um determinado grau académico.	DL n.º 74/2006
Processo de Bolonha	Formalmente, teve início em maio de 1998, com a declaração de Sorbonne, e oficialmente com a Declaração de Bolonha em Junho de 1999, o qual visa concretizar um harmonizado Espaço Europeu de Ensino Superior , onde seja possível a um estudante obter um diploma europeu reconhecido em qualquer universidade de qualquer Estado-membro. O Processo de Bolonha tem-se desenvolvido através de programas de trabalho, orientados com base em conferências ministeriais bianuais. Carateriza-se por: uma organização do ensino superior em três ciclos; diferenciação de objetivos entre os subsistemas politécnico e universitário; definição dos objetivos de cada um dos ciclos de estudos na perspetiva das competências a adquirir; organização dos cursos com base no sistema europeu de transferência e acumulação de créditos.	DGES (<i>site</i>) DL n.º 74/2006
Quadro Europeu de Qualificações - EQF	Quadro de referência comum com o objetivo de funcionar como dispositivo de tradução entre sistemas de qualificação distintos e respetivos níveis, no que respeita quer à educação em geral e ao ensino superior, quer à educação e formação profissionais. O Quadro Europeu de Qualificações pretende contribuir para aumentar a transparência e portabilidade das qualificações dos cidadãos obtidas nos diferentes países, dentro do princípio de que cada nível de qualificação deverá poder ser obtido através de diferentes itinerários de educação e de carreira.	Glossário A3ES ⁽²⁾
Quadro Nacional de Qualificações (QNQ)	Abrange vários níveis de ensino, incluindo o ensino superior e define a estrutura de níveis de qualificação, incluindo requisitos de acesso e a habilitação escolar/académica a que corresponde, tendo em conta o quadro europeu de qualificações (EQF), com vista a permitir a comparação dos níveis de qualificação dos diferentes sistemas dos Estados membros. Para o efeito são adotados os princípios do quadro europeu de qualificações (EQF) no que diz respeito à descrição das qualificações nacionais em termos de resultados de aprendizagem, de acordo com os descritores associados a cada nível de qualificação. É composto por 8 níveis e cada nível é caracterizado por descritores de nível, formulados em termos de resultados de aprendizagem. Ver Descritores de Qualificação e Níveis de Qualificação	DL n.º 396/2007 (art. 5.º n.º 1); Portaria n.º 782/2009
Rede de instituições do Ensino Superior	Conjunto de instituições que integram o Ensino Superior em Portugal. A rede de ensino superior público é constituída por universidades, institutos universitários, institutos politécnicos e escolas universitárias ou politécnicas não integradas, incluindo a Universidade Aberta e as instituições de Ensino Superior Militar e Policial. A rede de ensino privado é composta por “estabelecimentos” pertencentes a entidades particulares e cooperativas, nela se incluindo o ensino concordatário, representado pela Universidade Católica.	Adaptada (tendo por referência a informação no <i>site da DGES e legislação</i>)
Retenção	Grau de permanência dos estudantes numa instituição de ensino superior e a sua trajetória no sentido de concluir o programa de estudos dentro de um determinado horizonte temporal.	CE/EACEA/Eurydice, Relatório Eurydice (2014)
Sistema de Ensino Superior	<i>Compreende:</i> a) <i>Ensino superior público, “composto pelas instituições pertencentes ao Estado e pelas Fundações por ele instituídas, nos termos da presente lei”;</i> b) <i>Ensino superior privado, “composto pelas instituições pertencentes a entidades particulares e cooperativas”.</i>	Lei n.º 62/2007 (n.º 1 do art. 4.º)
Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS)	Do inglês, <i>European Credit Transfer System</i> , foi desenvolvido pela Comissão Europeia como forma de reconhecimento académico dos estudos efetuados noutros países. Este sistema permite uma avaliação e comparação dos conhecimentos adquiridos e a sua transparência de uma instituição para outra. Os valores de ECTS indicam o volume de trabalho do estudante. Baseia-se no princípio que 60 créditos medem a carga de trabalho em tempo integral ao longo de um ano académico para um estudante típico; normalmente, 30 créditos correspondem a um semestre e 20 a um trimestre, correspondendo 1 crédito a cerca de 30 horas de trabalho. A carga de trabalho de um programa de estudo integral na Europa atinge na maior parte dos casos 1500-1800 horas anuais por ano letivo e nesses casos um crédito equivale a 25-30 horas de trabalho.	DGES (<i>site</i>)



	Descrição	Fonte
Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)	<p>Não existindo ainda uma noção consolidada de SNQ, pode, no entanto, o mesmo definir-se como o conjunto de instituições, estruturas e instrumentos existentes num Estado-Membro da União Europeia e que intervêm na própria qualificação, ou no reconhecimento dos conhecimentos, aptidões e competências adquiridos pelos cidadãos. Inclui, também, as estruturas e os processos institucionais relativos à avaliação e garantia da qualidade.</p> <p>O SNQ é, assim, composto por diversos subsistemas e pode incluir um quadro nacional de qualificações.</p> <p>Pode, portanto, dizer-se que, em Portugal, o Sistema Nacional de Qualificações inclui as seguintes estruturas: os estabelecimentos de ensino básico, secundário e superior; os centros de formação profissional; os pólos de excelência e outras entidades formativas certificadas; a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior; a Agência Nacional para a Qualificação; o Conselho Nacional de Formação Profissional; e os Centros Novas Oportunidades. São instrumentos do SNQ: o Quadro Nacional de Qualificações, o Catálogo Nacional de Qualificações e a Caderneta Individual de Competências.</p>	Glossário A3ES ⁽²⁾
Subsistema de ensino	Corresponde ao Ensino Público ou Ensino Privado.	
Suplemento ao diploma	<p>Documento bilingue, complementar do diploma, conferido no final de um programa de estudos e em que consta a descrição do sistema de ensino superior do país de origem do diploma, caracterizando a instituição que ministrou o ensino e que conferiu o diploma, a formação realizada e o seu objetivo, providenciando, igualmente, informação detalhada sobre a formação realizada e os resultados obtidos.</p> <p>Tem natureza informativa não substituindo o diploma e não constitui prova de titularidade da habilitação a que se refere. É emitido obrigatoriamente e de forma gratuita sempre que um diploma é outorgado.</p>	DL n.º 42/2005; Portaria n.º 30/2008, de 10 de janeiro (regulamenta o art.º 39.º do DL n.º 42/2005)
Tipo de ensino	Corresponde ao Ensino Universitário ou Ensino Politécnico.	
Unidade curricular	Unidade de ensino com objetivos de formação próprios, que é objeto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final.	DL n.º 42/2005; DL n.º 74/2006 (art. 3.º)
Unidades orgânicas	<p>Unidades autónomas com órgãos e pessoal próprios, designadamente:</p> <p>a) unidades de ensino ou de ensino e investigação (nas universidades, designadas de faculdades ou institutos superiores e, nos institutos politécnicos designadas de escolas superiores ou institutos superiores);</p> <p>b) unidades de investigação, designadas de centros, laboratórios, institutos;</p> <p>c) bibliotecas, museus e outras.</p> <p>Para efeitos do presente relatório/estudo, uma vez que os dados analisados são maioritariamente do inquérito RAIDES, promovido pela DGEEC, adota-se o conceito de unidade orgânica aí definido, ou seja o da <i>alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do RJIES</i>.</p>	Lei n.º 62/2007 (art. 13.º)
Vagas adicionais	Vagas que, nos termos do Regulamento do CNA de 2012, poderão ser adicionadas às vagas iniciais, nomeadamente, quando decorrentes de situações de empate (n.º 5, art. 38.º), de reclamações com provimento (n.º 1, art. 58.º), de vagas sobranes dos concursos especiais de acesso (al. b), n.º 4, art. 43.º) e as fixadas nos termos do art. 59.º.	DGES

Notas:

⁽¹⁾ Despachos anuais do SEES-Secretário de Estado do Ensino Superior a estabelecer orientações para fixação de vagas pelas Instituições de Ensino Superior.

⁽²⁾ Com base na seguinte informação: *Parlamento Europeu: Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2008, relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida.*

⁽³⁾ A A3ES refere que é uma designação que a lei adota frequentemente, nem sempre com o mesmo sentido, nem com a necessária precisão conceptual, opinião que partilhámos.

■ O Glossário da A3Es foi obtido no site da A3ES (última consulta em 25/02/2016).



SÍNTESE CONCLUSIVA

Principais Fundamentos e Objetivos do Relatório

1. O Departamento de Auditoria V, no ano 2013, iniciou a elaboração de um estudo, cujo relatório agora se apresenta, sobre o Ensino Superior Público, Politécnico e Universitário, tendo como referência o ano letivo 2012/13, com o objetivo de **caracterizar** os seguintes aspetos:
 - ⇒ Rede do Ensino Superior;
 - ⇒ Modalidades de oferta educativa/formativa;
 - ⇒ Retenção e desistência;
 - ⇒ Abandono do ensino superior;
 - ⇒ Diplomados;
 - ⇒ Empregabilidade dos diplomados;
 - ⇒ Cursos de Especialização Tecnológica (CET);
 - ⇒ Recursos humanos (pessoal docente e não docente).
2. O fundamento deste trabalho foi o da recolha e análise de dados relativos ao ensino superior público, cujos resultados se apresentam neste relatório e que **sistemizam num único documento** a realidade do Ensino Superior Público (ESP) em Portugal, tendo-se procedido a uma abordagem do ensino privado sempre que se revelou necessário.
3. Este relatório/estudo é, também, um primeiro passo para, oportunamente, o Tribunal desenvolver, de entre outras, auditorias de “*value for money*” que possibilitem estudos comparados entre as instituições de ensino superior e progressivamente continuar a recompilar e atualizar a informação estatística e financeira por forma a saber se, por exemplo, foi ou não alcançado o objetivo fixado na *Estratégia Europa 2020 - alcançar até 2020*, uma taxa de **pelo menos 40% dos adultos** portugueses, **entre os 30-34 anos**, que tenham **completado o ensino superior**, ou equivalente - o qual visa reduzir o défice de qualificações de nível superior face aos restantes parceiros europeus.
4. O alargamento do âmbito temporal será efetuado, sempre que possível, até ao ano letivo 2015/16, de modo a poder apresentar-se informação mais atualizada.

Colaboração e condicionantes à realização dos trabalhos

5. O desenvolvimento dos trabalhos **envolveu as seguintes entidades**:



6. Às Instituições de Ensino Superior Público (IESP) foram remetidos questionários sobre a desistência, retenção e abandono dos estudantes, tendo relativamente às demais entidades sido enviados ofícios a solicitar informações sobre as temáticas objeto do estudo, tendo-se ainda procedido à consulta e recolha de dados das suas páginas oficiais na internet.



7. Assinalam-se, no entanto, **condicionantes** ao desenvolvimento deste relatório, designadamente:
 - a. Informação divergente e dispersa nos *sites* da DGES e DGEEC;
 - b. Desfasamento temporal no tratamento dos dados estatísticos e na sua disponibilização;
 - c. Dispersão de conceitos;
 - d. Ausência de uniformização de critérios entre as várias IESP sobre os temas da retenção, desistência e abandono, impossibilitando a comparabilidade entre indicadores;
 - e. Falta de clarificação dos conceitos de empregabilidade e de desemprego, bem como da definição de um indicador de empregabilidade realista.

Impacto do Relatório

8. Após vários pedidos de esclarecimentos e da solicitação de dados mais atualizados por parte deste Tribunal, regista-se o impacto que provocou a elaboração deste estudo, assistindo-se a um **esforço assinalável das entidades envolvidas** na melhoria da estrutura da informação publicada, entretanto, nos seus sítios da internet e do acréscimo de qualidade da informação que recentemente (desde junho/2016) foi sendo publicitada.
9. Em anexo, juntam-se as observações das entidades que, convidadas a pronunciarem-se, entenderam remeter um conjunto de comentários que permitiram corrigir, melhorar e completar este relatório/estudo e que podem revelar-se de grande importância e ser tidas em consideração pelas IES e organismos do Ministério da tutela.
10. Salienta-se que o CRUP, na sua resposta, realçou a constituição do Conselho Coordenador para o Ensino Superior (CCES) que reuniu pela primeira vez em julho de 2015.

Principais conclusões do Relatório

Rede do Ensino Superior

- No ano letivo de 2012/13, a rede do ensino superior era constituída por **132 instituições**, incluindo Regiões Autónomas, **das quais 40 eram do ensino superior público**:

Tipo	Subsistema		Total
	Público ^{a)}	Privado	
Universitário	20 ^{a)}	37	57 43%
Politécnico	20	55	75 57%
Total	40	92	132
	30%	70%	

Fonte: DGES (dados a 22/01/2013)

^{a)} Inclui 5 instituições do ensino militar e policial.

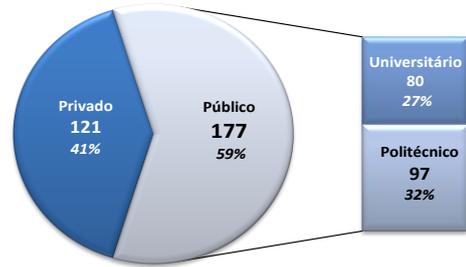
- Para esse ano letivo, os dados da DGES não são congruentes com os da DGEEC, nos seus *websites*, não constando desse modo, no quadro supra, a **Escola do Serviço de Saúde Militar**. Por outro lado, a DGEEC não considerou o IESM.



Rita Cruz

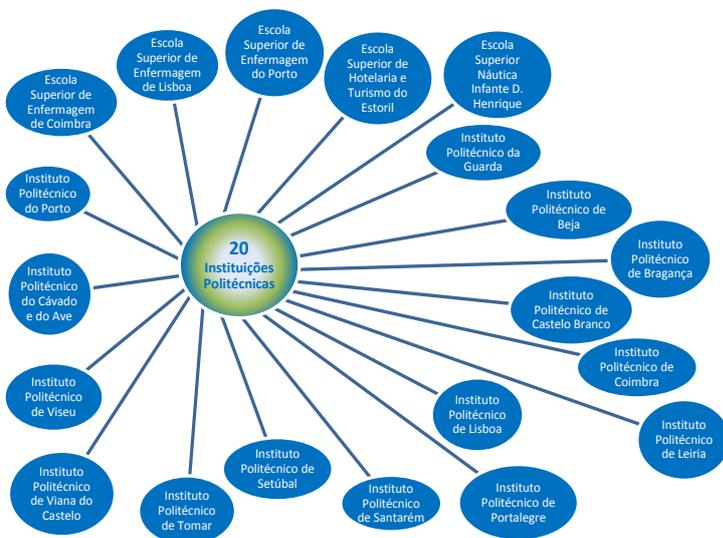
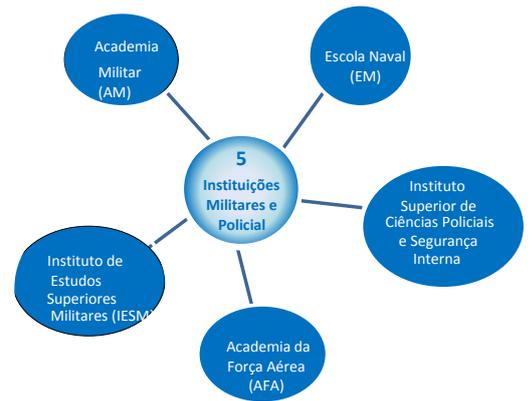
Tribunal de Contas

- Ao nível dos **estabelecimentos** de ensino superior, existiam **298** no continente e regiões autónomas, dos quais **177 eram do ensino público** (59%), destacando-se neste subsistema de ensino o politécnico com 97 estabelecimentos (32%).



Fonte: Dados da DGEEC ("Estatísticas da Educação 2012/13")

- Os estabelecimentos de ensino concentravam-se mais nas regiões de **Lisboa, Norte e Centro** (81%).
- Entre os anos letivos de 2011/12 e 2014/15, observou-se uma **diminuição** do número de **estabelecimentos de ensino** em Portugal (de 300 para 293), bem como do número de **IES** (de 40 para 39).
- No ano letivo **2015/16** (dados da DGES, em **junho de 2016**), os **estabelecimentos** de ensino **ascenderam a 295**, mantendo-se o mesmo número de **IES (39)**:





Oferta Educativa e Formativa: suas modalidades, inscritos e diplomados

Visão global

Ciclos de estudos

- A oferta educativa e formativa encontra-se organizada do seguinte modo:
 - ✦ Ciclos de estudos **conferentes de grau académico**: 1.º ciclo - licenciado; 2.º ciclo - mestre; 3.º ciclo - doutor. Existe ainda o ciclo de estudos integrado, conducente aos graus de licenciado e de mestre, denominados “*curso de licenciatura de mestrado integrado*” e “*curso de mestrado integrado*”, respetivamente;
 - ✦ **Cursos não conferentes de grau**, tais como cursos pós-secundários não superior, designados CET, cursos de formação pós-graduada, entre outros e, desde 2014, os CTSP ou TeSP.
- Os dados que seguidamente se apresentam tiveram por base os resultados dos inquéritos RAIDES, promovidos pela DGEEC.



Inscritos

- No ano letivo **2012/13**, destacam-se os seguintes números:

Descrição	Ensino Superior	Ensino Superior Público
Cursos (par estabelecimento/curso)	5.170	4.010
Alunos inscritos	378.453	309.901
Alunos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez	111.909	93.577

- Do total de inscritos no ensino superior, 82% pertenciam ao ensino público e 65% ao universitário.
- O **número de alunos diminuiu** no ensino público e no privado, 2% e 14% respetivamente, comparativamente com o ano letivo anterior.
- Entre 2011/12 e 2013/14, o **número de inscritos** no ensino superior registou um **decréscimo** anual, o mesmo ocorrendo considerando os inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, apresentando estes sobre o total de inscritos, naquele período, um peso de 30% em média.
- Quanto ao nível de formação, o **maior número de inscritos** no ES, em 2012/13, observa-se em **licenciaturas** (61%).



Rita Cruz

Tribunal de Contas

- Ao nível dos grandes grupos de Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF), o **maior número de inscritos** no ensino superior ocorreu em:

Ciências Sociais, Comércio e Direito	Engenharia, Ind. Transf. e Construção	Saúde e Proteção Social
31,1%	22,3%	15,4%

- No ano letivo **2015/16**, verificam-se, igualmente, estes grupos CNAEF, bem como o nível de formação (licenciatura).
- Apresentam-se, ainda, os seguintes dados (ano letivo **2015/16**):

Descrição	Ensino Superior	Ensino Superior Público
Cursos (par estabelecimento/curso)	6.992	5.779
Alunos inscritos	358.193	299.539
Alunos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez	112.701	93.801

- Comparando o ano letivo de 2012/13 com o de 2015/16, no **Ensino Superior** houve um **aumento de 35%** em **curso**s pelo par estabelecimento/curso, uma **diminuição de 5%** do número de **inscritos** e um **aumento de 1%** no **n.º de inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez**.
- Estas tendências são observáveis igualmente no **Ensino Superior Público**.

Diplomados

- Em 2012/13, os diplomados no ES ascenderam a **98.481**, dos quais 81% pertenciam ao ensino público e 68% ao ensino universitário.
- De 2011/12 para 2012/13, observou-se um **crescimento de 1%** nos diplomados no ES (mais 596 alunos), influenciado por:
 - um **crescimento de 4%** em diplomas concedidos no ensino público (predominantemente no universitário) e,
 - um **decréscimo de 12%** no ensino privado.
- Ao nível dos grandes grupos de **CNAEF**, o **maior número de diplomados** no ensino superior observa-se (ano letivo 2012/13):



Ciências Sociais, Comércio e Direito	Engenharia, Ind. Transf. e Construção	Saúde e Proteção Social
31,0%	19,0%	17,0%



- O maior número de **diplomas emitidos** foi em **licenciaturas** (52%).
- No ano letivo **2014/15**, verificou-se, igualmente, que estes grupos CNAEF, bem como o nível de formação (licenciatura), apresentaram o maior número de diplomados.
- Nesse ano letivo, diplomaram-se **94.537** alunos no **ensino superior**, pertencendo **78.439** ao **ensino superior público**.
- **Comparando o ano letivo de 2012/13 com o de 2014/15**, no **Ensino Superior** houve uma **diminuição de 4%** no número de **diplomados**.

Ciclos de Estudos conferentes de Grau Académico (CEGA)

Inscritos

- No ano letivo de 2012/13, foram lecionados em 298 estabelecimentos de ensino superior, **4.729 cursos** (pelo par estabelecimento/curso) representando estes 92% do universo dos cursos existentes (5.170 com e sem grau académico).
- No ensino superior inscreveram-se 368.209 alunos, destacando-se:
 - por subsistema, o ensino público (82%; 301.241)
 - por tipo, o ensino universitário (53%; 244.080).
- Registou-se uma **diminuição de inscrições** (-5%), relativamente ao **ano letivo anterior**, tendo no ensino privado ocorrido a maior quebra (-14%).
- De igual modo, no período compreendido entre 2011/12 a 2013/14, ocorreu uma **diminuição** de 7% no número de inscritos.
- Relativamente ao **Ensino Superior Público**, observa-se o seguinte em cada ano letivo:

	2012/13	2015/16
⇒ N.º de estabelecimentos	177	176
⇒ N.º de cursos	3.658 [77% do total do ES (5170)]	5234 [83% do total do ES (6.992)]
⇒ N.º de alunos inscritos	301.241 [o ensino universitário representava 65% (195.396)]	289.054 [o ensino universitário representava 65% (189.317)]
⇒ Alunos inscritos no 1.º ano, 1.ª vez	87.246 [29% sobre o total de inscritos]	86.143 [30% sobre o total de inscritos]
⇒ N.º de inscritos em licenciaturas	61%	59%

- ⇒ Ao nível dos grandes grupos de **CNAEF**, o **maior número de inscritos** verifica-se, em ambos os anos letivos:

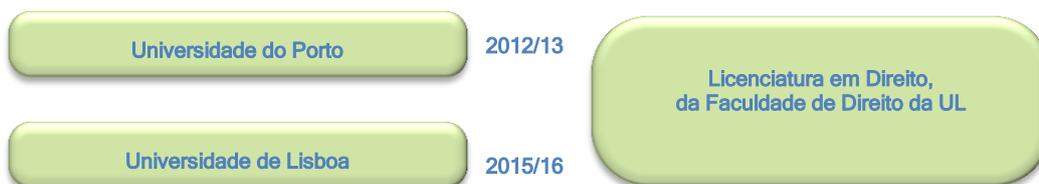
Ciências Sociais, Comércio e Direito	Engenharia, Ind. Transf. e Construção	Saúde e Proteção Social
28,6% 2012/13	25,4% 2012/13	14,3% 2012/13
28,8% 2015/16	24,4% 2015/16	15,0% 2015/16



⇒ O maior número de inscritos ocorreu, em ambos os anos letivos, nas regiões de (NUTS II):



⇒ IES e curso (pelo par estabelecimento/curso) com maior número de inscritos:

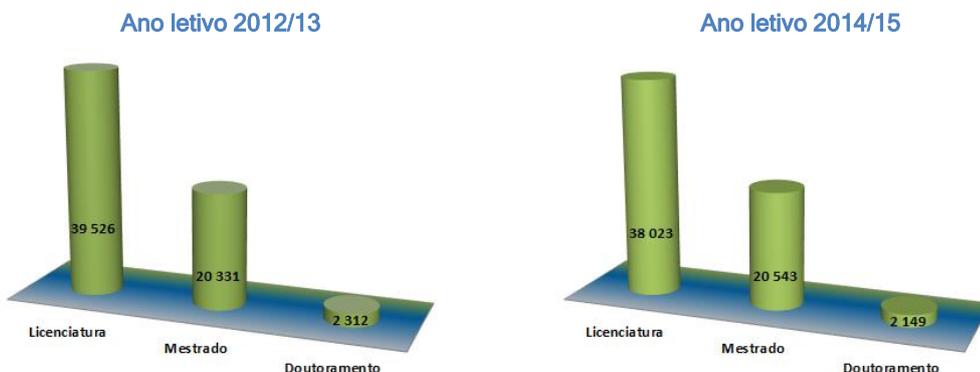


Diplomados

- No ano letivo 2012/13, os diplomados em CEGA ascenderam a **78.947**, dos quais 79% (62.169) no ensino público, sendo, neste subsistema, o **ensino universitário** o que atribuiu o maior número de diplomas (67%).
- De 2010/11 para 2012/13, houve uma **diminuição de 3%** de diplomados, influenciado pelo ensino privado (-19%).
- No **ensino superior público**, observou-se o seguinte, nos anos letivos 2012/13 e 2014/15:



⇒ Dos graus académicos obtidos observa-se que predominam as **licenciaturas**:





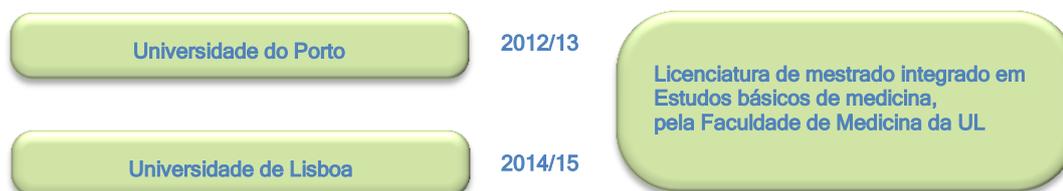
⇒ O maior **número de diplomas emitidos** ocorreu, em ambos os anos letivos, nas regiões de:



⇒ Ao nível dos grandes grupos de **CNAEF**, o **maior número de diplomados**, em ambos os anos letivos, verifica-se em:



⇒ **IES e curso** (pelo par estabelecimento/curso) com **maior número de diplomados**, em cada ano letivo:



Cursos de Especialização Tecnológica (CET)

Inscritos

- No ano letivo 2012/13, os CET foram ministrados em 65 estabelecimentos de Ensino Superior (17 do ensino universitário e 48 do ensino politécnico, público e privado) que lecionaram **288 cursos**, representando estes 5,6% do universo dos cursos existentes no ensino superior (5.170).
- No ensino superior inscreveram-se **7.453 alunos**, destacando-se:
 - por subsistema, o ensino público (83%; 6.191);
 - por tipo, o ensino politécnico (80%; 6.006).
- Registou-se um **aumento de inscritos** (6%), relativamente ao **ano letivo anterior**.
- No triénio 2011/12 para 2013/14, verifica-se também um **aumento** (25%) no número de inscritos.



- Relativamente ao **Ensino Superior Público**, observa-se o seguinte em cada ano letivo:

	2012/13	2015/16
⇒ N.º de estabelecimentos	48	33
⇒ N.º de cursos	221 [77% do total dos CET (288)]	132 [82% do total dos CET (161)]
⇒ N.º de alunos inscritos	6.191 [o ensino politécnico representava 95%]	1.655 [o ensino politécnico representava 99,7%]
⇒ Alunos inscritos no 1.º ano, 1.ª vez	4.510	0 ¹

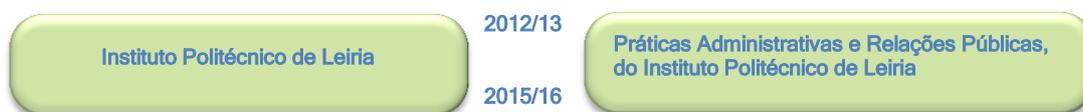
- ⇒ O **maior número de inscritos** ocorreu nas regiões de:



- ⇒ Ao nível dos grandes grupos de **CNAEF**, o **maior número de inscritos** verifica-se, em ambos os anos letivos:



- ⇒ **IES e curso** (pelo par estabelecimento/curso) com **maior número de inscritos**:



- ⇒ Em 2014 foram criados os **cursos técnicos superiores profissionais (CTSP ou TeSP)**, a funcionar no ano letivo 2014/15, encontrando-se previsto que a partir 2015/16 não serão admitidos novos alunos em CET, **devendo estes cessar até 31 de dezembro de 2016**.
- ⇒ Em setembro de 2016 existiam **594 TeSP**, sendo **425 ministrados no ensino público**.

¹ Conforme decorre do DL n.º 43/2014, de 18/03 (art. 42.º, n.º 3), deixaram de ser admitidos novos alunos em CET, ministrados por IES a partir do ano letivo 2015/16. Neste ano letivo, existiam 5.131 alunos inscritos em TeSP, todos no ensino Politécnico.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Diplomados

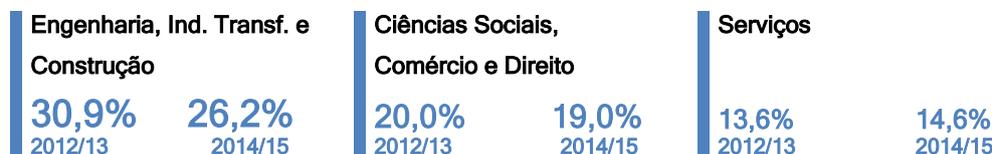
- No ano letivo 2012/13, os diplomados em CET ascenderam a **3.614**, dos quais 3.027 (84%) no ensino público sendo, neste subsistema, o ensino politécnico o que diplomou o maior número de alunos (81%).
- De 2010/11 para 2012/13, houve um **aumento de 25%** de diplomados, influenciado pelo ensino público (34%).
- No **Ensino Superior Público**, observou-se o seguinte:



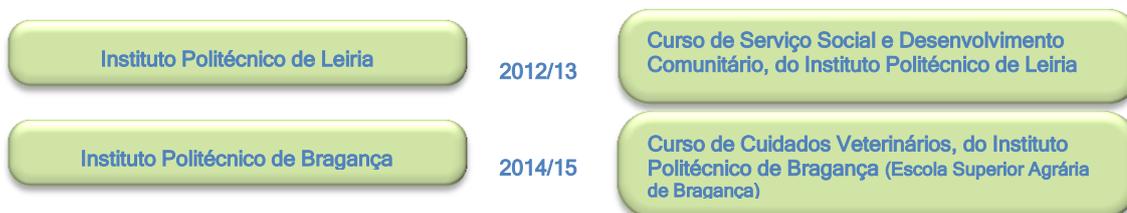
⇒ O maior número de diplomados ocorreu nas regiões de:



⇒ Ao nível dos grandes grupos de **CNAEF**, o maior número de diplomados, verifica-se em:



⇒ **IES e curso** (pelo par estabelecimento/curso) com maior número de diplomados, em cada ano letivo:



Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior Público

- No acesso ao ESP, o Concurso Nacional de Acesso (CNA) - regime geral - é o mais representativo, existindo ainda outras formas de ingresso, nomeadamente os concursos especiais e os regimes especiais. Os dados analisados e disponíveis pela DGES integram apenas os cursos de formação inicial (licenciaturas e mestrados integrados) e não incluem os da Universidade Aberta e das Instituições de Ensino Militar e Policial.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

- No Concurso Nacional de Acesso (CNA) 2012, registou-se um **decréscimo**, relativamente ao ano anterior, em:
 - vagas disponíveis na 1.ª fase (52.298) em 2%;
 - candidatos em 1.ª opção, na 1ª fase do concurso de acesso (45.093) em 3%;
 - estudantes matriculados (43.495 após as 3 fases) em 5%.
- As **vagas não utilizadas na 1.ª fase** do concurso **aumentaram 3%**, relativamente a 2011.
- De 2011 a 2014, a **maioria dos candidatos** à 1.ª fase do CNA **foi colocada na sua 1.ª opção**, como se observa:

Ano	2011	2012	2013	2014
% de colocados em 1.ª opção	58%	54%	60%	54%

- Analisando a relação entre a oferta e a procura, no ano letivo 2012/13, constatou-se que a **maior procura potencial**² e a **maior procura efetiva**³ são as seguintes:



- Desde 2014 a DGES tem publicado no seu *site* informação agregada, mais completa sobre o CNA, constando os **últimos dados disponíveis de 2015** em <http://www.dges.mctes.pt/estatisticasacesso/2015/>

² Índice de satisfação da procura em 1.ª opção superior a 1, isto é o número de candidaturas em 1.ª opção na 1.ª fase é superior ao número de vagas iniciais.

³ Índice de ocupação superior a 1, isto é, o número de matrículas é superior ao número de vagas iniciais.



Rita Cruz

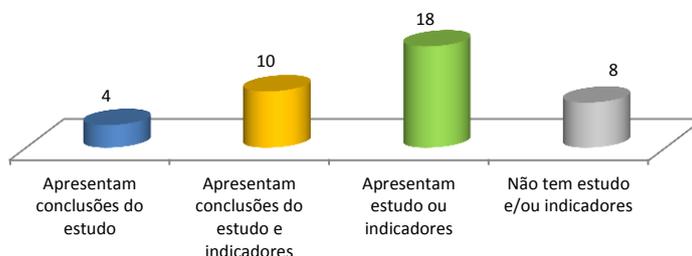
Tribunal de Contas

(janeiro de 2016), integrando, inclusive, conceitos e dados relativos a oferta formativa, candidatos e preferências, colocados e matriculados, bem como indicadores.

- No âmbito do CNA 2012, observou-se ainda o seguinte:
 - ⇒ Existência de **326 pares estabelecimento/curso**, com **menos de 20 alunos inscritos**, incluindo casos de apenas um aluno inscrito num determinado curso, abrangendo 2.252 alunos matriculados, os quais representam 5% do universo de 43.945;
 - ⇒ Existência de **46 pares estabelecimento/curso** com **vagas disponíveis na 1.ª fase**, (1.251) sem que tenha existido qualquer matrícula;
 - ⇒ Existência de cursos, com o mesmo código, lecionados no mesmo distrito em mais do que uma IES, distando entre si 6 a 55 km, decorrendo esta observação da leitura direta dos dados.
- Ao longo dos anos, **o CNE tem vindo a** tomar uma posição no sentido de **alertar para a necessidade de reestruturar a rede** ao nível das instituições e dos cursos, através da emissão de pareceres e recomendações.
- A **tutela**, desde 2013 (ano letivo 2013/14), através de despachos orientadores anuais para fixação das vagas pelas IES, tem vindo a contemplar medidas que tendem a minorar as situações acima descritas.

Retenção, Desistência e Abandono do Ensino Superior

- Perante a **inexistência de dados oficiais** relativos à retenção, desistência e abandono do Ensino Superior, procedeu-se à **recolha da respetiva informação**, tendo em 2014 sido **enviados questionários a 40 instituições** de ensino superior público.
- Questionaram-se as IES no sentido de apurar se possuíam dados, indicadores e/ou estudos sobre a retenção, abandono e desistência (quer no curso, quer na IES), quais as conclusões que retiraram, bem como os fatores que originaram essas situações.
- Das respostas obtidas observou-se que:



- Nos referidos questionários, foi ainda solicitado às IES que indicassem as principais conclusões e remetessem os indicadores, **tendo 4 delas anexado os estudos efetuados**.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

- Constatou-se ainda que os indicadores apresentados **não se encontram**, contudo, **uniformizados, impossibilitando**, assim, **a sua comparabilidade**, limitação essa também referida pelo CRUP (em março de 2013).

- Quanto aos **resultados obtidos** através do inquérito remetido às IES, conclui-se que as principais **causas de abandono e desistência** consistem essencialmente em:

- ✦ fatores económicos,
 - ✦ dificuldade em conciliar a vida académica com a vida profissional
 - ✦ dificuldade de adaptação,
 - ✦ inexistência de vocação,
 - ✦ insucesso académico e
 - ✦ desinteresse face ao curso.

- O **CRUP**, naquela data, sobre a mesma temática:

- ⇒ indicou as **razões** de base **do abandono**, destacando a **insuficiência económica** do aluno que poderá ser contornada com apoio social, através de bolsas de estudo,
- ⇒ concluiu **pela necessidade de serem definidos indicadores a utilizar por todas as IES**, de modo a permitir determinar com rigor o número de abandonos e desistências em cada ano letivo.

- De acordo com os dados publicados pela DGEEC, a evolução da **taxa de abandono** (em licenciaturas - 1.º ciclo) do ano letivo de 2012/13 para 2014/15 **apresenta um decréscimo**, sendo:

Ensino Superior Público		Ensino Superior Privado	
12,2%	2012/13	16,3%	2012/13
9,8%	2014/15	13,5%	2014/15

- Relativamente aos indicadores de retenção, as IES apenas remeteram as fórmulas que utilizam, não tendo enviado, contudo, as respetivas conclusões.

Empregabilidade

- Entre **2008 e 2013**, observou-se um **crescimento** anual do registo de **desempregados com habilitação superior** e de **2013 para 2015**, um **decrécimo**.

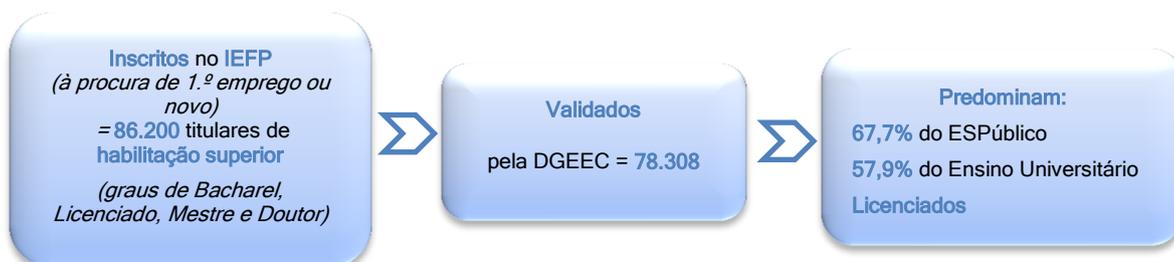


- Cabe, porém, **ressaltar que os dados disponibilizados** pela DGEEC correspondem apenas aos registos no IEFP dos desempregados diplomados inscritos no Centro de Emprego, **não sendo representativos do universo devendo, pois, ser interpretados com a necessária prudência**.



- Com as devidas reservas, no presente relatório/estudo apresentam-se **3 óticas de abordagem**, de acordo com os dados da DGEEC (*website*), extraindo-se as seguintes conclusões:

- Caracterização de desempregados com habilitação superior (registados nos centros de emprego do IEFP, do Continente) **validados** pela DGEEC (dados a **31/12/2012**):



Dos dados reportados a 31/12/2015, observa-se que existiam 70.266 titulares de habilitação superior inscritos no IEFP, dos quais 67.337 foram validados pela DGEEC, correspondendo 45.081 ao ensino público e 21.446 ao privado.

- Evolução do número de desempregados com habilitação superior (registados no IEFP, do Continente) e do número de diplomados (dados reportados a 31/12 de 2011 a 2015):

- O maior número diplomados que procuram emprego (1.º emprego ou novo), concluíram o seu curso em **anos recentes**;
- No subsistema **de ensino público**, o número de **inscritos** nos **centros de emprego** apresenta um **crescimento** anual, que acompanha o dos diplomados, com exceção de 2008/09 para 2009/10.

- Relação entre número de desempregados com habilitação superior concluída entre 2009 e 2012 (registados no IEFP, no Continente e validados pela DGEEC - **30.327**) relacionando-o com o número de diplomados (**190.534**) nos anos letivos 2008/09 a 2010/11 (dados a 31/12/2012):

- Ao nível dos grandes grupos de **CNAEF**, a **maior taxa de desemprego**, verifica-se em:



- Ao nível dos **estabelecimentos de ensino público**, resulta o seguinte:

- **Maior taxa de desemprego:** Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Humanas e Sociais (60%);

- **Menor taxa de desemprego:** Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas (0,5%)



- Ao nível de **curso** (par estabelecimento/curso), verificam-se desempregados com habilitação superior, **sem que exista informação do número de diplomados**, o que **poderá desvirtuar as conclusões**.
- Em junho de **2016**, foram publicados no portal InfoCursos, dados reportados a **31/12/2015**⁴ destacando-se, no ensino público, que o montante global dos **diplomados** em licenciaturas e mestrados integrados em 911 cursos (pelo par estabelecimento/curso, considerando os que contêm dados sobre desemprego), ascende a **163.792** e o número de **diplomados desempregados** a **13.827**, resultando numa **taxa de desemprego de 8,4%**.
- No portal, observa-se ainda no **ensino público**, a **31/12/2015**, o seguinte:
 - ⇒ Existência de 27 pares estabelecimento/curso com **taxa de desemprego nula**, destacando-se os cursos de mestrado integrado de medicina, lecionados em 6 IES, os quais apresentam o maior número de diplomados;
 - ⇒ **Não constam** como disponíveis os dados por **CNAEF**;
 - ⇒ As **IESP que apresentam uma maior e menor taxa de desemprego** de diplomados entre 2010/11 e 2013/14, registados nos centros de emprego, são: a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (14,4%) e a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (1,1%), respetivamente;
 - ⇒ Ao nível dos cursos (pelo par estabelecimento/curso) em licenciatura e mestrado integrado, os que apresentam uma **maior e menor taxa de desemprego são**: a licenciatura em “Teatro e Artes Performativas”, pela Escola de Ciências Humanas e Sociais da UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (30,2%) e, o mestrado integrado em Medicina, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (0,1%), respetivamente.

Recursos Humanos

Pessoal Docente

- No ano letivo 2012/13, lecionavam, no Ensino Superior, **35 482 docentes**, sendo 25 528 no subsistema público e 9 954 no privado, verificando-se uma **tendência decrescente** ao longo dos últimos 3 anos letivos (mais sentida, contudo, no setor privado).
- Quanto às habilitações académicas, há **um aumento de docentes universitários com grau de doutorado**.
- Por outro lado, também se regista um **envelhecimento da população docente**, com um aumento do número de docentes com idade superior a 60 anos e a diminuição de docentes com idade inferior a 30.

⁴ Apenas para licenciaturas e mestrados integrados, não incluindo o ensino militar e policial.



- Em termos de **rácio** do número de alunos inscritos e o número de docentes constata-se que, **em média**, existe **para cada docente**:

Ensino Superior

11 alunos

Ensino Superior Público

12 alunos



- No ano letivo **2015/16**, os docentes no ensino superior ascenderam a 32.580, destacando-se 25.142 (77%) no ensino público. De 2011/12 para 2014/15 houve uma diminuição anual no número de docentes, apresentando uma ligeira subida de 2014/15 para 2015/16.
- O rácio mantém-se em 11 e 12 alunos para cada docente, respetivamente, no ensino superior e no ensino superior público.

Pessoal não Docente

- Quanto ao pessoal não docente, há a registar uma **tendência decrescente** no seu universo, tendo **diminuído 3,8%** entre 2011 e 2013.

Metas da União Europeia – Estratégia Europa 2020

- Em 2010, o Estado Português comprometeu-se com a União Europeia, através da *Estratégia Europa 2020*, a **alcançar** uma taxa de **pelo menos 40% dos adultos** portugueses, **entre os 30-34 anos**, que tenham completado **o ensino superior**, ou equivalente, **até 2020**.
- Os dados publicados em 2016 revelam que Portugal tende a convergir com essa meta, apresentando **em 2015 uma taxa de 31,9%**, o que significa que nos 5 anos seguintes **tem de recuperar 8,1 pontos percentuais**.
- A par disso**, e em consonância com a preocupação do *Eurostat* em conjunto com a rede *Eurydice*, deverá atender-se à **necessidade** de uma **previsão mais eficiente das necessidades do mercado de trabalho**.



Números oficiais obtidos

DESCRIÇÃO	Fonte	Ano Letivo 2012/13		Total
		Ensino Público	Ensino Privado	
REDE				
IES	DGES ⁽¹⁾	40	92	132
Estabelecimentos de Ensino (IES/Unidades Orgânicas)	DGEEC ⁽²⁾	177	121	298
OFERTA FORMATIVA				
Total		4.010	1.160	5.170
CEGA	DGEEC (RAIDES 12)	3.658	71	4.729
CET		221	67	288
INSCRITOS				
No 1.º ano pela 1.ª vez		93.577	18.332	111.909
Total	DGEEC (RAIDES 12)	309.901	68.552	378.453
CEGA		301.241	66.968	368.209
CET		6.191	1.262	7.453
CONCURSO NACIONAL DE ACESSO 2012				
Vagas		52.298	-	-
Candidatos 1.ª opção	DGES	45.093	-	-
Matriculados		43.945	-	-
DIPLOMADOS				
Total		79.400	19.081	98.481
CEGA	DGEEC ⁽³⁾ (RAIDES 13)	62.169	16.778	78.947
CET		3.027	587	3.614
DESEMPREGADOS				
Total	DGEEC ⁽⁴⁾	-	-	86.200
Com par estabelecimento/curso, válido	(Dados base do IEFP, I.P.)	53.015	25.293	78.308
RECURSOS HUMANOS				
Docente	DGEEC (REBIDES 12)	25.528	9.954	35.482
Não Docente	DGES (INDEZ 2012) ⁽⁴⁾ ⁽⁵⁾	16.376	ND	16.376

Siglas: CEGA - Ciclos de Estudos que conferem Grau Académico (licenciatura, mestrado integrado, mestrado e doutoramento); CET - Curso de Especialização Tecnológica

Legenda:

- ⁽¹⁾ Dados reportados pela DGES a **22/1/2013** (não dispõem por anos letivos), pelo par estabelecimento/curso.
- ⁽²⁾ Publicação "Estatísticas da Educação 2012/13".
- ⁽³⁾ Dados a **31/12/2013**, referentes ao ano letivo 2012/13.
- ⁽⁴⁾ Dados a **31/12/2012**, sem associação ao ano letivo.
- ⁽⁵⁾ Inclui carreira de investigação.



PROPOSTAS DE MELHORIA

Ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1. Atendendo à discrepância de conceitos designadamente em orientações, publicações, glossários ou conteúdos publicados nos *sites* oficiais das entidades que tutela sugere-se que promova a elaboração de um glossário e a sua publicitação, tendo em vista a clarificação e uniformização de diversos conceitos utilizados (cfr. **ponto 1.3**);
2. Quanto à rede do ensino superior verificou-se uma ligeira diminuição do número de estabelecimentos de ensino e também do número de inscritos tendo, contudo, ocorrido um assinalável aumento do número de cursos pelo que se sugere que promova orientações e defina mecanismos que reforcem a racionalização da rede de Instituições de Ensino Superior Público (cfr. **pontos 3.1 e 3.3**);
3. Na sequência do inquérito enviado às IES foram remetidos estudos e indicadores que revelam a ausência de uniformização dos conceitos de retenção, desistência e abandono, impossibilitando a sua comparabilidade, limitação essa também referida pelo CRUP pelo que se sugere que proceda à clarificação de conceitos e à definição de parâmetros para a construção de indicadores comuns a todas as IES (cfr. **ponto 3.4**);
4. Coexistem três fontes de informação para proceder ao cálculo dos indicadores de empregabilidade e/ou de desemprego, partindo de pressupostos diferentes e, por conseguinte, de dados divergentes, do conceito de desemprego adotado pelos organismos INE e IEFP/DGEEC pelo que se sugere que proceda à clarificação de conceitos de *empregabilidade* e de *desemprego*, bem como à definição de indicadores a adotar pelas IES, de modo a obter-se informação homogénea, transparente e comparável a nível nacional e internacional (cfr. **ponto 3.5**).
5. De acordo com dados reportados a 31/12/2015, publicitados no portal InfoCursos, no ensino público o n.º de diplomados em licenciaturas e mestrados integrados em 911 cursos ascende a 163.792 e o número de diplomados desempregados a 13.827, resultando numa taxa de desemprego de 8,4%, sendo que as maiores taxas de desemprego verificam-se nas áreas CNAEF da saúde e proteção social (18,9%), artes e humanidades (18,5%) e serviços (17,9%), pelo que se sugere que promova uma avaliação oportuna das necessidades do mercado de trabalho, de modo a orientar os estudantes nas suas opções, por forma a articularem-se as suas qualificações académicas às oportunidades de emprego, e possibilitar às IES a detenção de dados rigorosos sobre a empregabilidade dos seus diplomados, potenciando eventuais alterações na estrutura da sua oferta curricular (cfr. **pontos 3.5 e 3.7**).

Aos reitores e presidentes das Instituições de Ensino Superior Públicas:

1. Que diligenciem no sentido de se proceder ao levantamento das necessidades da oferta formativa existente, de modo a minimizar, designadamente, a abertura de cursos com reduzida procura (cfr. **ponto 3.3**).
2. Que procedam, caso inexistam, à criação de estruturas de apoio à inserção na vida ativa de recém-diplomados, de modo a, designadamente, potenciar-se uma maior e mais adequada empregabilidade dos seus alunos (cfr. **ponto 3.5**).



1 INTRODUÇÃO

1.1. Fundamentos e Objetivos

No Plano de Fiscalização da 2.^a Secção do Tribunal de Contas (TC) foi prevista a realização de um **relatório/estudo sobre o Ensino Superior Público**, Universitário e Politécnico, no ano letivo de 2012/2013, tendo como objetivo caracterizar os seguintes aspetos:

- Rede do Ensino Superior;
- Modalidades de oferta educativa/formativa;
- Retenção e desistência;
- Abandono do ensino superior;
- Diplomados;
- Empregabilidade dos diplomados;
- Cursos de Especialização Tecnológica (CET);
- Recursos humanos (pessoal docente e não docente).

O fundamento deste trabalho foi o da recolha e análise de dados relativos ao ensino superior público, cujos resultados se apresentam neste relatório e que **sistemizam num único documento** a realidade do Ensino Superior Público (ESP) em Portugal, tendo-se procedido a uma abordagem do ensino privado sempre que se revelou necessário.

Este relatório/estudo é, também, um primeiro passo para, oportunamente, o Tribunal desenvolver, de entre outras, auditorias de *“value for money”* que possibilitem estudos comparados entre as instituições de ensino superior e progressivamente continuar a recompilar e atualizar a informação estatística e financeira por forma a saber se, por exemplo, foi ou não alcançado o objetivo fixado na *Estratégia Europa 2020 - alcançar até 2020*, uma taxa de **pelo menos 40% dos adultos** portugueses, **entre os 30-34 anos**, que tenham **completado o ensino superior**, ou equivalente - o qual visa reduzir o défice de qualificações de nível superior face aos restantes parceiros europeus.

O alargamento do âmbito temporal será efetuado, sempre que possível, até ao ano letivo 2015/16, de modo a poder apresentar-se informação mais atualizada.



1.2. Metodologia e Fontes de Informação

De forma a alcançar os objetivos propostos, procedeu-se, numa primeira fase, à recolha e análise da informação disponível ao nível da legislação de âmbito nacional, consulta de resenha de imprensa e páginas oficiais na internet de organismos do ex-Ministério da Educação e Ciência (MEC)⁵, bem como de outras entidades independentes nacionais e internacionais que se têm dedicado à temática do ensino superior, nomeadamente no que respeita a base de dados, publicações de estudos, relatórios e recomendações (vd. **ponto 5**)⁶.

A nível europeu existem organizações em que o ex-MEC assegura a representação nacional no quadro da sua política externa, procedendo aquelas à publicação de estudos, relatórios e/ou recomendações, designadamente a rede Eurydice da Comissão Europeia, a EUA - *European Universities Association*, a EAIE - *European Association International Education*, a ENQA - *European Association for Quality Assurance for Higher Education*, a OCDE⁷ e a UNESCO⁸.

O ano letivo de referência para o presente relatório/estudo foi 2012/13, cujos dados, em regra, se reportam a 31/12/2012, constando as exceções⁹ assinaladas em nota introdutória no ponto da matéria em análise, sem prejuízo de se alargar o âmbito temporal, sempre que se revelou necessário.

Numa segunda fase foi proposta e autorizada¹⁰ a recolha de informação atualizada¹¹, relativamente aos itens indicados no ponto 1.1, a qual foi solicitada às seguintes entidades:

- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)
- Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC);
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES);
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), relativamente à eventual elaboração de um estudo sobre a reorganização da rede do ensino superior e da oferta educativa.

Após a receção das respostas destas entidades e perante a informação prestada pela DGES sobre a inexistência de dados relativos à **retenção, desistência e abandono no ensino superior público**, procedeu-se também à

⁵ Com a designação de Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, desde 26 de novembro de 2015.

⁶ Destacando-se as seguintes entidades nacionais:

A **A3ES**, instituída pelo Estado Português, através do DL n.º 369/2007, de 5 de novembro, como a agência de avaliação e acreditação das instituições de ensino superior (IES) e dos seus ciclos de estudos (conferentes de grau académico) para a garantia da qualidade do ensino superior, disponibiliza um significativo número de publicações com temas relevantes e atuais, bem como os resultados dos processos de acreditação dos ciclos de estudos (com acesso no modo de consulta/pesquisa).

Entrou em funcionamento no início de 2009, correspondendo o final desse ano e o início de 2010 ao primeiro período de submissão de cursos à acreditação pela agência, o qual tem cariz obrigatório, tendo sido em 2012 concluída a acreditação preliminar dos cursos em funcionamento.

A **DGES**, através da sua Direção de Serviços de Suporte à Rede do Ensino Superior, detém competência para proceder ao registo de novos ciclos de estudos, desde que exista a prévia acreditação pela A3ES (art. 54.º-A do DL n.º 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo DL n.º 115/2013, de 7 de agosto). Este organismo colabora com a DGEEC na atualização permanente das bases de dados do sistema de ensino superior (al. m) do n.º 4.º da Portaria n.º 143/2012, de 16 de maio).

A **DGEEC** detém competências delegadas pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE), para a produção e divulgação de estatísticas oficiais na área da educação, formação e aprendizagem, da ciência e tecnologia e da sociedade da informação. Em setembro de 2012 foi homologado ministerialmente, um protocolo celebrado entre ambas as entidades, o qual estabelece os termos e condições da respetiva delegação (em cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio - Lei do Sistema Estatístico Nacional).

Destaca-se ainda o Conselho Nacional de Educação (**CNE**), que no uso das competências que por lei lhe são conferidas, emite pareceres e recomendações (DL n.º 125/82, de 22 de abril na sua redação atual).

⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

⁸ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

⁹ Nos pontos 3.5 e 3.6.2, os dados obtidos do “desemprego” e do “pessoal não docente” reportam-se a 31/12/2012, não havendo a associação ao ano letivo. Por outro lado, no ponto 3.2, os dados dos diplomados no ano letivo 2012/13 reportam-se a 31/12/2013.

¹⁰ Através do Despacho do Juiz Conselheiro da Área, em 28/03/2014, apenso à Informação n.º 9/2014 - DA V.

¹¹ Contendo, inclusive, especificidades não identificadas nos *sites* da internet dos respetivos organismos.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

recolha de informação junto de 40 instituições, através do envio de um questionário¹². As respetivas respostas foram agrupadas por tipo de informação remetida, tendo as conclusões daí extraídas sido integradas num documento autónomo¹³ e aprovada a sua inclusão, com as devidas adaptações, no **ponto 3.4** do presente documento.

Cabe, ainda, referir que as entidades oficiais nacionais que dispõem dos dados relativos à **rede de instituições do ensino superior (IES), modalidades de oferta educativa/formativa, procura e oferta de IES e de ciclos de estudos, alunos inscritos e diplomados, bem como recursos humanos (docentes e não docentes)** são a DGES e/ou a DGEEC. Subjacente a alguns destes dados, existem os resultados de inquéritos dirigidos às IES por aqueles organismos, os quais se descrevem no **anexo I**, bem como os dados considerados no presente relatório/estudo.

Em virtude de a DGES, relativamente ao número de estabelecimentos de ensino e de oferta formativa, ter disponibilizado informação reportada a datas específicas, de acordo com o momento de atualização dos seus dados, não detendo por anos letivos, nem mesmo com reporte a 31/12/2012¹⁴, considerar-se-á o seguinte:

- No ponto 3.1 - *Rede do Ensino Superior*, os dados da DGES quanto ao número de IES e os da DGEEC¹⁵ quanto aos estabelecimentos de ensino (IES/Unidades orgânicas);
- No ponto 3.2 - *Oferta Educativa e Formativa*, os dados da DGEEC¹⁶ quanto aos números de estabelecimentos de ensino, cursos e alunos inscritos e diplomados.

Relativamente ao ponto 3.3 - *Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior Público*, consideram-se os dados da DGES, no âmbito do Concurso Nacional de Acesso (CNA) em 2012.

De notar, que até ao ano letivo 2012/13, em regra, os dados apresentados pela DGEEC não surgem associados à designação “Unidades Orgânicas”, mas ao termo “Estabelecimento”, o que apenas veio a ocorrer a partir do ano letivo de 2013/14¹⁷. Assim, nos quadros e anexos constantes do presente relatório/estudo, ocorrerão substituições do termo “estabelecimento” por “IES” e introdução de “unidade orgânica” nos casos onde não constava, mantendo-se no texto a indicação de estabelecimento, de modo a agregar ambas as situações (vide glossário - *estabelecimentos de ensino superior*).

A A3ES possui, também, uma base de dados própria, construída na sequência dos processos de avaliação e acreditação dos ciclos de estudos submetidos pelas IES. No entanto, os seus dados não se encontram por anos letivos ou reportados à data de referência do presente relatório/estudo (31/12/2012).

Quanto à **empregabilidade dos diplomados**, verifica-se que a DGEEC apresenta os seus dados articulados com os do Instituto Nacional de Estatística (INE)¹⁸, ao nível macro (ensino superior *vs* não superior) e os do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), após uma validação de registos e análise posterior, pelo “par estabelecimento/curso”, indicando os registos válidos.

¹² O respetivo modelo (enviado por *e-mail* e ofício em 2014), bem como a identificação das instituições destinatárias, constam nos anexos XXV e XXVI.

¹³ Informação n.º 36/2015-DA V, de 13 de maio.

¹⁴ Data de referência no presente relatório/estudo, nos casos em que inexistente informação por anos letivos.

¹⁵ Tendo por base a sua publicação oficial “Estatísticas da Educação 2012/13”.

¹⁶ Informação obtida via inquérito RAIDES (alunos inscritos).

¹⁷ Mantém-se, contudo, na publicação “Estatísticas da Educação” enquadrados na terminologia “Estabelecimento”.

¹⁸ Obtidos através do Inquérito ao Emprego, realizado por amostragem e que disponibiliza resultados trimestrais e anuais, cobrindo todo o território nacional, com o objetivo de caracterizar o mercado de trabalho em Portugal, nomeadamente o comportamento do emprego e do desemprego.



1.3. Condicionantes

No decurso do presente relatório/estudo, ocorreram condicionantes que dificultaram a recolha de elementos que permitissem um maior detalhe da informação analisada, nomeadamente:

- Existência de informação diversa e dispersa nos *sites* da DGES e da DGEEC, relacionada com a rede de IES e a oferta educativa, observando-se uma certa incongruência entre os dados disponibilizados por cada entidade;
- Desfasamento temporal no tratamento dos dados estatísticos e na disponibilização dos respetivos resultados (e.g. INDEZ);
- Dispersão de conceitos, sem evidência de um documento uniformizador, que demonstre inclusive a sua evolução temporal (não obstante a divulgação de conceitos em diplomas legais, publicações pela DGEEC, ou no *site* deste organismo);
- Ausência de uniformização nos critérios utilizados pelos vários estabelecimentos de ensino superior na abordagem da temática da retenção, desistência e abandono, dificultando inclusive uma comparação fiável entre os indicadores, quando existentes;
- Inexistência de clarificação dos conceitos de empregabilidade e de desemprego, bem como da definição de um indicador de empregabilidade realista, uma vez que o existente apenas considera o registo de desempregados no IEFP.

1.4. Contributos das Entidades

Em cumprimento do despacho do Juiz Conselheiro da Área, foram convidadas 46 entidades para, querendo, se pronunciarem sobre o presente relatório/estudo, a saber:

- Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES);
- Instituições de Ensino Superior Públicas (40 IESP);
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC);
- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES);
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES);
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP);
- Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

Responderam nove entidades (20%)¹⁹, três das quais²⁰ indicaram nada terem a referir e quanto à resposta das restantes (6) aproveitaram-se algumas das sugestões apresentadas, as quais foram transcritas na íntegra ou em síntese, *em itálico*, nos respetivos pontos do presente documento.

O Gabinete do Ministro, alertou para o facto de que a *(...) informação estatística que consta no Estudo, por estar demarcada temporalmente, apresenta o problema de, quando tornada pública, poder estar desatualizada, tal é a*

¹⁹ Gabinete do MCTES, Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Universidade do Porto, Instituto Politécnico de Santarém, Instituto Politécnico de Lisboa, Academia Militar e CCISP.

²⁰ Instituto Politécnico de Leiria, Instituto Politécnico de Lisboa e Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna.



Rita Cruz

dinâmica das matérias abordadas, designadamente, as relacionadas com instituições, cursos existentes e procura de ensino superior”.

Salienta-se, contudo, que apesar de o ano letivo de referência do presente relatório/estudo ser 2012/13, procedeu-se nos diversos pontos deste documento, em regra, à atualização dos dados.

Alegou ainda aquele Gabinete que, relativamente às propostas/contributos formuladas, “(...) *globalmente (...) as mesmas referem-se a temas que embora ainda não se encontrem totalmente resolvidos, são do conhecimento de todos os intervenientes do sistema*”.



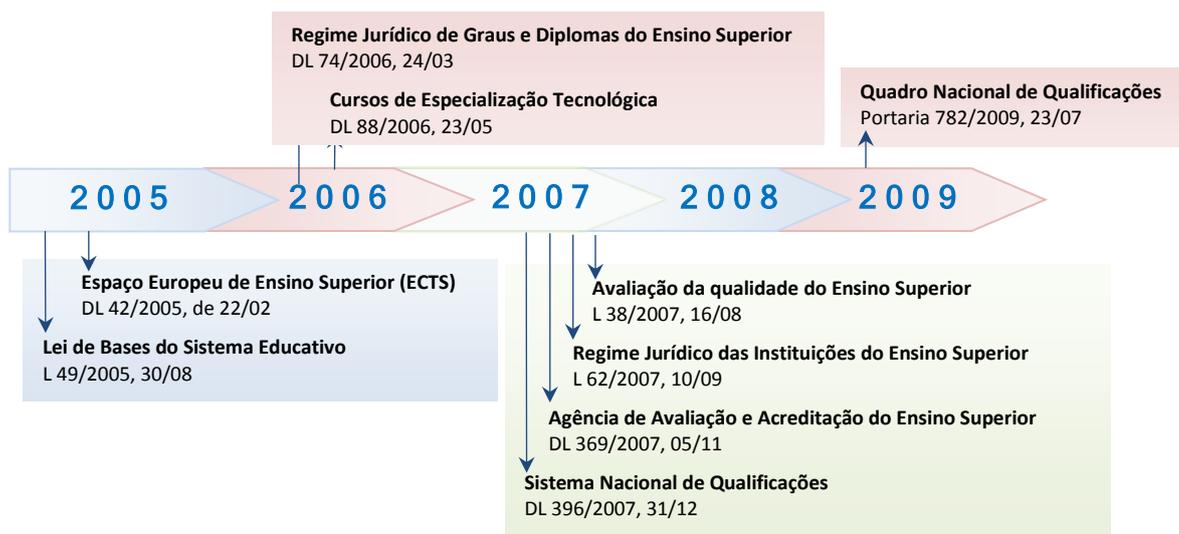
Rita Cruz

Tribunal de Contas

2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A última reforma legal do sistema de ensino superior iniciou-se em 2005, destacando-se cronologicamente os principais diplomas legais de base, relevantes para o presente relatório/estudo ²¹, constando as alterações posteriores e outros diplomas, no ponto 5 (legislação nacional relevante no âmbito do Ensino Superior):

Gráfico 1 - Legislação de base na reforma do ensino superior



O DL n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, aprovou os princípios reguladores de instrumentos para a criação do Espaço Europeu para o Ensino Superior, designadamente, um novo sistema de créditos (ECTS²²) para os ciclos de estudo, mecanismos de mobilidade, “suplemento ao diploma”²³, entre outros.

Ainda nesse ano, foi alterada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), através da Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto²⁴, de modo a contemplar as bases para implementação do Processo de Bolonha no Ensino Superior, na sequência das orientações da reunião Ministerial de Bergen. Nesse diploma, definiu-se um quadro genérico de qualificações organizado em 3 ciclos de estudo, modelo que se encontra totalmente consolidado na Europa (em Portugal, desde o ano 2009/2010). Foram também definidos descritores de qualificação genéricos para cada ciclo de estudos, baseados em competências adquiridas, bem como a estrutura do 1.º e 2.º ciclos de estudos em intervalos ECTS.

Em 2006 foi publicado o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (DL n.º 74/2006, de 24 de Março), que veio regular os princípios e a organização dos ciclos de estudo de acordo com o processo de Bolonha.

²¹ A data de referência é 31/12/2012.

²² Sistema Europeu de Transferência de Créditos (*European Credit Transfer System*).

²³ Documento bilingue, complementar do diploma académico, conferido no final de um programa de estudos. Vide conceito mais desenvolvido no glossário.

²⁴ Procedeu ainda à 1.ª alteração à lei de bases do financiamento do ensino superior (Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto).



Nina Cruz

Tribunal de Contas

Procedeu-se ainda à publicação do DL n.º 88/2006, de 23 de maio, que regula atualmente os CET²⁵ de nível pós-secundário, de curta duração e que veio dinamizar o ensino superior, sendo esta formação ministrada em estabelecimentos de ensino superior e não superior.

Em 2007, foi criado o regime jurídico da avaliação da qualidade do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a qual incidirá sobre (n.º 1 do art. 9.º): *“a) os estabelecimentos de ensino superior e as suas unidades orgânicas; b) os ciclos de estudos.”*

Neste ano, ocorreu a publicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior - RJIES (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro), o qual regulou, designadamente (...) *a sua constituição, atribuições e organização, o funcionamento e competência dos seus órgãos e, ainda a tutela e fiscalização pública do Estado sobre as mesmas, no quadro da sua autonomia*” (art. 1.º).

O RJIES prevê a criação da A3ES, referenciada no ponto 1.2 do presente relatório/estudo, a qual veio alterar o quadro de competências em matéria de avaliação e acreditação de instituições do ensino superior e de ciclos de estudos ficando o respetivo funcionamento dependente dessa acreditação (DL n.º 369/2007, de 5 de novembro).

O RJIES prevê ainda a existência de um Conselho Coordenador do Ensino Superior (CCES), o qual terá por missão o aconselhamento do membro do Governo responsável pela área do ensino superior no domínio da política de ensino superior. Apesar da sua composição, modo de funcionamento e competências terem sido definidos em diploma próprio (Decreto Regulamentar n.º 15/2009, de 31 de Agosto), foi em 2016 que se veio a efetivar a sua constituição, tendo a nomeação dos seus membros, sido efetuada pelo despacho n.º 8835-A/2016, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.²⁶

Ainda em 2007, foi estabelecido o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)²⁷ e definidas as estruturas que asseguram o seu funcionamento (cfr. DL n.º 396/2007, de 31 de dezembro), fazendo a correspondência com o quadro europeu de qualificações, tendo sido criado o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).

Em 2009, através da Portaria 782/2009, de 23 de julho foi regulado o QNQ e *“(...) definidos os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais (...)”* (art. 1.º), o qual se estrutura em oito níveis de qualificação. A ANQ, I.P.²⁸ foi designada como ponto de coordenação nacional do Quadro Europeu de Qualificações, cujas funções seriam realizadas em coordenação com a DGES no que diz respeito aos níveis 5 a 8 estrutura do QNQ²⁹.

²⁵ Vide ponto 3.2.

²⁶ Publicado no DR n.º 130/2016, 1.º suplemento, 2.ª Série, de 8 de julho. Até esta data, existiram recomendações do CNE e da EUA no sentido da sua constituição, destacando-se a «Recomendação sobre Autonomia Institucional do Ensino Superior», publicada em Diário da República, 2.ª série, de 7 de novembro de 2012 (recomendação n.º 4/2012): *“O CNE recomenda ao Governo que a entrada em funcionamento do Conselho seja ultimada, de modo a que a reestruturação da rede, a qualidade e avaliação das instituições e a equidade no funcionamento da ação social no ensino superior possam avançar sustentadamente”*; e o relatório «Portuguese Higher Education: a view from the outside», da EUA, em 19 de fevereiro de 2013.

²⁷ O SNQ abrange todas as entidades do sistema de ensino, incluindo o superior, tendo em consideração as especificidades das IES, atendendo à sua legislação.

²⁸ Criada pelo DL n.º 276-C/2007, de 31 de julho, com a competência de estruturar o SNQ e elaborar e proceder à gestão do Catálogo Nacional de Qualificações a ele associado.

²⁹ Nível 5 - CET; nível 6 - 1.º ciclo de estudos; nível 7 - 2.º ciclo de estudos; nível 8 - 3.º ciclo de estudos, previstos na Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

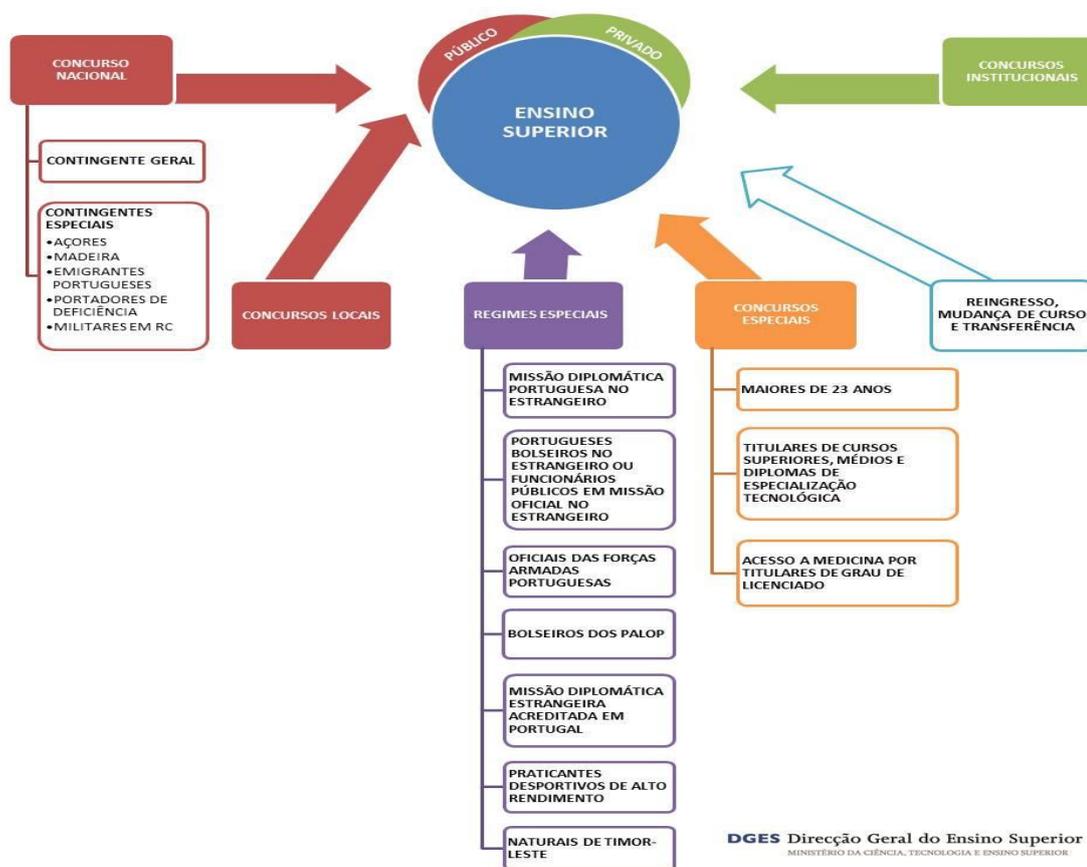
Acesso ao Ensino Superior

O acesso ao ensino superior processa-se através de três modalidades principais:

- o **regime geral** que integra o concurso nacional de acesso (CNA)³⁰ e os concursos locais³¹ para o ensino superior público, e os concursos institucionais realizados pelas instituições de ensino superior particular e cooperativo (também designado, ensino privado)³²;
- os **concursos especiais**³³ e
- os **regimes especiais**³⁴.

A estrutura de acesso ao ensino superior português é a seguinte (vide conceitos no âmbito do acesso ao ensino superior público no **anexo II**):

Ilustração 1 - Diplomados CEGA



Legenda: RC – regime de contrato

³⁰ Previsto no art. 27.º do DL n.º 296-A/98, de 25 de setembro, alterado e republicado pelo DL n.º 90/2008, de 30 de maio, retificado pela declaração de retificação n.º 32-C/2008, de 16 de junho, sendo o concurso organizado pela DGES.

³¹ Direcionados a cursos com características especiais, no âmbito do ensino superior público, tais como os relacionados com música, teatro, dança e cinema, organizados por cada estabelecimento de ensino. Incluem ainda os cursos ministrados em estabelecimentos de ensino superior público policial.

³² Nos termos do DL n.º 296-A/98, de 25 de setembro, alterado pelo DL n.º 90/2008, de 30 de maio (com republicação) e pela Declaração de retificação n.º 32-C/2008, de 16 de junho.

³³ O seu regime está previsto no DL n.º 393-B/99, de 2 de outubro, entretanto revogado pelo DL n.º 113/2014, de 16 de julho e regulado pela Portaria n.º 854-A/99, de 4 de outubro.

³⁴ O seu regime está previsto no DL n.º 393-A/99, de 2 de outubro, alterado pelo DL n.º 272/2009, de 1 de outubro e regulado pela Portaria n.º 854-B/99, de 4 de outubro.



O ingresso no **ensino superior público** está sujeito a limitações quantitativas decorrentes do número de vagas fixadas anualmente pelas IES para cada um dos seus cursos e divulgado anualmente pelo Guia de Candidatura, através da DGES. A exceção são as vagas para as instituições de ensino superior militar e policial, que são fixadas, anualmente, por portaria conjunta dos ministros da tutela (art. 5.º do DL 296-A/98, de 25 de setembro, com a redação atual).

No ensino superior público, o CNA decorre em três fases, sendo preenchidas as vagas colocadas a concurso na 1.ª fase. Nas fases seguintes as vagas sobrantes da fase anterior são sucessivamente disponibilizadas, para candidatos que, entretanto, tenham conseguido as habilitações necessárias para concorrer ao ensino superior ou para os colocados nas fases anteriores que queiram mudar de curso e consequentemente anuladas as anteriores colocações. Pode-se concorrer até seis pares estabelecimento/curso (6 opções), indicadas por ordem de preferência.

Ora, será relativamente ao CNA de 2012 promovido pela DGES, sem prejuízo de uma análise comparativa com o ano anterior e posterior, que incidirá a análise no **ponto 3.3 - Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior Público**. De salientar, desde já, que os dados disponibilizados oficialmente se reportam a licenciaturas e a mestrados integrados. A caracterização destes graus académicos será efetuada no **ponto 3.2 - Oferta Educativa e Formativa**.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

3 RESULTADOS DA RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

3.1. Rede do Ensino Superior

O sistema de ensino superior em Portugal compreende (n.º 1 do art. 4.º RJIES) o ensino superior público e o ensino superior privado.

Não obstante o Estudo incidir sobre o ensino superior público, far-se-á referência ao ensino privado, sempre que se revelar útil a sua abordagem.

O ensino superior português organiza-se num sistema binário (n.º 1 do art. 3.º RJIES), nomeadamente o ensino universitário e o ensino politécnico, constando as instituições de ensino superior (IES) que o integram, sua missão e graus que conferem no quadro infra:

Quadro 1 - Sistema binário, suas instituições de ensino superior e graus conferidos (RJIES) ³⁵

Sistema Binário	IES	Missão	Graus conferidos	Cursos não conferentes de grau
Art. 3.º	Art. 5.º	Art. 6.º e 7.º	Art. 6.º e 7.º	Art. 8.º
Ensino Universitário	Universidades	<i>"(...) são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental."</i>	licenciado	cursos pós-secundários;
	Institutos universitários		mestre	
	Outras		licenciado	mestre
Ensino Politécnico	Institutos politécnicos	<i>"(...) são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental."</i>	licenciado	outros
	Outras		mestre	

A rede de instituições do ensino superior público³⁶ é constituída por universidades, institutos universitários, institutos politécnicos e escolas universitárias ou politécnicas não integradas, incluindo a Universidade Aberta³⁷ e as instituições de Ensino Superior Militar (DL n.º 37/2008, de 5 de março)³⁸ e Policial (DL n.º 275/2009, de 2 de Outubro).

Por outro lado, a rede do ensino superior privado é composta por instituições pertencentes a entidades particulares e cooperativas, nela se incluindo o ensino concordatário, representado pela Universidade Católica.

³⁵ É possível a integração de escolas de ensino politécnico em universidades, mediante proposta fundamentada e aprovação ministerial (n.º 6, do art. 13.º RJIES).

³⁶ As IES públicas são criadas por decreto-lei, obedecendo ao ordenamento nacional da rede do ensino superior público e tendo em consideração a sua necessidade e sustentabilidade, enquanto os estabelecimentos de ensino superior privados ou cooperativas estão sujeitos a um procedimento de Reconhecimento de Interesse Público pelo Ministério da Tutela para poderem funcionar e atribuir graus académicos.

³⁷ Universidade pública de ensino à distância.

³⁸ Alterado pelo DL n.º 27/2010, de 31 de março e pela Lei orgânica n.º 6/2014, de 1 de Setembro, entretanto revogado pelo DL n.º 249/2015, de 28 de outubro.

No ano letivo de 2012/13, de acordo com os dados disponibilizados pela DGES, o universo do Ensino Superior era composto por 132 instituições, predominando as do ensino privado (70%) e do ensino politécnico (57%), conforme se observa (vd. **anexo III**)³⁹:

Quadro 2 - Rede de Instituições do Ensino Superior (2012/13)

Tipo	Subsistema		Total
	Público ^{a)}	Privado	
Universitário	20 ^{a)}	37	57 43%
Politécnico	20	55	75 57%
Total	40	92	132
	30%	70%	

Fonte: DGES (dados a 22/01/2013)

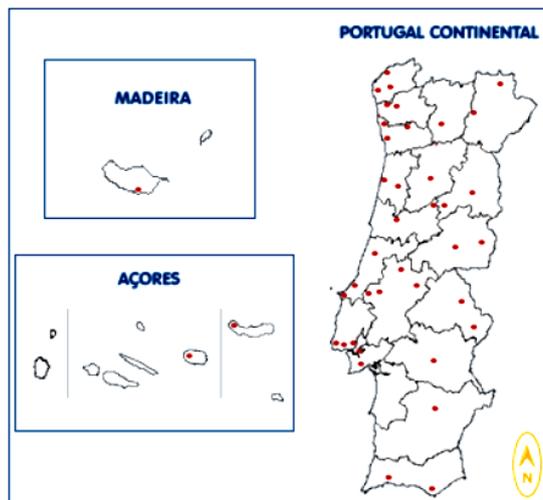
^{a)} Inclui 5 instituições do ensino militar e policial.

Em termos geográficos (continente e regiões autónomas) as instituições do **ensino público** universitário e politécnico, com exceção das instituições de natureza militar e policial, localizam-se em todos os distritos, observando-se uma maior dispersão pelo continente ao nível do ensino politécnico:

Ilustração 2 - Ensino Público Universitário (2012/13)



Ilustração 3 - Ensino Público Politécnico (2012/13)



Fonte: DGES (sítio na internet)

No ensino público, desde o ano letivo de 2013/14, inclusive, deixou de constar a Universidade Técnica de Lisboa, (UTL) devido à fusão desta com a Universidade de Lisboa (UL), tendo sido criada uma nova instituição denominada igualmente Universidade de Lisboa (DL n.º 266-E/2012, de 31 de dezembro)⁴⁰. Porém, através de

³⁹ A Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM), estabelecimento militar de ensino superior politécnico, não consta na listagem disponibilizada pela DGES. Porém, no guia de candidatura ao ensino superior (2012), observa-se estar integrada, mas por outro lado, neste guia, não consta o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

A DGEEC, no *sítio* no âmbito da "rede", disponibiliza uma listagem de instituições (que não está por anos letivos) onde consta a ESSM. Por outro lado é observável que ambas as instituições não constam com alunos inscritos no âmbito do inquérito RAIDES 11, 12 e 13. **Deste modo, observa-se uma incoerência na informação disponível quer na própria DGES, quer entre a DGES e a DGEEC.**

⁴⁰ Os novos estatutos foram homologados pela tutela, em 18 de abril de 2013.



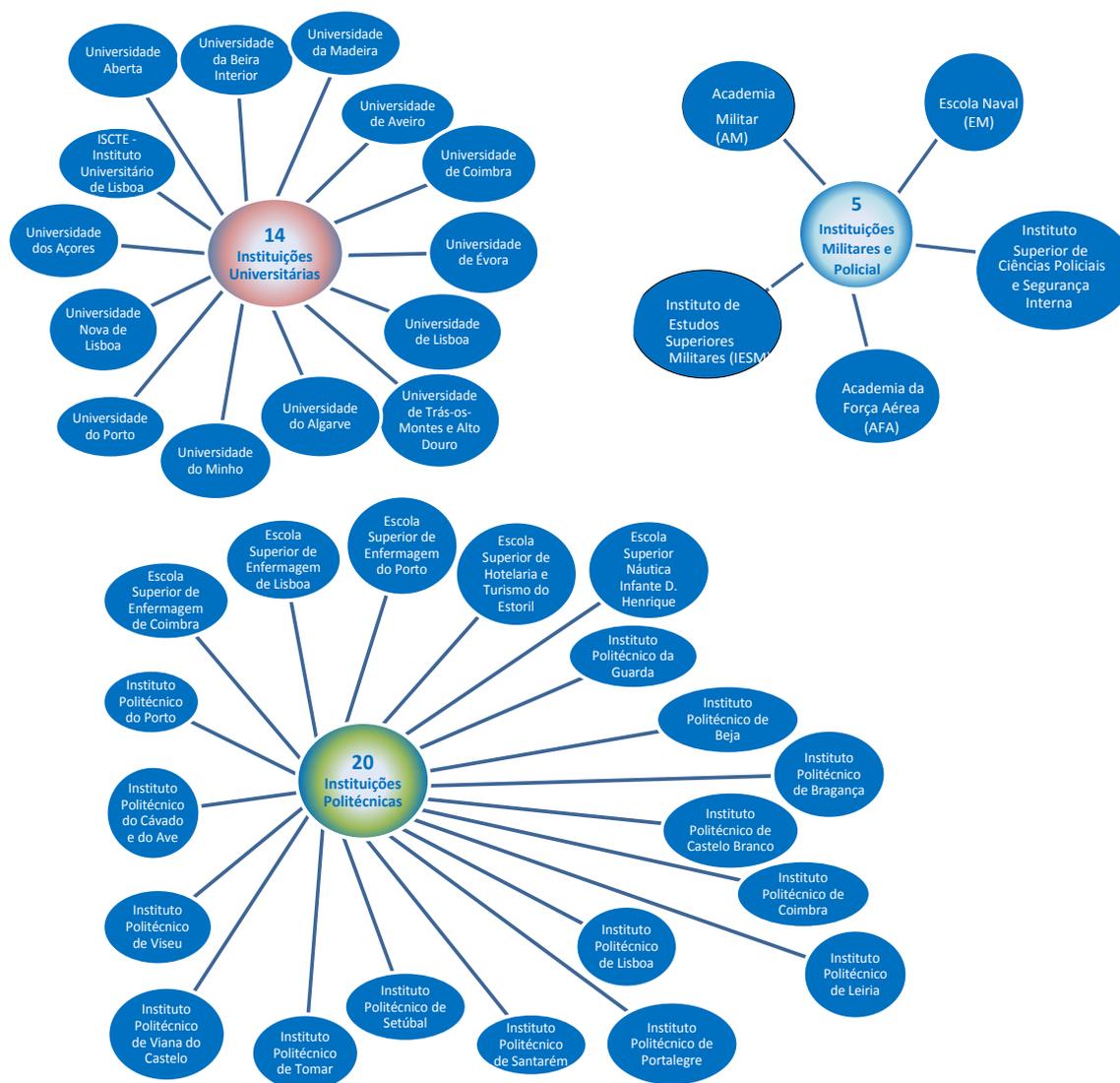
Rita Cruz

Tribunal de Contas

consulta ao *site* da DGES, observou-se que não foram feitas as atualizações respetivas nas ilustrações supra indicadas⁴¹.

Dados reportados a junho de 2016⁴², disponibilizados pela DGES, permitem observar que no ensino público, existem 39 IES (14 do ensino universitário, 5 do ensino militar e policial e 20 do ensino politécnico), menos uma IES que no ano letivo de 2012/13, em virtude da referida fusão, conforme se observa:

Ilustração 4 - Instituições de Ensino Superior Público



Fonte: Construído com base em listagem disponibilizada pela DGES.

⁴¹ Não obstante, consta uma listagem de contactos e moradas institucionais, que integra as respetivas atualizações.

⁴² Resultando da consulta do *site*, em 18/06/2016, não se observando alterações, relativamente aos dados disponibilizados pela DGES, reportados a 27/05/2015. No âmbito das instituições militares, em 2015 iniciou-se o processo de transição das entidades IESM, EN, AM e AFA para o Instituto IUM-Instituto Universitário Militar.



A rede de Instituições do Ensino Superior, nomeadamente as universidades e institutos politécnicos podem compreender **unidades orgânicas** (UO) autónomas, com órgãos e pessoal próprios, designadamente (art.ºs 13.º e 14.º do RJIES):

- a) *Unidades de ensino ou de ensino e investigação*: nas universidades, designadas de faculdades ou institutos superiores e, nos institutos politécnicos designadas de escolas superiores ou institutos superiores⁴³;
- b) *Unidades de investigação*: designadas de centros, laboratórios, institutos⁴⁴;
- c) *Bibliotecas, museus e outras*.

As unidades referidas na alínea a) são as abrangidas pelo inquérito RAIDES⁴⁵, cujos dados constituíram maioritariamente a fonte de informação do presente relatório/estudo.

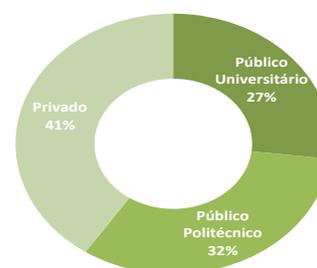
Neste contexto, a DGEEC⁴⁶ indica, para o ano letivo de 2012/13, a existência de 298 estabelecimentos de ensino no continente e regiões autónomas, dos quais 177 são do ensino público (59%), destacando-se neste subsistema de ensino o politécnico com 97 estabelecimentos (32%).

O ensino superior público corresponde a cerca de 30% das IES, apesar de representar os indicados 59% dos estabelecimentos de ensino.

Por outro lado, os estabelecimentos de ensino concentram-se mais nas regiões de Lisboa, Norte e Centro (81%) e são maioritariamente do ensino politécnico (55%) (vd. **anexo IV**).

Entre os anos letivos de 2011/12 e 2014/15, observa-se uma diminuição do número de estabelecimentos de ensino em Portugal⁴⁷ (de 300 para 293, cfr. **anexo IV**)⁴⁸.

Gráfico 2 - Estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal (2012/13)



⁴³ "(...) podendo também adotar outra denominação apropriada, nos termos dos estatutos da respetiva instituição" em ambas as situações (art. 13.º do RJIES).

⁴⁴ Idem. Cfr. ainda 14.º do RJIES.

⁴⁵ No manual do RAIDES para 2012 (Ficheiro "NT_2012_01_RAIDES12", cfr. *site* da DGEEC) consta o seguinte:

"Estabelecimento de ensino superior": "Estabelecimento de ensino onde são ministrados cursos e atribuídos graus e ou diplomas de ensino superior. Podem ainda realizar cursos de ensino pós-secundário não superior visando a formação profissional especializada". Estes estabelecimentos podem ser:

- a) Estabelecimentos de ensino superior público, incluindo os estabelecimentos de ensino superior militar e policial [alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º];
- b) Estabelecimentos de ensino superior privado, incluindo a Universidade Católica Portuguesa [alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º e artigo 180.º]."

Porém, o art. 4.º do RJIES adota a terminologia instituição e não estabelecimento.

"Unidade orgânica de um estabelecimento de ensino superior": "As unidades a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), a que o estabelecimento de ensino procede à afetação formal da inscrição num curso."

⁴⁶ Na publicação "Estatísticas da Educação 2012/13".

⁴⁷ No continente (Norte: 3, Centro: 2 e Lisboa: 2).

⁴⁸ Entretanto, a análise dos dados do RAIDES 15 revela que no ano letivo seguinte (2015/16) existiam 295 estabelecimentos (consulta do *site* da DGEEC em outubro de 2016, não se encontrando publicado o documento "Estatísticas da Educação 2015/16").



3.2. Oferta Educativa e Formativa: suas modalidades, inscitos e diplomados

A oferta educativa e formativa no sistema de ensino superior português está harmonizada com as ofertas de todos os países pertencentes à *área europeia de ensino superior (European Higher Education Area)* encontrando-se a nova estrutura organizada do seguinte modo:

1. **Ciclos de estudos** conferentes de grau académico, nomeadamente:
 - a) 1.º ciclo que confere grau de licenciado;
 - b) 2.º ciclo que confere grau de mestre;
 - c) 3.º ciclo que confere grau de doutor.
2. **Cursos não conferentes de grau** que visam o desenvolvimento de capacidades e competências específicas, de nível e extensão diferenciadas consoante a sua tipologia, tais como cursos pós-secundários não superior, designados de CET, bem como cursos de formação pós-graduada e outros.

A criação dos ciclos de estudos que conferem grau académico, carecem de registo prévio na DGES, mediante prévia acreditação pela A3ES⁴⁹.

Os ciclos de estudos conducentes aos graus de licenciado e mestre são compostos, regra geral, por um conjunto organizado de unidades curriculares, denominados **cursos de licenciatura e de mestrado**, respetivamente, e o ciclo de estudos conducentes ao grau de doutoramento, integra, em regra, a elaboração de uma tese e a eventual realização de unidades curriculares, cujo conjunto se denomina **curso de doutoramento** (art.ºs 10.º, 20.º e 31.º do DL n.º 74/2006, de 24 de março⁵⁰).

Os graus académicos de licenciado e de mestre são conferidos nos ensinos politécnico e universitário, enquanto o grau de doutor é conferido apenas no ensino universitário (art. 4.º do citado diploma).

No ensino universitário, está ainda prevista a existência de um ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre, também designado "*curso de mestrado integrado*", cujo acesso e ingresso rege-se pelas normas aplicáveis ao ciclo de estudos conducentes ao grau de licenciado, devendo a sua denominação não se confundir com a do grau de mestre. Neste ciclo de estudos é ainda conferido o grau de licenciado⁵¹, ou denominado "*curso de licenciatura de mestrado integrado*".

Relativamente aos **cursos não conferentes de grau académico**, destacam-se os CET (criados pelo DL n.º 88/2006, de 23 de maio), devido à dinamização que potenciaram no ensino superior. Consistem em formações pós-secundárias, não superiores, que visam conferir qualificação profissional de nível 4 do ISCED-*International Standard Classification of Education* e de nível 5 do QNQ ou do EQF-*European Qualifications Framework*, sendo ministrados no ensino não superior (e.g. escolas secundárias e profissionais, escolas tecnológicas) e no ensino superior.

Esquemáticamente, com a indicação dos respetivos créditos (ECTS) e duração, observemos a estrutura da oferta formativa:

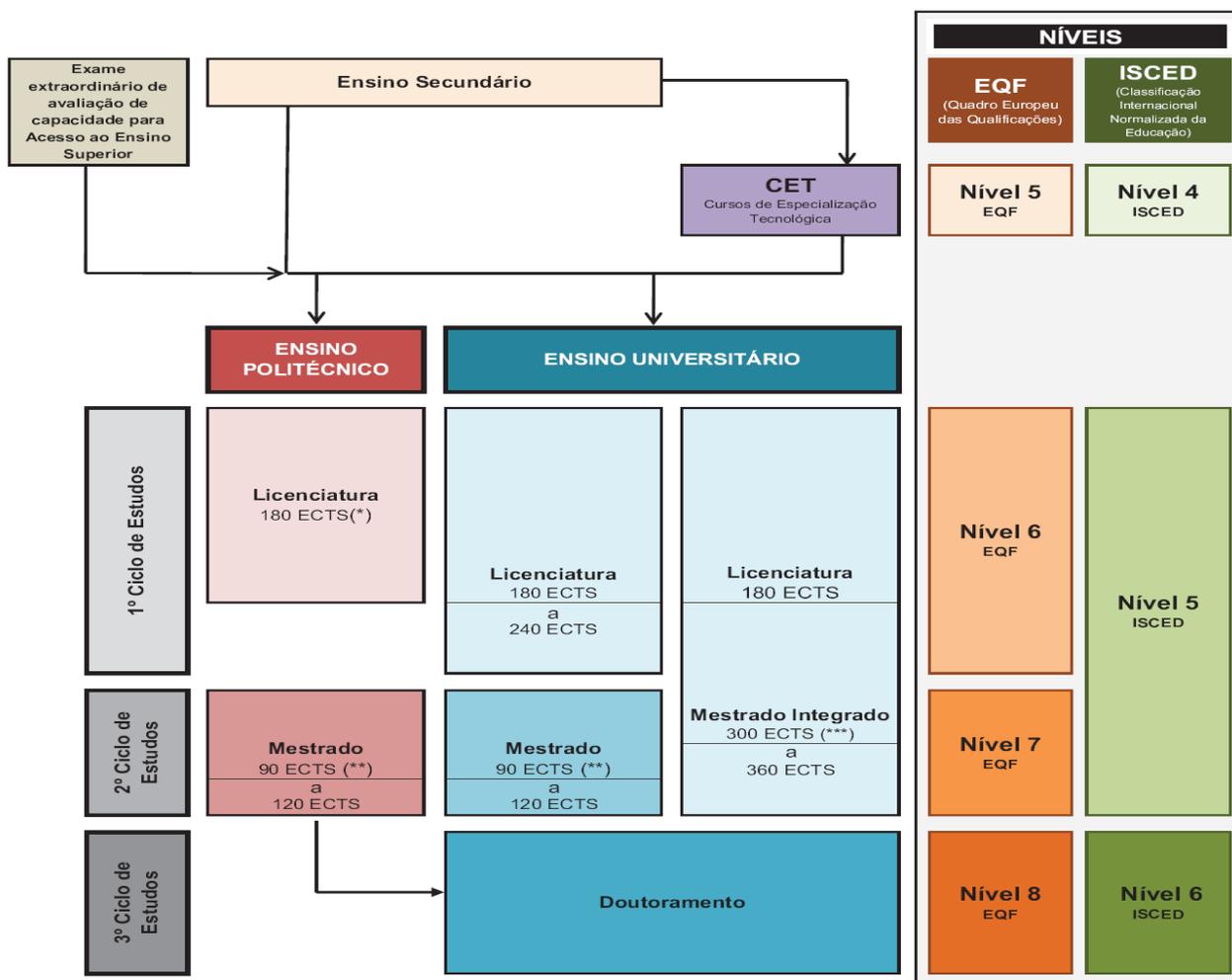
⁴⁹ Vide nota de rodapé 6. Quanto aos cursos não conferentes de grau académico, na sua resposta, o gabinete do Ministro veio informar que apenas os CET careciam de registo na DGES, não estando os cursos pós-graduados sujeitos a registo.

⁵⁰ Alterado e republicado pelo DL n.º 115/2013, de 7 de agosto.

⁵¹ Aos alunos que tenham "(...) realizado os 180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho", cfr. previsto no n.º 3 e 4 do citado diploma.



Ilustração 5 - Organograma do Sistema de Ensino Superior Português de acordo com os princípios de Bolonha



(*) Exceptuam-se os casos em que seja indispensável, para o acesso ao exercício de determinada actividade profissional, uma formação compreendida entre 210 e 240 ECTS.

(**) Excepcionalmente, e sem prejuízo de ser assegurada a satisfação de todos os requisitos relacionados com a caracterização dos objectivos do grau e das suas condições de obtenção, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre numa especialidade pode ter 60 créditos em consequência de uma prática estável e consolidada internacionalmente nessa especialidade.

(***) O grau de mestre pode igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado, nos casos em que, para o acesso ao exercício de uma determinada actividade profissional, essa duração: a) seja fixada por normas legais da União Europeia e; b) resulte de uma prática estável e consolidada na União Europeia. Nestes casos, o grau de licenciado é atribuído aos alunos que tenham realizado 180 ECTS (3 anos, 6 semestres).

Fonte: DGES (www.dges.mctes.pt)

Em 2014 foi publicado o diploma que cria e regula os **cursos técnicos superiores profissionais (CTSP, também designado TeSP - DL n.º 43/2014 de 18 de março)**, a funcionar no ano letivo de 2014/15, o qual dispõe no n.º 3 do art. 42.º que não serão admitidos novos alunos em CET ministrados por IES a partir do ano letivo de 2015/16,



Rita Cruz

Tribunal de Contas

inclusive e, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo, o seu funcionamento cessará até 31 de dezembro de 2016⁵². Estes ciclos de estudos, ministrados no âmbito do ensino superior politécnico, também não conferentes de grau académico, são formações de curta duração e têm uma natureza profissional situada no nível 5 do Quadro Nacional e Europeu de Qualificações (QNQ e EQF).

Relativamente a estes cursos o CNE recomendou ao Governo⁵³ o seguinte: “1- *Repensar o enquadramento dos CTSP no sistema de formação vocacional, em particular a sua articulação com os CET (...)*; 2- *Reconsiderar a classificação relativa dos CTSP e dos CET no QNQ e no EQF(...)*”⁵⁴.

Avaliação e acreditação de ciclos de estudos

Relativamente aos procedimentos de **avaliação** quer das IES, quer dos ciclos de estudos e na sequência do referido no ponto 2, a A3ES deverá aplicar⁵⁵ as normas previstas no regime jurídico da avaliação do ensino superior, aprovado pela Lei n.º 38/2007 e a respetiva **acreditação** é obrigatória, nos termos do DL n.º 74/2006⁵⁶.

O processo de acreditação preliminar dos **ciclos de estudos** em funcionamento levado a cabo pela A3ES e iniciado em finais de 2009, foi concluído em 2012 e em 2014 foram “...*estabilizados os procedimentos de avaliação e acreditação até ao termo do primeiro ciclo de acreditações regulares, a concluir em 2016*”⁵⁷.

A A3ES detém uma base de dados própria, criada com as informações fornecidas pelas IES, no âmbito da submissão dos ciclos de estudo conferentes de grau académico para efeitos de acreditação. A evolução do número de pedidos pelas IES de acreditação prévia de novos ciclos de estudos, por tipo de instituição e por tipo de ciclo de estudos/curso está representada no **anexo V**, observando-se o seguinte:

- Desde o ano letivo de 2010/11, com exceção de 2014/15, existe uma tendência decrescente no número de pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudos à Agência;
- No ano letivo 2012/13, predominam os pedidos de acreditação relativos a mestrados e o maior n.º de pedidos referem-se a instituições do ensino universitário privado.

Na sequência de um estudo publicado por aquela Agência⁵⁸, destacam-se as dificuldades sentidas aquando da confrontação dos seus dados com os da DGEEC (através do inquérito RAIDIS), revelando “(...) *problemas de*

⁵² Nos termos do n.º 2 do art. 42.º do DL n.º 43/2014, não são admitidos novos pedidos de registo da criação de CET em IES a partir da data de entrada em vigor deste diploma. No acesso ao *site* da DGES em outubro de 2016, observou-se que o registo de CTSP tem vindo gradualmente a aumentar e de acordo com a informação atualizada a 30/9/2016, existiam 594 registos destes cursos, dos quais 425 no ensino público. O Instituto Politécnico de Coimbra é o que mais cursos registou (39), seguido dos Institutos Politécnicos de Leiria (37), de Bragança (35) e de Viana do Castelo (34).

⁵³ Recomendação n.º 2/2014, publicada em DR (2.ª série), de 9 de outubro de 2014.

⁵⁴ Acrescenta ainda “ (...) ***Concorda-se com o posicionamento dos CTSP no nível 5 do QNQ; importa porém, que os CET, persistindo como formação pós-secundária não superior, como prevê o diploma legal, sejam posicionados no nível 4. Esta recomendação surge em linha com a solicitação formulada pelo Comité Internacional de Avaliação e Verificação da Comparabilidade da Qualidade dos Sistemas de Educação e Formação Superior (...)***”. Negrito nosso.

⁵⁵ Cfr. DL n.º 369/2007 (arts. 6.º e 7.º).

⁵⁶ Vide conceitos de acreditação prévia e de acreditação preliminar no glossário.

⁵⁷ Conforme relatório de atividades de 2014 da A3ES, disponível em www.a3es.pt. Acresce que o primeiro ciclo regular de avaliação/acreditação de ciclos de estudos (abrangendo os que obtiveram acreditação preliminar e a realizar-se por área de formação) foi iniciado em 2011/12 e prolonga-se até 2015/16. Em finais de 2016 procederão à reconstituição da base de dados.

⁵⁸ Fonseca, Madalena Pires; Encarnação, Sara; *O sistema de ensino superior em Portugal - Em mapas e números*, série A3ES Readings n.º 4, 2012. Neste relatório, os dados extraídos da base de dados correspondem aos ciclos de estudos ativos em 11/11/2011, recolhidos no âmbito da acreditação preliminar dos ciclos de estudo em funcionamento, entre outubro de 2009 e abril de 2010. À data de referência do estudo, a base de dados da A3ES registava, 3600 ciclos de estudos com acreditação preliminar, 421 ciclos de estudos em fase de acreditação, que poderão ser ou não acreditados, e 421 novos ciclos de estudos com acreditação prévia da Agência em 2010 e em 2011.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

compatibilização (...)", uma vez que as bases de dados têm "(...) estruturas e critérios de construção diferentes (...)", nomeadamente ao nível dos ciclos de estudos⁵⁹ e dos alunos inscritos⁶⁰.

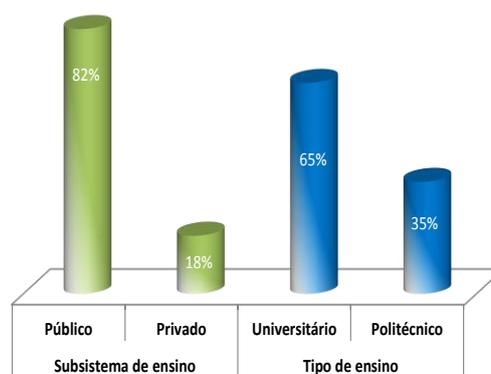
Oferta formativa e Inscritos

Os resultados do inquérito RAIDES, promovido pela DGEEC, permitem conhecer o número de estudantes inscritos e os inscritos no 1.º ano, pela 1ª vez⁶¹ em estabelecimentos de ensino superior. No quadro e gráficos seguintes, apresentam-se ainda o número de estabelecimentos e de cursos com alunos inscritos, relativos ao ano letivo 2012/13⁶².

Quadro 3 - Oferta formativa e inscritos no ES (2012/13)⁶³

	ENSINO SUPERIOR	Estabelecimentos (1)	Cursos (2)	Inscritos				Inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez	
				2011/12	2012/13	%	Δ	2012/13	%
Subsistema de Ensino	Público	178	4.010	317.588	309.901	82%	-2%	93.577	84%
	Universitário	80	2.594	198.267	197.373	52%	0%	57.595	62%
	Politécnico	98	1.416	119.321	112.528	30%	-6%	35.982	38%
	Privado	121	1.160	79.749	68.552	18%	-14%	18.332	16%
	TOTAL	299	5.170	397.337	378.453	100%	-5%	111.909	100%
Tipo de Ensino	Universitário	137	3.394	254.349	247.199	65%	-3%	71.030	63%
	Politécnico	162	1.776	142.988	131.254	35%	-8%	40.879	37%
	TOTAL	299	5.170	397.337	378.453	100%	-5%	93.577	100%

Gráfico 3 - Inscritos por subsistema/ tipo de ensino (2012/13)



Nota: (1) O total diverge do indicado na publicação "Estatísticas da Educação 2012" (298); (2) Pelo par estabelecimento/curso

⁵⁹ Nomeadamente: (a) a base de dados da DGEEC é constituída por um número superior de ciclos de estudos - mais de 12000 registos - porque considera como cursos diferentes os diversos ramos de um mesmo ciclo de estudos; além disso, mantém registos de cursos descontinuados, que já não recebem novos alunos, mas que ainda têm alunos a concluir os cursos, nos seus últimos anos; (b) o sistema revela um enorme dinamismo, devido a ajustamentos promovidos pelas instituições tendo em vista a racionalização da oferta, a que acrescem frequentes alterações das designações dos ciclos de estudos, nem sempre tidas em conta, em simultâneo, nas duas bases de dados.

⁶⁰ Nomeadamente: (a) não concordância dos nomes de alguns ciclos de estudos e dos códigos de estabelecimentos; (b) inexistência na base de dados da DGEEC de ciclos de estudos registados na A3ES; (c) dificuldades de compatibilização quando o número de alunos inscritos em alguns ciclos de estudos pós-Bolonha são afetos aos ciclos de estudos pré-Bolonha.

Na sua resposta, o Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, veio informar quanto á alínea b) ser "(...) uma realidade que pode ocorrer. Existem cursos acreditados e registados que nunca funcionaram, logo nunca tiveram alunos, pelo que não constam nos dados da DGEEC".

⁶¹ De acordo com a DGEEC, inclui os inscritos em todas as formações ministradas em estabelecimentos do ensino superior, exceto os alunos que estejam apenas a elaborar a dissertação ou trabalho de projeto ou estágio final de mestrado (no caso das especializações desde que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos mínimos: totalizem 60 ECTS, tenham a duração de 300 horas letivas de contacto presencial distribuídas por 2 semestres letivos e sejam sujeitas a uma avaliação final).

⁶² A evolução de inscritos entre 2011/12 e 2013/14 encontra-se apresentada no anexo VI. Ressalva-se, contudo, que já se encontram disponíveis os dados referentes aos anos letivos 2014/15 e 2015/16 (RAIDES 15 - publicado em finais de setembro de 2016).

⁶³ O ensino universitário inclui estabelecimentos não integrados em universidades e o ensino politécnico inclui estabelecimentos não integrados em institutos politécnicos, bem como unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades.



Gráfico 4 - Evolução do número de inscritos (2011/12 - 2013/14)

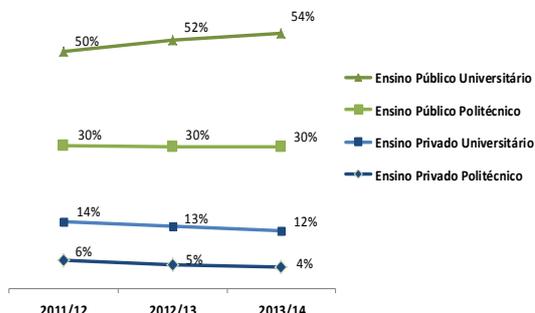
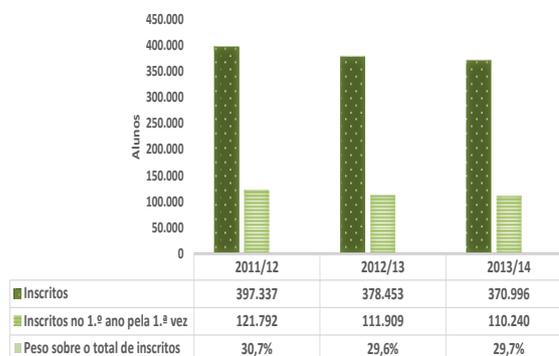


Gráfico 5 - Inscritos no Ensino Superior (2011/12-2013/14)



Fonte (quadro e gráficos): Dados da DGEEC (RAIDES)

Nota: A base de dados considerada inclui cursos que não conferem grau académico (p.ex. CET) e os inscritos em mobilidade internacional.

Relativamente ao ano letivo de 2012/13, sublinha-se o seguinte (vd. **anexo VI**)⁶⁴:

- No ensino superior, existem 299 estabelecimentos de ensino, nos quais são lecionados cursos que totalizam 5.170 pelo par estabelecimento/curso, destacando-se no ensino público 178 que promovem 4010 cursos, nos quais se encontram inscritos 309.901 alunos (vd. **anexo VII**);
- Inscreveram-se 378.453 alunos no ensino superior, dos quais 82% pertenciam ao ensino público e 65% ao universitário;
- O número de alunos diminuiu no ensino público e no privado, 2% e 14% respetivamente, comparativamente com o ano letivo anterior;
- Os alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, ascenderam a 111.909, representando cerca de 30% do total de inscritos, dos quais 84% pertenciam ao ensino público, 63% ao ensino universitário e 54% em cursos de licenciatura.

Entre os anos letivos 2011/12 e 2013/14 o número de inscritos teve um decréscimo anual, o mesmo ocorrendo se considerarmos apenas os inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, apresentando estes sobre o total de inscritos, naquele período, um peso de 30% em média (vd. **anexo VI**)⁶⁵.

Por outro lado, observemos ao nível da formação e de CNAEF⁶⁶ - Grandes grupos (vd. **anexo VI**):

⁶⁴ Com a publicação dos resultados do RAIDES (15), ressalva-se que no ano letivo 2015/16 existiam no **Ensino Superior**: 295 estabelecimentos de ensino; 6.992 cursos pelo par estabelecimento/curso; 358.193 alunos inscritos e 112.701 inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez. Destaca-se o **Ensino Superior Público** com 180 (61%) estabelecimentos (102 no politécnico), 5.779 cursos pelo par estabelecimento/curso, 299.539 alunos inscritos e 93.809 inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez.

Deste modo, relativamente ao ano letivo de 2012/13, no **Ensino Superior** houve um aumento de 35% em cursos por par estabelecimento/curso, inversamente ao número de estabelecimentos de ensino e de inscritos, tendo estes últimos apresentado uma descida de 5%. Por outro lado, os inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez aumentaram 1% de 2012/13 para 2015/16. Estas tendências ocorrem igualmente no **Ensino Superior Público**.

⁶⁵ De 2011/12 para 2015/16, a mesma tendência anual permanece relativamente ao total de inscritos, apresentando os inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez uma oscilação naquele período, ou seja uma diminuição de 2011/12 para 2013/14 e um crescimento de 2013/14 para 2015/16, mantendo-se, contudo, o peso dos 30%.

⁶⁶ Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação, prevista na Portaria n.º 256/2005 de 16 de Março. Corresponde à grelha de classificação desenvolvida em conjunto pelo *Eurostat e Cedefop-Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional*). Estrutura-se em três níveis hierárquicos (1.º - grandes grupos, 2.º - áreas de estudo e 3.º - áreas de educação e formação).



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Gráfico 6 - Inscritos por nível de formação (2012/13)

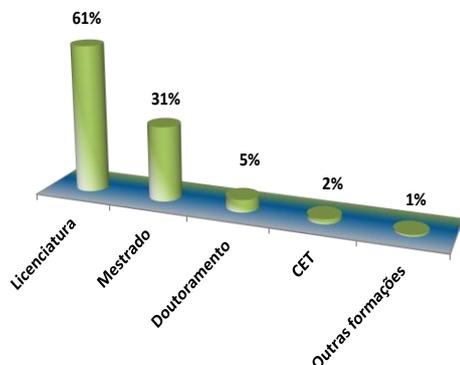
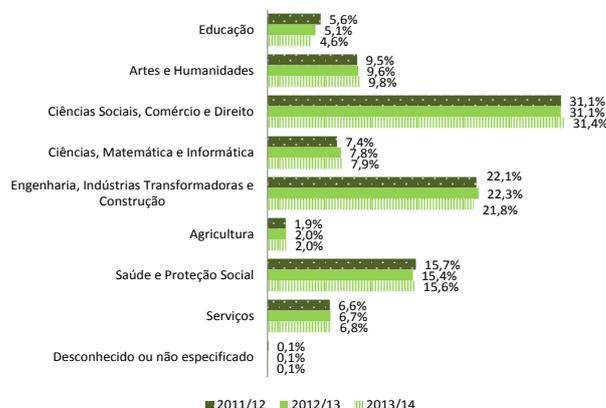


Gráfico 7 - Inscritos por CNAEF - Grandes Grupos (2011/12 - 2013/14)



Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Nota: A base de dados considerada inclui cursos que não conferem grau académico (p.ex. CET) e os inscritos em mobilidade internacional.

No ano letivo 2012/13⁶⁷:

- A inscrição em ciclos de estudos com grau académico é predominante (97%), destacando-se as licenciaturas (61%) e os mestrados⁶⁸ (31%);
- Na ótica de ciclos de estudos de formação inicial (licenciaturas e mestrados integrados), verifica-se a inscrição de 78% dos alunos, seguindo-se os cursos de mestrado com 14%. Foi nestes cursos que se registou uma maior redução no número de inscritos, face ao ano letivo anterior (-7%)⁶⁹;
- Ao nível dos grandes grupos de CNAEF, o maior número de inscritos verifica-se em: “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (31,1%), “Engenharia, Ind. Transf. e Construção” (22,3%) e “Saúde e Proteção Social” (15,4%).

Entre 2011/12 e 2013/14, verifica-se que o grupo de “Ciências, Matemática e Informática” apresenta um maior crescimento (0,5 p.p.) e “Engenharia, Ind. Transf. e Construção” um maior decréscimo (-0,3 p.p.)⁷⁰.

Na sua resposta, o presidente do Instituto Politécnico de Santarém veio informar o seguinte: *“Quanto aos dados do RAIDES (...) importa chamar a atenção para os erros históricos que inquinam os dados oficiais, bem como para a rigidez do sistema, que não permite alterações (...). Consultado no site respetivo o RAIDES (...) constatámos que os dados não correspondem ao que foi submetido (...)”,* devendo-se à incorreta introdução de códigos.⁷¹

⁶⁷ Considerando o ano letivo 2015/16 (RAIDES 15), observa-se que as conclusões ao nível de formação e dos grandes grupos de CNAEF, no que respeita ao peso relativo de estrutura não divergem das apresentadas para o ano letivo 2012/13.

⁶⁸ Inclui os mestrados integrados.

⁶⁹ Conforme informação no **Anexo VI** (licenciatura 61%, mestrado integrado 17%, mestrado 14%, doutoramento 5%, CET 2% e outras formações 1%).

⁷⁰ De acordo com os dados do RAIDES 15, conclui-se de modo diferente, ou seja, de 2011/12 para 2015/16 o grupo de “Ciências Sociais, Comércio e Direito” teve um maior crescimento (0,8 p.p.) e “Educação” um maior decréscimo (-1,7 p.p.).

⁷¹ *“(...) nomeadamente, no que se refere aos [CET], apesar da informação ter sido enviada pelas Escolas deste Instituto.” “(...) Os motivos pelos quais os dados estatísticos não espelham a realidade da instituição (...)” prendem-se com o facto de terem enviado “(...) os alunos como estando em Estágio Final (código 18 das Especificações Técnicas) uma vez que não aceitava o ano curricular 1 (código 10). Verificámos agora que, supostamente, deveríamos ter indicado no campo ano curricular como Não aplicável (código 20)”. Desta forma foram ignorados para as estatísticas alunos inscritos em CET 1º ano 1ª vez, ou seja, foram ignorados todos os alunos inscritos em CET do IPSantarém, num total de cerca de 350 alunos. Quanto aos Mestrados (...) indicámos que os alunos do 2.º ano curricular como estando em Dissertação (código 17), não sendo estes também contabilizados.*



Rita Cruz

Tribunal de Contas

“Solicitámos a possibilidade de os mesmos poderem ser corrigidos o mais breve possível e indagámos sobre a forma de efetuar a mesma, uma vez que os dados divulgados não correspondem à realidade”, tendo a DGEEC informado dessa impossibilidade, uma vez os dados já serem oficiais e do domínio público.

Apesar do Instituto ter indicado os dados reais, regista-se com apreço a disponibilização dessa informação. Porém, a mesma não foi tida em consideração nos respetivos quadros/gráficos e análise, pelo facto da fonte de dados do presente relatório/estudo ser os publicados pela DGEEC.

Diplomados

Relativamente aos **diplomados**, constatou-se que, no âmbito do inquérito **RAIDES**, realizado pela **DGEEC**, o número de alunos diplomados em IES, no ano letivo de 2012/13⁷², bem como a sua evolução de 2010/11 a 2012/13 constam no quadro e gráficos seguintes (vd. **anexo VIII**):

Quadro 4 - Diplomados no Ensino Superior (2012/13)⁷³

ENSINO SUPERIOR		2011/12	2012/13	%	Δ
Subsistema de ensino	Público	76.228	79.400	81%	4%
	Universitário	49.826	54.059	55%	8%
	Politécnico	26.402	25.341	26%	-4%
Privado		21.657	19.081	19%	-12%
	TOTAL	97.885	98.481	100%	1%
Tipo de ensino	Universitário	63.781	66.918	68%	5%
	Politécnico	34.104	31.563	32%	-7%
	TOTAL	97.885	98.481	100%	1%

Fonte de dados: DGEEC- RAIDES (com atualização de nov. 2013) e 13.
Nota: Inclui diplomas de cursos que não conferem grau académico (p.ex. CET)

Gráfico 8 - Diplomados por subsistema/tipo de ensino (2012/13)

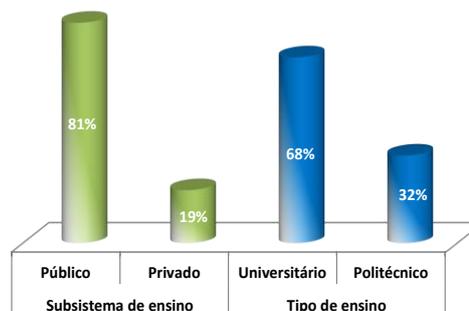
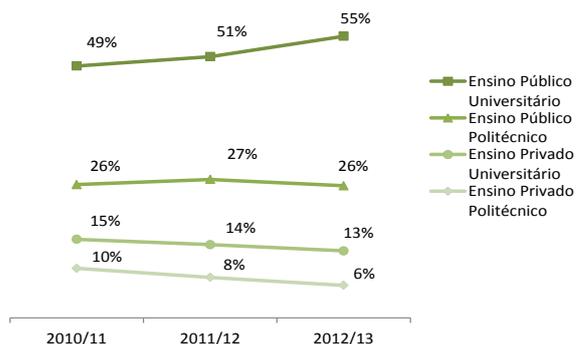
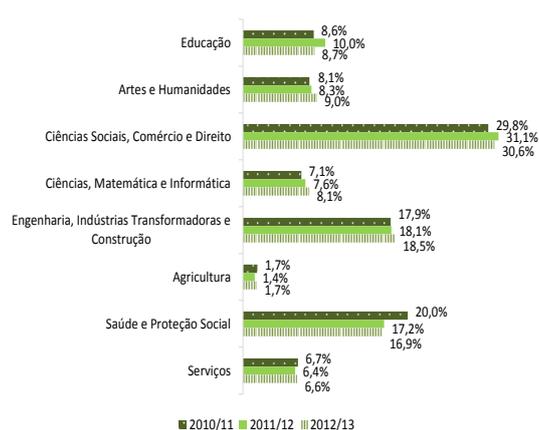


Gráfico 9 - Evolução do número de diplomados (2010/11 - 2012/13)



Fonte (quadro e gráficos): Dados da DGEEC (RAIDES)
Nota: Inclui diplomas de cursos que não conferem grau académico (p.ex. CET)

Gráfico 10 - Diplomados por CNAEF-Grandes Grupos (2010/11 - 2012/13)



⁷² Com referência a 31 de dezembro de 2013.

⁷³ O ensino universitário inclui estabelecimentos não integrados em universidades e o ensino politécnico inclui estabelecimentos não integrados em institutos politécnicos, bem como unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Em 2012/13, os diplomados no **ensino superior** ascenderam a 98.481, dos quais 81% pertenciam ao ensino público⁷⁴ e 68% ao ensino universitário. Relativamente ao ano letivo anterior, diplomaram-se mais 596 alunos (acréscimo de 1%) e no período de 2010/11 a 2012/13 o aumento é de 8.462 (9%)⁷⁵.

De 2011/12 para 2012/13, e tendo por base os dados constantes no **anexo VIII**, observa-se um crescimento de 4% em diplomas concedidos no ensino público, ao invés do ensino privado que decresceu 12%, influenciado significativamente por alunos do ensino politécnico. Por outro lado, no biénio indicado, a única tendência crescente que se verifica é no ensino público universitário com um aumento de 6 pontos percentuais (9.861 diplomados).

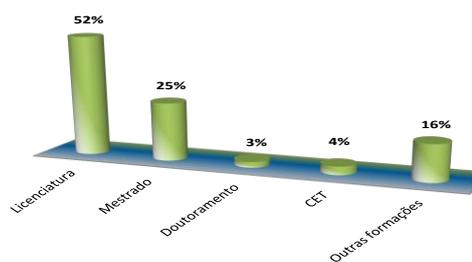
Quanto aos grupos de CNAEF, destacam-se em 2012/13 o de “Ciências Sociais, Comércio e Direito” que representa cerca de 31%, seguindo-se o de “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” com 19% e o de “Saúde e Proteção Social” com 17% diplomados⁷⁶.

Nos anos letivos de 2010/11 a 2012/13, observa-se uma tendência crescente em diplomados nos grupos CNAEF de “Artes e Humanidades”, “Ciências, Matemáticas e Informática” e, “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” e uma tendência inversa em “Saúde e Proteção Social”, oscilando nos demais grupos.⁷⁷

Por outro lado, ao nível de formação dos alunos, o maior número de diplomas emitidos em 2012/13 verificou-se em licenciaturas (52%)⁷⁸.

Observa-se ainda que 80% dos alunos são diplomados em ciclos de estudos conferentes de grau académico. Quanto aos demais (CET e Outras formações⁷⁹), destacam-se os diplomados em CET (3.614), os quais são maioritariamente do ensino público e politécnico.⁸⁰

Gráfico 11 - Diplomados por nível de formação (2012/13)



Fonte: Dados da DGEEC(RAIDES); Total de diplomados: 98.481.

A meta europeia a alcançar em 2020, da existência de pelo menos 40% de diplomados do Ensino Superior no grupo etário dos 30-34 anos, encontra-se referenciada no ponto 3.7. Nos subpontos seguintes, a análise dos **alunos inscritos (RAIDES)** e dos **diplomados**, incidirá essencialmente na perspetiva do **ensino superior público** no

⁷⁴ Deste, destaca-se o universitário com 55%.

⁷⁵ De acordo com os dados recentemente publicados (RAIDES 15), no ano letivo **2014/15** o número de diplomados ascendeu a 94.537 no ES, representando um aumento de 4.518 (5%) relativamente a 2010/11, mas inferior em 3.944 (-4%) comparativamente com o nosso ano de referência (2012/13). Continuam a predominar os diplomados no ensino público (83%) e no ensino universitário (68%).

⁷⁶ No ano letivo **2014/15** mantêm-se na mesma posição.

⁷⁷ Por outro lado, entre 2010/11 e 2012/13, o grupo de “Ciências, Matemáticas e Informática” tem o maior crescimento (1 p.p.) e “Saúde e Proteção Social” o maior decréscimo (-3,1 p.p.) Por outro lado, entre 2010/11 e 2012/13, o grupo de “Ciências, Matemáticas e Informática” tem o maior crescimento (1 p.p.) e “Saúde e Proteção Social” o maior decréscimo (-3,1 p.p.) Ressalva-se que entre 2010/11 e **2014/15** o único grupo que apresenta uma tendência anual crescente é o grupo “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”, oscilando nas demais áreas. Por outro lado, comparando 2010/11 com 2014/15, observa-se que o grupo “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” é o que apresenta um maior crescimento (1,5 p.p.) e “Educação” o maior decréscimo (-2,2 p.p.).

⁷⁸ Situação que se mantém no ano letivo **2014/15**, com 50% (cfr. RAIDES 15, entretanto publicado pela DGEEC).

⁷⁹ Em “Outras formações”, com 15.920 diplomados, constam: Diplomas de especialização-Curso de mestrado/Curso de doutoramento (12.276 e 1.692, respetivamente), Especializações pós-bacharelato (41), Especializações pós-licenciatura (1911).

⁸⁰ No ano letivo **2014/15**, continuam a prevalecer os diplomados com grau académico (63%), com menor representatividade do que em 2012/13, tendo o número de diplomados em CET ascendido a 5.061 no Ensino Superior, ou seja mais 1.447 (40%).



Rita Cruz

Tribunal de Contas

ano letivo 2012/13, autonomizando-se⁸¹, para o efeito, os inscritos em ciclos de estudos/cursos conferentes de grau académico, doravante designado CEGA, e os inscritos em CET.

3.2.1. Ciclos de Estudos conferentes de Grau Académico (CEGA)

Oferta formativa e Inscritos

No âmbito dos CEGA, apresentam-se seguidamente o número de estabelecimentos de ensino, de cursos e alunos inscritos, no ano letivo 2012/13⁸², bem como a comparação com o ano letivo de 2011/12, tendo por base os dados do inquérito RAIDES, promovido pela DGES (vd. **anexo IX**⁸³):

Quadro 5 - Número de Estabelecimentos de ensino, Cursos e Inscritos em CEGA (2012/13)

CEGA Subsistema/ Tipo de Ensino	Estabelecimentos	Cursos ⁽¹⁾	Inscritos				Inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez		
			2011/12	2012/13	%	Δ	2012/13	%	
Ensino Público	177	3658	308.302	301.241	82%	100%	-2%	87.246	84%
Universitário	80	2483	195.901	195.396	53%	65%	0%	56.059	54%
Politécnico	97	1175	112.401	105.845	29%	35%	-6%	31.187	30%
Ensino Privado	121	1071	77.956	66.968	18%	100%	-14%	16.912	16%
Universitário	57	739	55.147	48.684	13%	73%	-12%	12.390	12%
Politécnico	64	332	22.809	18.284	5%	27%	-20%	4.522	4%
Ensino Superior	298	4729	386.258	368.209	100%		-5%	104.158	100%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES 12)

⁽¹⁾ Pelo par estabelecimento/curso

Da sua análise, bem como da informação constante no **anexo IX**, no ano letivo 2012/13, destaca-se relativamente ao CEGA⁸⁴:

- No ensino superior, em 298 unidades orgânicas são lecionados 4.729 cursos, representando estes 92% do universo dos cursos existentes no ensino superior⁸⁵;
- Inscreveram-se 368.209 alunos, dos quais 82% em cursos ministrados no ensino público, sendo o ensino universitário o que possui o maior número de inscrições (53%);

⁸¹ Não se consideram os cursos de especialização pós-licenciatura e pós-bacharelato.

⁸² Dados a 31/12/2012.

⁸³ Neste anexo constam ainda os dados referentes ao no letivo 2013/14 - RAIDES 13, reportados a 31/12/2013.

⁸⁴ Com a publicação dos resultados do RAIDES (15), observa-se que no ano letivo **2015/16** existiam no **Ensino Superior**: 291 estabelecimentos de ensino a lecionar CEGA; 6.339 cursos pelo par estabelecimento/curso (91% do universo de cursos no ES); 346.118 alunos inscritos (67% no universitário) e 103.712 inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez (66% no universitário).

Destaca-se o **Ensino Superior Público** com: 176 (60%) estabelecimentos (integra 98 no politécnico), 5.234 cursos pelo par estabelecimento/curso, 289.054 alunos inscritos (65% no universitário) e 86.413 inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez.

Deste modo, relativamente ao ano letivo de 2012/13, no **Ensino Superior** houve um aumento de 34% em cursos pelo par estabelecimento/curso, inversamente ao número de estabelecimentos de ensino e de inscritos, tendo estes últimos apresentado uma descida de 6%. Por outro lado, os inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez também diminuíram, mas 0,4% de 2012/13 para **2015/16**.

Neste período, estas tendências ocorrem igualmente no **Ensino Superior Público** (aumento de 30% em cursos, diminuição de 1 estabelecimento de ensino e de 4% em inscritos).

⁸⁵ Considerando a globalidade dos cursos que conferem ou não conferem grau académico (5.170), conforme consta no Quadro 3.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

- c) No *subsistema de ensino público*, 177 estabelecimentos promovem 3.658 cursos, representando 77% do universo CEGA (4.729), e detêm 301.241 alunos inscritos, representando o ensino universitário 65%;
- d) Relativamente ao ano letivo anterior, no ensino superior houve uma diminuição de 5% de inscrições, observando-se a maior quebra no ensino privado (-14%);
- e) Dos alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez (104.158) no ensino superior, os que frequentam o ensino universitário, são os mais representativos (54%);
- f) Do ano letivo 2012/13 para 2013/14, houve uma diminuição de 9.476 alunos inscritos (-3%).

No **Ensino Superior Público**, observa-se o seguinte (vd. ainda **anexo X**):

Gráfico 12- Inscritos CEGA no Ensino Público (2011/12 - 2013/14)

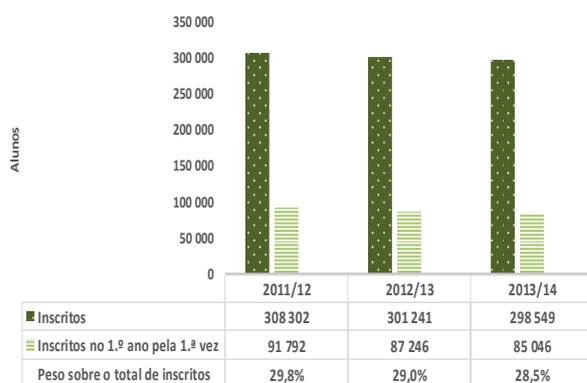
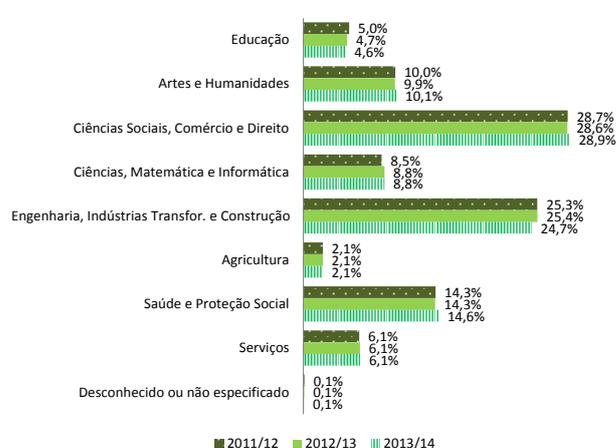


Gráfico 13- Inscritos CEGA no Ensino Público - CNAEF - Grandes Grupos (2011/12 a 2013/14)



Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

No ano letivo 2012/13 o número de inscritos em CEGA no ensino superior público ascendeu a 301.241⁸⁶ (menos 7.061 relativamente a 2011/12), apresentando um decréscimo de 3% no período de 2011/12 a 2013/14.

O peso dos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez em CEGA, em 2012/13, foi de 29%⁸⁷, sendo também esta sido a média observada entre os anos letivos 2011/12 e 2013/14, calculada sobre o total de inscritos.

Quanto aos grandes grupos de CNAEF, em 2012/13, nas inscrições em CEGA predomina o de “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (28,6%), seguido de “Engenharia, Indústrias transformadoras e Construção” (25,4%)⁸⁸, o que conjuntamente representam mais de metade do total dos inscritos. Apesar da diminuição global de inscritos, observa-se que “Ciências, Matemática e Informática” é o grupo CNAEF onde se observa um aumento de inscritos, relativamente ao ano letivo anterior, com mais 313 alunos.

⁸⁶ Inclui 3.658 registos de CEGA pelo par estabelecimento/curso (considerando o código de curso), dos quais existem 271 (7,4%) com curso não especificado (código “0000”) que incluem 4.871 inscritos (1,6%) e que de acordo com a DGEEC correspondem “(...) a alunos provenientes de programas de mobilidade internacional, os quais podem não estar associados a um curso em particular mas apenas a uma área”.

⁸⁷ Em 2015/16 o peso foi de 30%.

⁸⁸ Em 2015/16 mantém-se os mesmos grupos de CNAEF, mas com o seguinte peso: 28,8% e 24,4%, respetivamente.



No triénio 2011/12 a 2013/14, o grupo de “Ciências, Matemática e Informática” é o que apresenta um maior crescimento (0,3 p.p) e o de “Educação” um maior decréscimo (-0,4 p.p).

Por grau académico, no ensino público (ano letivo 2012/13)⁸⁹, os alunos inscritos em licenciaturas representam 61%, em mestrados 33% e em doutoramentos 6%.

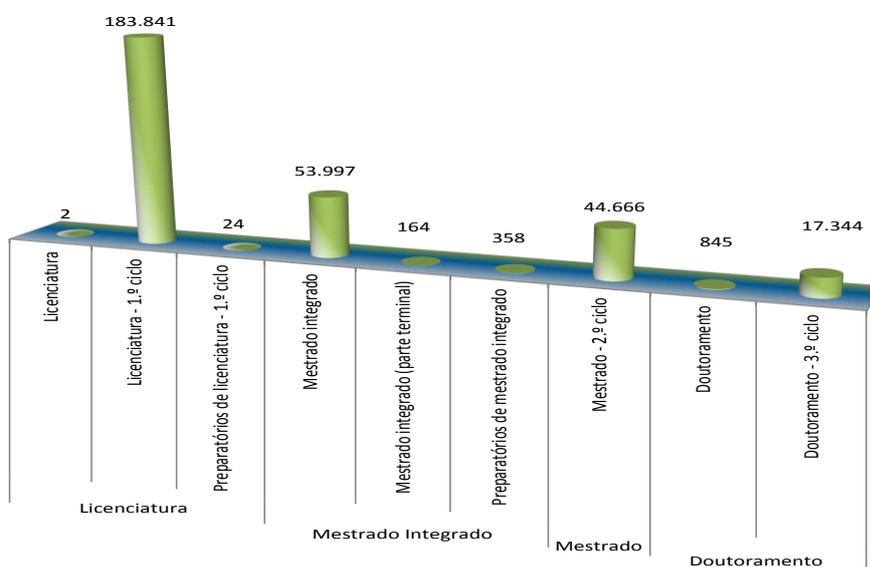
A informação mais desagregada, conforme disponibilizada nos resultados do inquérito RAIDES é a que se pode observar no gráfico seguinte:

Quadro 6 - Grau académico-CEGA no Ensino Público (2012/13)

Grau académico	Inscritos	
Licenciatura	183.867	61%
Mestrado	99.185	33%
Doutoramento	18.189	6%
Total de CEGA (Ensino Público)	301.241	100%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES 12)

Gráfico 14- Inscritos CEGA por grau académico - Ensino Público (2012/13)



No ensino público, em termos da distribuição territorial (NUTS II), observa-se que o maior número de inscritos ocorre em IES das regiões de Lisboa (35%), Norte (30%) e Centro (26%), enquanto as regiões autónomas dos Madeira e Açores têm menor percentagem (0,9% e 1,1%, respetivamente)⁹⁰.

Os três distritos com mais inscritos são Lisboa, Porto e Coimbra, com 31%, 12% e 17%, respetivamente.

A maioria dos inscritos é do sexo feminino (52%).

Ilustração 6 - Inscritos CEGA no Ensino Público - NUTS II (2012/13)



Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

⁸⁹ Em 2015/16 continuam a predominar as licenciaturas (59%).

⁹⁰ Em 2015/16 mantém-se a mesma distribuição territorial: Lisboa (36%), Norte (30%) e Centro (25%).



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Em 2012/13, destacam-se as 10 IES públicas com maior número de inscritos em CEGA (vd. anexo XI):

Quadro 7 - Inscritos CEGA no Ensino Público (2012/13) - TOP IES 10+

Posição	Código	IES	Alunos Inscritos	%
1.º	1100	Universidade do Porto	31.895	10,6%
2.º	0800	Universidade Técnica de Lisboa	25.389	8,4%
3.º	0500	Universidade de Coimbra	23.883	7,9%
4.º	0700	Universidade de Lisboa	22.033	7,3%
5.º	0900	Universidade Nova de Lisboa	18.332	6,1%
6.º	1000	Universidade do Minho	17.966	6,0%
7.º	3130	Instituto Politécnico do Porto	17.618	5,8%
8.º	3110	Instituto Politécnico de Lisboa	13.925	4,6%
9.º	0300	Universidade de Aveiro	13.530	4,5%
10.º	3060	Instituto Politécnico de Coimbra	10.032	3,3%
Ensino Superior Público - CEGA			301.241	

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES 12)

A Universidade do Porto encontra-se em primeiro lugar da lista⁹¹, representando os seus alunos inscritos cerca de 11% do total.

O curso de licenciatura em “Direito” integrado no grande grupo CNAEF de “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é o que consta em 1.º lugar da lista dos 10 pares estabelecimento/curso com maior número de inscritos⁹², conforme se observa:

Quadro 8 - Inscritos CEGA no Ensino Público (2012/13) - TOP 10+ Cursos (pelo par estabelecimento/curso)

Posição	Código	Curso	Código	IES/ Unidade Orgânica	Grau académico	Tipo de Ensino	Inscritos
1.º	9078	Direito	0702	Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	Universitário	2.419
2.º	9813	Medicina	0705	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	Mestrado integrado	Universitário	2.239
3.º	9078	Direito	0502	Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	Universitário	2.236
4.º	9813	Medicina	0506	Universidade de Coimbra - Faculdade de Medicina	Mestrado integrado	Universitário	1.878
5.º	9712	Ciências Sociais	1400	Universidade Aberta	Licenciatura - 1.º ciclo	Universitário	1.787
6.º	9813	Medicina	1108	Universidade do Porto - Faculdade de Medicina	Mestrado integrado	Universitário	1.700
7.º	9813	Medicina	0901	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas	Mestrado integrado	Universitário	1.646
8.º	9360	Engenharia Civil	0807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico (Alameda)	Mestrado integrado	Universitário	1.619
9.º	9367	Engenharia Electrot. e de Computadores	0807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico (Alameda)	Mestrado integrado	Universitário	1.543
10.º	9500	Enfermagem	7001	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	Licenciatura - 1.º ciclo	Politécnico	1.477

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES 12)

⁹¹ Devido à fusão da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) com a Universidade de Lisboa (UL), constantes do **Quadro 7**, a primeira posição seria alterada, decorrente do facto do número de inscritos destas duas entidades ultrapassar o total de alunos na Universidade do Porto. Esta situação é observável no ano letivo **2015/16**, com a Universidade de Lisboa a apresentar o maior número de inscritos (48.489; 17%).

⁹² Situação que se mantém no ano letivo **2015/16**.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Diplomados

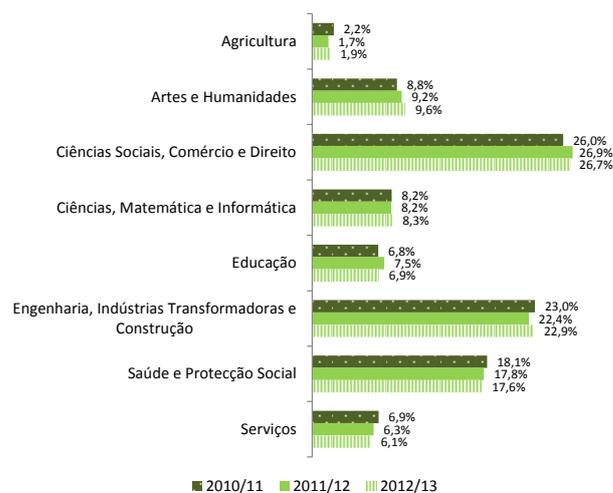
No tocante aos diplomados nesta modalidade, de acordo com o RAIDES (DGEEC), nos cursos de licenciaturas, mestrados e doutoramentos, os diplomados no Ensino Superior, no ano letivo 2012/13⁹³ ascenderam a 78.947, dos quais 62.169 no ensino público, conforme se observa no quadro infra, sendo ainda visível a sua evolução nos anos letivos de 2010/11 a 2012/13⁹⁴:

Quadro 9 - Diplomados em CEGA (2010/11 - 2012/13)

CEGA Subsistema/ Tipo de Ensino	2010/11	2011/12	2012/13				
			N.º	%	Δ 2011/12	Δ 2010/11	
Ensino Público	60.917	64.916	62.169	79%	100%	-4%	2%
Universitário	38.485	40.732	41.709	53%	67%	2%	8%
Politécnico	22.432	24.184	20.460	26%	33%	-15%	-9%
Ensino Privado	20.758	20.115	16.778	21%	100%	-17%	-19%
Universitário	12.616	13.324	11.520	15%	69%	-14%	-9%
Politécnico	8.142	6.791	5.258	7%	31%	-23%	-35%
TOTAL	81.675	85.031	78.947	100%		-7%	-3%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Gráfico 15 - Diplomados em CEGA no Ensino Público - Grandes grupos CNAEF (2010/11 - 2012/13)



Da sua análise resulta que, no **ensino superior público**, no ano letivo 2012/13⁹⁵:

- Diplomaram-se 79% do total de alunos no Ensino Superior;
- O ensino universitário foi o que diplomou o maior número de alunos (53%), sendo também o que tem maior número de alunos inscritos;
- Do total de diplomados em CEGA, 26,7% obtiveram o diploma na área de “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, 22,9% em “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” e 17,6% em Saúde e Proteção Social.

De 2010/11 para 2012/13, observa-se o seguinte:

- O número de diplomados em CEGA registou uma diminuição de 3%, influenciado pelo ensino privado (-19%);
- Tendência crescente em diplomados, no ensino público, nas áreas de “Artes e Humanidades” e “Ciências, Matemáticas e Informática” e uma tendência inversa na área de “Saúde e Proteção Social” e “Serviços”, oscilando nas demais áreas.

Acresce ainda que em 2012/13, a maioria dos diplomados, no ensino público é do sexo feminino (59%).

Quanto ao grau académico e à distribuição territorial (NUTS II) no ensino superior público, observa-se o seguinte:

⁹³ Com referência a 31 de dezembro de 2013.

⁹⁴ De acordo com os dados recentemente publicados (RAIDES 15), no ano letivo **2014/15** o número de diplomados ascendeu a 74.457 no ES, representando uma diminuição de 7.218 (-9%) relativamente a 2010/11, mas inferior em 4.490 (-6%) comparativamente com o nosso ano de referência (2012/13).

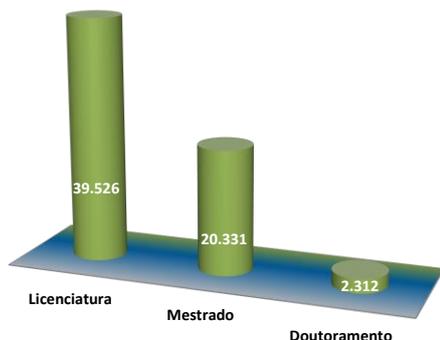
⁹⁵ Em **2014/15** continuam a predominar os diplomados no ensino público (82%) e no ensino universitário (68%). Por CNAEF, mantém-se a mesma distribuição, sendo 26,9%, 22,7% e 18,0%, respetivamente.



Rita Cruz

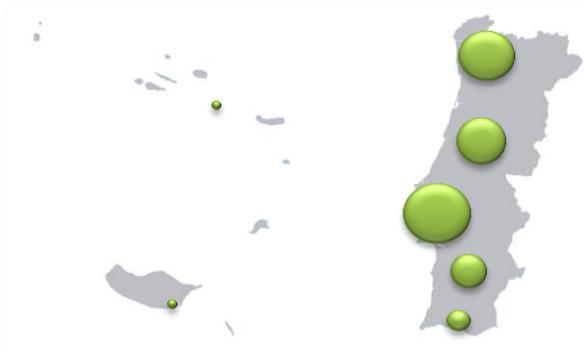
Tribunal de Contas

Gráfico 16 - Diplomados CEGA no Ensino Público por grau académico (2012/13)



Fonte: Dados da DGEEC(RAIDES)

Ilustração 7 - Diplomados CEGA no Ensino Público por NUTS II (2012/13)



As licenciaturas predominam com 64%⁹⁶, seguindo-se os mestrados (33%) e os doutoramentos (4%), verificando-se ainda que o maior número de diplomas emitidos ocorre em IES das regiões de Lisboa (33%), do Norte (30%) e Centro (27%), enquanto as regiões autónomas dos Açores e da Madeira são as que apresentam menor percentagem (1% cada).⁹⁷

Por outro lado, as IES dos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra são as que apresentam um maior número de diplomados, com 29%, 17% e 12%, respetivamente, não se devendo descurar o facto de também serem as que detêm um maior número de inscritos e instituições com uma maior dimensão organizacional.

As 10 IES que apresentam o maior número de diplomados em CEGA, no ensino público, no ano letivo 2012/13⁹⁸, por ordem decrescente, constam no quadro seguinte, destacando-se em primeiro lugar a Universidade do Porto.⁹⁹

Quadro 10 - Diplomados em CEGA no Ensino Público (2012/13) - TOP IES 10+

Posição	Código	IES	Total
1.ª	1100	Universidade do Porto	7.508
2.ª	0800	Universidade Técnica de Lisboa	5.315
3.ª	0500	Universidade de Coimbra	5.015
4.ª	0700	Universidade de Lisboa	4.420
5.ª	0900	Universidade Nova de Lisboa	4.154
6.ª	1000	Universidade do Minho	3.907
7.ª	0300	Universidade de Aveiro	2.964
8.ª	3130	Instituto Politécnico do Porto	2.830
9.ª	3110	Instituto Politécnico de Lisboa	2.273
10.ª	3100	Instituto Politécnico de Leiria	2.035

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

O curso de “Estudos básicos de medicina”, conferente de licenciatura no âmbito de um ciclo integrado de estudos (“licenciatura de mestrado integrado”), incluído no grupo CNAEF de “Saúde e Proteção Social”, ministrado pela

⁹⁶ O mesmo se verifica em 2014/15.

⁹⁷ Verificando-se em 2014/15, a mesma tendência: Lisboa (35%), Centro (31%) e Norte (25%).

⁹⁸ Considerando o total do ensino superior em Portugal (público e privado), a Universidade Católica Portuguesa (UCP) estaria a seguir ao Instituto Politécnico do Porto (2511) e o Instituto Politécnico de Leiria deixaria de constar no TOP IES 10+.

⁹⁹ Em 2014/15, a Universidade de Lisboa é a que apresenta o maior número de diplomados (9.857; 16,2%).



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa é o que consta em 1.º lugar da lista dos 10 pares estabelecimento/curso com maior número de diplomados¹⁰⁰, conforme se observa:

Quadro 11 - Diplomados em CEGA no Ensino Público (2012/13) - TOP 10+ Cursos (pelo par estabelecimento/curso)

Posição	Cód.	Curso	Cód.	IES / Unidade Orgânica	Nível de Formação	Tipo de Ensino	Total
1.º	8063	Estudos Básicos de Medicina	0705	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	Licenciatura de mestrado integrado	Universitário	358
2.º	8060	Ciências Básicas da Saúde	1108	Universidade do Porto - Faculdade de Medicina	Licenciatura de mestrado integrado	Universitário	338
3.º	9813	Medicina	0705	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	Mestrado Integrado	Universitário	332
4.º	9078	Direito	0702	Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	Universitário	329
5.º	9500	Enfermagem	7001	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	Licenciatura - 1.º ciclo	Politécnico	293
6.º	9078	Direito	0502	Universidade de Coimbra - Faculdade de Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	Universitário	284
7.º	9500	Enfermagem	7002	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	Licenciatura - 1.º ciclo	Politécnico	277
8.º	8045	Estudos em Ciências Básicas da Saúde	0506	Universidade de Coimbra - Faculdade de Medicina	Licenciatura de mestrado integrado	Universitário	276
9.º	8060	Ciências Básicas da Saúde	0901	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas	Licenciatura de mestrado integrado	Universitário	271
10.º	9813	Medicina	1108	Universidade do Porto - Faculdade de Medicina	Mestrado Integrado	Universitário	260

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

De salientar que a interpretação dos quadros supra TOP 10 + não pode ser em matéria de diplomados desligada da dimensão organizacional de cada estabelecimento de ensino

3.2.2. Cursos de Especialização Tecnológica (CET)

Oferta formativa e Inscritos

Quanto ao número de estabelecimentos de ensino superior, cursos e alunos inscritos em CET, no ano letivo 2012/13, bem como a sua comparação com o ano letivo anterior¹⁰¹, pode observar-se o seguinte:

Quadro 12 - Número de Estabelecimentos, Cursos e Inscritos em CET (2012/13)

CET Subsistema/ Tipo de Ensino	Estabelecimentos	Cursos ⁽¹⁾	Inscritos				Inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez		
			2011/12	2012/13	%	Δ	2012/13	%	
Ensino Público	48	221	6.014	6.191	83%	100%	3%	4.510	80%
Universitário	7	18	355	337	5%	5%	-5%	199	4%
Politécnico	41	203	5.659	5.854	79%	95%	3%	4.311	76%
Ensino Privado	17	67	1.050	1.262	17%	100%	20%	1.150	20%
Universitário	10	57	935	1.110	15%	88%	19%	1.019	18%
Politécnico	7	10	115	152	2%	12%	32%	131	2%
Ensino Superior	65	288	7.064	7.453	100%		6%	5.660	100%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES 12)

⁽¹⁾ Pelo par estabelecimento/curso

¹⁰⁰ Em 2014/15, mantém-se o mesmo par estabelecimento/ curso com o maior número de diplomados.

¹⁰¹ Idem nota de rodapé 83.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

No **anexo XII**, pode, ainda, observar-se a evolução dos inscritos nos três anos letivos de 2011/12 a 2013/14.

Da sua análise, relativamente a CET no ano letivo 2012/13¹⁰², destaca-se que:

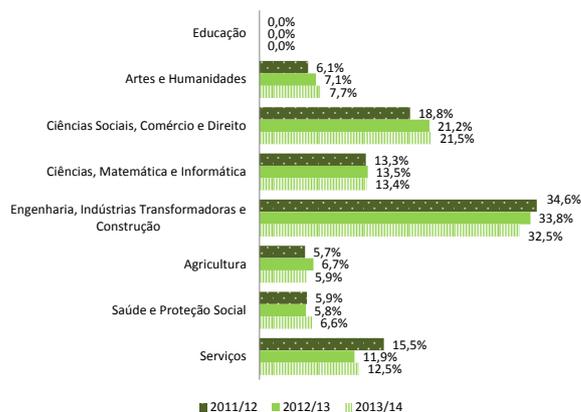
- a) No ensino superior, em 65 estabelecimentos são lecionados 288 cursos, representando estes 5,6% do universo dos cursos existentes no ensino superior (5.170, cfr. Quadro 3);
- b) No ensino público, 48 estabelecimentos promovem 221 cursos, os quais representam 77% do universo CET (288);
- c) Dos inscritos em CET (6.191) no subsistema de ensino público, o ensino politécnico representa 95%;
- d) Do total de inscritos em 2012/13, 83% frequentam cursos ministrados no ensino público, sendo o ensino politécnico o que possui o maior número de inscrições, representativo de 81% do total (79% do ensino público);
- e) Relativamente ao ano letivo anterior verificou-se um crescimento de 6% no total de inscrições.
- f) Dos alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez em CET ministrados em estabelecimentos de ensino superior (5.660), os relativos ao ensino público politécnico têm a maior representatividade (76%);
- g) Do ano letivo 2012/13 para 2013/14, houve um aumento de 1343 (17%) alunos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez.

No **Ensino Superior Público**, dado que é neste que predominam os CET, as observações não divergem significativamente das apresentadas em termos do sistema global de ensino (público e privado). Vejamos os seguintes gráficos (vd. ainda **anexo XIII**):

Gráfico 17 - Inscritos CET no Ensino Público (2011/12 - 2013/14)



Gráfico 18 - Inscritos CET no Ensino Público -CNAEF - Grandes Grupos (2011/12 a 2013/14)



Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Em 2012/13¹⁰³ o número de inscritos em CET no ensino superior público ascendeu a 6.191 (mais 177 relativamente a 2011/12) e no triénio (2011/12 - 2013/14) observa-se uma tendência crescente no número de inscritos e um peso significativo dos inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez, a rondar uma média de 73%.

¹⁰² De acordo com os resultados do RAIDES (15), observa-se que no ano letivo **2015/16** existiam no **Ensino Superior**: 41 estabelecimentos de ensino a lecionar CET; 161 cursos pelo par estabelecimento/corso (2,3% do universo de cursos no ES); 1.794 alunos inscritos (67% no universitário), inexistindo inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez, conforme previsto no DL n.º 43/2014 de 18 de março.

Destaca-se o **Ensino Superior Público**, com: 33 (81%) estabelecimentos (integra 31 no politécnico), 132 cursos pelo par estabelecimento/corso (82% do universo CET), 1.655 alunos inscritos (92% do total de CET; encontrando-se 99,7% no politécnico), inexistindo inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez.

¹⁰³ Em **2015/16**, o número de inscritos diminuiu em 4.536, relativamente ao ano letivo 2012/13.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

O grupo CNAEF que predomina nesse ano letivo é o de “Engenharia, Indústrias transformadoras e Construção” (34%) e de “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (21%), os quais conjuntamente apresentam mais de metade dos inscritos, relativamente ao total, inexistindo qualquer inscrição em “educação”.¹⁰⁴

No período de 2011/12 para 2013/14, o grupo de “Engenharia, Indústrias transformadoras e Construção” é o único que apresenta uma tendência anual decrescente no número de alunos inscritos. Por outro lado, “Serviços” é o que apresenta um maior crescimento (3 p.p) e “Ciências Sociais, Comércio e Direito” um maior decréscimo (-2,7 p.p).

No ensino público, em termos da distribuição territorial (NUTS II), observa-se que o maior número de inscritos ocorre em IES das regiões Centro (56%), Norte (22%) e Alentejo (7%), enquanto as regiões autónomas dos Açores e da Madeira têm menor percentagem (2,6% e 2,2%, respetivamente)¹⁰⁵.

Os três distritos com mais inscritos são Leiria, Bragança e Santarém, com 24%, 12% e 11%, respetivamente.

Acresce ainda referir que a maioria dos inscritos é do sexo masculino (66%).

Ilustração 8 - Inscritos CET no Ensino Público - NUTS II (2012/13)



Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

No ano letivo 2012/13, destacam-se as 10 IES públicas com maior número de inscritos em CET (vd. **anexo XIV**):

Quadro 13 - Inscritos CET no Ensino Público (2012/13) - TOP IES 10+

Posição	Código	IES	Alunos Inscritos	%
1.º	3100	Instituto Politécnico de Leiria	1.512	24,4%
2.º	3040	Instituto Politécnico de Bragança	734	11,9%
3.º	3240	Instituto Politécnico de Tomar	518	8,4%
4.º	3160	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	407	6,6%
5.º	0300	Universidade de Aveiro	384	6,2%
6.º	3060	Instituto Politécnico de Coimbra	362	5,8%
7.º	3090	Instituto Politécnico da Guarda	338	5,5%
8.º	3150	Instituto Politécnico de Setúbal	279	4,5%
9.º	3180	Instituto Politécnico de Viseu	274	4,4%
10.º	3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	262	4,2%
Ensino Superior Público - CET			6.191	

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES 12)

O Instituto Politécnico de Leiria ocupa o primeiro lugar da lista, cujos alunos inscritos representam cerca de 24% do total¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Em 2015/16, por CNAEF, mantém-se a mesma distribuição, sendo 34% e 23%, respetivamente.

¹⁰⁵ Verificando-se o seguinte, em 2015/16: Centro (71,0%), Norte (9,2%) e Lisboa (9,0%).

¹⁰⁶ Em 2015/16, mantém-se a mesma IES (n.º de inscritos 716; 43,3%).



Rita Cruz

Tribunal de Contas

O curso em CET de “Práticas Administrativas e Relações Públicas” integrado no grupo CNAEF de “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, ministrado pelo Instituto Politécnico de Leiria é o que consta em 1.º lugar da lista dos 10 pares estabelecimento/curso com maior número de inscritos, conforme se observa:¹⁰⁷

Quadro 14 - Inscritos em CET no Ensino Público (2012/13) - TOP 10+ Cursos (pelo par estabelecimento/curso)

Posição	Código	Curso	Código	IES/Unidade Orgânica	Tipo de Ensino	Total
1.º	7207	Práticas Administrativas e Relações Públicas	3100	Instituto Politécnico de Leiria	Politécnico	135
2.º	7119	Energias Renováveis	3100	Instituto Politécnico de Leiria	Politécnico	128
3.º	7208	Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário	3100	Instituto Politécnico de Leiria	Politécnico	120
4.º	7102	Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos	3100	Instituto Politécnico de Leiria	Politécnico	110
5.º	7101	Desenvolvimento de Produtos Multimédia	3100	Instituto Politécnico de Leiria	Politécnico	98
6.º	7135	Técnicas e Gestão Hoteleira	3100	Instituto Politécnico de Leiria	Politécnico	79
7.º	7161	Contabilidade e Gestão	3241	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Politécnico	73
8.º	7185	Cuidados Veterinários	3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Politécnico	71
9.º	7105	Aplicações Informáticas de Gestão	3100	Instituto Politécnico de Leiria	Politécnico	70
10.º	7142	Construção e Administração de Websites	3100	Instituto Politécnico de Leiria	Politécnico	66

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES 12)

Diplomados

Tendo por base o inquérito RAIDES (DGEEC), os dados dos **diplomados** em CET no ano letivo 2012/13 e a sua evolução no triénio de 2010/11 a 2012/13, são os que a seguir se apresentam:

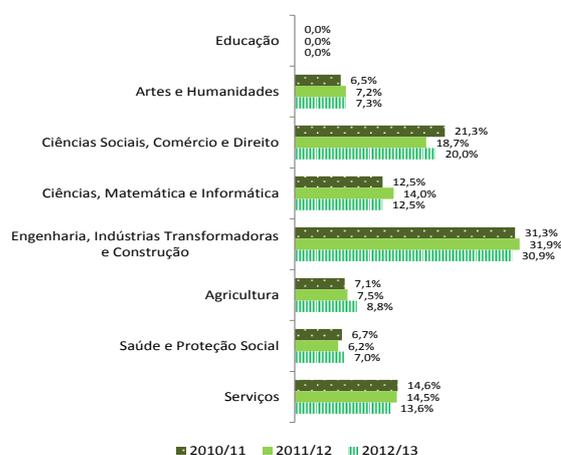
Quadro 15 - Diplomados em CET (2010/11 - 2012/13)

CET Subsistema/ Tipo de Ensino	2010/11	2011/12	2012/13				
			N.º	%	Δ		
					2011/12	2010/11	
Ensino Público	2.267	3.022	3.027	84%	100%	0%	34%
Universitário	139	160	171	5%	6%	7%	23%
Politécnico	2.128	2.862	2.856	79%	94%	0%	34%
Ensino Privado	623	599	587	16%	100%	-2%	-6%
Universitário	434	528	522	14%	89%	-1%	20%
Politécnico	189	71	65	2%	11%	-8%	-66%
TOTAL	2.890	3.621	3.614	100%	100%	0%	25%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Gráfico 19 - Diplomados em CET no Ensino Público - Grandes Grupos CNAEF (2010/11 - 2012/13)



Da sua análise resulta que no ano letivo 2012/13, os diplomados em CET no ensino superior ascenderam a 3.614, destacando-se no ensino superior público 3.027 alunos (84%)¹⁰⁸.

No subsistema de **ensino superior público**, observa-se o seguinte¹⁰⁹:

- a) O ensino politécnico foi o que apresentou o maior número de diplomados (94%)

¹⁰⁷ Em 2015/16, mantém-se o mesmo par estabelecimento/curso (66 inscritos).

¹⁰⁸ Em 2014/15, os diplomados no ES ascenderam a 5.061, destacando-se 3.874 (77%) no ESP.

¹⁰⁹ Relativamente ao ano letivo 2014/15, não se verificaram alterações, (politécnico 75%; CNAEF: 26% e 19%, respetivamente)



Rita Cruz

Tribunal de Contas

- b) Existência de 30,9% diplomados na área de “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção”, seguida de 20% nas “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, não existindo diplomados na área de educação. Contudo, em comparação com o ano letivo de 2010/11, estas áreas, bem como a de “Serviços”, foram as que apresentaram um decréscimo na emissão de diplomas.

No triénio 2010/11 a 2012/13, no ensino superior observa-se o seguinte:

- c) O número de diplomados registou um crescimento de 25%¹¹⁰, influenciado positivamente pelo ensino público (34%) e negativamente pelo ensino privado (-6%);
- d) Tendência crescente em diplomados, no ensino público, nas áreas de “Artes e Humanidades” e “Agricultura” e uma tendência inversa na área de “Serviços”, oscilando nas demais áreas.

No ensino público, em termos da distribuição territorial (NUTS II), observa-se que o maior número de diplomados ocorre em IES das regiões do Centro (44,3%), Norte (29,1%) e Alentejo (11%), enquanto o Algarve e a região autónoma da Madeira têm menor percentagem (2,8% e 2%, respetivamente)¹¹¹.

Os três distritos com mais diplomados são Leiria, Bragança e Santarém, com 17%, 16% e 9%, respetivamente.

Acresce ainda que, contrariamente aos CEGA, a maioria dos diplomados em CET no ensino público é do sexo masculino (60%).

Ilustração 9 - Diplomados em CET no Ensino Público por NUTS II (2012/13)



Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

No ensino público, as 10 IES que apresentam o maior número de diplomados em CET, no ano letivo 2012/13, por ordem decrescente, são as constantes no quadro seguinte, constando em primeiro lugar o Instituto Politécnico de Leiria¹¹².

Quadro 16 - Diplomados em CET no Ensino Público (2012/13) - TOP IES 10+

Posição	Código	IES	Diplomados 2012/13
1.º	3100	Instituto Politécnico de Leiria	537
2.º	3040	Instituto Politécnico de Bragança	494
3.º	3160	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	248
4.º	300	Universidade de Aveiro	186
5.º	3090	Instituto Politécnico da Guarda	173
6.º	3060	Instituto Politécnico de Coimbra	173
7.º	3240	Instituto Politécnico de Tomar	160
8.º	3020	Instituto Politécnico de Beja	156
9.º	3140	Instituto Politécnico de Santarém	115
10.º	7110	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	104

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

¹¹⁰ Entre 2010/11 e 2014/15, constata-se um aumento de 75%. No entanto, comparando o ano letivo de referência (2012/13) com 2014/15, o crescimento é de 40%, em diplomados.

¹¹¹ No ano letivo 2014/15, essa distribuição territorial mantém-se, sendo Centro (43,7%), Norte (31%) e Algarve (13,0%).

¹¹² No entanto, em 2014/15, a IES que apresenta um maior número de diplomados (661) é o Instituto Politécnico de Bragança.



O curso de “Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário” integrado no grupo CNAEF de “Saúde e Proteção Social”, ministrado pelo Instituto Politécnico de Leiria é o que se posiciona em 1.º lugar da lista dos pares estabelecimento/curso que têm mais diplomados, conforme se observa¹¹³:

Quadro 17 - Diplomados em CET no ES Público (2012/13) - TOP 10+ Cursos (pelo par estabelecimento/curso)

Posição	Cód.	Curso	Cód.	IES / Unidade Orgânica	Total
1.º	7208	Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário	3100	Instituto Politécnico de Leiria	52
2.º	7185	Cuidados Veterinários	3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	49
3.º	7185	Cuidados Veterinários	3161	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior Agrária	48
4.º	7161	Contabilidade e Gestão	3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	41
5.º	7197	Informática	3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	39
6.º	7207	Práticas Administrativas e Relações Públicas	3100	Instituto Politécnico de Leiria	39
7.º	7138	Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação	3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	38
8.º	7135	Técnicas e Gestão Hoteleira	3100	Instituto Politécnico de Leiria	37
9.º	7101	Desenvolvimento de Produtos Multimédia	3100	Instituto Politécnico de Leiria	36
10.º	7104	Condução de Obra	3242	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	35

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Porém, as conclusões que se retiram da informação constante dos quadros supra TOP 10+ devem ser encaradas com prudência, porquanto podem existir condicionantes diversas que enviesem estes resultados, nomeadamente a dimensão organizacional de cada estabelecimento de ensino.

3.3. Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior Público

De modo a aferir da relação entre a oferta e a procura de cursos e IES, no ensino superior público, serão considerados os resultados do Concurso Nacional de Acesso (CNA) em 2012, promovido pela DGES, apesar de na sua resposta o Gabinete do Ministro ter referido que *“(…) uma análise sobre a procura e oferta no Ensino Superior Público efetuada somente com base no Concurso Nacional de Acesso (…) é redutora, não espelhando a realidade, pois não tem em conta as restantes formas de acesso, designadamente os concursos especiais, atualmente já com bastante expressão em algumas IES”*.¹¹⁴

O presidente do CCISP segue a mesma linha referindo *que “(…) o acesso ao Ensino Superior Português não se resume apenas ao CNA e, assim, se tomarmos igualmente em conta o número de inscritos através dos CEA [Concursos Especiais de Acesso], observamos que muitos dos ciclos de estudo com um número reduzido de*

¹¹³ No ano letivo **2014/15**, o curso com o maior número de diplomados (75) foi o de Cuidados Veterinários, pelo Instituto Politécnico de Bragança.

¹¹⁴ Acresce, porém, que a DGEEC tem vindo a divulgar no seu *site* o número de vagas e inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, através do regime geral de acesso e de “todos os regimes”, com base no inquérito RAIDES (não inclui o ensino militar e policial e a Universidade Aberta, incluindo ou não os inscritos em mobilidade internacional).

Em face da incomparabilidade dos dados do ano letivo de 2012/13 com os subsequentes, por passarem a excluir os inscritos em mobilidade internacional, optou-se por não se apresentar uma análise nesta ótica.

Porém, adianta-se, desde já que da análise dos dados de 2012/13 observou-se, genericamente o seguinte:

- Das 81.880 vagas fixadas para o Ensino Superior, 65% são do ensino público e apenas no ensino universitário público, o número de inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez através de todos os regimes é superior ao número de vagas fixadas (119%), podendo derivar da existência de vagas adicionais, no âmbito do regime geral;
- No ensino público, existiam 354 vagas em 17 cursos (licenciaturas) sem qualquer aluno inscrito no 1.º ano pela 1.ª vez, sendo maioritariamente no ensino politécnico (67%);
- Considerando todos os regimes, a área CNAEF mais procurada pelos estudantes é a “Matemática e estatística” do grupo “Ciências, matemática e informática” enquanto na ótica do regime geral de acesso é a de “Direito” do grupo “Ciências sociais, comércio e direito”. A menos procurada é a área de “Serviços de segurança” do grupo “Serviços”.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

inscritos após as três fases do CNA ficam totalmente preenchidos com a inscrição dos estudantes provindos dos CEA e dos Regimes Especiais. Este fenómeno é particularmente visível no subsistema politécnico, em que a admissão de estudantes pela via dos CEA e Regimes Especiais representa cerca de 30% do número total de inscritos pela primeira vez no Ensino Superior.”

Com as devidas reservas e cautelas na interpretação dos dados, proceder-se-á à análise do CNA, o qual tem vindo a ser o principal mecanismo de entrada no Ensino Superior Público, englobando as licenciaturas e os mestrados integrados¹¹⁵, excluindo-se assim os mestrados (2.º ciclo), doutoramentos (3.º ciclo), CET e outras formações.

A **oferta** será representada pelo número de vagas iniciais (disponíveis na 1.ª fase do concurso) e a **procura**, analisar-se-á tendo por base os dados da 1.ª fase do concurso (números de candidatos em 1.ª opção, colocados e as vagas sobranes) e os matriculados (após as 3 fases)

Os dados relativos à primeira fase do concurso de acesso permitem uma análise mais realista da atratividade das instituições e dos ciclos de estudos. Quando os candidatos na 1.ª fase escolhem uma dada instituição e um determinado curso em 1.ª opção pode ser revelador da verdadeira preferência dos estudantes. Não obstante esta 1.ª opção poder ser “(...) condicionada pela própria nota de candidatura do estudante, entre outros fatores (...)”, julga-se ser “(...) a mais próxima da escolha que faria se não houvesse restrições no acesso e tivesse de escolher livremente”, pelo que esta variável pode ser entendida como “(...) uma **aproximação à procura potencial.**”¹¹⁶

Por outro lado, a análise dos matriculados após as 3 fases de candidatura ao ensino superior pode ser entendida como uma “**aproximação à procura efetiva.**”¹¹⁷.

Proceder-se-á inicialmente a uma caracterização geral e evolutiva dos CNA, seguindo-se uma abordagem segundo: CNAEF, IES e par estabelecimento/curso.

No ano letivo 2012/13, as vagas¹¹⁸ ascenderam a 52.298, representando sobre este total o seguinte:

- vagas não utilizadas na 1.ª fase do concurso (12.306), 24%;
- candidatos em 1.ª opção na 1.ª fase (45.093), 86%;
- matriculados após as 3 fases (43.945), 84%.

No triénio de 2011 a 2013, observa-se uma tendência decrescente no número de vagas disponíveis (-3,8%), acompanhada pelo número de candidatos em 1.ª opção (-13,3%) e de matriculados (-10,2%), conforme se observa (vd. **Quadro 18**):

¹¹⁵ Integra ainda os respetivos preparatórios de licenciatura e de mestrado integrado.

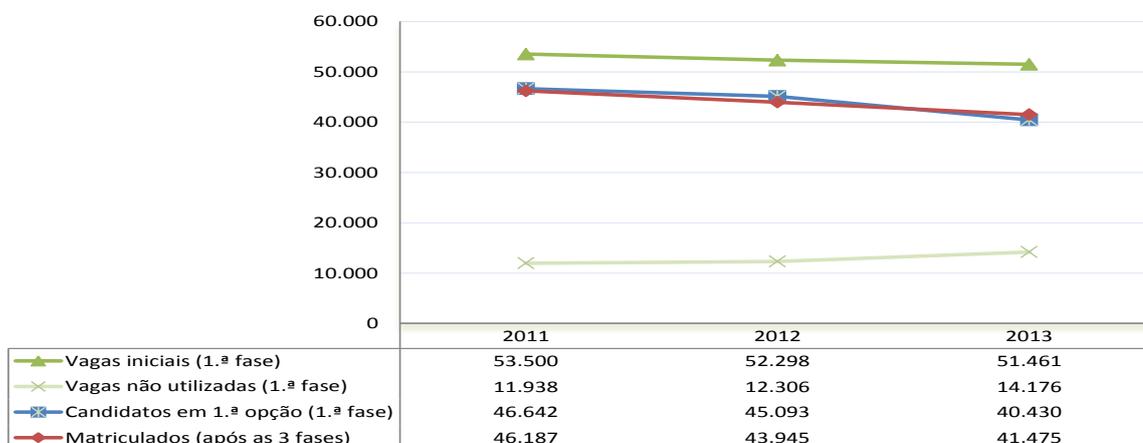
¹¹⁶ Conforme o estudo “*Tendências recentes no ensino superior português*”, publicado em 2013 pela A3ES (n.º 7 da série A3ES *Readings*), com incidência no concurso de 2011.

¹¹⁷ Idem. Acresce referir que se considera apenas a última matrícula de cada estudante, caso tenha ocorrido mais que uma em diversas fases do concurso.

¹¹⁸ A estas vagas disponíveis na 1.ª fase do concurso podem ser acrescidas vagas adicionais.



Gráfico 20 - Concurso Nacional de Acesso ao ES (2011 a 2013)



Fonte: Informação agregada com base em dados da DGES (Matriculados: ficheiro "CNA-2008-2013"-Qry24, disponibilizado em 23/6/2015; Vagas não utilizadas, cfr. ficheiro "Resumo colocacao13" no site em 27/4/2015)

Através do CNA de 2012, e comparando com os dados de 2011, verificou-se que as vagas disponíveis na 1.ª fase de ingresso no ensino superior público, decresceram 2% relativamente ao ano anterior, o número de candidatos em 1.ª opção, na 1ª fase do concurso de acesso diminuiu 3% e os estudantes matriculados (após as 3 fases) representaram menos 5% face a 2011.

Quadro 18 - CNA: Evolução trienal (2011 a 2013)

CNA	Variação					
	2012/11		2013/12		2013/11	
Vagas iniciais (1.ª fase)	-1.202	-2%	-837	-2%	-2.039	-4%
Vagas não utilizadas (1.ª fase)	368	3%	1.870	15%	2.238	19%
Candidatos em 1.ª opção (1.ª fase)	-1.549	-3%	-4.663	-10%	-6.212	-13%
Matriculados (após as 3 fases)	-2.242	-5%	-2.470	-6%	-4.712	-10%

Fonte: Dados da DGES (ficheiro disponibilizado em 23/6/2015; Vagas não utilizadas, cfr. ficheiro "Resumo colocacao13" no site em 27/4/2015)

As vagas não utilizadas na 1.ª fase do concurso aumentaram 3%, relativamente a 2011 e no triénio 2011 a 2013, o aumento foi de 19%.

De 2011 a 2014, a maioria dos candidatos à 1.ª fase do CNA foram colocados na sua 1.ª opção, com 58%, 54%, 60% e 54%, respetivamente.

Em termos absolutos observa-se um decréscimo anual no n.º de colocados de 2011 a 2013, tendo em 2014 ocorrido um ligeiro crescimento.

Quadro 19 - Preferências dos estudantes na 1.ª fase CNA (2011 a 2014)

Ordem de preferência nas candidaturas (1.ª fase do CNA)	2011		2012		2013		2014	
1.ª opção	24.653	58%	22.018	54%	22.470	60%	20.558	54%
2.ª opção	8.082	19%	8.506	21%	7.853	21%	8.271	22%
3.ª opção	4.372	10%	4.702	12%	3.762	10%	4.364	12%
4.ª opção	2.470	6%	2.678	7%	1.841	5%	2.384	6%
5.ª opção	1.620	4%	1.555	4%	977	3%	1.386	4%
6.ª opção	1.046	2%	956	2%	512	1%	815	2%
Total de colocados	42.243		40.415		37.415		37.778	

Fonte: Dados da DGES (Ficheiros "Resumo12" e "cna14_1f_estatisticas")



❖ Indicadores de oferta e de procura de cursos

A DGES apresenta na sua página oficial da internet, indicadores de oferta e procura de cursos no âmbito do CNA, nomeadamente o *índice de vagas não aproveitadas*, o *índice de satisfação da procura*, pelo par estabelecimento/curso, o *índice de ocupação*, o *índice de ocupação racional* e o *índice de não ocupação racional*. Contudo, estes índices não estão disponíveis para todos os anos letivos e encontram-se dispersos.

Solicitada a disponibilização dos indicadores existentes para os períodos de 2011/12 a 2013/14, bem como a sua fórmula de cálculo, aquela entidade oficial informou que "(...) os índices e respetivas fórmulas foram criados pela DGES, podendo ter vindo a evoluir ao longo dos anos com o desenvolvimento dos estudos", tendo remetido para a consulta dos "conceitos" disponíveis no link <http://www.dges.mec.pt/estatisticasacesso/conceitos.php>, no âmbito do CNA 2014, designadamente o **índice de satisfação da procura** e o **índice de ocupação**. Informou ainda que a **ocupação racional** "tem vindo a ser considerada aquela que se verifica com a matrícula e inscrição após colocação numa das três primeiras opções."

Efetivamente, observa-se que relativamente ao CNA de 2014 houve um cuidado em agregar no seu *site* a informação num separador "indicadores" (vd. **anexo XV**). Porém, julga-se relevante a criação e publicitação de um glossário onde constem conceitos atualizados, mantendo o histórico, evitando deste modo interpretações enviesadas.

Considerando a fórmula de cálculo de alguns dos "indicadores" adotados no CNA 2014 pela DGES e tendo por base os dados do CNA de 2012, procedeu-se ao apuramento dos índices de satisfação da procura e o de ocupação: por áreas de estudo CNAEF (a 2 dígitos), por IES e pelo par estabelecimento/curso (vd. **Anexos XVI a XXI**).

Estes índices permitem analisar a relação entre a oferta e a procura em duas perspetivas: potencial e efetiva, ou seja, materializada através das candidaturas em 1.ª opção na 1.ª fase do CNA e, através das matrículas após as 3 fases do concurso, respetivamente.

Acresce referir que as situações de matriculados em número superior ao número de vagas poderá derivar da eventual disponibilização de vagas adicionais¹¹⁹, pelo que a leitura dos dados deverá ser feita tendo este aspeto presente, conforme advertência da DGES.

Ao nível das **áreas de estudo de CNAEF**, as 10 mais procuradas são as seguintes (vd. **anexo XVII**):

¹¹⁹ Conforme nota da DGES à comunicação social no âmbito do concurso de 2012, esta situação pode resultar, nomeadamente, do facto de às vagas disponíveis na 1.ª fase do CNA poderem ser acrescidas vagas adicionais, criadas "(...) nos termos do regulamento [anual], para resolver situações de desempate, ou quando da colocação de estudantes sem classificação final do ensino secundário, ou do ensino secundário recorrente com a classificação final do ensino secundário calculada de acordo com a decisão judicial, em cursos que ficaram com a totalidade das vagas preenchidas".



Quadro 20 - Índices de satisfação da procura em 1.ª opção e de ocupação - Por áreas de estudo CNAEF (2012)

Posição	CNAEF - Áreas de Estudo	Índice de satisfação da procura em 1.ª opção
1.º	32 Informação e jornalismo	1,54
2.º	72 Saúde	1,34
3.º	64 Ciências veterinárias	1,31
4.º	31 Ciências sociais e do comportamento	1,17
5.º	42 Ciências da Vida	1,10
6.º	38 Direito	1,05
7.º	21 Artes	1,00
8.º	84 Serviços de transporte	0,93
9.º	81 Serviços pessoais	0,92
10.º	34 Ciências empresariais	0,80

Fonte: DGES (os dados subjacentes foram disponibilizados em ficheiro)

Posição	CNAEF - Áreas de Estudo	Índice de ocupação
1.º	84 Serviços de transporte	1,10
2.º	46 Matemática e estatística	1,01
3.º	99 Desconhecido ou não especificado	1,00
4.º	42 Ciências da Vida	1,00
5.º	31 Ciências sociais e do comportamento	0,99
6.º	72 Saúde	0,98
7.º	32 Informação e jornalismo	0,96
8.º	38 Direito	0,94
9.º	22 Humanidades	0,91
10.º	81 Serviços pessoais	0,91

Fonte: DGES (os dados subjacentes foram disponibilizados em ficheiro)

Verificou-se uma procura de cursos por candidatos em 1.ª opção (1.ª fase) superior ao número de vagas disponíveis nessa fase em 6 áreas de estudo, destacando-se em primeiro lugar a área 32 "Informação e jornalismo" (índice 1,54).

A área que obteve a menor procura potencial (índice de satisfação da procura em 1.ª opção) foi a 62 "Agricultura, silvicultura e pescas" (índice 0,20).

Em termos de índice de ocupação, com exceção das áreas "Serviços de transporte" e "Matemática e estatística" que apresentam um índice superior a 1¹²⁰, observa-se a existência de um número superior de vagas, face ao número de matriculados após as 3 fases de acesso ao ES, destacando-se o indicador mais baixo em "Serviços de segurança" (índice 0,22).

Na ótica das IES, pode-se observar quais são as 10 mais procuradas pelos alunos (vd. anexos XVIII e XIX):

Quadro 21 - Índices de satisfação da procura em 1.ª opção e de ocupação - Por IES (2012)

Posição	IES	Índice de satisfação da procura em 1.ª opção
1.º	Universidade do Porto	1,79
2.º	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	1,49
3.º	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	1,43
4.º	Escola Superior de Enfermagem do Porto	1,37
5.º	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1,31
6.º	Universidade Nova de Lisboa	1,29
7.º	Universidade Técnica de Lisboa	1,09
8.º	Universidade da Madeira	1,06
9.º	Universidade do Minho	1,04
10.º	Universidade de Coimbra	1,04

Fonte: DGES (os dados subjacentes foram disponibilizados em ficheiro)

Posição	IES	Índice de ocupação
1.º	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	1,03
2.º	Universidade do Porto	1,02
3.º	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	1,01
4.º	Universidade Técnica de Lisboa	1,01
5.º	Escola Superior de Enfermagem do Porto	1,01
6.º	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1,00
7.º	Universidade de Coimbra	1,00
8.º	Universidade Nova de Lisboa	0,99
9.º	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	0,99
10.º	Universidade do Minho	0,98

Fonte: DGES (os dados subjacentes foram disponibilizados em ficheiro)

No ano letivo 2012/13, a Universidade do Porto é a mais escolhida como 1.ª opção pelos alunos. Porém, a instituição que detém uma maior procura efetiva através da concretização da matrícula, relacionando com as vagas inicialmente fixadas é a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.

¹²⁰ Situação que pode derivar da eventual abertura de vagas adicionais, conforme aludido na nota de rodapé 119.



Os 10 **cursos de licenciaturas e de mestrado integrado** mais atrativos, associados ao estabelecimento de ensino onde são ministrados, ou seja, aqueles pares estabelecimento/curso cujos candidatos colocam em 1.ª opção na 1.ª fase de candidatura no âmbito do CNA de 2012 são os que constam no **anexo XX** .

Em primeiro lugar da lista dos pares estabelecimento/curso com uma maior **procura potencial** , consta o curso de *licenciatura* em “Criminologia” pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e o curso de *mestrado integrado* em “Medicina Dentária” pela Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, com os maiores **índices de satisfação da procura em 1.ª opção** de 4,6 e 4,8, respetivamente.

Em face das vagas iniciais (1.ª fase) os 10 pares estabelecimento/curso que apresentam maior número de alunos que efetivaram a sua matrícula, ou seja, que apresentam uma maior **procura efetiva** , são os indicados no **anexo XXI** . Destaca-se em 1.º lugar o curso de *licenciatura* em “Desporto e Lazer” pela Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e o curso de *mestrado integrado* em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Lisboa, com os maiores **índices de ocupação** de 1,4 e 1,2, respetivamente.

Desde 2014 a DGES tem publicado no seu *site* informação agregada, mais completa sobre o CNA, constando os **últimos dados disponíveis de 2015** em <http://www.dges.mctes.pt/estatisticasacesso/2015/> (janeiro de 2016), integrando, inclusive, conceitos e dados relativos a oferta formativa, candidatos e preferências, colocados e matriculados, bem como ainda indicadores.

❖ **Cursos com menos de 20 alunos matriculados**

No âmbito do CNA de 2012, existem 326 pares de estabelecimento/curso com menos de 20 alunos matriculados, incluindo situações de apenas 1 aluno inscrito em determinado curso, abrangendo 2.252 alunos matriculados; que representam 5% do universo de 43.945. (vd. **anexo XXII**).

No ano letivo 2012/13 (CNA 2012) existem 46 pares estabelecimento/curso com vagas disponíveis na 1.ª fase (1.251), sem que tenha existido qualquer matrícula, as quais sobre o total de vagas disponíveis (52.298) representam 2,4%, conforme **anexo XXIII** .

Na sua resposta, o reitor da Universidade do Porto esclareceu que: *“No ano letivo 2012/13, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, apresentava 6 estudantes matriculados no curso de Astronomia, no entanto, neste momento este curso já se encontra encerrado. ”*

Acresce referir que, apesar de se considerar pertinente a existência de critérios de racionalidade económica que justifiquem a manutenção dos cursos em geral, considera-se igualmente primordial que se tenha presente uma dimensão estratégica, que algumas áreas do ensino podem promover, nomeadamente tendo em consideração a relevância que podem ter quer para o país, quer para uma região em particular. ”

O presidente do CCISP informou que pelo facto de não se considerarem os dados dos Concursos Especiais e dos Regimes Especiais *“(...) muitos pares cursos/estabelecimento que, após os resultados da primeira fase do concurso ou mesmo das três fases, têm menos de 20 estudantes inscritos, ficam completos após as três fases do CNA e contabilizados os inscritos pela via dos CEA [Concursos Especiais de Acesso]. ”*



❖ Curso lecionado em diversas IES no mesmo distrito e concelho

De acordo com o CNA 2012, no ano letivo de 2012/13, observa-se a existência de os mesmos cursos serem lecionados no mesmo distrito em mais do que uma IES, distando entre si entre 6 a 55 km, adotando como referência o código do curso. Outra ocorrência prende-se com a existência de um curso ser lecionado no mesmo concelho, em diferentes IES, em particular Lisboa (vd. **anexo XXIV**).

Não obstante esta constatação decorrer da leitura direta dos dados, poderão existir condicionantes que justifiquem tal ocorrência, nomeadamente uma acentuada procura, por alunos, dessas IES e /ou cursos.

Entretanto, verifica-se que no ano letivo 2013/14, por despacho orientador do Secretário de Estado do Ensino Superior (de 11/06/2013) foi indicada a necessidade de valorização dos processos de coordenação interinstitucional de base regional e nacional, salvaguardando “(...) *na medida do possível, e no interesse dos estudantes, um princípio de proximidade das ofertas (...)*” (com exceção das Universidades dos Açores, Algarve e Madeira), criando para o efeito o capítulo “Coordenação da oferta formativa”.

Tendo em vista a promoção dessa coordenação, foram estabelecidas áreas de coordenação regional (art. 18.º), pelo que foram especificadas as IES, bem como foram definidos o âmbito e princípios dessa coordenação (art. 19.º), nomeadamente:

- a) princípio da não duplicação da oferta;
- b) princípio da diferenciação da oferta entre subsistemas;
- c) princípio da especialização da oferta.

A manutenção da oferta e a concretização da coordenação estão estipuladas nos artigos 20.º e 21.º do referido despacho.

Nos anos letivos seguintes tem-se mantido esta abordagem pela tutela, nos despachos orientadores anuais para fixação das vagas pelas IES, o que revela uma certa preocupação em minorar situações como as acima identificadas.

Acresce referir que o CNE ao longo dos anos tem vindo a tomar uma posição no sentido de alertar para a necessidade de reestruturar a rede ao nível das instituições e dos cursos. Vejamos:

- Em 2008, o CNE, através do Parecer n.º 7/2008¹²¹, recomenda que “*o sistema de ensino superior precisa de ser reordenado e racionalizado*” quer ao nível das instituições quer da oferta de cursos.
- Em 2012, o CNE¹²² reafirma essa necessidade:
“*Já no Estado da Educação 2010 era defendida a necessidade de reconfiguração da rede de instituições e oferta de cursos, recomendação que se mantém. Os consórcios e fusões deverão partir de processos negociados pelas instituições que os propõem*”.
- Em 2013¹²³ o CNE volta a recomendar neste sentido:
“*A rede de Ensino Superior, as suas instituições e os cursos que oferecem caracterizam-se por uma grande dispersão territorial, evidenciando sobreposições que, em última análise, impedem o desenvolvimento de centros de referência em muitas áreas do saber. A situação requer a intervenção urgente da tutela na regulação do sistema. A preocupação com a otimização dos recursos existentes no Ensino Superior e a*

¹²¹ Publicado no DR, 2.ª série, de 21 de novembro de 2008.

¹²² Através da recomendação n.º 2/2012, publicada no DR, 2.ª série, de 30 de Janeiro de 2012.

¹²³ Recomendação n.º 2/2013, publicada em DR, 2.ª série, de 9 de maio de 2013.



criação de maior massa crítica deverão orientar a reorganização e diferenciação da rede de Ensino Superior, tendo em conta a importância deste nível de ensino para o desenvolvimento harmonioso de todas as regiões do país.”

Em face do descrito, a racionalização da oferta educativa e formativa deverá ser ponderada pela Tutela, tendo presente a importância a dar à inerente racionalização de meios humanos e materiais.

3.4. Retenção, Desistência e Abandono do Ensino Superior

Um dos aspetos a abordar no presente relatório/estudo é o da retenção, desistência e abandono no Ensino Superior, e perante a inexistência de dados oficiais¹²⁴, procedeu-se à recolha da respetiva informação, através de um questionário (anexo XXV) remetido às 40 instituições¹²⁵ de ensino superior público (IESP), identificadas no anexo XXVI.

Das respostas obtidas, e como nota prévia, refira-se que relativamente a 4 IESP¹²⁶, não foi considerada a existência de qualquer estudo ou indicador, contrariamente à menção constante nas respostas aos respetivos questionários, visto que aqueles apenas se limitam a extrair os dados do sistema informático, pelo que se considerou como *não tendo estudos ou indicadores*.

Para facilidade de exposição, optou-se por agrupar as 40 IESP, por tipo de informação remetida, como se indica seguidamente, encontrando-se no anexo XXVII o respetivo detalhe¹²⁷:

- Entidades que apresentam estudo ou indicadores (18 entidades, que representam 45,0%);
- Entidades que apresentam conclusões do estudo e indicadores (10 entidades, que equivalem a 25,0%);
- Entidades que apresentam conclusões do estudo (4 entidades, que correspondem a 7,5%);
- Entidades que não têm estudo e/ou indicadores (8 entidades, ou seja 22,5%);

Em termos esquemáticos, pode, assim, representar-se esta informação, conforme ilustra o gráfico seguinte, constatando-se que a maioria das entidades (31 IESP, cerca de 77,5%) tem estudo(s) e/ou indicadores:

¹²⁴ Só em resposta ao ofício de 9 de junho de 2015, a DGEEC remeteu a informação que serviu de suporte ao portal *InfoCursos*, nela constando numa folha de cálculo a “*situação após 1 ano*”, que apresenta a percentagem de alunos diplomados no curso; os que ainda se encontram inscritos no curso, os que mudaram de curso, mas que se encontram na mesma IESP (desistência do curso); os que mudaram de curso e de IESP (desistência da IESP), e os que não se encontram no Ensino Superior (abandono). De acordo com a *Nota técnica*, “*Este indicador é apresentado apenas para os cursos que tiveram alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, no ano letivo 2012/13 (excluindo os alunos inscritos em programas de mobilidade internacional)*.”

Procedendo à análise dos dados disponibilizados, e apenas no tocante ao Ensino Superior Público, foi possível extrair a seguinte informação:

- “*Permanecem inscritos no mesmo curso*”: 80,5%
- “*Encontram-se já diplomados no curso onde estavam inscritos em 2012/13*”: 0,2%;
- “*Não estão inscritos nem diplomados no mesmo curso, mas encontram-se inscritos nouro curso do mesmo estabelecimento*”: 4,2%
- “*Não estão inscritos nem diplomados no mesmo curso, nem no mesmo estabelecimento, mas encontram-se inscritos nouro curso de outro estabelecimento*”: 5,1%
- “*Não se encontram inscritos em nenhum curso do Ensino Superior nacional em 2013/14*”: 10,2%

Dos dados não é possível retirar informação referente à retenção, podendo esses alunos encontrar-se na secção “*permanecem inscritos no mesmo curso*”.

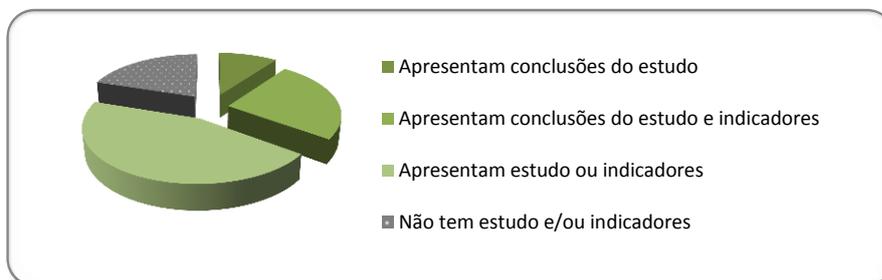
¹²⁵ Enviados às IESP em 18 de agosto de 2014.

¹²⁶ A saber: Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Politécnico de Tomar e Universidade da Madeira.

¹²⁷ Na sua resposta, a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, veio informar que “*(...) a resposta enviada não foi correta (...)*”, pelo que em face da informação e documentação entretanto disponibilizadas (conclusões de estudos), procedeu-se ao respetivo enquadramento.



Gráfico 21 - Representação das IESP por tipo de informação remetida



No referido questionário, foi também solicitado às IESP que, caso tivessem ou elaborassem estudos ou indicadores, indicassem o objeto do estudo, a metodologia, o ano letivo a que respeita, a data de elaboração, principais conclusões, bem como os indicadores que utilizavam para a análise dessa temática no seio da própria IESP.

Nessa sequência, 13 IESP acompanharam as respostas ao questionário com as conclusões dos estudos que elaboraram, as quais se apresentam mais detalhadamente no **anexo XXVIII** do presente documento. De igual modo, outras 4 IESP (Faculdade de Arquitetura da **Universidade de Lisboa (FAUL)**, **Instituto Politécnico da Guarda**, **Instituto Politécnico do Porto** e **Instituto Politécnico de Santarém**), remeteram a este Tribunal o próprio documento contendo o estudo elaborado, cujas conclusões também se apresentam **anexo XXIX**.

Relativamente aos indicadores remetidos, e de modo a poder estabelecer-se uma comparação entre eles, optou-se por apresentá-los em quadro (cfr. **anexo XXX**). Da sua análise, pode observar-se que 24 IESP remeteram os indicadores que criaram, tendo 10 delas também apresentado as conclusões dos estudos que elaboraram, como se indicou anteriormente.

Verificou-se, ainda, que, em certos casos¹²⁸, não foram apresentados os indicadores para todas as alíneas constantes do questionário, não havendo correspondência entre a resposta no questionário e a resposta a cada um dos pontos. Também nem sempre a denominação dos indicadores apresentada pelas IESP se enquadra na denominação tida em conta na elaboração do questionário, mais concretamente nos conceitos de “*desistência*” e “*abandono*”.

Relativamente à “*retenção*”, observa-se que metade das IESP (20 entidades) apresentou esses indicadores, verificando-se, por seu turno, que os que respeitam ao “*abandono*” (ao nível do Ensino Superior) são os que menos dados apresentam. Como eventual explicação, foi referido que a partir do momento em que os alunos abandonam a IESP, a Instituição deixa de os acompanhar, desconhecendo, deste modo, se voltaram (ou não) a ingressar numa outra IESP.

¹²⁸ Institutos Politécnicos de Leiria, de Portalegre e de Setúbal, por exemplo.



Observando os respetivos indicadores, constata-se que cada IESP elabora-os de acordo com os seus próprios critérios, apresentando, por isso, algumas diferenças na sua formulação¹²⁹, e até na denominação¹³⁰, dificultando uma comparação fidedigna dos mesmos.¹³¹

No entanto, dos indicadores utilizados, no que concerne à *taxa de abandono*, observa-se que existem duas formas de cálculo aplicadas pelas IESP: umas, relacionam o número total de alunos que declararam que abandonaram o Ensino Superior com o número total de alunos inscritos; e, outras, relacionam o número de alunos que se encontravam inscritos no ano letivo, deduzindo os que se diplomaram no final desse ano letivo e os que se inscreveram no ano letivo seguinte, com o número total de alunos inscritos no ano letivo em questão.

Revelando algumas *nuances* na apresentação das fórmulas para cada indicador, pode no entanto referir-se que a maioria das IESP, no que toca à determinação da *taxa de retenção*, relaciona o número total de alunos que ficaram retidos (seja na unidade curricular, seja no ano letivo) com o número total de alunos inscritos. Verifica-se, ainda, em alguns casos, que a *taxa de retenção* é medida pelas IESP em função do número de anos que os alunos levam a concluir o curso. Também aqui se constata que para o mesmo indicador são tidos em linha de conta vários critérios, obtendo, deste modo, resultados e conclusões diferentes.

Quanto aos indicadores de *desistência* (quer de curso, quer da IESP), observa-se que, grosso modo, as IESP relacionam o número de alunos que, num determinado ano letivo (e que ainda não se encontram diplomados), não se tenham inscrito no ano letivo seguinte, com o número total de alunos inscritos no ano letivo de referência. Também nestes indicadores há IESP que apenas consideram os alunos que formalmente desistiram do curso/IESP, relacionando-os, depois, com o número total de alunos inscritos.

Do levantamento ora efetuado, verificou-se, pois, uma ausência de uniformização dos critérios a ter em conta na elaboração daqueles instrumentos de apoio dificultando, deste modo, a comparabilidade dos resultados, situação que também é observável em relação à mesma IESP, em que cada Unidade Orgânica que a integra apresenta critérios e parâmetros distintos¹³².

Contribui para tal situação o facto de a Tutela não ter, ainda, estabelecido parâmetros a ser tidos em consideração, por todas as IESP, na elaboração daqueles indicadores.

Contudo, há que destacar que, em março de 2015, foi publicado, no sítio da internet da DGEEC, um Estudo intitulado “*Ensino Superior: Situação em 2012/13 dos inscritos pela Primeira vez em 2011/12 - Dados Estatísticos*”, revelando uma preocupação por parte da Tutela em tratar os dados recolhidos, relativamente às temáticas ora em apreço, apresentando os resultados sustentados pela mesma base de comparação. Também no mesmo sítio, mas em 16 de junho de 2015, foram publicados dados estatísticos relacionados com a taxa de abandono no ensino superior, salientando-se uma diminuição quer no ensino público, quer no privado. Assim, dos dados obtidos, observou-se que a taxa de abandono no Ensino Superior público, ao nível das licenciaturas, baixou de 12,2% no ano letivo 2012/13 para 10,3% em 2013/14, representando 4.819 alunos. De igual modo,

¹²⁹ Mais se nota essa dissonância de conceitos quando ao nível das Unidades Orgânicas de algumas IESP, como nos casos observados no Instituto Politécnico de Santarém, Viseu e Universidade de Lisboa, cada Unidade Orgânica apresenta os seus próprios indicadores e estudos, com diferentes parâmetros.

¹³⁰ Por exemplo: taxa de sucesso ou de insucesso, taxa de aprovação, taxa de conclusão do curso, tempo médio para a conclusão do curso.

¹³¹ Como é o caso, por exemplo, da disparidade existente nos indicadores dos Instituto Politécnicos de Beja e de Bragança, e da Escola Superior de Hotelaria e Turismo.

¹³² Cfr. **anexo XXX** com os quadros dos indicadores das IESP, relativos à retenção, desistência (do curso ou da IESP) e abandono.



para o ensino privado é apresentado um decréscimo de 16,3% para 12,6% no abandono dos alunos, correspondendo a 1.373 alunos¹³³.

De acordo com aquela fonte, estes valores foram apurados com base nos alunos que não são encontrados no sistema um ano após a primeira inscrição e constam nos dados disponibilizados pelo portal *Infocursos*.

Por outro lado, embora sendo uma minoria, existem ainda entidades que não possuem qualquer tratamento dos seus dados¹³⁴, limitando-se a extrair listagens de alunos, ou apenas a contabilizá-los de modo absoluto, não os relacionando com qualquer outra variável no sistema de dados.

Por outro lado, no que concerne aos estudos efetuados pelas IESP¹³⁵ e reportando-nos às suas conclusões, extrai-se que as principais causas de abandono e desistência consistem essencialmente em fatores económicos, bem como na dificuldade em conciliar a vida académica com a vida profissional. Já em cursos mais específicos, como o de enfermagem ou o ministrado pela Escola Naval, são também apontadas a dificuldade de adaptação, a inexistência de vocação, o insucesso académico e o desinteresse face ao curso.

No mesmo sentido, o CRUP, em março de 2013, através de comunicado à imprensa¹³⁶, expôs de uma forma clara as limitações de apuramento de dados, razões de base do abandono, destacando a insuficiência económica do aluno que poderá ser contornada com apoio social, através de bolsas de estudo, concluindo, aquele Conselho, pela necessidade de serem definidos indicadores a utilizar por todas as IESP, de modo a permitir determinar com rigor o número de abandonos e desistências em cada ano letivo.

Na sua resposta, quanto à retenção e à desistência, o comandante da Academia Militar veio informar que a respetiva recolha de informação vem *"(...) sendo feita através da Secção de Apoio Psicopedagógica/GEPAQ e das companhias de alunos e que incluirão novos indicadores que permitam medir as desistências, através da recolha de informação com questionários e com a realização de estudos"*.

Relativamente ao abandono de estudantes do ensino superior, o reitor da Universidade do Porto informa que as IES, *"(...) de per si, não têm a possibilidade de controlar e monitorizar esta informação (...)"*, pois não existindo a obrigatoriedade de comunicação pelo estudante, a informação detida pela IES *"(...) será sempre suscetível de erro (...)"*.

Acrescenta ainda que, *"(...) a criação do conceito de Estudante ID - identificador digital único e intransmissível - previsto no Documento de Trabalho da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, de 12 de maio de 2015, poderá contribuir positivamente para a existência de dados nacionais e rigorosos quanto ao abandono escolar no ensino superior, na medida em que permitirá um acompanhamento integral do percurso académico do estudante."*

¹³³ De acordo com os dados publicados no portal infocursos em junho de 2016, constata-se que a tendência de decréscimo da taxa de abandono se manteve no ensino público, apresentando uma taxa de 9,8%. Em contrapartida, no ensino privado, a taxa apresenta uma ligeira subida situando-se nos 13,5%, embora em termos absolutos se tenham observado uma diminuição de alunos, por desistência.

¹³⁴ Constatou-se que há 9 IESP que não têm estudo e/ou indicadores: Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Escola do Serviço de Saúde Militar; Instituto de Estudos Superiores Militares, Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Coimbra e Tomar e Universidades da Madeira, dos Açores e Aberta.

¹³⁵ Foram remetidos estudos de 4 IESP: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (*Estudo e análise de inscrição nos cursos de licenciatura, mestrado integrado e mestrados não integrados*); Instituto Politécnico da Guarda, (*Relatório relativo à assiduidade e in (sucesso) nas aprendizagens dos ciclos formativos do IPG*); Instituto Politécnico do Porto (*Estudo de caso: Abandono Escolar 2012/13*), e Instituto Politécnico de Santarém (*Abandono Escolar no IPS*).

¹³⁶ Através de uma nota de imprensa intitulada *"Abordagem ao fenómeno do abandono escolar"*, publicada no sítio da internet do CRUP.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

3.5. Empregabilidade

Ao nível da empregabilidade, os dados observáveis reportam-se a 31 de dezembro de 2012, e a sua relação com os dos diplomados será efetuada em termos de tendências evolutivas, quer numa perspetiva do ensino superior em Portugal, quer ao nível do subsistema ensino público.

O aumento da empregabilidade constitui um dos objetivos centrais no Processo de Bolonha, com o pressuposto de que o sistema de ensino superior deverá sujeitar-se à verificação dos seus resultados através do modo como os diplomados obtêm ou consolidam uma posição no mercado do trabalho.

Cabe às IES “(...) publicar, regularmente, informação quantitativa e qualitativa, atualizada, imparcial e objetiva acerca da monitorização do trajeto dos seus diplomados por um período razoável de tempo, na perspetiva da empregabilidade” [artigo 18.º, alíneas e) ii), da Lei n.º 38/2007].

Neste sentido, verifica-se por parte de algumas instituições um especial interesse sobre esta temática, criando para o efeito, observatórios, gabinetes internos ou unidades específicas, realizando inquéritos e análises sobre o percurso profissional e a inserção na vida ativa dos seus diplomados, com o propósito, inclusive, de promoção da instituição e a captação de mais alunos, valorizando os seus ciclos de estudos/cursos, e de obtenção de respostas a questões, nomeadamente, perspetivas sobre a inserção no mercado de trabalho, correspondência entre as competências adquiridas no ciclo de estudos e as exigências/necessidades desse mercado.

Uma das ferramentas utilizadas pelas IES para promoção da sua instituição, oferta formativa e inclusive a saída profissional são os seus *websites*. Porém, essa informação não foi objeto de análise no presente relatório/estudo, devido ao constante movimento (ao nível de *web design* e/ou de conteúdo) a que está sujeita, ou ao invés a sua falta de atualização, tratando essa informação eventualmente como uma estratégia de marketing.

O interesse pela temática da empregabilidade dos diplomados com habilitação superior tem vindo a acentuar-se e no ano letivo 2012/13, pela primeira vez foram dadas orientações, de cariz obrigatório, pelo Secretário de Estado do Ensino Superior (Despacho de 11/06/2012)¹³⁷, no sentido das IES considerarem a empregabilidade dos seus ciclos de estudos de formação inicial (licenciaturas e mestrados integrados) para efeitos da fixação do respetivo número de vagas. Para o efeito a DGEEC apura os níveis de desemprego¹³⁸, que comunica à DGES, que, por sua vez, transmite aos estabelecimentos de ensino para fixação de vagas.

O indicador do nível de desemprego considerado corresponde ao rácio entre o número de diplomados inscritos nos centros de emprego do IEFP pelo “par instituição/ciclo de estudos” e o número de diplomados por cada “par instituição/ciclo de estudos” recolhido pela DGEEC através do inquérito RAIDES, num determinado período de anos letivos anteriores¹³⁹.

¹³⁷ Em http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/C1B9A6D8-DA9D-4480-901C-812427F76969/6107/Despacho11_06_2012.pdf. Nos anos subsequentes também é observável essa referência: em 2013, http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/24F3F829-7F78-4C9F-80F7-4720ABB7CB21/7234/Despacho_orientador_2013.pdf, em 2014, http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/24F3F829-7F78-4C9F-80F7-4720ABB7CB21/7998/dp_orientador_2014.pdf, em 2015, <https://dre.pt/application/file/67027517>.

¹³⁸ Nível de desemprego de um par instituição/ciclo de estudos; nível de desemprego de uma instituição; nível geral de desemprego; nível de desemprego de uma área de educação e formação.

¹³⁹ No despacho para fixação de vagas do Secretário de Estado, é definida a fórmula de cálculo considerando as seguintes variáveis (dados do Continente):

- CNA 2012 (ano letivo 2012/13) - Dados disponíveis pela DGEEC a 31/12/2011, referentes aos Inscritos no IEFP que concluíram o curso entre 2001 e 2010 e a sua relação com os diplomados entre 2000/01 a 2009/10;
- CNA 2013 (ano letivo 2013/14) - Dados disponíveis pela DGEEC a 31/12/2012, referentes aos Inscritos no IEFP que concluíram o curso entre 2006/07 a 2010/11 e a sua relação com os diplomados entre 2006/07 a 2010/11;
- CNA 2014 (ano letivo 2014/15) - Dados disponíveis pela DGEEC a 31/12/2013, referentes aos Inscritos no IEFP que concluíram o curso entre 2006/07 a 2011/12 e a sua relação com os diplomados entre 2006/07 a 2011/12.



A **DGEEC**, conforme já referido no ponto 1.2, a um nível macro, articula os dados dos diplomados (via inquérito RAIDES) com os dos desempregados do INE (inquérito ao emprego), bem como com os registos dos desempregados com habilitação superior do IEFP, procedendo relativamente a esta última instituição, a uma *validação prévia* dos seus registos ao nível do par estabelecimento/curso.

Cabe referir que o **IEFP** detém os registos dos diplomados que decidem inscrever-se nos centros de emprego, existindo deste modo um universo não considerado, dos que optam por aí não se dirigir, inclusivamente os que exercem profissão liberal, a acrescer ainda o facto de disponibilizarem dados pelo par estabelecimento/curso relativos ao continente. Deste modo, aquele indicador deve ser analisado com a devida precaução.

Por outro lado, o conceito de desemprego adotado pelos organismos **INE** e **IEFP** não são coincidentes, partindo de pressupostos diferentes e, por conseguinte, de dados divergentes¹⁴⁰.

Não obstante as limitações indicadas, os dados a seguir considerados são os publicados na internet pela **DGEEC**. Sendo os registos nos centros de emprego reportados a dezembro de cada ano (IEFP), a nossa data de referência será a de 31/12/2012 e, os dados dos diplomados coincidentes à mesma data são os do ano letivo 2011/12 (DGEEC-RAIDES 12)^{141/142}.

Os dados do IEFP apresentados pela DGEEC, reportados a 31/12/2012, são os seguintes:

Quadro 22 - Desempregados registados nos centros de emprego - 2012

Descrição	Dezembro 2012	
		Total
Registos no IEFP de desempregados (Portugal)		710.652
Registos no IEFP de desempregados com nível superior (Portugal)		88.741
Registos no IEFP de desempregados com nível superior (Continente)		86.200
Registos no IEFP com par estabelecimento/curso (Continente)	(A)	84.954
Registos no IEFP com par estabelecimento/curso validado pela DGEEC (Continente)	(B)	78.308
$\% = (B) / (A)$		92,2%

Fonte: Dados da DGEEC

A nível nacional, de acordo com os dados do IEFP o número de **registo** de desempregados em dezembro de 2012 com o nível de ensino superior ascendeu a 88.741, representando 12,5% do total de desempregados, conforme se observa:

¹⁴⁰ Segundo o INE: **Taxa de Desemprego (TD)** é a taxa que permite definir a relação entre a população desempregada e a população ativa. $TD (\%) = (\text{População desempregada} / \text{População ativa}) \times 100$.

Desempregado: indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: **a)** não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; **b)** tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); **c)** estava disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.

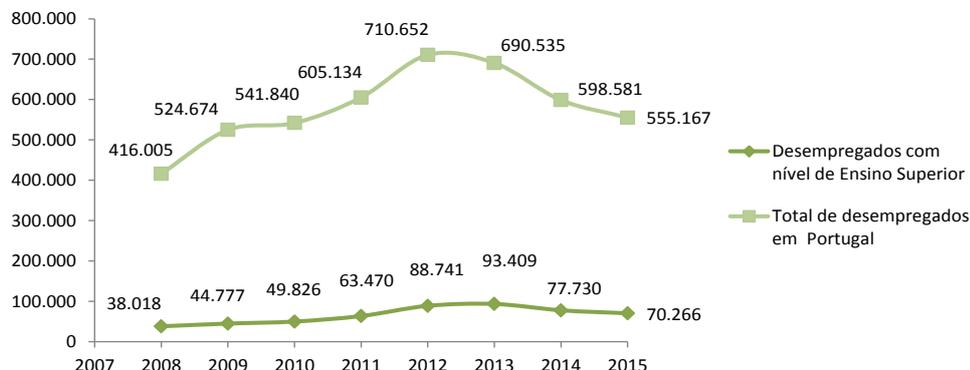
De acordo com o IEFP, os **Desempregados/Desemprego registado:** não têm um emprego, estão imediatamente disponíveis para trabalhar e têm capacidade para o trabalho, dos quais: a) Primeiro emprego - nunca trabalharam; b) novo emprego - já trabalharam.

¹⁴¹ Entretanto foram publicados dados com reporte a dezembro de 2014 e 2015 (publicação de junho de 2016).

¹⁴² A DGEEC ao apresentar os dados do IEFP a 31/12/2012, relaciona-os com os dos diplomados no ano letivo 2010/11 que se reportam a 31/12/2011. Assim, ao considerarmos os diplomados no ano letivo 2011/12 (cujos dados se reportam a 31/12/2012), atenua-se o hiato temporal de um ano entre os dados das duas instituições.



Gráfico 22 - Evolução dos desempregados registados nos Centros de Emprego (2008 - 2015)



Fonte: Dados do IEFP, IP, publicados pela DGEEC/MEC - Adaptação do Quadro 1.1. do ficheiro "DGEEC_DSEE_DEES_2015_Desemprego_dez2015"

Entre 2008 e 2013, observou-se um crescimento anual do registo de desempregados com habilitação superior e de 2013 para 2015, um decréscimo. Esta tendência acompanhou o total de desempregados em Portugal, com exceção de 2012 para 2013.

Considerando os dados disponíveis apenas do Continente, em 31 dezembro de 2012 estavam inscritos (*à procura de 1.ª emprego ou novo emprego*) nos centros de emprego do IEFP, 86.200 titulares de habilitação superior (*graus de Bacharel, de Licenciado, de Mestre e de Doutor*), dos quais 78.308 registos^{143/144} foram **validados** pela DGEEC, conforme se observa¹⁴⁵:

Quadro 23 - Desempregados registados com habilitação superior e par estabelecimento/curso válido

Subsistema /Tipo de ensino superior		Continente - dezembro 2012									
		Bacharel		Licenciado		Mestre		Doutor		Total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total de desempregados		4.733		73.640		7.633		194		86.200	
Total de desempregados com par estabelecimento/curso válido		3.319	100,0	68.192	100,0	6.679	100,0	118	100,0	78.308	100,0
Ensino público	Total	2.367	71,3	45.301	66,4	5.234	78,4	113	95,8	53.015	67,7
	Universitário	59	1,8	24.591	36,1	4.801	71,9	113	95,8	29.564	37,8
	Politécnico	2.308	69,5	20.710	30,4	433	6,5	0	0,0	23.451	29,9
Ensino privado	Total	952	28,7	22.891	33,6	1.445	21,6	5	4,2	25.293	32,3
	Universitário	273	8,2	14.258	20,9	1.254	18,8	5	4,2	15.790	20,2
	Politécnico	679	20,5	8.633	12,7	191	2,9	0	0,0	9.503	12,1

Fonte: Dados da DGEEC (site: Adaptação do Quadro 7.2 do ficheiro "Desemprego_Dez2012" com base nos dados do IEFP, I.P.)

Do total de registos validados dos inscritos nos centros de emprego, 67,7% correspondem ao ensino público e 32,3% ao privado e, no conjunto dos dois subsistemas, 57,9% ao ensino universitário e 42,1% ao politécnico. O

¹⁴³ As escolas de ensino politécnico integradas em universidades são consideradas no âmbito do ensino politécnico. Aos diplomados pelos estabelecimentos de ensino superior foram retirados os valores dos CET e Especializações.

¹⁴⁴ Foram considerados válidos 92,2% dos registos com par estabelecimento/curso fornecidos pelo IEFP.

¹⁴⁵ No seguimento da publicação de **junho de 2016**, pela DGEEC, a **31/12/2015** existiam 70.266 titulares de habilitação superior inscritos no IEFP, dos quais 67.337 foram validados pela DGEEC, correspondendo 45.081 ao ensino público e 21.446 ao privado.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

maior peso dos inscritos nos centros de emprego são licenciados o que acompanha o facto da maioria dos diplomados deterem esse grau académico¹⁴⁶.

Considerando o total de **78.308** de desempregados diplomados acima referenciados, a 31/12/2012 e apenas para dados do continente, observa-se ainda o seguinte¹⁴⁷:

- O maior número de desempregados (cfr. IEFP) observa-se nos grandes grupos CNAEF de “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (31,9%), seguindo-se em Engenharia, indústrias transformadoras e construção” (16,7%) e em “Educação” (14,8%):

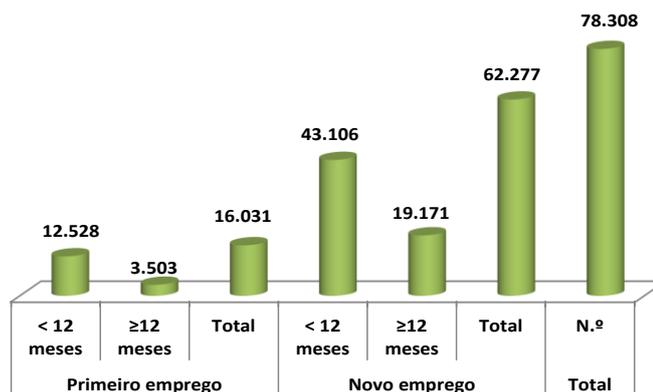
Gráfico 23 - Desempregados diplomados por grandes grupos CNAEF (Continente - dezembro 2012)



Fonte: Dados da DGEEC

- Existe um maior registo de desempregados à procura de novo emprego (80%) do que de 1.º emprego (20%), predominando em ambas as situações a inscrição nos centros de emprego há menos de 12 meses:

Gráfico 24 - Desempregados diplomados segundo a situação de procura de emprego e tempo de inscrição (Continente - dezembro 2012)



Fonte: Dados da DGEEC

¹⁴⁶ Em 31/12/2015, mantém-se a mesma ordem de grandeza (68,2% do ensino público e 31,8% do privado; 60,8% no ensino universitário e 39,2% no politécnico; os registados com licenciatura representam 78,4% no ensino superior).

¹⁴⁷ Em 31/12/2015, dos 67.337 desempregados registados no IEFP com par estabelecimento/curso válido, observa-se o seguinte:
a) a maioria insere-se nos dois primeiros grupos de CNAEF identificados para dezembro de 2012 (com 35,6% e 16,6%), tendo o grupo "Educação" sido substituído por "Artes e Humanidades" (12,8%);
b) mantém-se, relativamente a 2012, como maior número de desempregado os que procuram novo emprego (78,9%).



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Procedendo a uma comparação dos dados disponíveis dos **desempregados registados** no IEFP em dezembro de 2011 a 2015 (apenas dados para o continente), com habilitação superior por ano de conclusão do curso de 2008 a 2014, **validados** pela DGEEC pelo par estabelecimento/curso, com o número de **diplomados** (DGEEC), observa-se o seguinte:

Quadro 24 - Evolução dos desempregados (2008 a 2015) e diplomados (2007/08 a 2013/14) no ES (dez 2011 a 2015)¹⁴⁸

IEFP, I.P.	Ano de conclusão do curso ⁽¹⁾	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Desempregados em Dez. 2011		4.891	5.092	5.297	-	-	-	-
Desempregados em Dez. 2012		↑ 5.813	↑ 5.413	↑ 6.470	7.607	10.837	-	-	-
Desempregados em Dez. 2013		-	↓ 4.423	↓ 5.055	↓ 7.072	↓ 8.908	11.888	-	-
Desempregados em Dez. 2014		-	-	↓ 3.851	↓ 4.695	↓ 6.769	↓ 7.817	8.893	-
Desempregados em Dez. 2015		-	-	-	↓ 3.580	↓ 5.101	↓ 7.175	↓ 6.088	8.282
DGEEC	Ano letivo de conclusão do curso	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
	em	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2014
	Diplomados	81.539	73.857	75.002	75.482	↑ 79.034	↓ 78.947	↓ 74.129	

⁽¹⁾ Apenas para registos no Continente

Fonte: Dados da DGEEC (site: Quadro 7.5.1 (Dez 2012 e 2013) e Quadro 4.11 (Dez 2014 e 2015))

Em 31 de dezembro, verifica-se:

- De 2011 para 2012, um aumento do registo dos desempregados, que acompanha a tendência ascendente do número dos diplomados;
- De 2012 para 2013, uma diminuição do registo dos desempregados, bem como dos diplomados;
- De 2013 para 2015, mantem-se a diminuição dos desempregados.

Observa-se ainda que a maioria dos diplomados que procuram emprego (1.º emprego ou novo), concluíram o seu curso em anos recentes.

Em 31 de dezembro de 2012, no continente, por subsistema e tipo de ensino, observa-se o seguinte:

¹⁴⁸ A DGEEC apresenta as seguintes notas: **1.** as escolas de ensino politécnico integradas em universidades são consideradas no âmbito do ensino politécnico; **2.** aos diplomados foram retirados os valores dos CET e especializações (pós-bacharelato e pós-licenciatura); **3.** Consideraram-se **válidos** 92,2% dos registos com par estabelecimento/curso fornecidos pelo IEFP, em 31/12/2012, 90,9% em 2013 e 95,8% em 2014, Quanto à validação em 2011, nada referem.



Quadro 25 - Desempregados registados com habilitação superior concluída entre 2009 e 2012 e par estabelecimento/curso válido e diplomados nos anos letivos 2008/09 a 2011/12¹⁴⁹

Subsistema/ Tipo de ensino superior		Desempregados (ano de conclusão do curso) ⁽¹⁾				Diplomados ⁽²⁾			
		2009	2010	2011	2012	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
ENSINO SUPERIOR		5.413	6.470	7.607	10.837	73.857	75.002	75.482	79.034
Ensino público	Total	3.850	4.671	5.428	8.161	55.446	55.331	56.309	59.924
	Universitário	2.016	2.333	2.540	3.424	36.293	36.229	37.013	39.248
	Politécnico	1.834	2.338	2.888	4.737	19.153	19.102	19.296	20.676
Ensino privado	Total	1.563	1.799	2.179	2.676	18.411	19.671	19.173	19.110
	Universitário	983	1.088	1.285	1.428	11.437	12.280	12.156	12.723
	Politécnico	580	711	894	1.248	6.974	7.391	7.017	6.387

⁽¹⁾ Cfr. IEFP; ⁽²⁾ Cfr. DGEEC

Fonte: DGEEC (Site: Adaptação do Quadro 7.5 do ficheiro "Desemprego_Dez20121"; RAIDES 12 - Diplomados 2011/12)

No ensino superior, o número de inscritos nos centros de emprego por ano de conclusão do curso de 2009 a 2012 (IEFP) apresenta um crescimento anual que acompanha a tendência dos diplomados (DGEEC) de 2008/09 a 2011/12.

Considerando apenas o subsistema de ensino público, o número de inscritos nos centros de emprego apresenta também um crescimento anual, que acompanha o dos diplomados, com exceção de 2008/09 para 2009/10.¹⁵⁰

❖ Desempregados diplomados registados no IEFP vs Diplomados num período delimitado

A DGEEC disponibiliza ainda dados dos desempregados registados com habilitação superior concluída num período delimitado, com par estabelecimento/curso válido, reportados a uma determinada data, relacionando-os com os diplomados nos anos letivos equivalentes, conforme se resume no **anexo XXXI**. Com as devidas reservas, procedeu-se ao apuramento da designada **"taxa de desemprego"**, verificando-se que de dezembro de 2011 (12,2%) para 2013 (16,6%), aumentou 4,4 pontos percentuais.

Tendo por base apenas os dados reportados a dezembro de 2012 (continente), dos desempregados registados com habilitação superior concluída entre 2009 e 2012 com par estabelecimento/curso válido, que ascendem a **30.327** e os diplomados nos anos letivos 2008/09 a 2010/11 (190.534), verifica-se o seguinte¹⁵¹:

- A maior taxa de desemprego ocorre no grupo CNAEF de "Saúde e Proteção Social", seguido de "Artes e Humanidades" e "Serviços", conforme se observa:

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ A **31/12/2015**, os desempregados inscritos nos centros de emprego por ano de conclusão do curso de 2011 a 2015 (IEFP), apresentam um crescimento anual, com exceção de 2013 para 2014, acompanhando a tendência dos diplomados (DGEEC) de 2011/12 para 2013/14. No ES Público, a tendência dos inscritos é idêntica, divergindo ao nível dos diplomados com um crescimento anual de 2010/11 para 2012/13 e uma diminuição de 2012/13 para 2013/14.

¹⁵¹ Ressalvas pela DGEEC:

- Aos diplomados pelos estabelecimentos de ensino superior foram retirados os valores dos cursos de especialização tecnológico e especializações.
- Foram considerados válidos 92,2% dos registos com par estabelecimento/curso fornecidos pelo IEFP.
- Só foram considerados os diplomados cujo par estabelecimento/curso tenham tido registo de desempregados com par estabelecimento/curso válido.
- Os desempregados que concluíram a sua habilitação superior em 2011/12, cujo par estabelecimento/curso foi considerado válido, estão incluídos nesta tabela embora a informação acerca dos diplomados nesse par estabelecimento/curso não esteja disponível para esses anos letivos.



Gráfico 25 - Taxa de desemprego no Ensino Superior - Grandes Grupos CNAEF (31/12/2012)



Fonte: Dados da DGEEC

Acresce referir que estes dados não são comparáveis com os dados obtidos no gráfico anterior, atendendo aos pressupostos de base da sua construção.

- Ao nível dos estabelecimentos de ensino e, considerando apenas os do subsistema público, os que apresentam uma menor e maior taxa de desemprego de diplomados registados nos centros de emprego, no período supra indicado, são a Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas (0,5%) e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Humanas e Sociais (60%), respetivamente (cfr. **anexo XXXII**)
- Ao nível de curso, verificou-se a ocorrência de situações de desempregados com habilitação superior, sem que exista informação do número de diplomados, o que desvirtua as conclusões que daqui se possam retirar.

❖ Dados publicados em junho de 2016

Entretanto, no portal InfoCursos¹⁵², em junho de 2016, existem dados que refletem a taxa de desemprego por curso, apurada com base no número de diplomados (licenciaturas e mestrados integrados)¹⁵³ entre os anos letivos 2010/11 e 2013/14¹⁵⁴ (via RAIDES) e os diplomados naquele período registados como desempregados nos centros de emprego do IEFP a 31/12/2015.

No âmbito do **ensino público**, a informação disponibilizada permite concluir que o montante global dos diplomados em licenciaturas e mestrados integrados, em 911 cursos (pelo par estabelecimento/curso, considerando os que contêm dados sobre desemprego), ascende a 163.792 e o número de diplomados desempregados a 31/12/2015, de 13.827, resultando numa taxa de desemprego de 8,4%, conforme se observa:

¹⁵² Em <http://infocursos.mec.pt>.

¹⁵³ Com exceção dos provenientes do ensino militar e policial, bem como de instituições de ensino superior das Regiões Autónomas.

¹⁵⁴ Na listagem observam-se cursos que não apresentam informação sobre desempregados registados, havendo a indicação de que não foram "aceites" na amostra. Assim, à listagem disponibilizada retirámos os 2.190 diplomados em cursos cuja informação sobre desemprego não está disponível, pelo que o montante global de diplomados em licenciaturas e mestrados integrados, por curso (apenas os que detêm informação sobre desemprego), ascende a 204.023 e o número de diplomados desempregados a 31/12/2015, de 17.349, obtemos uma taxa de desemprego de 8,5%.



Quadro 26 - Taxa de desemprego por subsistema e tipo de ensino (31/12/2015)

ENSINO SUPERIOR	Cursos ministrados (pelo par estabelecimento/curso)	Diplomados 2010/11_2013/14	Diplomados Desempregados registados 31/12/2015	Taxa de desemprego
Público	911	163.792	13.827	8,4%
Politécnico	485	80.828	7.408	9,2%
Universitário	426	82.964	6.419	7,7%
Privado	281	40.231	3.522	8,8%
Politécnico	102	12.720	939	7,4%
Universitário	179	27.511	2.583	9,4%
Total Geral	1.192	204.023	17.349	8,5%

Fonte: Dados do Portal Infocursos /<http://infocursos.mec.pt>

Ao nível das IES públicas, com referência à mesma data, observa-se no **anexo XXXIII** as que apresentam uma menor e maior taxa de desemprego de diplomados, entre 2010/11 e 2013/14, registados nos centros de emprego, destacando-se a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa com 1,1% e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com 14,4%, respetivamente.

Observa-se ainda, no ensino público, a existência de 27 pares estabelecimento/curso com **taxa de desemprego nula**, destacando-se os cursos de mestrado integrado de medicina, lecionados em 6 IES, sendo os que apresentam o maior número de diplomados (cfr. **anexo XXXIV**).

Os dados disponíveis não contêm a informação discriminada por CNAEF, mas sim por curso. Assim, em 31/12/2015, verifica-se uma menor taxa de desemprego (0,1%) no mestrado integrado em “Medicina”, ministrado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e, uma maior taxa de desemprego (30,2%) na licenciatura “Teatro e Artes Performativas” ministrada na Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (cfr. **anexo XXXV**).

Contudo, em face do exposto, é necessária prudência na leitura dos dados e na afirmação de que um determinado curso ao ter uma menor/menor taxa de desemprego ou até nula, signifique que promova uma maior/menor empregabilidade, pois existem limitações que têm a ver com a natureza da informação de base, nomeadamente, a indicada na nota introdutória ao presente ponto 3.5 (dados de desempregados que decidem registar-se no IEFP, não sendo representativa do universo de diplomados desempregados) e nas ressalvas da própria DGEEC mencionadas, nomeadamente, na notas de rodapé 151 e 154. Acresce ainda a possibilidade de existirem diplomados que, apesar de registados nos centros de emprego, podem estar a trabalhar, mas numa área que não da sua formação, ou até, não ter informado ou cancelado a inscrição no IEFP.

Acontece que a utilização de rácios com base neste tipo de informação, tem vindo a ser considerada na abertura de vagas num determinado curso, nas orientações proferidas pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, anualmente.



❖ Ponto de situação sobre a Empregabilidade e relação com Estudos da A3ES

Atendendo à sua relevância, passaremos a destacar as conclusões e recomendações constantes de dois estudos promovidos pela A3ES (relatórios de 2012¹⁵⁵ e 2014¹⁵⁶) no âmbito da empregabilidade e seus indicadores de medição. De modo a não nos repetirmos e observando que as situações identificadas são similares, procede-se à respetiva transcrição no **anexo XXXVI**. Porém, destaca-se, desde já, o seguinte:

“... tendo em atenção que as avaliações feitas deste fenómeno [da empregabilidade] podem ser objeto de manipulação ou interpretação enviesada, com vista a valorizar aspetos mais conseguidos ou a omitir piores resultados, julgamos que é essencial e urgente criar instrumentos fiáveis e credíveis que permitam diagnósticos seguros sobre a empregabilidade dos diplomados no ensino superior”

“... na ausência de critérios estabelecidos de forma universal e transversal, as instituições [procuram] nas medições [da empregabilidade] que efetuam, escolher metodologias que valorizem as áreas com melhores resultados e subalternizam as de pior desempenho. Por vezes, meras questões técnicas como os horizontes temporais considerados, as agregações ou desagregações de respostas obtidas, a opção por inquéritos realizados por entrevista telefónica ou questionário escrito, a qualidade de definição de amostras ou o tratamento de não respostas, podem ser administradas de modo a gerar leituras incorretas ou distorcidas da realidade.”

“Por estas razões, torna-se indispensável encontrar uma metodologia comum, bem como definir a forma como é implementada, para que os resultados sobre empregabilidade dos ciclos de estudos do ensino superior sejam comparáveis e, permitam, de forma adequada, orientar as escolhas individuais e servir de suporte às políticas públicas.”

A detenção de dados fiáveis por parte das IES sobre a empregabilidade dos seus diplomados poderá potenciar mudanças na estrutura da sua oferta curricular e os próprios alunos poderão fazer as suas escolhas de cursos indo de encontro às necessidades do mercado de trabalho.

Para esse efeito, será fundamental que estejam, *a priori*, clarificados os conceitos de empregabilidade e de desemprego e definidos os critérios de recolha, tratamento e análise de dados, de modo a garantir uma uniformização transversal a todas as IES, possibilitando em última instância à tutela a obtenção de informação transparente e comparável a nível nacional e internacional.

Assim, a tutela deverá, em primeira linha, proceder à clarificação daqueles conceitos e, posteriormente, procurar um indicador de empregabilidade realista, que não considere apenas o registo de desempregados no IEFP, de modo a que todas as IES partindo dos mesmos pressupostos, produzam informação harmonizada, de modo a *“(...) que possa constituir uma base credível para decisão de políticas públicas”¹⁵⁷.*

¹⁵⁵ Cardoso, JL et al, Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal, Lisboa: A3ES *Readings*, 2012, in http://www.a3es.pt/sites/default/files/R3_EMPREGAB.pdf.

A análise teve subjacente, inclusive dados dos quadros de Pessoal do MEE (Ministério da Economia e do Emprego) e do INE (inquérito ao emprego) e *websites* das IES. Note-se que o GEE (Gabinete de Estratégia e Estudos)/MEE (desde 2011) procede à publicação dos quadros de pessoal (integrados como anexo ao Relatório Único), que integram dados sobre o emprego (apenas do continente), tendo por base as informações prestadas pelos empregadores (obrigação legal de prestação anual de informação eletrónica através de uma plataforma, com referência ao mês de Outubro) com trabalhadores abrangidos pelo Código do Trabalho (excluindo-se, assim, os serviços e órgãos abrangidos pelo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, bem como os trabalhadores por conta própria), não sendo possível a obtenção de dados por subsistema e tipo de ensino, bem como por par estabelecimento de ensino/curso. Efetivamente, o formulário (Portaria n.º 55/2010 de 21 de janeiro, alterada pela portaria n.º 108-A/2011, de 14 de março), não contempla esse campo para preenchimento pelas entidades empregadoras, razão pela qual os quadros de pessoal não são objeto de análise no presente relatório/estudo.

¹⁵⁶ Cardoso, JL et al, Indicadores de Medição da Empregabilidade dos Diplomados no Ensino Superior, Março 2014, com o apoio da A3ES, in <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/11207>. Este relatório/estudo surge na sequência do elaborado em 2012, tendo sido publicado no repositório da Universidade de Lisboa.

¹⁵⁷ Idem.



As propostas constantes dos estudos supra indicados, deverão merecer reflexão por parte da tutela, destacando-se desde já a importância da promoção de um inquérito direto aos diplomados, através de um questionário a ser aplicado e tratado de forma centralizada, pela DGEEC e que deterá a informação de base à construção de um indicador de medição da empregabilidade. Este inquérito poderá ser articulado com o existente RAIDES e potenciará o envolvimento mais ativo por parte das IES, pois elas mesmas poderão beneficiar em termos de desempenho, com a sua colaboração na obtenção de dados dos alunos.

Por outro lado, será relevante que a tutela conjugue esforços com as IES, as ordens e associações profissionais e outras entidades envolvidas ou partes interessadas no processo, no sentido de identificar a melhor solução.

Na sua resposta, em consonância com o descrito no 4.º parágrafo do presente ponto 3.5, que resultou em proposta às IES da criação de uma estrutura de apoio à inserção dos estudantes na vida ativa de recém-diplomados, o reitor da Universidade do Porto veio informar que *“Em 2015 (...) criou o Gabinete de Apoio ao Estudante e Empregabilidade (...) [o qual promove] a aproximação [dos estudantes diplomados] ao mundo empresarial (...), mantendo uma estrita colaboração com as empresas e demais organizações. Neste âmbito, [a UP] tem prosseguido com a implementação de um conjunto de ações,¹⁵⁸ com o objetivo de incrementar a eficácia e eficiência do funcionamento deste gabinete, em prol dos estudantes (...)”*.

Quanto ao grau de empregabilidade, o comandante da Academia Militar informou que *“(...) é de 100%, não se verificando a situação de desemprego (para os alunos do Exército e da GNR)”*.

Por seu turno, o presidente do CCISP *“(...) revê-se nas considerações feitas no estudo sobre a forma como é determinada a empregabilidade dos ciclos de estudos. Esta, além de não tomar em conta os efeitos da sazonalidade, acaba por considerar apenas os estudantes inscritos no [IEFP], sendo certo que muitos dos desempregados com qualificação superior não recorrem, por norma, a estes centros”*.

Acrescentou ainda que *“(...) a percentagem de desemprego dos diplomados das diversas instituições está sobretudo interligada à sua posição geográfica, sendo diretamente proporcional à distância a que as instituições se situam da capital, pelo que a aplicação apenas dos indicadores de desemprego para determinar o número de vagas a atribuir a cada instituição afetará sobretudo as instituições inseridas em regiões com maiores índices de desemprego.”*

3.6. Recursos Humanos

3.6.1. Pessoal Docente

De modo a poder caracterizar o perfil da população docente do Ensino Superior, a DGEEC publica anualmente¹⁵⁹, com reporte a 31 de dezembro, os dados referentes aos resultados do inquérito **REBIDES**, apresentados sob a forma de tabelas, gráficos e indicadores. De modo a espelhar a evolução dos dados do ano

¹⁵⁸ Que discrimina.

¹⁵⁹ Em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/rebides/>.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

de referência (ano letivo 2012/13, REBIDES 12), foram igualmente tidos em conta os dados relativos ao REBIDES 11¹⁶⁰, bem como o REBIDES 13¹⁶¹.

De acordo com a recolha efetuada, cujos dados se reproduzem no quadro seguinte, verifica-se um decréscimo, nos últimos 3 anos letivos, do número de docentes no ensino superior português:

Quadro 27 - Docentes por Subsistema/Tipo de ensino e Habilitação académica

Subsistema de ensino	Tipo de ensino	2011/2012	2012/13					2013/2014	Δ 2011/12 - 2012/13	Δ 2012/13 - 2013/14	
			Doutor	Mestre	Licenciado	Bacharel	Outro				Total
Público	Universitário ^{a)}	15 538	10 983	1 783	2 729	30	38	15 563	15 348	0,2%	-1,4%
	Politécnico ^{b)}	10 311	2 693	4 051	3 088	54	79	9 965	9 397	-3,4%	-5,7%
		25 849	13 676	5 834	5 817	84	117	25 528	24 745	-1,2%	-3,1%
Privado	Universitário ^{a)}	7 030	2 990	1 892	1 446	25	35	6 388	5 704	-9,1%	-10,7%
	Politécnico ^{b)}	4 199	964	1 317	1 245	17	23	3 566	3 079	-15,1%	-13,7%
		11 229	3 954	3 209	2 691	42	58	9 954	8 783	-11,4%	-11,8%
TOTAL		37 078	17 630	9 043	8 508	126	175	35 482	33 528	-4,3%	-5,5%

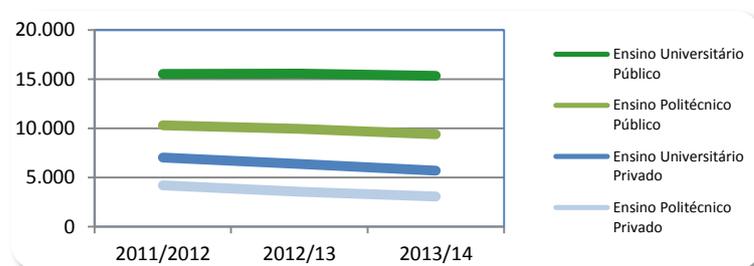
Fonte: DGEEC (Adaptado da Tabela 7 dos REBIDES 12 e 13)

^{a)} Inclui estabelecimentos não integrados em universidades.

^{b)} Inclui estabelecimentos não integrados em institutos politécnicos, bem como unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades.

No ano letivo de referência, o ensino superior público era constituído por 25.528 docentes (71,9%) e o privado por 9.954 (28,1%), representando globalmente uma diminuição relativamente ao ano anterior de 4,3%, que atingiu os dois subsistemas, mas com maior incidência no ensino privado. De igual modo, relativamente ao ano 2013/14 se regista um decréscimo de 5,5%, no total dos docentes, verificando-se uma quebra de 3,1% e de 11,8%, no ensino superior público e privado, respetivamente, como também se observa no gráfico infra

Gráfico 26 - Evolução do número de Docentes por Subsistema/Tipo de ensino (2011/12 - 2013/14)



Fonte: DGEEC - Criação mediante os dados obtidos na Tabela 7 do REBIDES 12 e 13

Analisando a habilitação académica dos docentes observa-se que a que predomina é a de doutor, quer no ensino público (53,57%), quer no ensino privado (39,72%), conforme se observa no **Gráfico 27**. Verifica-se, ainda, que a

¹⁶⁰ Que correspondem ao ano letivo 2011/12.

¹⁶¹ Que correspondem ao ano letivo 2013/14. Esta versão do inquérito REBIDES reúne um conjunto de informação estatística sobre docentes do ensino superior, para o período temporal compreendido entre os anos letivos de 2001/02 a 2013/14, sendo indicado na nota metodológica que os valores apresentados poderão incluir duplicações devido a situações de docentes que acumulam funções em mais do que um estabelecimento de ensino superior. Ressalva-se o facto de entretanto terem sido publicados os resultados do REBIDES 14 e 15.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

tendência é para o aumento de docentes com doutoramento, e para a diminuição dos docentes com o grau de mestre, licenciatura, bacharelato e outro¹⁶².

Gráfico 27 - Distribuição de docentes (%), por subsistema de ensino e habilitação académica (2012/2013)

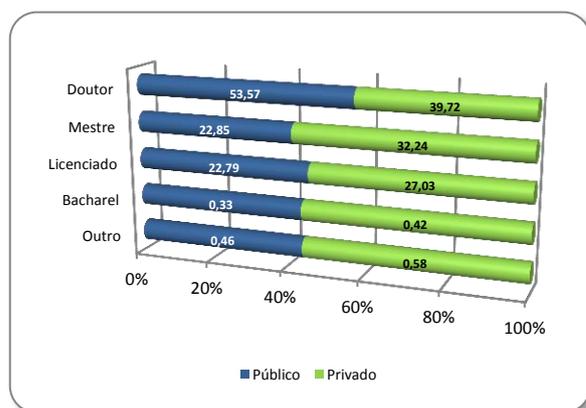
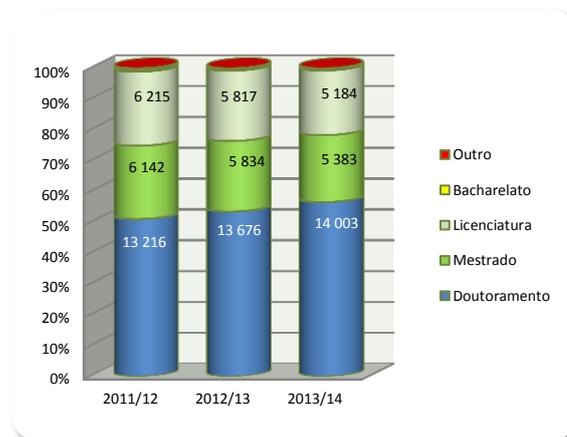


Gráfico 28 - Comparação da distribuição de docentes do Ensino Superior Público, por habilitação académica, nos 3 anos letivos



Fonte: DGEEC (Dados da Tabela 7 do REBIDES 12 e 13)

Quanto à **categoria profissional** dos docentes do ensino universitário público, a sua distribuição, nos anos letivos de 2011/12 a 2013/14 (com especial enfoque no ano letivo de referência, por tipo de ensino), é a que consta no quadro seguinte:

Quadro 28 - Docentes no Ensino Superior Público, por categoria profissional

Categoria profissional	2011/2012	2012/2013			2013/2014
		Universitário	Politécnico	Total	
Assistente	8150	3.238	4.413	7 651	7139
Carreira de Investigação	284	361	2	363	226
Leitor	203	186	0	186	180
Monitor	227	157	35	192	209
Professor Adjunto	4434	0	4.416	4 416	4466
Professor Associado	2228	2.231	0	2 231	2174
Professor Auxiliar	7244	7.357	0	7 357	7404
Professor Catedrático	1201	1.222	0	1 222	1209
Professor Coordenador	760	0	765	765	769
Professor Coordenador Principal	11	0	18	18	21
Outras Categorias ¹⁾	1107	811	316	1 127	948
TOTAL	25.849	15.563	9.965	25.528	24.745

Fonte: DGEEC (Adaptado da Tabela 6 do REBIDES 13)

¹⁾ Inclui Bolseiro, Colaborador externo, Docente militar, Membro de órgão de direcção/pedagógico/científico, Orientador cooperante, Professor Visitante e Técnico superior, Professor, Professor aposentado/reformado/jubilado.

¹⁶² De acordo com o REBIDES 15 (ano letivo 2015/16), no ensino superior os docentes ascenderam a 32.580, destacando-se no ensino público de 25.142 (77%). De 2011/12 para 2014/15 houve uma diminuição anual no número de docentes, apresentando uma ligeira subida de 2014/15 para 2015/16. Comparando o ano letivo 2011/12 com o de 2015/16, mantém-se uma diminuição de 12% no Ensino Superior, verificando-se que o ensino público apenas contribui com 3%. Acresce que no ensino superior público predominam os docentes no ensino universitário (63%; 15.704) e as conclusões quanto às habilitações literárias dos docentes não diverge relativamente às do ano letivo de 2012/13;



Rita Cruz

Tribunal de Contas

Observa-se, deste modo, que no ano letivo 2012/13, dos 15.563 (61%) docentes que exerciam funções no ensino universitário, 7.357 (cerca de metade) eram Professores auxiliares, encontrando-se os restantes docentes distribuídos, sobretudo, pelas carreiras de Assistentes (3.238), Professores associados (2.231) e Professor Catedrático (1.222).

Relativamente ao ensino politécnico público, 9.965 (39%), verifica-se que se encontram igualmente distribuídos entre Assistentes (44%) e Professores adjuntos (44%), estando os restantes 12% distribuídos pelas demais categorias.¹⁶³

Em termos de distribuição territorial (NUTS II), o maior número de docentes leciona em IES das regiões de Lisboa (39%) e do Norte (31%), enquanto as regiões autónomas dos Açores e da Madeira são as que apresentam menor percentagem (1% cada), conforme melhor se observa pela gravura infra.

Ilustração 10 - Distribuição dos docentes do Ensino Superior, por NUTS II



Fonte: DGEEC (Adaptado da Tabela 6 do REBIDES 13)

Em termos comparativos, relativamente ao ano letivo anterior, e no que se refere a todo o Ensino Superior (Público e Privado), foi nas IES do Algarve que ocorreu a maior diminuição do número de docentes (-9,1%), verificando-se, por seu turno, uma maior quebra na R.A. Açores (-16,6%), no que respeita ao ano letivo seguinte (cfr. quadro infra).

Quadro 29 - Docentes no Ensino Superior, por NUTS II

NUTS II	2011/12	2012/13			2013/14	Δ 2011/12 - 2012/13	Δ 2012/13 - 2013/14
		Universitário	Politécnico	Total			
Alentejo	1 554	693	812	1 505	1 454	-3,2%	-3,4%
Algarve	1 138	597	438	1 035	1 019	-9,1%	-1,5%
Centro	7 449	3 684	3 641	7 325	6 950	-1,7%	-5,1%
Lisboa	14 672	9 880	4 093	13 973	13 007	-4,8%	-6,9%
Norte	11 609	6 630	4 396	11 026	10 541	-5,0%	-4,4%
R. A. Açores	359	263	68	331	276	-7,8%	-16,6%
R. A. Madeira	297	204	83	287	281	-3,4%	-2,1%
Total	37 078	21 951	13 531	35 482	33 528	-4,3%	-5,5%
%		62%	38%	100%			

¹⁶³ Em 2015/16, no ensino superior público, quanto à categoria profissional, tudo se mantém, com exceção da ordem de grandeza no politécnico, que passou a ser de professor adjunto (51,9%), seguida de assistente (38,2%).



Relativamente ao Ensino Superior Público, a distribuição dos docentes pelo território nacional segue a mesma tendência decrescente, à exceção da Região Autónoma da Madeira, como se pode observar no quadro seguinte¹⁶⁴:

Quadro 30 - Docentes no Ensino Superior Público, por NUTS II

NUTS II	2011/12	2012/13			2013/14	Δ 2011/12 - 2012/13	Δ 2012/13 - 2013/14
		Universitário	Politécnico	Total			
Alentejo	1 448	615	812	1 427	1 384	-1,5%	-3,0%
Algarve	811	372	395	767	759	-5,4%	-1,0%
Centro	6 629	3 255	3 359	6 614	6 327	-0,2%	-4,3%
Lisboa	9 304	6 665	2 409	9 074	8 742	-2,5%	-3,7%
Norte	7 077	4 189	2 898	7 087	7 024	0,1%	-0,9%
R. A. Açores	359	263	68	331	276	-7,8%	-16,6%
R. A. Madeira	221	204	24	228	233	3,2%	2,2%
Total	25 849	15 563	9 965	25 528	24 745	-1,2%	-3,1%
%		61%	39%	100%			

Interessante se mostra também relacionar a distribuição dos docentes do Ensino Superior, através dos dados constantes no quadro anterior, de forma a poder estabelecer-se uma comparação com a distribuição de alunos, por NUTS. Assim, e conforme ilustra o quadro infra, verifica-se que a média nacional indica a existência de um docente para, aproximadamente, cada onze alunos¹⁶⁵:

Quadro 31 - Relação média entre o número de docentes e o número de alunos inscritos, por NUTS

NUTS II	2011/12			2012/13			2013/14		
	alunos inscritos	docentes	Rácio Alunos inscritos/ Docentes	alunos inscritos	docentes	Rácio Alunos inscritos/ Docentes	alunos inscritos	docentes	Rácio Alunos inscritos/ Docentes
Alentejo	17.254	1.554	11,10	15.242	1.505	10,13	14.120	1.454	9,71
Algarve	10.176	1.138	8,94	9.172	1.035	8,86	8.993	1.019	8,83
Centro	87.828	7.449	11,79	85.273	7.325	11,64	83.861	6.950	12,07
Lisboa	149.075	14.672	10,16	140.422	13.973	10,05	138.897	13.007	10,68
Norte	125.575	11.609	10,82	121.478	11.026	11,02	118.619	10.541	11,25
R. A. Açores	3.837	359	10,69	3.587	331	10,84	3.177	276	11,51
R. A. Madeira	3.592	297	12,09	3.279	287	11,43	3.329	281	11,85
Total	397.337	37.078	10,72	378.453	35.482	10,67	370.996	33.528	11,07

Fonte: DGEEC (Dados das Tabelas 10 do REBIDES 12 e 13 e em "Tabelas de dados do Ensino Superior - Inscritos nos anos letivos 2011/12; 2012/13 e 2014/14")

Do mesmo modo, se nos focarmos apenas ao nível do Ensino Superior Público, verifica-se uma média de doze alunos para cada docente¹⁶⁶, de acordo com os dados constantes do quadro infra:

Quadro 32 - Relação média entre o número de docentes e o número de alunos inscritos, relativamente ao Ensino Superior Público, por NUTS

NUTS II	2011/12			2012/13			2013/14		
	alunos inscritos	docentes	Rácio Alunos inscritos/ Docentes	alunos inscritos	docentes	Rácio Alunos inscritos/ Docentes	alunos inscritos	docentes	Rácio Alunos inscritos/ Docentes
Alentejo	16974	1 448	11,72	14980	1 427	10,50	13952	1 384	10,08
Algarve	8627	811	10,64	8076	767	10,53	8169	759	10,76
Centro	83988	6 629	12,67	81911	6 614	12,38	80847	6 327	12,78
Lisboa	109361	9 304	11,75	106407	9 074	11,73	108377	8 742	12,40
Norte	91557	7 077	12,94	91973	7 087	12,98	91282	7 024	13,00
R. A. Açores	3837	359	10,69	3587	331	10,84	3177	276	11,51
R. A. Madeira	3244	221	14,68	2967	228	13,01	3031	233	13,01
Total	317.588	25.849	12,29	309.901	25.528	12,14	308.835	24.745	12,48

Fonte: DGEEC (Dados das Tabela 10 do REBIDES 12 e 13 e em "Tabelas de dados do Ensino Superior - Inscritos nos anos letivos 2011/12; 2012/13 e 2014/14")

¹⁶⁴ No ensino superior, comparando o ano letivo de 2011/12 com **2015/16**, observa-se que a maior quebra no número de docentes ocorreu na área metropolitana de Lisboa (-15%).

¹⁶⁵ Em **2015/16**, mantém-se a mesma observação (rácio=11).

¹⁶⁶ Em **2015/16**, mantém-se a mesma observação (rácio=11,9).

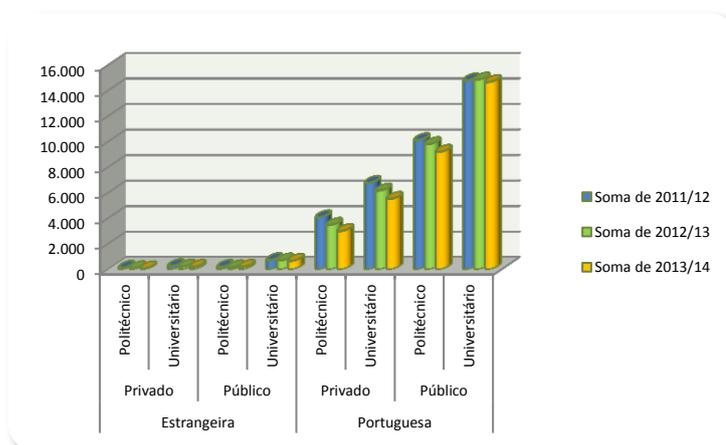


Rita Cruz

Tribunal de Contas

Relativamente à nacionalidade dos docentes, constatou-se que o número de docentes de nacionalidade estrangeira a lecionar nas instituições do país, no ano letivo de referência, não ultrapassa os 3,3% (1 154 docentes), verificando-se no Gráfico 29 a relação entre o peso dos docentes de nacionalidade portuguesa com os de nacionalidade estrangeira¹⁶⁷.

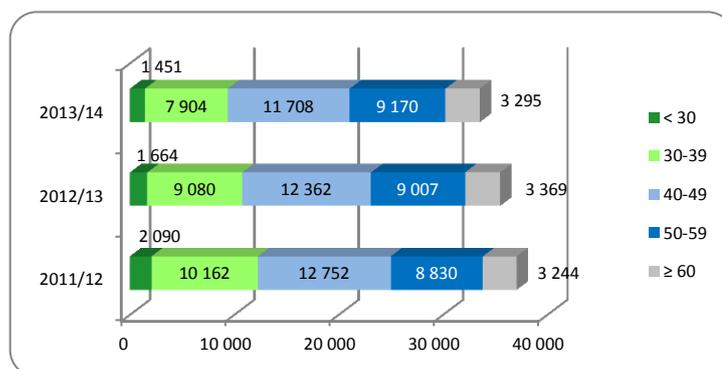
Gráfico 29 - Comparação do número de Docentes de Nacionalidade portuguesa com Docentes de nacionalidade estrangeira por Subsistema e Tipo de ensino, nos 3 anos letivos



Fonte: DGEEC (Dados da Tabela 11 do REBIDES 12 e 13)

Analisando, por fim, a estrutura etária dos docentes do ensino superior (público e privado), constata-se que a faixa situada entre os 40 e 49 anos é a que apresenta maior população, sendo ainda observável que há cada vez menos docentes com idade inferior a 30 anos e cada vez mais com idade superior a 60 anos, conforme se ilustra no gráfico infra¹⁶⁸:

Gráfico 30 - Docentes por subsistema e tipo de ensino e grupo etário (2012/13)



Fonte: DGEEC (Dados da Tabela 2 do REBIDES 12 e 13)

Na sua resposta, o presidente do CCISP, refere que também deveriam ser incluídos dados dos docentes em equivalente a tempo integral (ETI), "(...) já que muitos docentes não dedicam todo o seu tempo à instituição...[pelo que]...com base em ETI, verifica-se que o número de docentes no sistema de Ensino Superior é bastante mais

¹⁶⁷ No ano letivo 2015/16, os docentes com nacionalidade estrangeira continuam a rondar os 3,4% (1.110).

¹⁶⁸ No ano letivo 2015/16, mantém-se as observações relativamente ao ano letivo de 2012/13, quanto à faixa etária e tendências.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

reduzido do que o apontado no estudo. A utilização deste indicador também irá ter impacto na análise da qualificação do corpo docente. No caso do subsistema politécnico, a percentagem de docentes com doutoramento sobe consideravelmente.”

De notar que a DGEEC, apenas aquando da divulgação do REBIDES 14 (ano letivo **2014/15**), no seu *site* oficial, considerou o número de docentes por ETI¹⁶⁹, apresentando dados a 31/12/2012 (ano letivo 2012/13), 2013 e 2014. Da sua análise resulta, quanto aos anos letivos 2012/13 e 2013/14, e principalmente quanto ao ensino público, que as conclusões constantes do presente relatório/estudo não se alteram substancialmente, mantendo-se as tendências apresentadas.

De qualquer modo, optou-se por acrescentar no **anexo XXXVII**, os dados por ETI constantes do Quadro 27, com exceção do ano letivo 2011/12¹⁷⁰.

Quanto à habilitação académica dos docentes, por tipo de ensino, no ano letivo 2012/13, a que predomina no ensino universitário é a de doutor e no politécnico a de mestre, registando-se efetivamente quanto aos docentes com doutoramento, um crescimento no ensino politécnico, ao invés do universitário, relativamente ao ano letivo seguinte (2013/14), quer em termos absolutos, quer em ETI.

3.6.2. Pessoal não Docente

A informação oficial referente ao pessoal não docente é tratada e divulgada pela **DGES**, previamente recolhida através do Inquérito **INDEZ**.¹⁷¹

Os dados respeitam a 35 IES¹⁷², tendo passado a 34 após a fusão da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) com a Universidade de Lisboa, em dezembro de 2012. Por esse motivo, no INDEZ 2013, os dados referentes à UTL encontram-se agregados com a Universidade de Lisboa.

Tendo em linha de conta os dados disponibilizados pela DGES¹⁷³, pode constatar-se uma tendência generalizada de diminuição de pessoal não docente, de cerca de 3,8%, entre os anos letivos 2011/12 (INDEZ 11) e 2013/14 (INDEZ 13), conforme se ilustra no gráfico seguinte:

¹⁶⁹ De acordo com a DGEEC, para ETI “é considerada a percentagem de tempo integral que o docente dedica à atividade docente. Todos os docentes cuja percentagem do regime parcial é igual ou superior a 90% são considerados como “Full-time” (100%)”.

¹⁷⁰ Pelo facto de não se localizar a sua publicação no *site* da DGEEC.

¹⁷¹ De acordo com o descrito na Introdução e metodologia aplicada, “Todos os dados foram submetidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas através de uma plataforma própria online, validados, quer a nível de coerência técnica através de validações automáticas, quer a nível de consistência da informação através da análise de relatórios, e finalmente aprovados pelo órgão máximo de cada IES.”

¹⁷² Não incluem o ensino militar e policial.

¹⁷³ Os últimos dados publicados no *site* daquela Direção-Geral são os referentes ao ano letivo 2011/12, tendo terminado o processo de submissão dos dados, por parte das IES, relativos ao INDEZ 2015.

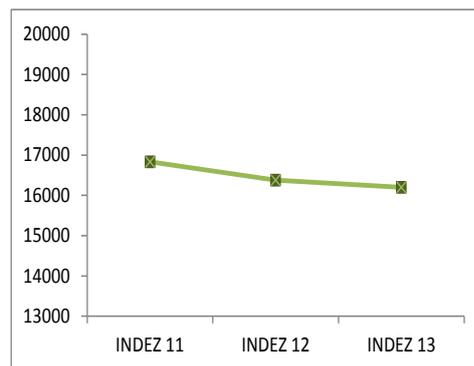


Evolução do Pessoal não docente, em 2011, 2012 e 2013

Quadro 33 - Dados referentes ao pessoal não docente das IES

Gráfico 31 - Representação gráfica da evolução do pessoal não docente

Entidade	INDEZ 11	INDEZ 12	INDEZ 13	Δ Indez 13/ Indez 11
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	92	85	97	5,4
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	129	125	122	-5,4
Escola Superior de Enfermagem do Porto	52	52	49	-5,8
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	49	49	45	-8,2
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	27	28	28	3,7
Instituto Politécnico da Guarda	179	179	171	-4,5
Instituto Politécnico de Beja	156	153	154	-1,3
Instituto Politécnico de Bragança	290	284	278	-4,1
Instituto Politécnico de Castelo Branco	262	258	255	-2,7
Instituto Politécnico de Coimbra	435	405	396	-9,0
Instituto Politécnico de Leiria	468	456	458	-2,1
Instituto Politécnico de Lisboa	458	441	448	-2,2
Instituto Politécnico de Portalegre	158	160	154	-2,5
Instituto Politécnico de Santarém	204	207	197	-3,4
Instituto Politécnico de Setúbal	196	197	197	0,5
Instituto Politécnico de Tomar	170	166	152	-10,6
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	240	176	170	-29,2
Instituto Politécnico de Viseu	267	257	252	-5,6
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	45	57	62	37,8
Instituto Politécnico do Porto	435	443	429	-1,4
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa	279	279	292	4,7
Universidade Aberta	234	210	198	-15,4
Universidade da Beira Interior	385	375	368	-4,4
Universidade da Madeira	194	190	191	-1,5
Universidade de Aveiro	934	803	807	-13,6
Universidade de Coimbra	1611	1609	1527	-5,2
Universidade de Évora	540	539	520	-3,7
Universidade de Lisboa	1564	1568	2644	-6,3
Universidade Técnica de Lisboa	1258	1343		
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	674	594	596	-11,6
Universidade do Algarve	579	546	529	-8,6
Universidade do Minho	918	932	949	3,4
Universidade do Porto	1872	1835	2164	15,6
Universidade dos Açores	319	285	259	-18,8
Universidade Nova de Lisboa	1159	1090	1039	-10,4



Fonte: DGES (Adaptado do Indez 2011, 2012 e 2013)

Dada a fusão da UTL com a Universidade de Lisboa, o quadro supra não ilustra, de forma imediata, que esta IES apresenta um decréscimo de 6,3%¹⁷⁴ do seu pessoal não docente.

Cabe, porém, ressaltar que no grupo do pessoal não docente está integrado o pessoal da carreira de investigação.

¹⁷⁴ De 2.822 (1.564 + 1.258), em 2011, para 2.644, em 2013.



Rita Cruz

Tribunal de Contas

3.7. Metas da União Europeia - Estratégia Europa 2020

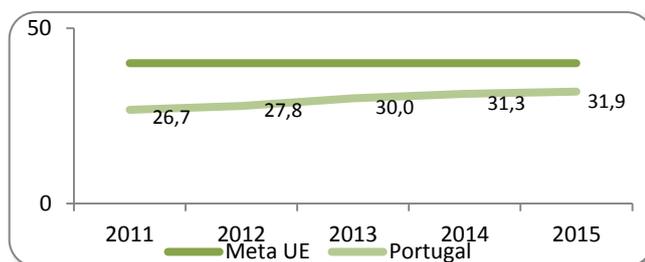
O sistema de Ensino, para além de prosseguir as estratégias políticas nacionais inscritas no programa de governo, encontra-se também inserido no seio das estratégias europeias, nomeadamente, desde 3 de março de 2010, aquando da elaboração da *Estratégia Europa 2020*, em Bruxelas. A *Estratégia* estabelece 3 prioridades, que assentam no **crescimento inteligente**, no **crescimento sustentável** e no **crescimento inclusivo**.¹⁷⁵

De modo a fazer face a essas prioridades, a Comissão Europeia propôs a definição de 5 grandes objetivos para a União Europeia (UE), que se interligam entre si, respeitantes às seguintes áreas: Emprego; Investigação e desenvolvimento; Alterações climáticas e energia; Educação¹⁷⁶; e Pobreza e exclusão social. Incidindo no presente relatório/estudo somente sobre o Ensino Superior, a análise que se apresentou, apenas refletiu esta vertente.

Para alcançar os objetivos propostos, a Comissão Europeia definiu indicadores que foram adotados pelos vários Estados-Membros. Relativamente ao Ensino Superior, o Estado Português comprometeu-se a que pelo menos 40% dos adultos portugueses entre os 30-34 anos tenham completado o ensino superior, ou equivalente, até 2020.

Atento aos números publicados, em 2016 pelo Eurostat, referentes a 2015, e que se apresentam no gráfico infra, pode observar-se que Portugal tem tido uma evolução convergente com o objetivo proposto. Neste sentido, significa que nos 5 anos seguintes, terá de recuperar 8,1 pontos percentuais.

Gráfico 32 - Evolução da taxa de adultos (%) entre os 30-34 anos que completaram o ES ou equivalente



Fonte: Criação através dos dados obtidos em outubro/2016, no sítio http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=t2020_41&plugin=1

Cabe, no entanto, registar que embora seja uma meta da UE e dos respetivos Estados-Membros aumentar o número de adultos com nível de ensino superior, uma das preocupações apresentadas pelo Eurostat em conjunto com a rede *Eurydice* consiste no facto de existir um número crescente de jovens com qualificações excessivas para o tipo de emprego que encontram, revelando "(...) a importância de **uma previsão mais eficiente das necessidades do mercado de trabalho a curto e a longo prazo**, para proporcionar uma orientação educativa e profissional fiável aos estudantes, que permita ajustar melhor as qualificações educativas dos jovens às oportunidades de emprego concretas."

¹⁷⁵ Segundo o Presidente da Comissão Europeia - em 2010 - no prefácio da comunicação da Comissão Europeia, de 3 de março de 2010, o **objetivo da estratégia Europa 2020** é: "(...) criar mais emprego e assegurar melhores condições de vida".

¹⁷⁶ Relativamente à **Educação**, a UE (e cada um dos seus Estados-Membros, de acordo com as suas especificidades), pretende alcançar **2 sub-objetivos**: "quanto ao sucesso escolar, um objetivo que visa reduzir a taxa de abandono escolar precoce para 10%, contra os 15% atuais, e aumentar a percentagem da população com idade entre 30 e 34 anos que completou o ensino superior de 31% para, pelo menos 40%, em 2020."



Tribunal de Contas

4 DECISÃO

Pelo exposto, os Juizes da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, em subsecção, decidem o seguinte:

1. Aprovar o presente relatório/estudo;
2. Remeter uma cópia do relatório/estudo às seguintes entidades:
 - a) Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
 - b) Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP);
 - c) Reitores e Presidentes das Instituições de Ensino Superior Públicas;
 - d) Diretora-Geral das Estatísticas da Educação (DGEEC);
 - e) Diretor-Geral do Ensino Superior (DGES);
 - f) Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES).
3. O Tribunal solicita às entidades identificadas nas alíneas a) e c) do número anterior informação periódica sobre as medidas tomadas na sequência das propostas de melhoria formuladas no presente relatório/estudo.
4. Após as comunicações acima referenciadas, divulgar em tempo oportuno o relatório na intranet e internet.
5. Não são devidos emolumentos.

Tribunal de Contas, em 30 de novembro de 2016.

Fui presente,

A Procuradora-Geral Adjunta

O Juiz Conselheiro Relator,

(António José Avérous Mira Crespo)

Os Juizes Conselheiros,

(Ernesto Luís Rosa Laurentino da Cunha)

(Eurico Manuel Ferreira Pereira Lopes)



5 APOIO BIBLIOGRÁFICO, SITES CONSULTADOS E LEGISLAÇÃO RELEVANTE

CNE, *Estado da Educação 2011 - A qualificação dos portugueses*

CNE, *Estado da Educação 2012 - Autonomia e Descentralização*

CNE, *Estado da Educação 2013*

DGEEC, *Estatísticas da Educação 2011/12*

DGEEC, *Estatísticas da Educação 2012/13*

DGEEC, *Estatísticas da Educação 2013/14*

EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION, CRUP, *Portuguese Higher Education: A view from the outside*, 2013

FONSECA, MADALENA PIRES DA; ENCARNAÇÃO, SARA, *O sistema de ensino superior em Portugal em mapas e números*, A3ES, Lisboa, 2012.

FONSECA, MADALENA PIRES DA; ENCARNAÇÃO, SARA, *O sistema de ensino superior perfis institucionais: as universidades públicas*, A3ES, Lisboa, 2012.

FONSECA, MADALENA PIRES DA; ENCARNAÇÃO, SARA, *O sistema de ensino superior perfis institucionais: institutos politécnicos públicos*, A3ES, Lisboa, 2012.

SÁ, CARLA; DIAS, DIANA; TAVARES, ORLANDA, *Tendências Recentes no Ensino Superior Português*, A3ES, Lisboa, 2013.

SANTOS, SÉRGIO MACHADO DOS, *Análise comparativa dos processos europeus para a avaliação e certificação de sistemas internos de garantia da qualidade*, A3ES, Lisboa, 2011.

SANTOS, SÉRGIO MACHADO DOS, *Sistemas Internos de garantia da qualidade nas agências de avaliação e acreditação*, A3ES, Lisboa, 2011.

Ponto 3.4:

COMISSÃO EUROPEIA/EACEA/EURYDICE, 2014. *A modernização do ensino superior na Europa: Acesso, Retenção e Empregabilidade 2014*. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.

DGEEC, *Ensino Superior: Situação em 2012/13 dos inscritos pela 1.ª vez em 2011/12 - Dados Estatísticos*, Lisboa, 2015.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, *Estudo e análise de inscrição nos cursos de licenciatura, mestrado integrado e mestrados não integrados*, Lisboa, 2013.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA, *Relatório relativo à assiduidade e in (sucesso) nas aprendizagens dos ciclos formativos do IPG*, Guarda, 2013.

GABINETE DE PLANEAMENTO, PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO, *Estudo de caso: Abandono Escolar 2012/13*, Porto, 2014.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM, *Abandono Escolar no IPS*, Santarém, 2014.

CRUP, *Abordagem ao fenómeno do abandono escolar*, Nota de imprensa, LISBOA, 2013



Ponto 3.5:

GPEARI/MCTES, *A procura de emprego dos diplomados com habilitação superior - Relatório VIII (Dezembro 2010)*, Março 2011

CARDOSO, JOSÉ LUIS; ESCÁRIA, VÍTOR; FERREIRA, VÍTOR SÉRGIO; MADRUGA, PAULO; RAIMUNDO, ALEXANDRA; VARANDA, MARTA, *Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal*, Coleção A3ES Readings n.º 3.

Pontos 3.5 e 3.7:

COMISSÃO EUROPEIA, *Comunicação da Comissão - Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, Bruxelas, (03.03.2010).

COMISSÃO EUROPEIA, *Conclusions of European Council (17 June 2010)*, Bruxelas (17.06.2010)

OECD, *Perspetivas das políticas de educação: Portugal*, 2014.

EUROSTAT, *Smarter, greener, more inclusive? - Indicators to support the Europe 2020 strategy*, ISSN 2363-2208, Luxemburgo, 2015 (pp. 104-133).

EACEA P9 EURYDICE AND POLICY SUPPORT, *Números chave da educação na europa*, Bruxelas, 2012.

Sítios da Internet relevantes para o presente relatório/estudo:

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: www.a3es.pt

CONSELHO COORDENADOR DOS INSTITUTOS SUPERIOR PÚBLICO: www.ccisp.pt

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: www.cnedu.pt

INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: www.iefp.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA: www.ine.pt

DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (www.dgeec.mec.pt)

- Estatísticas Globais: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/218/>
- Indicadores da Educação: <http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/>
- Vagas e Inscritos: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/>
- Diplomados: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/>
- Desemprego dos diplomados: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/92/>
- Inquéritos REBIDES: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/EstatDocentes/>
- Tabelas de dados do Ensino Superior: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/235/>

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE CURSOS: <http://infocursos.mec.pt/>

DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR: www.dges.mctes.pt

- Inquéritos INDEZ: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Instituicoes/Pessoal/Indez/>

EUROSTAT: <http://ec.europa.eu/eurostat>

- Indicadores da Estratégia 2020: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/europe-2020-indicators>

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: <http://www.oecd.org/portugal/>



Legislação nacional relevante no âmbito do Ensino Superior

DIPLOMAS ESTRUTURANTES DO ENSINO SUPERIOR

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior: DL n.º 369/2007, de 5 de Novembro.

Avaliação do Ensino Superior: Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto.

Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF): Portaria n.º 256/2005, de 16 de março.

Conselho Coordenador do Ensino Superior: Decreto Regulamentar n.º 15/2009, de 31 de Agosto.

Financiamento do Ensino Superior: Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.ºs 49/2005, de 30 de Agosto e 62/2007, de 10 de Setembro.

Lei de Bases do Sistema Educativo: Lei n.º 48/86, de 14 de Outubro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de Setembro, n.º 49/2005, de 30 de Agosto e n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Princípios reguladores de Instrumentos para a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior (novo sistema de créditos curriculares ECTS, acrónimo de *European Credit Transfer System*): DL n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, alterado pelo DL n.º 107/2008, de 25 de Junho.

Quadro Nacional de Qualificações: Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.

Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior: Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

Regime jurídico dos graus e diplomas do Ensino Superior: DL n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, pelos DL n.º 107/2008, de 25 de Junho, n.º 230/2009, de 14 de Setembro e n.º 115/2013, de 7 de Agosto.

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Concursos especiais de acesso ao Ensino Superior: DL n.º 393-B/99 de 2 de outubro; Portaria n.º 854-A/99, de 4 de outubro; DL n.º 64/2006, de 21 de março (condições especiais para maiores de 23 anos), alterado pelo DL n.º 113/2014, de 16 de julho; DL n.º 40/2007, de 20 de fevereiro (acesso ao curso de medicina por licenciados).

Deliberações da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) por anos letivos, relacionados com as provas de ingresso: diversas, publicitadas no *site* da DGES.

Regime de reingresso, mudança de curso e transferência: Portaria n.º 401/2007, de 5 de abril, alterada pela Portaria n.º 232-A/2013, de 22 de julho.

Regime geral de acesso e ingresso no Ensino Superior: DL n.º 296-A/98, de 25 de setembro, alterado pelos DL n.ºs 99/99, de 30 de março, DL n.º 26/2003, de 7 de fevereiro, DL n.º 76/2004, de 27 de março, DL n.º 158/2004, de 30 de junho, DL n.º-A/2006, de 31 de julho, DL n.º 40/2007, de 20 de fevereiro, DL n.º 45/2007, de 23 de fevereiro e alterado e republicado pelo DL n.º 90/2008, de 30 de maio, alterado pela Declaração de retificação n.º 32-C/2008, de 16 de junho.

Regimes especiais de acesso e ingresso no Ensino superior: DL n.º 393-A/99, de 2 de outubro, alterado pelo DL n.º 272/2009, de 1 de outubro; regulamentado pela Portaria n.º 854-B/99, de 4 de outubro.

Regulamentos do Concurso Nacional de Acesso (CNA) e ingresso no Ensino Superior Público para a matrícula e inscrição por anos letivos: diversos, publicitados no *site* da DGES.

GRAUS, TÍTULOS E EQUIVALÊNCIAS

Graus e diplomas do Ensino Superior: Vide regime jurídico em "diplomas estruturantes do Ensino Superior"

Graus académicos superiores estrangeiros: DL n.º 341/2007, de 12 de Outubro (*regime jurídico de reconhecimento*); DL n.º 283/83, de 21 de Junho (*regula as equivalências de graus estrangeiros*), alterado pelo DL n.º 341/2007, de 12 outubro; Portaria n.º 29/2008, de 10 de Janeiro (*regulamenta o processo de registo de diplomas estrangeiros*).

Mestrados e Doutoramentos: Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, revogado pelo DL n.º 74/2006, de 24 de Março (com exceção do n.º 4 do artigo 4.º e dos artigos 30.º e 31.º) e alterado pelo DL n.º 115/2013, de 7 de agosto.

Reconhecimento de Graus Estrangeiros: Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho.

Regulamento do processo de registo de diplomas estrangeiros: Portaria n.º 29/2008, de 10 de Janeiro.

Suplemento ao Diploma: Portaria n.º 30/2008, de 10 de Janeiro.

ESTABELECIMENTOS COM DUPLA TUTELA

Ensino Militar: Decreto-Lei n.º 37/2008, de 5 de Março, alterado pelo DL n.º 27/2010, de 31 de março e pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro.

Ensino Policial: Decreto-Lei n.º 275/2009, de 2 de Outubro.

CURSOS ESPECÍFICOS

Cursos de Especialização Tecnológica: Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de Maio.

Cursos Técnicos Superiores Profissionais: DL n.º 43/2014, de 18 de março.

DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Estatuto da Carreira de Investigação Científica: Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 157/99, de 14 de Setembro e DL n.º 373/99, de 18 de Setembro.

Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico: Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto (que procede à sua republicação), alterado pela Lei n.º 7/2010, de 13 de Maio.

Estatuto da Carreira Docente Universitária: Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, alterado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e pelos Decretos-Leis n.os 316/83, de 2 de Julho, 35/85, de 1 de Fevereiro, 48/85, de 27 de Fevereiro, 243/85, de 11 de Julho, 244/85, de 11 de Julho, 381/85, de 27 de Setembro, 245/86, de 21 de Agosto, 370/86, de 4 de Novembro, e 392/86, de 22 de Novembro, pela Lei n.º 6/87, de 27 de Janeiro, e pelos Decretos-Leis n.os 45/87, de 24 de Março, 147/88, de 27 de Abril, 359/88, de 13 de Outubro, 412/88, de 9 de Novembro, 456/88, de 13 de Dezembro, 393/89, de 9 de Novembro, 408/89, de 18 de Novembro, 388/90, de 10 de Dezembro, 76/96, de 18 de Junho, 13/97, de 17 de Janeiro, 212/97, de 16 de Agosto, 252/97, de 26 de Setembro, 277/98, de 11 de Setembro, 373/99, de 18 de Setembro, e o Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto (que procede à sua republicação), alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio.

Regime jurídico do título académico de agregado: Decreto-Lei n.º 239/2007, 19 de Junho.

Regime jurídico do título de especialista: Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de Agosto.

Fonte: Legislação diversa; Informação no site da DGES



6 FICHA TÉCNICA

Ficha técnica	Categoria
Coordenação Geral/Supervisão	
Maria da Luz Carmezim Faria	Auditora-Coordenadora
Coordenação da equipa	
Anabela Santos	Auditora-Chefe
Equipa	
Célia Prego Alves	Técnica Verificadora Superior de 1.ª Classe
Susana Carvalho	Técnica Verificadora Superior de 1.ª Classe



I - Inquéritos realizados por entidades oficiais

Entidade	Inquérito	Descrição	Dados considerados
	RAIDES	<p>Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior - Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 22/2008, de 13 de maio), de resposta obrigatória, registado no INE sob o n.º 9852.</p> <p>A informação recolhida, exclusivamente utilizada para fins estatísticos, responde à obrigatoriedade da divulgação pública anual de estatísticas oficiais sobre alunos inscritos e diplomados, incluindo a informação sobre os CET lecionados nas IES. Existência de publicações desde o ano letivo 2008/09.</p> <p>Caracteriza o universo dos diplomados e inscritos no ensino superior, efetuando cruzamentos de algumas características individuais dos alunos com características da instituição e dos graus e cursos frequentados.</p>	<p>RAIDES 11, 12 e 13</p> <p>Inscritos em 2011/12, 2012/13 e 2013/14,</p> <p>Diplomados no ano letivo 2010/11, 2011/12 e 2012/13</p> <p>com referência a 31/12 de 2011, 2012 e 2013, respetivamente.</p>
DGEEC	REBIDES	<p>Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior - Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 22/2008, de 13 de maio), de resposta obrigatória, registado no INE sob o n.º 10138.</p> <p>Inquérito realizado em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 15/96, de 6 de março, que determina a obrigatoriedade da publicação anual da composição do corpo docente e dos membros não discentes dos órgãos de direção pedagógicos e científicos de todos os estabelecimentos de ensino superior, de modo a assegurar a difusão nacional e internacional no âmbito das estatísticas oficiais deste nível de ensino. O primeiro período de referência dos dados diz respeito ao ano de 1996.</p>	<p>REBIDES 11, 12 e 13</p> <p>Perfil da população docente no ano letivo de 2011/12, 2012/13 e 2013/14,</p> <p>com reporte a 31/12 de 2011, 2012 e 2013, respetivamente</p>
		<p>RAIDES e REBIDES: Informação recolhida junto das IES (Continente e Regiões Autónomas), através de questionário eletrónico. Após tratamento estatístico, os resultados são ainda transmitidos à EUROSTAT, OCDE e UNESCO, no âmbito dos compromissos internacionais assumidos na área das Estatísticas da Educação.</p>	-
DGES	INDEZ	<p>Inquérito anual realizado às IES públicas, tendo por finalidade contribuir com informação para o respectivo orçamento de funcionamento. Recolhe informação sobre o número de trabalhadores ou respectivo equivalente em tempo integral, nomeadamente o pessoal que exerce funções docentes e não docentes (inclui carreira de investigação), considerando os trabalhadores que a 31 de Dezembro estavam em exercício efectivo de funções, ou que, tendo funções interrompidas nesta data, tal não pressupunha ausência de remuneração.</p> <p>Os dados submetidos através de uma plataforma própria online, são validados, quer a nível de coerência técnica automaticamente, quer a nível de consistência da informação através da análise de relatórios.</p>	<p>INDEZ 2011, 2012 e 2013</p> <p>- Pessoal docente e não docente (incluindo investigadores), com referência a 31/12 de 2011, 2012 e 2013</p>

Fonte: Sítios da DGES e da DGECC

Siglas: **CET** - Cursos de Especialização Tecnológica; **EUROSTAT** - Gabinete de Estatísticas da União Europeia; **IES** - Instituições de ensino superior; **INE** - Instituto Nacional de Estatística; **OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico; **UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.



II - Formas de Acesso ao Ensino Superior Público

Tipologia de Acesso	Descrição
Concurso nacional	<p>Para concorrer, os candidatos deverão, cumulativamente preencher os requisitos do art. 7.º e 16.º do DL 296-A/98, na sua redação atual. Após o processo de candidatura, a seriação dos candidatos é realizada, para cada par estabelecimento/curso, pela ordem decrescente das respetivas notas de candidatura.</p> <p>Realiza-se no final do ano letivo e decorre em três fases⁽¹⁾, sendo a terceira de realização opcional. Com a matrícula e inscrição dos candidatos colocados na 3.ª fase do concurso fica encerrado o processo de colocação no ensino superior público. Este concurso (e apenas na 1.ª fase), reserva ainda um número de vagas para os candidatos com condições pessoais especiais, enquadráveis nos contingentes especiais.</p> <p>⁽¹⁾ Anualmente, através de Portaria do Ministro da Tutela do Ensino Superior é aprovado o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso ao Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no ano letivo em causa (art. 28.º do DL n.º 296-A/98, na sua redação atual).</p>
Concursos locais	<p>A sua realização está sujeita a autorização expressa por portaria do ministro da tutela do ensino superior, a requerimento da IES e colhido o parecer favorável da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES).</p> <p>Organizados pelos próprios estabelecimentos de ensino superior público, respeitam a cursos de formação inicial que, dada a especificidade do processo de seleção e seriação, não são objeto de concurso nacional, nos quais se incluem cursos nas áreas de teatro, dança, cinema e música, bem como os ministrados nas instituições de ensino superior militar e policial.</p>
Concursos especiais	<p>Aplicam-se às IES público, com exceção das instituições de ensino militar e policial, bem como ao ensino superior particular e cooperativo.</p> <p>Destinam-se a estudantes com características específicas ⁽¹⁾ e as vagas são fixadas anualmente por cada estabelecimento de ensino superior.</p> <p>⁽¹⁾ Candidatos maiores de 23 anos (DL n.º 64/2006, de 21 de março), contingente que substituiu os exames ad-hoc; titulares de cursos superiores, médios e pós secundários (inclui os titulares de diplomas de especialização tecnológica – DL n.º 88/2006, de 23 de maio); acesso a medicina por titulares de grau de licenciado.</p>
Regimes especiais	<p>Outra exceção ao concurso nacional de acesso ao ensino superior e tem destinatários específicos.</p> <p>Aplicam-se às IES público, bem como particular e cooperativo, com exceção das instituições do ensino militar e policial.</p>

Fonte: DGES (site) e legislação



III - Instituições de Ensino Superior (2012/13)

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO - 2012/13		
UNIVERSITÁRIO	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
	Universidade Aberta	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
	Universidade da Beira Interior	Escola Superior de Enfermagem do Porto
	Universidade da Madeira	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
	Universidade de Aveiro	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique
	Universidade de Coimbra	Instituto Politécnico da Guarda
	Universidade de Évora	Instituto Politécnico de Beja
	Universidade de Lisboa	Instituto Politécnico de Bragança
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Instituto Politécnico de Castelo Branco
	Universidade do Algarve	Instituto Politécnico de Coimbra
	Universidade do Minho	Instituto Politécnico de Leiria
	Universidade do Porto	Instituto Politécnico de Lisboa
	Universidade dos Açores	Instituto Politécnico de Portalegre
	Universidade Nova de Lisboa	Instituto Politécnico de Santarém
	Universidade Técnica de Lisboa ¹⁾	Instituto Politécnico de Setúbal
	Instituto Politécnico de Tomar	
	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	
	Instituto Politécnico de Viseu	
	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	
	Instituto Politécnico do Porto	
ENSINO MILITAR E POLICIAL UNIVERSITÁRIO ²⁾		
Academia da Força Aérea		
Academia Militar		
Escola Naval		
Instituto de Estudos Superiores Militares		
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna		
15	20	

Fonte: DGES (ficheiro disponibilizado: dados com reporte a 22/01/2013)

¹⁾ Em 2013 deixou de existir esta instituição, devido à fusão com a Universidade de Lisboa (UL), resultando numa nova entidade também denominada Universidade de Lisboa (DL n.º 266-E/2012, de 31 de dezembro), cujos estatutos foram homologados pela tutela em 18 de abril de 2013.

²⁾ A DGES não incluiu no ficheiro disponibilizado, a Escola do Serviço de Saúde Militar (ensino militar e politécnico). Em 2014 (DL n.º 186/2014, de 29 de dezembro) foi extinta. De acordo com a Diretiva n.º 70/CEME/15, a partir de 1 de julho de 2015 e até à sua extinção (que ocorrerá após a entrada em funcionamento da UEFISM-Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar, integrada na estrutura orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas), fica na dependência direta do Comando de Pessoal do Exército.



INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO - 2012/13

UNIVERSITÁRIO

- Escola Superior Artística do Porto
Escola Superior de Atividades Imobiliárias
Escola Superior Gallaecia
Escola Universitária das Artes de Coimbra
Escola Universitária Vasco da Gama
Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário
- 1) Instituto Superior Bissaya Barreto
 - 1) Instituto Superior D. Afonso III
 - 2) Instituto Superior da Maia
Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte
Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz
 - 3) Instituto Superior de Comunicação Empresarial
 - 1) Instituto Superior de Educação e Trabalho
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Almada
 - 1) Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Mirandela
 - 2) 3) Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Santo André
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Viseu
Instituto Superior de Gestão
 - 1) Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança
 - 3) Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria
 - 2) Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa
 - 2) 3) Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém
 - 1) Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia
Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
Instituto Superior Miguel Torga
 - 2) ISPA-Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida
Universidade Atlântica
Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões
Universidade Católica Portuguesa
Universidade Fernando Pessoa
Universidade Lusíada
Universidade Lusíada (Porto)
 - 1) Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Universidade Lusófona do Porto
Universidade Portucalense Infante D. Henrique

POLITÉCNICO

- Academia Nacional Superior de Orquestra
- 2) CESPU - Instituto Politécnico de Saúde do Norte
Conservatório Superior de Música de Gaia
Escola Superior Artística do Porto
Escola Superior de Artes Decorativas
Escola Superior de Artes e Design
Escola Superior de Educação de Almeida Garrett
Escola Superior de Educação de Fafe
Escola Superior de Educação de João de Deus
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
 - 1) Escola Superior de Educação de Torres Novas
Escola Superior de Educação Jean Piaget - Nordeste
Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada
Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo
 - 1) Escola Superior de Educação Jean Piaget de Arcozelo (Viseu)
Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich
Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis
Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny
Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria
Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado
Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias
Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa
Escola Superior de Saúde do Alcoitão
Escola Superior de Saúde Egas Moniz
Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve
Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu
 - 1) Escola Superior de Saúde Jean Piaget/Nordeste
Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches
Escola Superior de Tecnologias de Fafe
Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa
 - 2) Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais (Porto)
Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa
 - 2) Instituto Português de Administração de Marketing de Matosinhos
 - 1) Instituto Português de Administração de Marketing de Matosinhos (Aveiro)
 - 1) Instituto Superior Autónomo de Estudos Politécnicos
Instituto Superior D. Dinis
Instituto Superior de Administração e Gestão
Instituto Superior de Administração e Línguas
Instituto Superior de Ciências da Administração
Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração
Instituto Superior de Ciências Educativas
 - 2) Instituto Superior de Ciências Educativas de Felgueiras
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Entre Douro e Vouga
 - 1) Instituto Superior de Espinho
Instituto Superior de Gestão Bancária
Instituto Superior de Novas Profissões
Instituto Superior de Paços de Brandão
Instituto Superior de Saúde do Alto Ave
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa (Porto)
Instituto Superior Politécnico do Oeste
Instituto Superior Politécnico Gaya

37

55

Fonte: DGES (ficheiro disponibilizado: dados com reporte a 22/01/2013)

Segundo informação no site da DGES em 21/06/2016 (ficheiro "Site_ES_Privado_junho2016"), observa-se o seguinte:

- 1) Instituições que já não constam da listagem (p.ex. em processo de encerramento voluntário).
- 2) Alteração da denominação da instituição
- 3) Alteração para natureza politécnica

Nota: No ensino politécnico constam ainda: Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia-ISLA; Instituto Politécnico da Maia

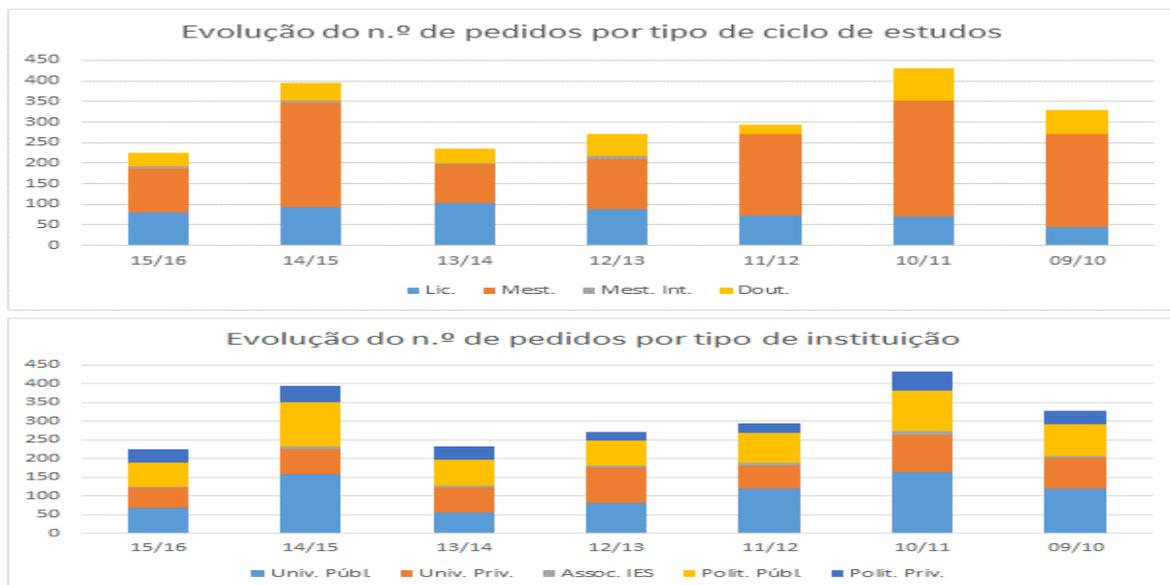


IV - Estabelecimentos de ensino superior, segundo as NUTS I e II, por subsistema e tipo de ensino (2011/12 - 2014/15)

Ano Letivo \ NUTS I e II	Portugal	Continente					Total	R.A. Açores	R.A. Madeira
		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve			
ENSINO SUPERIOR									
2011/12	300	103	59	97	20	12	291	5	4
2012/13	298	103	58	96	20	12	289	5	4
2013/14	295	100	58	96	20	12	286	5	4
2014/15	293	100	57	95	20	12	284	5	4
Ensino Público									
2011/12	178	46	45	53	18	9	171	5	2
2012/13	177	46	44	53	18	9	170	5	2
2013/14	176	45	44	53	18	9	169	5	2
2014/15	176	44	44	54	18	9	169	5	2
Ensino Privado									
2011/12	122	57	14	44	2	3	120	-	2
2012/13	121	57	14	43	2	3	119	-	2
2013/14	119	55	14	43	2	3	117	-	2
2014/15	117	56	12	41	2	3	115	-	2
Ensino Público Universitário									
2011/12	81	21	13	35	4	4	77	3	1
2012/13	80	21	12	35	4	4	76	3	1
2013/14	79	20	12	35	4	4	75	3	1
2014/15	78	19	12	35	4	4	74	3	1
Ensino Público Politécnico									
2011/12	97	25	32	18	14	5	94	2	1
2012/13	97	25	32	18	14	5	94	2	1
2013/14	97	25	32	18	14	5	94	2	1
2014/15	98	25	32	19	14	5	95	2	1

Fonte: DGEEC (Adaptação dos Quadros III-6.1, das Publicações "Estatísticas da Educação"; dados de 2014/15 em http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eeef/indicadores/Indicador_5_13.asp ; dados de 2015/16 não estão disponíveis no site)

V - Evolução do n.º de pedidos de acreditação de novos ciclos de estudos pela A3ES



Fonte: A3ES (<http://www.a3es.pt/pt/noticias/pedidos-de-acreditacao-previa-de-novos-ciclos-de-estudos-para-entrarem-em-funcionamento-no-ano-letivo-20162017>)



Rita Cruz

VI - Alunos inscritos no Ensino Superior

ENSINO SUPERIOR	Inscritos									Inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez						
	2011/12			2012/13			2013/14			2011/12			2012/13		2013/14	
				%	Δ	%	Δ	%	Δ				%	Δ	%	Δ
Ensino Público	317.588	309.901	308.835	82%	-2%	83%	0%	-3%	98.812	93.577	92.690	84%	-5%	84%	-1%	-6%
Universitário	198.267	197.373	198.648	52%	0%	54%	1%	0%	61 091	57 595	57 691	51%	-6%	52%	0%	-6%
Politécnico	119.321	112.528	110.187	30%	-6%	30%	-2%	-8%	37 721	35 982	34 999	32%	-5%	32%	-3%	-7%
Ensino Privado	79.749	68.552	62.161	18%	-14%	17%	-9%	-22%	22.980	18.332	17.550	16%	-20%	16%	-4%	-24%
Universitário	56.082	49.826	45.556	13%	-11%	12%	-9%	-19%	16 001	13435	12978	12%	-16%	12%	-3%	-19%
Politécnico	23.667	18.726	16.605	5%	-21%	4%	-11%	-30%	6 979	4897	4572	4%	-30%	4%	-7%	-34%
TOTAL	397.337	378.453	370.996	100%	-5%	100%	-2%	-7%	121.792	111.909	110.240	100%	-8%	100%	-1%	-9%
Por nível de formação																
Licenciatura	246.172	231.473	220.787	61%	-6%	60%	-5%	-10%	65.150	60.462	57.777	54%	-7%	52%	-4%	-11%
Mestrado integrado	62.687	63.048	62.950	17%	1%	17%	0%	0%	11.595	11.238	10.703	10%	-3%	10%	-5%	-8%
Mestrado	58.186	54.217	54.751	14%	-7%	15%	1%	-6%	31.285	27.925	27.597	25%	-11%	25%	-1%	-12%
Doutoramento	19.213	19.471	20.245	5%	1%	5%	4%	5%	5.217	4.533	4.919	4%	-13%	4%	9%	-6%
Subtotal (com grau académico)	386.258	368.209	358.733	97%	-5%	97%	-3%	-7%	113.247	104.158	100.996	93%	-8%	92%	-3%	-11%
CET	7.064	7.453	8.796	2%	6%	2%	18%	25%	5 216	5 660	6 602	5%	9%	6%	17%	27%
Outras formações	4.015	2.791	3.467	1%	-30%	1%	24%	-14%	3.329	2.091	2.642	2%	-37%	2%	26%	-21%
Subtotal (sem grau académico)	11.079	10.244	12.263	3%	-8%	3%	20%	11%	8.545	7.751	9.244	7%	-9%	8%	19%	8%
TOTAL	397.337	378.453	370.996	100%	-5%	100%	-2%	-7%	121.792	111.909	110.240	100%	-8%	100%	-1%	-9%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Nota:

- "Outras formações" inclui: Especialização pós-bacharelato, Especialização pós-licenciatura, Complemento de formação, Qualificação para o exercício de outras funções educativas;
- A base de dados considerada, integra estudantes em mobilidade internacional.



VII - Número de Cursos e de Inscritos no Ensino Superior Público (ano letivo 2012/13)

Código	IES	Ensino Público ⁽¹⁾	
		N.º Cursos	N.º Inscritos
0100	Universidade dos Açores	84	3.587
0200	Universidade do Algarve	171	8.076
0300	Universidade de Aveiro	219	13.939
0400	Universidade da Beira Interior	100	6.803
0500	Universidade de Coimbra	264	24.087
0600	Universidade de Évora	152	6.707
0700	Universidade de Lisboa	280	22.143
0800	Universidade Técnica de Lisboa	220	25.574
0900	Universidade Nova de Lisboa	223	18.550
1000	Universidade do Minho	245	17.994
1100	Universidade do Porto	385	32.166
1200	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	115	7.444
1300	Universidade da Madeira	76	2.967
1400	Universidade Aberta	45	6.326
3020	Instituto Politécnico de Beja	44	2.674
3030	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	41	3.349
3040	Instituto Politécnico de Bragança	131	6.522
3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	77	4.206
3060	Instituto Politécnico de Coimbra	122	10.404
3090	Instituto Politécnico da Guarda	51	2.645
3100	Instituto Politécnico de Leiria	132	10.671
3110	Instituto Politécnico de Lisboa	99	13.925
3120	Instituto Politécnico de Portalegre	42	2.029
3130	Instituto Politécnico do Porto	152	17.709
3140	Instituto Politécnico de Santarém	55	3.570
3150	Instituto Politécnico de Setúbal	67	5.969
3160	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	75	4.373
3180	Instituto Politécnico de Viseu	78	5.512
3240	Instituto Politécnico de Tomar	58	2.734
6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	114	8.621
7001	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	13	1.754
7002	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	4	1.543
7003	Escola Superior de Enfermagem do Porto	16	1.572
7105	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	13	674
7110	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	13	1.776
7500	Academia da Força Aérea	13	176
7510	Academia Militar	13	684
7520	Escola Naval	6	212
7530	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	2	234
Total Ensino Superior Público		4.010	309.901

Fonte: Dados da DGEEC(RAIDES 12)

⁽¹⁾ Corresponde ao par estabelecimento/curso.

- Podem ocorrer situações de um mesmo curso estar a ser lecionado em mais do que uma unidade orgânica de uma IES, por exemplo, a Universidade dos Açores leciona o curso n.º 9500 na Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo e na de Ponta Delgada.

-Na base de dados da DGEEC não consta a Escola do Serviço de Saúde Militar.



VIII - Diplomados no Ensino Superior (2010/11 - 2012/13)

Descrição	2010/11	2011/12	2012/13	2010/11		2011/12			2012/13			
				%	%	%	Δ	%	Δ	Δ		
							2010/11		2011/12	2010/11		
Ensino Público	67 575	76 228	79 400	75%	100%	78%	100%	13%	81%	100%	4%	17%
Universitário	44 198	49 826	54 059	49%	65%	51%	65%	13%	55%	68%	8%	22%
Politécnico	23 377	26 402	25 341	26%	35%	27%	35%	13%	26%	32%	-4%	8%
Ensino Privado	22 444	21 657	19 081	25%	100%	22%	100%	-4%	19%	100%	-12%	-15%
Universitário	13 770	13 955	12 859	15%	61%	14%	64%	1%	13%	67%	-8%	-7%
Politécnico	8 674	7 702	6 222	10%	39%	8%	36%	-11%	6%	33%	-19%	-28%
TOTAL	90 019	97 885	98 481	100%		100%		9%	100%		1%	9%
Nível de formação ⁽¹⁾												
Licenciatura	51 507	50 953	51 470	57%	68%	52%	65%	-1%	52%	65%	1%	0%
Mestrado integrado	7 420	7 797	7 698	8%	10%	8%	10%	5%	8%	10%	-1%	4%
Mestrado	14 733	18 367	17 316	16%	20%	19%	23%	25%	18%	22%	-6%	18%
Doutoramento	1 608	1 859	2 463	2%	2%	2%	2%	16%	3%	3%	32%	53%
Subtotal (com grau académico)	75 268	78 976	78 947	84%	100%	81%	100%	5%	80%	100%	0%	5%
Cursos de especialização tecnológica (CET)	2 890	3 621	3 614	3%	20%	4%	19%	25%	4%	19%	0%	25%
Outras formações	11 861	15 288	15 920	13%	80%	16%	81%	29%	16%	81%	4%	34%
Subtotal (sem grau académico)	14 751	18 909	19 534	16%	100%	19%	100%	28%	20%	100%	3%	32%
TOTAL	90 019	97 885	98 481	100%		100%		9%	100%		1%	9%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Notas:

Devido a arredondamentos, a soma das percentagens poderá não perfazer 100%.

⁽¹⁾ Conforme RAIDES 13 (em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/>):

"Licenciatura" inclui Bacharelato (*em extinção*), Bacharelato em ensino+licenciatura em ensino (*extintos*), Licenciatura - 1.º ciclo, Licenciatura Bietápica (1.º ciclo) (*em extinção*), Licenciatura Bietápica (2.º ciclo) (*em extinção*), Licenciatura (*em extinção*), Licenciatura (parte terminal).

"Mestrado Integrado" inclui mestrado integrado.

"Mestrado" inclui Mestrado - 2.º ciclo, Mestrado (*em extinção*).

"Doutoramento" inclui Doutoramento - 3.º ciclo, Doutoramento (*em extinção*).

"Outras formações" inclui Complementos de formação, Especializações, Diploma de especialização - Curso de mestrado, Diploma de especialização - Curso de doutoramento.



Rita Cruz

IX - Alunos inscritos em CEGA no Ensino Superior

Subsistema/Tipo de ensino	CEGA - Inscritos									CEGA - Inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez						
	2011/12			2012/13			2013/14			2011/12			2012/13		2013/14	
				%	Δ	%	Δ	Δ				%	Δ	%	Δ	Δ
Ensino Público	308.302	301.241	298.549	82%	-2%	83%	-1%	-3%	91.792	87.246	85.046	84%	-5%	84%	-3%	-7%
Universitário	195.901	195.396	196.455	53%	0%	55%	1%	0%	59.068	56.059	55.877	54%	-5%	55%	0%	-5%
Politécnico	112.401	105.845	102.094	29%	-6%	28%	-4%	-9%	32.724	31.187	29.169	30%	-5%	29%	-6%	-11%
Ensino Privado	77.956	66.968	60.184	18%	-14%	17%	-10%	-23%	21.455	16.912	15.950	16%	-21%	16%	-6%	-26%
Universitário	55.147	48.684	44.491	13%	-12%	12%	-9%	-19%	15.214	12.390	12.176	12%	-19%	12%	-2%	-20%
Politécnico	22.809	18.284	15.693	5%	-20%	4%	-14%	-31%	6.241	4.522	3.774	4%	-28%	4%	-17%	-40%
Ensino Superior	386.258	368.209	358.733	100%	-5%	100%	-3%	-7%	113.247	104.158	100.996	100%	-8%	100%	-3%	-11%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

Nota: Não inclui CET e "Outras formações" (Especialização pós-bacharelato, Especialização pós-licenciatura, Complemento de formação, Qualificação para o exercício de outras funções educativas)



X - Inscritos em CEGA no Ensino Superior Público por CNAEF (2011/12 - 2013/14)

Grande Grupo CNAEF	2011/12	2012/13			2013/14	
		N.º	%	Δ	N.º	Δ
Educação	15.282	14.297	4,7%	-985	13.663	-634
Artes e Humanidades	30.696	29.866	9,9%	-830	30.091	225
Ciências Sociais, Comércio e Direito	88.331	86.170	28,6%	-2.161	86.160	-10
Ciências, Matemática e Informática	26.143	26.456	8,8%	313	26.229	-227
Engenharia, Indústrias Transfor. e Construção	78.143	76.399	25,4%	-1.744	73.844	-2.555
Agricultura	6.499	6.349	2,1%	-150	6.273	-76
Saúde e Proteção Social	44.168	43.026	14,3%	-1.142	43.707	681
Serviços	18.664	18.431	6,1%	-233	18.350	-81
Desconhecido ou não especificado	376	247	0,1%	-129	232	-15
Inscritos em CEGA - Ensino Público	308.302	301.241	100%	-7.061	298.549	-2.692

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

XI - Inscritos em CEGA no Ensino Superior Público - TOP IES 10+

Código	IES	Tipo de Ensino		Alunos Inscritos	%
		Politécnico	Universitário		
1100	Universidade do Porto		31.895	31.895	10,6%
0800	Universidade Técnica de Lisboa		25.389	25.389	8,4%
0500	Universidade de Coimbra		23.883	23.883	7,9%
0700	Universidade de Lisboa		22.033	22.033	7,3%
0900	Universidade Nova de Lisboa		18.332	18.332	6,1%
1000	Universidade do Minho	389	17.577	17.966	6,0%
3130	Instituto Politécnico do Porto	17.618		17.618	5,8%
3110	Instituto Politécnico de Lisboa	13.925		13.925	4,6%
0300	Universidade de Aveiro	2.495	11.035	13.530	4,5%
3060	Instituto Politécnico de Coimbra	10.032		10.032	3,3%
3100	Instituto Politécnico de Leiria	9.159		9.159	3,0%
6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa		8.104	8.104	2,7%
0200	Universidade do Algarve	4.090	3.766	7.856	2,6%
1200	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	329	7.115	7.444	2,5%
0400	Universidade da Beira Interior		6.803	6.803	2,3%
0600	Universidade de Évora	203	6.363	6.566	2,2%
1400	Universidade Aberta		6.274	6.274	2,1%
3040	Instituto Politécnico de Bragança	5.776		5.776	1,9%
3150	Instituto Politécnico de Setúbal	5.690		5.690	1,9%
3180	Instituto Politécnico de Viseu	5.214		5.214	1,7%
3160	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	3.953		3.953	1,3%
3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	3.929		3.929	1,3%
3140	Instituto Politécnico de Santarém	3.341		3.341	1,1%
0100	Universidade dos Açores	381	2.948	3.329	1,1%
3030	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	3.262		3.262	1,1%
1300	Universidade da Madeira	142	2.613	2.755	0,9%
3020	Instituto Politécnico de Beja	2.480		2.480	0,8%
3090	Instituto Politécnico da Guarda	2.283		2.283	0,8%
3240	Instituto Politécnico de Tomar	2.216		2.216	0,7%
3120	Instituto Politécnico de Portalegre	1.989		1.989	0,7%
7110	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	1.776		1.776	0,6%
7001	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	1.546		1.546	0,5%
7002	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	1.543		1.543	0,5%
7003	Escola Superior de Enfermagem do Porto	1.462		1.462	0,5%
7510	Academia Militar		684	684	0,2%
7105	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	582		582	0,2%
7530	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna		234	234	0,1%
7520	Escola Naval	18	194	212	0,1%
7500	Academia da Força Aérea	22	154	176	0,1%
Ensino Superior Público - CEGA		105.845	195.396	301.241	100%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES 12)



Rita Cruz

XII - Alunos inscritos em CET no Ensino Superior

Subsistema/ Tipo de Ensino	CET - Inscritos												CET - Inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez														
	2011/12					2012/13					2013/14					2014/15					2015/16						
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16		
	%		Δ		%		Δ		%		Δ		%		Δ		%		Δ		%		Δ		%		Δ
Ensino Público	6.014	6.191	7.181	6.723	1.655	83%	3%	82%	16%	19%	92%	-73%	4.331	4.510	5.309	4.692	0	80%	4%	80%	18%	23%	NA	NA			
Universitário	355	337	268	120	5	5%	-5%	3%	-20%	-25%	0%	-99%	192	199	191	65	0	4%	4%	3%	-4%	-1%	NA	NA			
Politécnico	5.659	5.854	6.913	6.603	1.650	79%	3%	79%	18%	22%	92%	-72%	4.139	4.311	5.118	4.627	0	76%	4%	78%	19%	24%	NA	NA			
Ensino Privado	1.050	1.262	1.615	2.069	139	17%	20%	18%	28%	54%	8%	-89%	885	1.150	1.293	1.791	0	20%	30%	20%	12%	46%	NA	NA			
Universitário	935	1.110	1.061	1.447	46	15%	19%	12%	-4%	13%	3%	-96%	787	1.019	802	1.225	0	18%	29%	12%	-21%	2%	NA	NA			
Politécnico	115	152	554	622	93	2%	32%	6%	264%	382%	5%	-39%	98	131	491	566	0	2%	34%	7%	275%	401%	NA	NA			
Ensino Superior	7.064	7.453	8.796	8.792	1.794	100%	6%	100%	18%	25%	100%	-76%	5.216	5.660	6.602	6.483	0	100%	9%	100%	17%	27%	NA	NA			

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)



XIII - Inscritos em CET no Ensino Superior Público por CNAEF (2011/12 - 2013/14)

Grande Grupo CNAEF	2011/12	2012/13			2013/14	
		N.º	%	Δ	N.º	Δ
Educação	0	0	0,0%	0	0	0
Artes e Humanidades	366	437	7,1%	71	554	117
Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.132	1.313	21,2%	181	1.542	229
Ciências, Matemática e Informática	799	837	13,5%	38	963	126
Engenharia, Indústrias Transfor. e Construção	2.082	2.094	33,8%	12	2.333	239
Agricultura	343	417	6,7%	74	423	6
Saúde e Proteção Social	357	359	5,8%	2	471	112
Serviços	935	734	11,9%	-201	895	161
Inscritos em CET - Ensino Público	6.014	6.191	100%	177	7.181	990

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES)

XIV - Inscritos em CET no Ensino Superior Público - TOP IES 10+

Código	IES	Alunos Inscritos	%
3100	Instituto Politécnico de Leiria	1.512	24,4%
3040	Instituto Politécnico de Bragança	734	11,9%
3240	Instituto Politécnico de Tomar	518	8,4%
3160	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	407	6,6%
0300	Universidade de Aveiro	384	6,2%
3060	Instituto Politécnico de Coimbra	362	5,8%
3090	Instituto Politécnico da Guarda	338	5,5%
3150	Instituto Politécnico de Setúbal	279	4,5%
3180	Instituto Politécnico de Viseu	274	4,4%
3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	262	4,2%
3020	Instituto Politécnico de Beja	194	3,1%
0200	Universidade do Algarve	190	3,1%
3140	Instituto Politécnico de Santarém	179	2,9%
0100	Universidade dos Açores	161	2,6%
1300	Universidade da Madeira	138	2,2%
7105	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	92	1,5%
3030	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	87	1,4%
0600	Universidade de Évora	40	0,6%
3120	Instituto Politécnico de Portalegre	40	0,6%
Ensino Superior Público - CET		6.191	100%

Fonte: Dados da DGEEC (RAIDES12)



XV - Indicadores utilizados no CNA 2014

"Indicadores" - CNA 2014	Designação
A) Índice de satisfação da procura por par instituição/curso na 1.ª fase do concurso (indicador 1)	<p>O índice de satisfação da procura corresponde à razão entre as vagas iniciais e os candidatos que indicaram um dado par instituição/curso como 1.ª opção.</p> <p>São indicados apenas os pares instituição/curso para os quais existiu pelo menos uma preferência em 1.ª opção na 1.ª fase.</p>
Índice de ocupação por instituição de ensino superior (indicador 2)	<p>São considerados os colocados às três fases do concurso, pelo que cada candidato é contabilizado tantas quantas as colocações obtidas nas várias fases do concurso.</p>
B) Índice de ocupação por par instituição/curso (indicador 3)	<p>O índice de ocupação corresponde à razão entre colocados e matriculados no final do concurso (após a 3.ª fase) e as vagas inicialmente fixadas.</p>
Ocupação por fase de colocação (indicador 4)	<p>São considerados os candidatos colocados e matriculados após a 3.ª fase.</p>
Ocupação por origem geográfica (indicador 5)	<p>São considerados os candidatos colocados e matriculados após a 3.ª fase e o respetivo distrito ou região autónoma onde se localiza o gabinete de acesso ao ensino superior indicado na fase de candidatura em que foi obtida a colocação.</p>

Fonte: DGES in http://www.dges.mec.pt/estatisticasacesso/ind_01.php



Rita Cruz

XVI - CNA por CNAEF (2011 a 2015)

Cód. CNAEF	CNAEF - Grandes Grupos ⁽¹⁾	Vagas										Candidatos em 1.ª opção										Matriculados (após as 3 fases)			Índice de satisfação da procura ⁽²⁾					Índice de Ocupação ⁽³⁾							
		2011	2012	2013	2014	2015	Variação					2011	2012	2013	2014	2015	Variação					2011	2012	2013	Variação			2011	2012	2013							
							2012/11	2013/12	2013/11	2014/13	2015/14						2015/11	2012/11	2013/12	2013/11	2014/13				2015/14	2015/11	2012/11				2013/12	2013/11	2011	2012	2013		
1	Educação	1.753	1.468	1.227	1.228	1.194	-16,3%	-16,4%	-30,0%	0,1%	-2,8%	-31,9%	1.154	988	685	680	777	-14,4%	-30,7%	-40,6%	-0,7%	14,3%	-32,7%	1.468	1.264	958	-13,9%	-24,2%	-34,7%	0,66	0,67	0,56	0,55	0,65	0,84	0,86	0,78
2	Artes e Humanidades	5.772	5.753	5.859	5.914	6.056	-0,3%	1,8%	1,5%	0,9%	2,4%	4,9%	5.041	4.862	4.632	5.058	5.381	-3,6%	-4,7%	-8,1%	9,2%	6,4%	6,7%	5.211	5.127	5.038	-1,6%	-1,7%	-3,3%	0,87	0,85	0,79	0,86	0,89	0,90	0,89	0,86
3	Ciências Sociais, Comércio e Direito	15.336	15.045	14.701	14.443	14.243	-1,9%	-2,3%	-4,1%	-1,8%	-1,4%	-7,1%	14.025	14.726	14.017	15.395	17.124	5,0%	-4,8%	-0,1%	9,8%	11,2%	22,1%	13.429	13.390	12.686	-0,3%	-5,3%	-5,5%	0,91	0,98	0,95	1,07	1,20	0,88	0,89	0,86
4	Ciências, Matemática e Informática	4.941	4.646	4.746	4.770	4.793	-6,0%	2,2%	-3,9%	0,5%	0,5%	-3,0%	3.243	3.495	3.310	3.070	3.611	7,8%	-5,3%	2,1%	-7,3%	17,6%	11,3%	4.228	4.035	3.983	-4,6%	-1,3%	-5,8%	0,66	0,75	0,70	0,64	0,75	0,86	0,87	0,84
5	Engenharia, Indústrias transf. e construção	12.556	12.423	12.038	11.825	11.764	-1,1%	-3,1%	-4,1%	-1,8%	-0,5%	-6,3%	8.641	7.556	6.984	6.534	8.868	-12,6%	-7,6%	-19,2%	-6,4%	35,7%	2,6%	10.219	8.820	8.293	-13,7%	-6,0%	-18,8%	0,69	0,61	0,58	0,55	0,75	0,81	0,71	0,69
6	Agricultura	1.186	1.250	1.357	1.371	1.347	5,4%	8,6%	14,4%	1,0%	-1,8%	13,6%	803	802	616	687	819	-0,1%	-23,2%	-23,3%	11,5%	19,2%	-2,0%	763	702	657	-8,0%	-6,4%	-13,9%	0,68	0,64	0,45	0,50	0,61	0,64	0,56	0,48
7	Saúde e Proteção Social	8.132	8.044	7.940	7.796	7.737	-1,1%	-1,3%	-2,4%	-1,8%	-0,8%	-4,9%	10.860	9.739	7.594	8.187	8.672	-10,3%	-22,0%	-30,1%	7,8%	5,9%	-20,1%	7.718	7.567	7.048	-2,0%	-6,9%	-8,7%	1,34	1,21	0,96	1,05	1,12	0,95	0,94	0,89
8	Serviços	3.794	3.619	3.538	3.416	3.361	-4,6%	-2,2%	-6,7%	-3,4%	-1,6%	-11,4%	2.823	2.887	2.544	2.760	2.944	2,3%	-11,9%	-9,9%	8,5%	6,7%	4,3%	3.121	2.990	2.757	-4,2%	-7,8%	-11,7%	0,74	0,80	0,72	0,81	0,88	0,82	0,83	0,78
9	Desconhecido ou não especificado	30	50	55	60	60	66,7%	10,0%	83,3%	9,1%	0,0%	100,0%	52	38	48	37	75	-26,9%	26,3%	-7,7%	-22,9%	102,7%	44,2%	30	50	55	66,7%	10,0%	83,3%	1,73	0,76	0,87	0,62	1,25	1,00	1,00	1,00
	Total	53.500	52.298	51.461	50.823	50.555	-2,2%	-1,6%	-3,8%	-1,2%	-0,5%	-5,5%	46.642	45.093	40.430	42.408	48.271	-3,3%	-10,3%	-13,3%	4,9%	13,8%	3,5%	46.187	43.945	41.475	-4,9%	-5,6%	-10,2%	0,87	0,86	0,79	0,83	0,95	0,86	0,84	0,81
	Variação anual		-1.202	-837	-638	-268							-1.549	-4.663	1.978	5.863							-2.242	-2.470													

Fonte: Dados da DGES (Ficheiro disponibilizado: Qry 24 para 2011 a 2013); Site: ficheiros "cna14_1f_estatisticas" para 2014 e "nota_cna15_1f_1" para 2015)

Nota: Não se localizou no site da DGES os matriculados em 2014 e 2015

⁽¹⁾ Não inclui as instituições de Ensino militar e policial, bem como a Universidade Aberta.

⁽²⁾ Rácio entre as preferências dos candidatos em 1.ª opção (1.ª fase) e o n.º de vagas iniciais (disponíveis). Por exemplo, se o resultado <1: significa que o número de vagas é superior ao n.º de preferências em 1.ª opção. Regista-se uma oferta superior à procura em 1.ª opção.

⁽³⁾ Rácio entre os alunos matriculados (após a 3.ª fase) e as vagas inicialmente fixadas.

- Candidatos em 1.ª opção > Vagas disponíveis
- Valores nulos ou positivos
- Maior valor negativo



Rita Cruz

XVII - CNA 2012 por Áreas de estudo CNAEF

CNAEF - Áreas de Estudo	N.º de pares estabelecimento/curso			Vagas iniciais		Candidatos em 1.ª opção (1.ª fase)		Matriculados (após as 3 fases)		Índice de satisfação da procura em 1.ª opção	Índice de ocupação
	TOP 5+	com matrículas	Total	TOP 5+	A	TOP 5+	B	TOP 5+	C	(B/A)	(C/A)
14 Formação de professores/formadores e ciências da educação		35	35		1.468		988		1.264	0,67	0,86
21 Artes	4.º	95	95	5.º	3.402	5.º	3.391	5.º	2.989	1,00	0,88
22 Humanidades		61	62		2.351		1.471		2.138	0,63	0,91
31 Ciências sociais e do comportamento	5.º	68	68	4.º	3.895	4.º	4.555	4.º	3.867	1,17	0,99
32 Informação e jornalismo		22	22		994		1.531		954	1,54	0,96
34 Ciências empresariais	1.º	169	170	2.º	8.182	2.º	6.565	2.º	6.710	0,80	0,82
38 Direito		21	21		1.974		2.075		1.859	1,05	0,94
42 Ciências da Vida		41	42		1.995		2.201		1.988	1,10	1,00
44 Ciências físicas		39	39		1.414		764		1.137	0,54	0,80
46 Matemática e estatística		11	11		395		277		398	0,70	1,01
48 Informática		24	25		842		253		512	0,30	0,61
52 Engenharia e técnicas afins	2.º	165	174	1.º	8.931	3.º	6.146	1.º	6.837	0,69	0,77
54 Indústrias transformadoras		20	23		727		172		389	0,24	0,54
58 Arquitectura e construção		35	52		2.765		1.238		1.594	0,45	0,58
62 Agricultura, silvicultura e pescas		21	28		753		151		269	0,20	0,36
64 Ciências veterinárias		10	10		497		651		433	1,31	0,87
72 Saúde	3.º	113	113	3.º	6.741	1.º	9.014	3.º	6.580	1,34	0,98
76 Serviços sociais		33	35		1.303		725		987	0,56	0,76
81 Serviços pessoais		66	66		2.652		2.437		2.405	0,92	0,91
84 Serviços de transporte		3	3		83		77		91	0,93	1,10
85 Protecção do ambiente		22	23		794		353		474	0,44	0,60
86 Serviços de segurança		1	4		90		20		20	0,22	0,22
99 Desconhecido ou não especificado		1	1		50		38		50	0,76	1,00
Total		1.076	1.122		52.298		45.093		43.945	0,86	0,84

Fonte: Dados da DGES (Ficheiro disponibilizado: Qry 11 e Qry24; site: ficheiro "H" para o n.º de pares estabelecimento/curso)

■ Número/índice mais elevado(a)

■ Seleção dos 5 maiores



Rita Cruz

XVIII - CNA por IES (2011 a 2015)

Table with columns for Institution, Vagas (Initials), Candidatos em 1.ª opção, Matriculados (after 3 phases), Índice de satisfação da procura, and Índice de Ocupação. Rows list various institutions like ISCTE, Universidade da Beira Interior, etc.

Fonte: Dados da DGES (Ficheiro disponibilizado: Qry 24 para 2011 a 2013); Site: Ficheiros 'cna14_if_estatisticas' para 2014 e 'nota_cna15_if_1' para 2015

Nota: Não se localizou no site da DGES os matriculados em 2014 e 2015

(1) Não inclui as instituições de Ensino militar e policial, bem como a Universidade Aberta.

(2) Rácio entre as preferências dos candidatos em 1.ª opção (1.ª fase) e o n.º de vagas iniciais (disponíveis). Por exemplo, se o resultado <100% significa que o número de vagas é superior ao n.º de preferências em 1.ª opção. Regista-se uma oferta superior à procura em 1.ª opção.

(3) Rácio entre os alunos matriculados (após a 3.ª fase) e as vagas inicialmente fixadas.

(4) Desde o CNA 2014 que os valores que constam em Universidade de Lisboa aumentaram significativamente, devido à integração da Universidade Técnica de Lisboa.

- Valores nulos ou positivos
Maior valor negativo
Candidatos em 1.ª opção > Vagas disponíveis
Matriculados > Vagas disponíveis. Esta situação poderá decorrer do facto de não se estarem a considerar as vagas adicionais.



Rita Cruz

XIX - CNA 2012 por IES - Índice de satisfação da procura em 1.ª opção - TOP 10+

Instituição de Ensino Superior ⁽¹⁾	N.º Estabelecimentos	N.º de pares estabelecimento/curso			Vagas Iniciais		Candidatos em 1.ª opção (1.ª fase)		Matriculados (após as 3 fases)		Índice de satisfação da procura em 1.ª opção		Índice de ocupação		
		TOP 5+	com matrícula	Total	TOP 5+	A	TOP 5+	B	TOP 5+	C	TOP 5+	(B/A)	TOP 5+	(C/A)	
Instituições de Ensino Universitário	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1	21	21		1.135		1.485		1.137	4.º	1,31	3.º	1,002	
	Universidade da Beira Interior	1	28	29		1.295		919		1.155		0,71		0,892	
	Universidade da Madeira	1	18	18		605		643		524	5.º	1,06		0,866	
	Universidade de Aveiro	5	2.º	54	54		2.089		2.000		1.891		0,96	0,905	
	Universidade de Coimbra	8		48	48	4.º	3.189	5.º	3.315	4.º	3.183		1,04	0,998	
	Universidade de Évora	4		35	36		1.091		775		956		0,71	0,88	
	Universidade de Lisboa ⁽⁴⁾	11	5.º	51	51	2.º	3.920	3.º	3.911	3.º	3.766		1,00	0,96	
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	6		36	37		1.365		1.077		1.225		0,79	0,90	
	Universidade do Algarve	9	4.º	50	52		1.653		854		1.183		0,52	0,72	
	Universidade do Minho	2	1.º	56	56	5.º	2.734		2.847	5.º	2.689		1,04	5.º	0,98
	Universidade do Porto	14	3.º	53	53	1.º	4.160	1.º	7.441	1.º	4.231	1.º	1,79	1.º	1,02
	Universidade dos Açores	4		26	28		683		450		530		0,66	0,78	
	Universidade Nova de Lisboa	6		39	39		2.706	4.º	3.493		2.681	2.º	1,29	4.º	0,99
	Universidade Técnica de Lisboa	8	1.º	56	56	3.º	3.741	2.º	4.085	2.º	3.788	3.º	1,09	2.º	1,01
Instituições de Ensino Politécnico	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	1	1	1		320		265		330	4.º	0,83	1.º	1,03	
	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	1	1	1		300		446		297	1.º	1,49	4.º	0,99	
	Escola Superior de Enfermagem do Porto	1	1	1		270		371		272		1,37	2.º	1,01	
	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	1	9	9		430	4.º	614		436	2.º	1,43	3.º	1,01	
	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	1	4	6		173		77		95		0,45		0,55	
	Instituto Politécnico da Guarda	4	19	21		761		124		341		0,16		0,45	
	Instituto Politécnico de Beja	4	16	18		549		161		287		0,29		0,52	
	Instituto Politécnico de Bragança	5	4.º	38	45	4.º	1.873		248		666		0,13	0,36	
	Instituto Politécnico de Castelo Branco	6		27	28		926		357		522		0,39	0,56	
	Instituto Politécnico de Coimbra	6	3.º	46	49	3.º	1.967	3.º	1.108	3.º	1.582		0,56	0,80	
	Instituto Politécnico de Leiria	5	2.º	61	63		2.167		995	4.º	1.550		0,46	0,72	
	Instituto Politécnico de Lisboa	5	5.º	41	44	2.º	2.490	2.º	2.006	2.º	2.026	5.º	0,81	0,81	
	Instituto Politécnico de Portalegre	4	19	23		618		105		235		0,17		0,38	
	Instituto Politécnico de Santarém	5	30	30		1.089		320		608		0,29		0,56	
	Instituto Politécnico de Setúbal	5	26	29		1.224		415		697		0,34		0,57	
	Instituto Politécnico de Tomar	2	18	19		610		103		201		0,17		0,33	
	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	6	29	30		991		430		638		0,43		0,64	
Instituto Politécnico de Viseu	5	33	37	5.º	1.484	5.º	468	5.º	837		0,32		0,56		
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	2	20	20		635		420		587		0,66	5.º	0,92		
Instituto Politécnico do Porto	7	1.º	66	70	1.º	3.055	1.º	2.765	1.º	2.799	3.º	0,91		0,92	
Total	156		1.076	1.122		52.298		45.093		43.945		0,86		0,84	

Fonte: Dados da DGES (Ficheiro disponibilizado: Qry 11, Qry 24, tblVagas); site: ficheiro "H"

⁽¹⁾ Não inclui as instituições de Ensino militar e policial, bem como a Universidade Aberta.



Rina Cruz

XX - CNA 2012 por curso - Índice de satisfação da procura em 1.ª opção - TOP 10+

Posição	Código	Curso	Código	IES / Unidade Orgânica	Código	CNAEF - Área de educação e formação	Vagas iniciais	Candidatos em 1.ª opção (1.ª fase)	Matriculados (após 3.ª fase)	Índice de satisfação da procura em 1.ª opção	Índice de ocupação	
							A	B	C	(B)/A	(C)/A	
LICENCIATURA												
1.ª	9066	Criminologia	1114	Universidade do Porto - Faculdade de Direito	312	Sociologia e Outros Estudos	50	230	51	4,60	1,02	
2.ª	9219	Psicologia	6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	311	Psicologia	70	301	71	4,30	1,01	
3.ª	9023	Ciências da Comunicação	902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	321	Jornalismo e Reportagem	87	345	91	3,97	1,05	
4.ª	9070	Design de Comunicação	5402	Universidade do Porto - Faculdade de Belas-Artes	213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	50	196	50	3,92	1,00	
5.ª	9070	Design de Comunicação	5302	Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas-Artes	213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	55	206	55	3,75	1,00	
6.ª	9701	Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia	1107	Universidade do Porto - Faculdade de Letras	321	Jornalismo e Reportagem	85	317	86	3,73	1,01	
7.ª	9921	Gestão das Actividades Turísticas	3134	Instituto Politécnico do Porto - Inst. Sup. Contab. Administração do Porto	812	Turismo e Lazer	36	132	35	3,67	0,97	
8.ª	9863	Tecnologia da Comunicação Multimédia	3132	Instituto Politécnico do Porto - Escola Sup. Música e Artes do Espectáculo	213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	20	73	20	3,65	1,00	
9.ª	9500	Enfermagem	1300	Universidade da Madeira	723	Enfermagem	20	72	20	3,60	1,00	
10.ª	9853	Educação Básica	1300	Universidade da Madeira	144	Formação de Professores do Ensino Básico (1.ª e 2.ª Ciclos)	20	69	21	3,45	1,05	
	9157	Gestão de Recursos Humanos	6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	345	Gestão e Administração	40	138	40	3,45	1,00	
MESTRADO INTEGRADO												
1.ª	9548	Medicina Dentária	1113	Universidade do Porto - Faculdade de Medicina Dentária	724	Ciências Dentárias	70	336	71	4,80	1,01	
2.ª	9555	Psicologia	1109	Universidade do Porto - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação	311	Psicologia	120	418	120	3,48	1,00	
3.ª	9510	Engenharia Industrial e Gestão	1105	Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	529	Engenharia e Técnicas Afins - programas não classificados noutra área de formação	65	213	68	3,28	1,05	
4.ª	9493	Bioengenharia	1105	Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	524	Tecnologia dos Processos Químicos	60	188	61	3,13	1,02	
5.ª	9357	Engenharia Aeroespacial	807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico	525	Construção e Reparação de Veículos a Motor	85	247	90	2,91	1,06	
6.ª	9359	Engenharia Biomédica	807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico	524	Tecnologia dos Processos Químicos	50	143	51	2,86	1,02	
7.ª	9813	Medicina	1110	Universidade do Porto - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	721	Medicina	155	438	155	2,83	1,00	
8.ª	9257	Arquitectura	1102	Universidade do Porto - Faculdade de Arquitectura	581	Arquitectura e Urbanismo	125	303	126	2,42	1,01	
9.ª	9847	Medicina Veterinária	602	Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia	640	Ciências Veterinárias	45	108	46	2,40	1,02	
10.ª	9369	Engenharia Mecânica	1105	Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	521	Metalurgia e Metalomecânica	140	334	162	2,39	1,16	
(...)												
TOTAL CNA 2012							52 298	45 092	43 945			

Fonte: Dados da DGES (ficheiro disponibilizado: Qry 11 e tbl_vagas; site: Ficheiro "H")

Nota: Existem ainda os Preparatórios de licenciatura (PL) e de mestrado (PM) que não se incluem neste quadro dada a sua falta de representatividade (cada não chega a uma dezena de cursos). Os "preparatórios" consistem nos dois anos iniciais de um ciclo de estudos de licenciatura ou de integrado de mestrado. O estudante que os conclui prossegue os seus estudos no estabelecimento de ensino com que a instituição onde frequentou os dois primeiros anos firmou um protocolo.



Ria Cruz

XXI - CNA 2012 por curso - Índice de ocupação - TOP 10+

Posição	Código	Curso	Código	IES / Unidade Orgânica	Cód. CNAEF	CNAEF - Área de educação e formação	Vagas iniciais A	Candidatos em 1.ª opção (1.ª fase) B	Matriculados (após 3.ª fase) C	Índice de satisfação da procura em 1.ª opção (B)/(A)	Índice de ocupação (C)/(A)
LICENCIATURA											
1.ª	9731	Desporto e Lazer	3165	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço	813	Desporto	30	33	42	1,10	1,40
2.ª	9052	Comunicação e Multimédia	1203	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia	213	Áudio-Visuais e Produção dos Media	35	51	48	1,46	1,37
3.ª	8358	Direito (regime pós-laboral)	1000	Universidade do Minho	380	Direito	22	38	28	1,73	1,27
4.ª	9229	Relações Internacionais	604	Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais	313	Ciência Política e Cidadania	40	32	49	0,80	1,23
5.ª	9192	Línguas Aplicadas	1000	Universidade do Minho	222	Línguas e Literaturas Estrangeiras	45	54	54	1,20	1,20
6.ª	8425	Ciência Política (regime pós-laboral)	1000	Universidade do Minho	313	Ciência Política e Cidadania	25	15	30	0,60	1,20
7.ª	8471	Ciências da Cultura (regime pós-laboral)	1300	Universidade da Madeira	312	Sociologia e Outros Estudos	20	0	24	0,00	1,20
8.ª	9563	Desporto	3151	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Educação	813	Desporto	33	36	39	1,09	1,18
9.ª	9920	Gestão Bancária e Seguros	3031	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	343	Finanças, Banca e Seguros	35	39	41	1,11	1,17
10.ª	8156	Gestão de Actividades Turísticas	3031	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	812	Turismo e Lazer	30	34	35	1,13	1,17
	9146	Geologia	501	Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia	443	Ciências da Terra	30	18	35	0,60	1,17
MESTRADO INTEGRADO											
1.ª	9369	Engenharia Mecânica	1105	Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	521	Metalurgia e Metalomecânica	140	334	162	2,39	1,16
2.ª	9360	Engenharia Civil	1105	Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	582	Construção Civil e Engenharia Civil	165	131	185	0,79	1,12
3.ª	9367	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	1105	Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	523	Electrónica e Automação	195	237	215	1,22	1,10
4.ª	9257	Arquitectura	1000	Universidade do Minho	581	Arquitectura e Urbanismo	60	33	66	0,55	1,10
5.ª	9358	Engenharia Biológica	807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico	421	Biologia e Bioquímica	65	81	71	1,25	1,09
6.ª	9360	Engenharia Civil	807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico	582	Construção Civil e Engenharia Civil	185	94	202	0,51	1,09
7.ª	8334	Engenharia de Micro e Nanotecnologias	903	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia	523	Electrónica e Automação	45	41	49	0,91	1,09
8.ª	9367	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico	523	Electrónica e Automação	205	284	223	1,39	1,09
9.ª	9364	Engenharia de Polímeros	1000	Universidade do Minho	543	Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)	35	10	38	0,29	1,09
10.ª	9812	Engenharia de Redes e Sistemas Informáticos	1103	Universidade do Porto - Faculdade de Ciências	523	Electrónica e Automação	60	44	65	0,73	1,083
(...)											
TOTAL CNA 2012							52 298	45 092	43 945		

Fonte: Dados da DGES (ficheiro disponibilizado: Qry 11 e tbl_vagas; site: Ficheiro "H")

Nota: Existem ainda os Preparatórios de licenciatura (PL) e de mestrado (PM) que não se incluem neste quadro dada a sua falta de representatividade (cada não chega a uma dezena de cursos). Os "preparatórios" consistem nos dois anos iniciais de um ciclo de estudos de licenciatura ou de integrado de mestrado. O estudante que os conclui prossegue os seus estudos no estabelecimento de ensino com que a instituição onde frequentou os dois primeiros anos firmou um protocolo.



Tribunal de Contas

Rita Cruz

XXII - CNA 2012 - Cursos com menos de 20 alunos matriculados

Código	IES / Unidade Orgânica	Distrito	Tipo de ensino	Código	Curso	Grau	Vagas iniciais	Matriculados
Licenciaturas							9247	2179
110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	R. A. Açores	Universitário	8085	Ciências da Nutrição (Preparatórios)	PL	15	10
110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	R. A. Açores	Universitário	9022	Ciências Agrárias	L1	10	9
110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	R. A. Açores	Universitário	9103	Engenharia e Gestão do Ambiente	L1	20	0
110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	R. A. Açores	Universitário	9382	Guias da Natureza	L1	20	10
110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	R. A. Açores	Universitário	9934	Energias Renováveis	L1	20	19
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	9011	Biologia	L1	20	19
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	9081	Economia	L1	20	12
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	9240	Sociologia	L1	26	15
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	9384	Informática - Redes e Multimédia	L1	25	8
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	9699	Ciências Biológicas e da Saúde	L1	20	17
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	9704	Ciências da Engenharia Civil	L1	20	0
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	9756	Estudos Europeus e Política Internacional	L1	20	13
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	9787	Património Cultural	L1	20	5
201	Universidade do Algarve - Fac. de Ciências Humanas e Sociais	Faro	Universitário	8509	Património Cultural e Arqueologia	L1	25	13
201	Universidade do Algarve - Fac. de Ciências Humanas e Sociais	Faro	Universitário	9204	Línguas, Literaturas e Culturas	L1	22	10
203	Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Faro	Universitário	8258	Arquitectura Paisagista	L1	25	17
203	Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Faro	Universitário	8419	Agronomia (regime pós-laboral)	L1	22	3
203	Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Faro	Universitário	9015	Bioquímica	L1	22	18
203	Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Faro	Universitário	9041	Ciências do Mar	L1	20	16
300	Universidade de Aveiro	Aveiro	Universitário	9116	Engenharia Geológica	L1	20	6
300	Universidade de Aveiro	Aveiro	Universitário	9141	Física	L1	22	7
300	Universidade de Aveiro	Aveiro	Universitário	9223	Química	L1	25	15
400	Universidade da Beira Interior	Castelo Branco	Universitário	8367	Filosofia (regime pós-laboral)	L1	20	2
400	Universidade da Beira Interior	Castelo Branco	Universitário	8408	Química Medicinal	L1	30	17
400	Universidade da Beira Interior	Castelo Branco	Universitário	9112	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	L1	20	9
400	Universidade da Beira Interior	Castelo Branco	Universitário	9251	Tecnologias e Sistemas de Informação	L1	30	4
501	Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Coimbra	Universitário	9141	Física	L1	20	19
501	Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Coimbra	Universitário	9223	Química	L1	25	18
602	Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia	Évora	Universitário	8258	Arquitectura Paisagista	L1	27	13
602	Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia	Évora	Universitário	8262	Biologia Humana	L1	20	19
602	Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia	Évora	Universitário	9089	Engenharia Civil	L1	30	1
602	Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia	Évora	Universitário	9116	Engenharia Geológica	L1	20	2
602	Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia	Évora	Universitário	9143	Geografia	L1	20	17
602	Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia	Évora	Universitário	9751	Engenharia Mecatrónica	L1	33	10
604	Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais	Évora	Universitário	8004	Línguas, Literaturas e Culturas (regime pós-laboral)	L1	20	6
604	Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais	Évora	Universitário	8367	Filosofia (regime pós-laboral)	L1	20	0
604	Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais	Évora	Universitário	8424	História e Arqueologia (regime pós-laboral)	L1	20	1
701	Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	Lisboa	Universitário	9115	Engenharia Geográfica	L1	30	7
704	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	Lisboa	Universitário	9133	Estudos Clássicos	L1	20	11
806	Universidade Técnica de Lisboa - Fac. de Motricidade Humana	Lisboa	Universitário	9068	Dança	L1	20	15
902	Universidade Nova de Lisboa - Fac. de Ciências Sociais e Humanas	Lisboa	Universitário	9917	Estudos Portugueses	L1	25	18
902	Universidade Nova de Lisboa - Fac. de Ciências Sociais e Humanas	Lisboa	Universitário	L001	Estudos Portugueses (pós-laboral)	L1	20	1
1000	Universidade do Minho	Braga	Universitário	8428	Estudos Culturais (regime pós-laboral)	L1	30	17
1000	Universidade do Minho	Braga	Universitário	8429	Línguas e Literaturas Europeias (regime pós-laboral)	L1	30	12
1000	Universidade do Minho	Braga	Universitário	8433	Negócios Internacionais (regime pós-laboral)	L1	30	17
1000	Universidade do Minho	Braga	Universitário	9141	Física	L1	27	9
1000	Universidade do Minho	Braga	Universitário	9223	Química	L1	25	16
1000	Universidade do Minho	Braga	Universitário	9381	Estatística Aplicada	L1	16	17



Tribunal de Contas

Rita Cruz

Código	IES / Unidade Orgânica	Distrito	Tipo de ensino	Código	Curso	Grau	Vagas Iniciais	Matriculados
1103	Universidade do Porto - Faculdade de Ciências	Porto	Universitário	9686	Astronomia	L1	20	6
1201	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias	Vila Real	Universitário	9086	Engenharia Agronómica	L1	25	12
1201	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias	Vila Real	Universitário	9114	Engenharia Florestal	L1	22	0
1203	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia	Vila Real	Universitário	9089	Engenharia Civil	L1	33	3
1203	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia	Vila Real	Universitário	9112	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	L1	35	4
1203	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia	Vila Real	Universitário	9250	Tecnologias da Informação e Comunicação	L1	35	16
1203	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia	Vila Real	Universitário	9744	Engenharia de Energias	L1	25	11
1203	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia	Vila Real	Universitário	9830	Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade Humanas	L1	25	5
1204	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências da Vida e do Ambiente	Vila Real	Universitário	8408	Química Medicinal	L1	25	18
1204	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências da Vida e do Ambiente	Vila Real	Universitário	9099	Engenharia do Ambiente	L1	24	10
1300	Universidade da Madeira	R. A. Madeira	Universitário	8448	Biologia (regime pós-laboral)	L1	20	14
1300	Universidade da Madeira	R. A. Madeira	Universitário	9015	Bioquímica	L1	25	13
1300	Universidade da Madeira	R. A. Madeira	Universitário	9678	Arte e Multimédia	L1	22	12
1300	Universidade da Madeira	R. A. Madeira	Universitário	A003	Eng Civil+Eng Electrónica e Telecomunicações	L1	52	15
3011	Universidade de Aveiro - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro	Aveiro	Politécnico	8449	Contabilidade (regime de ensino a distância)	L1	20	5
3011	Universidade de Aveiro - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro	Aveiro	Politécnico	9888	Finanças (regime pós-laboral)	L1	20	5
3012	Universidade de Aveiro - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda	Aveiro	Politécnico	8016	Tecnologias da Informação	L1	30	10
3012	Universidade de Aveiro - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda	Aveiro	Politécnico	9109	Engenharia Electrotécnica	L1	35	8
3012	Universidade de Aveiro - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda	Aveiro	Politécnico	9769	Gestão Pública e Autárquica	L1	30	11
3021	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior Agrária	Beja	Politécnico	9003	Agronomia	L1	30	2
3021	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior Agrária	Beja	Politécnico	9087	Engenharia Alimentar	L1	25	0
3021	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior Agrária	Beja	Politécnico	9099	Engenharia do Ambiente	L1	25	3
3022	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Educação	Beja	Politécnico	9347	Artes Plásticas e Multimédia	L1	30	12
3022	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Educação	Beja	Politécnico	9853	Educação Básica	L1	24	14
3023	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão	Beja	Politécnico	8437	Solicitadoria (regime de ensino a distância)	L1	20	13
3023	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão	Beja	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	25	0
3023	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão	Beja	Politécnico	9119	Engenharia Informática	L1	45	12
3023	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão	Beja	Politécnico	9994	Gestão de Empresas (regime pós-laboral)	L1	25	5
3031	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	Braga	Politécnico	8402	Gestão Pública (regime de ensino a distância)	L1	25	10
3032	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Tecnologia	Braga	Politécnico	8311	Engenharia e Desenvolvimento de Jogos Digitais	L1	20	15
3032	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Tecnologia	Braga	Politécnico	8417	Engenharia de Sistemas Informáticos (regime pós-laboral)	L1	25	4
3032	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Tecnologia	Braga	Politécnico	8467	Informática Médica	L1	20	10
3032	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Tecnologia	Braga	Politécnico	9112	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	L1	25	7
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Bragança	Politécnico	8401	Fitofarmácia e Plantas Aromáticas e Medicinais	L1	30	4
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Bragança	Politécnico	9085	Enfermagem Veterinária	L1	50	10
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Bragança	Politécnico	9086	Engenharia Agronómica	L1	35	0
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Bragança	Politécnico	9087	Engenharia Alimentar	L1	40	0
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Bragança	Politécnico	9088	Engenharia Biotecnológica	L1	35	1
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Bragança	Politécnico	9099	Engenharia do Ambiente	L1	40	1
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Bragança	Politécnico	9114	Engenharia Florestal	L1	20	0
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	Bragança	Politécnico	9129	Engenharia Zootécnica	L1	25	0
3042	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança	Bragança	Politécnico	8323	Línguas Estrangeiras: Inglês e Espanhol	L1	30	7
3042	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança	Bragança	Politécnico	9082	Educação Ambiental	L1	30	8
3042	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança	Bragança	Politécnico	9214	Música	L1	43	17
3042	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança	Bragança	Politécnico	9879	Educação Social (regime pós-laboral)	L1	30	0
3042	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança	Bragança	Politécnico	9933	Animação e Produção Artística	L1	25	7
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	45	2
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9112	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	L1	45	0
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9119	Engenharia Informática	L1	50	16
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9123	Engenharia Mecânica	L1	50	3
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9126	Engenharia Química e Biológica	L1	23	1
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9186	Informática de Gestão	L1	45	1
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9455	Engenharia Biomédica	L1	60	4
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9910	Engenharia de Energias Renováveis	L1	60	2
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	9991	Gestão (regime pós-laboral)	L1	30	2
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	Bragança	Politécnico	A004	Gestão de Negócios Internacionais (Curso Europeu, ensino em Inglês)	L1	10	5



Tribunal de Contas

Rita Cruz

Código	IES / Unidade Orgânica	Distrito	Tipo de ensino	Código	Curso	Grau	Vagas iniciais	Matriculados
3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	Bragança	Politécnico	9165	Gestão e Administração Pública	L1	60	9
3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	Bragança	Politécnico	9180	Guia Intérprete	L1	25	4
3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	Bragança	Politécnico	9188	Informática e Comunicações	L1	25	0
3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	Bragança	Politécnico	9205	Marketing	L1	40	11
3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	Bragança	Politécnico	9213	Multimédia	L1	40	12
3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	Bragança	Politécnico	9247	Tecnologias da Comunicação	L1	25	9
3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	Bragança	Politécnico	9254	Turismo	L1	50	7
3051	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	8397	Engenharia de Protecção Civil	L1	30	0
3051	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	9003	Agronomia	L1	25	4
3051	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	9742	Engenharia Biológica e Alimentar	L1	25	1
3052	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Educação de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	9485	Secretariado	L1	25	8
3053	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	8463	Engenharia das Energias Renováveis	L1	35	6
3053	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	25	2
3053	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	9111	Engenharia Electrotécnica e das Telecomunicações	L1	25	2
3053	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	9118	Engenharia Industrial	L1	25	1
3053	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	9119	Engenharia Informática	L1	40	14
3053	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	Castelo Branco	Politécnico	9248	Tecnologias da Informação e Multimédia	L1	25	3
3054	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Politécnico	9063	Contabilidade e Gestão Financeira	L1	30	6
3054	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Politécnico	9157	Gestão de Recursos Humanos	L1	30	5
3054	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Politécnico	9173	Gestão Hoteleira	L1	35	15
3054	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Politécnico	9177	Gestão Turística	L1	30	7
3054	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Politécnico	9242	Solicitadoria	L1	35	13
3061	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9087	Engenharia Alimentar	L1	45	5
3061	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9099	Engenharia do Ambiente	L1	50	7
3061	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9619	Engenharia Agro-Pecuária	L1	25	7
3061	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9748	Engenharia dos Recursos Florestais	L1	25	0
3062	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Educação de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9214	Música	L1	20	15
3064	Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	50	0
3064	Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9105	Engenharia Electromecânica	L1	30	12
3064	Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9474	Engenharia Biológica	L1	30	15
3064	Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9770	Engenharia Informática (Curso Europeu)	L1	15	15
3064	Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	Coimbra	Politécnico	9884	Engenharia Electrotécnica (regime pós-laboral)	L1	20	0
3065	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital	Coimbra	Politécnico	9119	Engenharia Informática	L1	30	9
3065	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital	Coimbra	Politécnico	9672	Administração e Marketing	L1	40	17
3081	Universidade do Algarve - Escola Superior de Educação e Comunicação de Faro	Faro	Politécnico	8337	Imagem Animada	L1	20	12
3081	Universidade do Algarve - Escola Superior de Educação e Comunicação de Faro	Faro	Politécnico	9879	Educação Social (regime pós-laboral)	L1	20	8
3082	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	Faro	Politécnico	9008	Assessoria de Administração (regime nocturno)	L1	25	2
3082	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	Faro	Politécnico	9148	Gestão (regime nocturno)	L1	40	13
3083	Universidade do Algarve - Instituto Superior de Engenharia de Faro	Faro	Politécnico	9087	Engenharia Alimentar	L1	30	1
3083	Universidade do Algarve - Instituto Superior de Engenharia de Faro	Faro	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	35	0
3083	Universidade do Algarve - Instituto Superior de Engenharia de Faro	Faro	Politécnico	9090	Engenharia Civil (regime nocturno)	L1	25	0
3083	Universidade do Algarve - Instituto Superior de Engenharia de Faro	Faro	Politécnico	9123	Engenharia Mecânica	L1	30	13
3083	Universidade do Algarve - Instituto Superior de Engenharia de Faro	Faro	Politécnico	9250	Tecnologias de Informação e Comunicação	L1	20	11
3083	Universidade do Algarve - Instituto Superior de Engenharia de Faro	Faro	Politécnico	9503	Engenharia Eléctrica e Electrónica	L1	30	9
3087	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	Faro	Politécnico	9148	Gestão (regime nocturno)	L1	30	5
3087	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	Faro	Politécnico	9383	Informação e Animação Turística	L1	25	6



Tribunal de Contas

Rita Cruz

Código	IES / Unidade Orgânica	Distrito	Tipo de ensino	Código	Curso	Grau	Vagas iniciais	Matriculados
3091	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto	Guarda	Politécnico	9005	Animação Sociocultural	L1	25	4
3091	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto	Guarda	Politécnico	9853	Educação Básica	L1	32	9
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9056	Contabilidade	L1	30	6
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9072	Design de Equipamento	L1	40	15
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	30	0
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9119	Engenharia Informática	L1	40	4
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9128	Engenharia Topográfica	L1	20	0
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9157	Gestão de Recursos Humanos	L1	35	6
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9205	Marketing	L1	30	7
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9234	Secretariado e Assessoria de Direcção	L1	20	6
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Guarda	Politécnico	9855	Energia e Ambiente	L1	30	17
3095	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Guarda	Politécnico	9173	Gestão Hoteleira	L1	48	18
3095	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Guarda	Politécnico	9255	Turismo e Lazer	L1	28	7
3095	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Turismo e Hotelaria	Guarda	Politécnico	9484	Restauração e Catering	L1	28	10
3101	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	Leiria	Politécnico	8014	Serviço Social (regime pós-laboral)	L1	25	7
3101	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	Leiria	Politécnico	8118	Educação Básica (regime de ensino a distância)	L1	22	5
3101	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	Leiria	Politécnico	8476	Relações Humanas e Comunicação Organizacional (regim de ensino a distância)	L1	30	3
3101	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	Leiria	Politécnico	9466	Animação Cultural	L1	30	13
3101	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	Leiria	Politécnico	9492	Tradução e Interpretação: Português/Chinês - Chinês/Português	L1	15	16
3101	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	Leiria	Politécnico	9868	Comunicação Social e Educação Multimédia (regime pós-laboral)	L1	25	4
3101	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais	Leiria	Politécnico	9879	Educação Social (regime pós-laboral)	L1	25	3
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	8015	Solicitadoria (regime pós-laboral)	L1	40	4
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	8123	Marketing (regime de ensino a distância)	L1	30	3
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	8391	Engenharia de Redes e Serviços de Comunicação	L1	20	1
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	8447	Protecção Civil (regime pós-laboral)	L1	25	0
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	35	3
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	9109	Engenharia Electrotécnica	L1	35	13
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	9648	Engenharia da Energia e do Ambiente	L1	30	10
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	9871	Contabilidade e Finanças (regime pós-laboral)	L1	30	4
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	9881	Engenharia Civil (regime pós-laboral)	L1	20	0
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	9884	Engenharia Electrotécnica (regime pós-laboral)	L1	20	1
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	9885	Engenharia Informática (regime pós-laboral)	L1	20	8
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Leiria	Politécnico	9886	Engenharia Mecânica (regime pós-laboral)	L1	20	1
3103	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha	Leiria	Politécnico	8127	Som e Imagem (regime pós-laboral)	L1	25	19
3103	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha	Leiria	Politécnico	9724	Design de Cerâmica e Vidro	L1	20	6
3105	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Leiria	Politécnico	8119	Marketing Turístico (regime de ensino a distância)	L1	25	2
3105	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Leiria	Politécnico	8514	Gestão de Eventos	L1	30	18
3105	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Leiria	Politécnico	9087	Engenharia Alimentar	L1	35	3
3105	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Leiria	Politécnico	9207	Marketing Turístico	L1	35	18
3105	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Leiria	Politécnico	9848	Animação Turística	L1	25	18
3105	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche	Leiria	Politécnico	9997	Gestão Turística e Hoteleira (regime pós-laboral)	L1	30	5



Tribunal de Contas

Ria Cruz

Código	IES / Unidade Orgânica	Distrito	Tipo de ensino	Código	Curso	Grau	Vagas Iniciais	Matriculados
3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Lisboa	Politécnico	8346	Engenharia Electrónica e Telecomunic e de Computadores (regime pós-laboral)	L1	30	0
3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Lisboa	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	150	14
3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Lisboa	Politécnico	9881	Engenharia Civil (regime pós-laboral)	L1	50	0
3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Lisboa	Politécnico	9883	Engenharia de Redes de Comunicação e Multimédia (regime pós-laboral)	L1	20	11
3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Lisboa	Politécnico	9884	Engenharia Electrotécnica (regime pós-laboral)	L1	30	1
3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Lisboa	Politécnico	9886	Engenharia Mecânica (regime pós-laboral)	L1	35	1
3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	Lisboa	Politécnico	9887	Engenharia Química e Biológica (regime pós-laboral)	L1	24	0
3121	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação	Portalegre	Politécnico	8014	Serviço Social (regime pós-laboral)	L1	20	0
3121	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação	Portalegre	Politécnico	9005	Animação Sociocultural	L1	20	2
3121	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação	Portalegre	Politécnico	9254	Turismo	L1	25	13
3121	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação	Portalegre	Politécnico	9852	Educação Artística	L1	20	2
3121	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação	Portalegre	Politécnico	9853	Educação Básica	L1	28	13
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	8394	Relações Públicas e Secretariado	L1	20	5
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	8396	Tecnologias e Gestão da Informação	L1	20	1
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9070	Design de Comunicação	L1	25	15
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	20	0
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9119	Engenharia Informática	L1	20	0
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9147	Gestão	L1	40	15
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9469	Design e Animação Multimédia	L1	25	14
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9540	Bioengenharia	L1	20	1
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9670	Administração de Publicidade e Marketing	L1	30	10
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9856	Engenharia das Energias Renováveis e Ambiente	L1	25	0
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Portalegre	Politécnico	9991	Gestão (regime pós-laboral)	L1	20	2
3123	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior Agrária	Portalegre	Politécnico	9003	Agronomia	L1	30	1
3123	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior Agrária	Portalegre	Politécnico	9085	Enfermagem Veterinária	L1	35	17
3123	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior Agrária	Portalegre	Politécnico	9130	Equinocultura	L1	25	3
3131	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Educação	Porto	Politécnico	8018	Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa (regime pós-laboral)	L1	20	11
3133	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	Porto	Politécnico	9123	Engenharia Mecânica	L1	28	19
3135	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto	Porto	Politécnico	8098	Engenharia Electrotécnica e de Computadores (regime pós-laboral)	L1	20	3
3135	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto	Porto	Politécnico	9094	Engenharia de Instrumentação e Metrologia	L1	20	0
3135	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto	Porto	Politécnico	9881	Engenharia Civil (regime pós-laboral)	L1	20	0
3135	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto	Porto	Politécnico	9886	Engenharia Mecânica (regime pós-laboral)	L1	20	8
3138	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	Porto	Politécnico	8441	Segurança Informática em Redes de Computadores (regime pós-laboral)	L1	20	2
3138	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	Porto	Politécnico	8468	Engenharia de Segurança do Trabalho	L1	25	0
3138	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	Porto	Politécnico	8489	Engenharia de Segurança do Trabalho (regime pós-laboral)	L1	20	0
3141	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior Agrária de Santarém	Santarém	Politécnico	8099	Engenharia do Ambiente (regime pós-laboral)	L1	25	1
3141	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior Agrária de Santarém	Santarém	Politécnico	8347	Engenharia Agronómica (regime pós-laboral)	L1	25	1
3141	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior Agrária de Santarém	Santarém	Politécnico	9086	Engenharia Agronómica	L1	25	2
3141	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior Agrária de Santarém	Santarém	Politécnico	9087	Engenharia Alimentar	L1	40	1
3141	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior Agrária de Santarém	Santarém	Politécnico	9355	Engenharia da Produção Animal	L1	25	7
3142	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Educação de Santarém	Santarém	Politécnico	9346	Animação Cultural e Educação Comunitária	L1	35	6
3142	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Educação de Santarém	Santarém	Politécnico	9876	Educação Básica (regime pós-laboral)	L1	20	6
3142	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Educação de Santarém	Santarém	Politécnico	9877	Educação e Comunicação Multimédia (regime pós-laboral)	L1	25	3
3142	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Educação de Santarém	Santarém	Politécnico	9879	Educação Social (regime pós-laboral)	L1	30	2
3143	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém	Santarém	Politécnico	8006	Marketing e Publicidade (regime pós-laboral)	L1	25	3
3143	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém	Santarém	Politécnico	9002	Administração Pública	L1	40	2
3143	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém	Santarém	Politécnico	9185	Informática	L1	35	4
3143	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém	Santarém	Politécnico	9994	Gestão de Empresas (regime pós-laboral)	L1	40	6
3143	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém	Santarém	Politécnico	9998	Informática (regime pós-laboral)	L1	25	2



Tribunal de Contas

Rita Cruz

Código	IES / Unidade Orgânica	Distrito	Tipo de ensino	Código	Curso	Grau	Vagas iniciais	Matriculados
3145	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Santarém	Politécnico	8416	Treino Desportivo (regime pós-laboral)	L1	35	13
3151	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Educação	Setúbal	Politécnico	9632	Promoção Artística e Património	L1	25	12
3151	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Educação	Setúbal	Politécnico	9633	Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa	L1	20	16
3152	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	Setúbal	Politécnico	9092	Engenharia de Automação, Controlo e Instrumentação	L1	40	1
3152	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	Setúbal	Politécnico	9099	Engenharia do Ambiente	L1	40	7
3152	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	Setúbal	Politécnico	9112	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	L1	60	4
3152	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	Setúbal	Politécnico	9123	Engenharia Mecânica	L1	60	2
3152	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	Setúbal	Politécnico	9455	Engenharia Biomédica	L1	50	5
3152	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	Setúbal	Politécnico	9862	Tecnologia e Gestão Industrial (regime nocturno)	L1	40	5
3153	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Ciências Empresariais	Setúbal	Politécnico	9628	Contabilidade e Finanças (regime nocturno)	L1	45	12
3153	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Ciências Empresariais	Setúbal	Politécnico	9630	Gestão de Sistemas de Informação	L1	40	10
3153	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Ciências Empresariais	Setúbal	Politécnico	9993	Gestão da Distribuição e da Logística (regime pós-laboral)	L1	45	16
3154	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	Setúbal	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	30	0
3154	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	Setúbal	Politécnico	9090	Engenharia Civil (regime nocturno)	L1	20	0
3154	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	Setúbal	Politécnico	9125	Engenharia Química	L1	30	3
3154	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	Setúbal	Politécnico	9478	Gestão da Construção	L1	20	4
3154	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	Setúbal	Politécnico	9479	Gestão da Construção (regime nocturno)	L1	20	0
3161	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior Agrária	Viana do Castelo	Politécnico	9086	Engenharia Agronómica	L1	24	6
3161	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior Agrária	Viana do Castelo	Politécnico	9099	Engenharia do Ambiente	L1	24	3
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	8124	Engenharia Civil e do Ambiente (regime pós-laboral)	L1	20	0
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	8407	Engenharia da Computação Gráfica e Multimédia	L1	28	12
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	8446	Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis (regime pós-laboral)	L1	20	1
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	9087	Engenharia Alimentar	L1	35	2
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	9123	Engenharia Mecânica	L1	24	6
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	9743	Engenharia Civil e do Ambiente	L1	35	3
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	9750	Engenharia Electrónica e Redes de Computadores	L1	30	3
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	9857	Engenharia de Sistemas de Energias Renováveis	L1	40	6
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Viana do Castelo	Politécnico	9885	Engenharia Informática (regime pós-laboral)	L1	20	1
3164	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Ciências Empresariais	Viana do Castelo	Politécnico	8444	Marketing e Comunicação Empresarial (regime pós-laboral)	L1	24	2
3164	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Ciências Empresariais	Viana do Castelo	Politécnico	8464	Gestão da Distribuição e Logística	L1	22	3
3164	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Ciências Empresariais	Viana do Castelo	Politécnico	8516	Organização e Gestão Empresariais	L1	25	3
3164	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Ciências Empresariais	Viana do Castelo	Politécnico	9872	Contabilidade e Fiscalidade (regime pós-laboral)	L1	25	4
3181	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação de Viseu	Viseu	Politécnico	9082	Educação Ambiental	L1	32	14
3181	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Educação de Viseu	Viseu	Politécnico	9466	Animação Cultural	L1	26	12
3182	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Viseu	Politécnico	8517	Tecnologia e Design de Mobiliário	L1	40	3
3182	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Viseu	Politécnico	9060	Contabilidade e Administração (regime nocturno)	L1	35	7
3182	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Viseu	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	45	4
3182	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Viseu	Politécnico	9099	Engenharia do Ambiente	L1	40	1
3182	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Viseu	Politécnico	9104	Engenharia e Gestão Industrial	L1	35	4
3182	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Viseu	Politécnico	9109	Engenharia Electrotécnica	L1	45	8
3182	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Viseu	Politécnico	9123	Engenharia Mecânica	L1	45	8
3182	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu	Viseu	Politécnico	9994	Gestão de Empresas (regime pós-laboral)	L1	40	8
3185	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior Agrária de Viseu	Viseu	Politécnico	8460	Engenharia de Biosistemas	L1	20	0
3185	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior Agrária de Viseu	Viseu	Politécnico	9080	Ecologia e Paisagismo	L1	20	3
3185	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior Agrária de Viseu	Viseu	Politécnico	9086	Engenharia Agronómica	L1	25	1
3185	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior Agrária de Viseu	Viseu	Politécnico	9087	Engenharia Alimentar	L1	30	0
3185	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior Agrária de Viseu	Viseu	Politécnico	9129	Engenharia Zootécnica	L1	25	0
3186	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Viseu	Politécnico	8014	Serviço Social (regime pós-laboral)	L1	50	7
3186	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Viseu	Politécnico	8116	Contabilidade e Auditoria (regime pós-laboral)	L1	30	0
3186	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Viseu	Politécnico	9061	Contabilidade e Auditoria	L1	25	16
3186	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Viseu	Politécnico	9122	Engenharia Informática e Telecomunicações	L1	25	3
3186	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Viseu	Politécnico	9168	Gestão e Informática	L1	25	7
3186	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	Viseu	Politécnico	9800	Secretariado de Administração (regime nocturno)	L1	30	4
3241	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Santarém	Politécnico	9480	Gestão e Administração de Serviços de Saúde	L1	25	2
3241	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Santarém	Politécnico	9638	Auditoria e Fiscalidade	L1	25	7



Tribunal de Contas

Ria Cruz

Código	IES / Unidade Orgânica	Distrito	Tipo de ensino	Código	Curso	Grau	Vagas iniciais	Matriculados
3241	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Santarém	Politécnico	9640	Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional	L1	35	11
3241	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Santarém	Politécnico	9641	Gestão Turística e Cultural	L1	30	10
3241	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	Santarém	Politécnico	9925	Gestão e Administração Bancária (regime pós-laboral)	L1	25	1
3242	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	Santarém	Politécnico	9089	Engenharia Civil	L1	35	0
3242	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	Santarém	Politécnico	9112	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	L1	35	1
3242	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	Santarém	Politécnico	9119	Engenharia Informática	L1	45	14
3242	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	Santarém	Politécnico	9184	Engenharia Química e Bioquímica	L1	25	2
3242	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	Santarém	Politécnico	9643	Artes Plásticas - Pintura e Intermédia	L1	30	7
3242	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	Santarém	Politécnico	9895	Gestão do Território	L1	25	4
3243	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Santarém	Politécnico	9054	Comunicação Social	L1	35	19
3243	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Santarém	Politécnico	9123	Engenharia Mecânica	L1	25	1
3243	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Santarém	Politécnico	9250	Tecnologias de Informação e Comunicação	L1	30	2
7005	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Saúde	Beja	Politécnico	9861	Saúde Ambiental	L1	25	4
7015	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Saúde de Bragança	Bragança	Politécnico	9833	Gerontologia	L1	40	4
7035	Universidade do Algarve - Escola Superior de Saúde	Faro	Politécnico	8152	Ortoprotesia	L1	25	17
7040	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Saúde da Guarda	Guarda	Politécnico	9501	Enfermagem (entrada no 2.º semestre)	L1	45	7
7055	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Saúde	Portalegre	Politécnico	9556	Higiene Oral	L1	20	6
7090	Universidade dos Açores - Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo	R. A. Açores	Politécnico	9500	Enfermagem	L1	40	18
7105	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	Lisboa	Politécnico	8077	Engenharia de Máquinas Marítimas (regime nocturno)	L1	30	0
7105	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	Lisboa	Politécnico	9745	Engenharia de Máquinas Marítimas	L1	35	4
7105	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	Lisboa	Politécnico	9747	Engenharia de Sistemas Electrónicos Marítimos	L1	25	0
7230	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto	Porto	Politécnico	8151	Medicina Nuclear	L1	20	19
Mestrados							220	73
110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	R. A. Açores	Universitário	8031	Ciências Farmacêuticas (Preparatórios)	PM	15	15
110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	R. A. Açores	Universitário	8086	Medicina Veterinária (Preparatórios)	PM	13	13
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	R. A. Açores	Universitário	8082	Arquitectura (Preparatórios)	PM	20	11
203	Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Faro	Universitário	9358	Engenharia Biológica	MI	20	6
203	Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Faro	Universitário	9365	Engenharia Electrónica e Telecomunicações	MI	22	3
203	Universidade do Algarve - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Faro	Universitário	9508	Engenharia do Ambiente	MI	20	5
400	Universidade da Beira Interior	Castelo Branco	Universitário	9360	Engenharia Civil	MI	60	0
501	Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Coimbra	Universitário	9368	Engenharia Física	MI	20	19
1000	Universidade do Minho	Braga	Universitário	8090	Engenharia Têxtil (regime pós-laboral)	MI	30	1
TOTAL DE CURSOS COM MENOS DE 20 ALUNOS MATRICULADOS							9 467	2 252
Total de vagas disponíveis e matriculados (CNA 2012)							52 298	43 495
%							18%	5%

Fonte: Dados da DGES (ficheiro "H" em http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Acesso/Estatisticas/EstudosEstatisticas/cna-dadosfinais-20112012_20122013.htm)



XXIII - CNA 2012 - Cursos (pelo par estabelecimento/curso) com vagas disponíveis e sem matrículas

Código	IES / Unidade Orgânica	Código	Curso	Grau académico	Vagas iniciais
110	Universidade dos Açores - Angra do Heroísmo	9103	Engenharia e Gestão do Ambiente	L1	20
130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	9704	Ciências da Engenharia Civil	L1	20
400	Universidade da Beira Interior	9360	Engenharia Civil	MI	60
604	Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais	8367	Filosofia (regime pós-laboral)	L1	20
1201	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias	9114	Engenharia Florestal	L1	22
Total Ensino Universitário					142
3021	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior Agrária	9087	Engenharia Alimentar	L1	25
3023	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão	9089	Engenharia Civil	L1	25
3041	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária de Bragança	9086	Engenharia Agronómica	L1	35
		9087	Engenharia Alimentar	L1	40
		9114	Engenharia Florestal	L1	20
		9129	Engenharia Zootécnica	L1	25
3042	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação de Bragança	9879	Educação Social (regime pós-laboral)	L1	30
3043	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	9112	Engenharia Electrotécnica e de Computadores	L1	45
3045	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Sup. de Comunic., Admin. e Turismo de Mirandela	9188	Informática e Comunicações	L1	25
3051	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior Agrária de Castelo Branco	8397	Engenharia de Protecção Civil	L1	30
3061	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior Agrária de Coimbra	9748	Engenharia dos Recursos Florestais	L1	25
3064	Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	9089	Engenharia Civil	L1	50
		9884	Engenharia Electrotécnica (regime pós-laboral)	L1	20
3083	Universidade do Algarve - Instituto Superior de Engenharia de Faro	9089	Engenharia Civil	L1	35
		9090	Engenharia Civil (regime nocturno)	L1	25
3092	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	9089	Engenharia Civil	L1	30
		9128	Engenharia Topográfica	L1	20
3102	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	8447	Protecção Civil (regime pós-laboral)	L1	25
		9881	Engenharia Civil (regime pós-laboral)	L1	20
3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	8346	Engenharia Electr. e Telec. e de Computadores (reg. pós-laboral)	L1	30
		9881	Engenharia Civil (regime pós-laboral)	L1	50
		9887	Engenharia Química e Biológica (regime pós-laboral)	L1	24
3121	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação	8014	Serviço Social (regime pós-laboral)	L1	20
3122	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	9089	Engenharia Civil	L1	20
		9119	Engenharia Informática	L1	20
		9856	Engenharia das Energias Renováveis e Ambiente	L1	25
3135	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto	9094	Engenharia de Instrumentação e Metrologia	L1	20
		9881	Engenharia Civil (regime pós-laboral)	L1	20
3138	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	8468	Engenharia de Segurança do Trabalho	L1	25
		8489	Engenharia de Segurança do Trabalho (regime pós-laboral)	L1	20
3154	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	9089	Engenharia Civil	L1	30
		9090	Engenharia Civil (regime nocturno)	L1	20
		9479	Gestão da Construção (regime nocturno)	L1	20
3163	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Tecnologia e Gestão	8124	Engenharia Civil e do Ambiente (regime pós-laboral)	L1	20
3185	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior Agrária de Viseu	8460	Engenharia de Biosistemas	L1	20
		9087	Engenharia Alimentar	L1	30
		9129	Engenharia Zootécnica	L1	25
3186	Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego	8116	Contabilidade e Auditoria (regime pós-laboral)	L1	30
3242	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Tecnologia de Tomar	9089	Engenharia Civil	L1	35
7105	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	8077	Engenharia de Máquinas Marítimas (regime nocturno)	L1	30
		9747	Engenharia de Sistemas Electrónicos Marítimos	L1	25
Total Ensino Politécnico					1 109
Total de par curso/estabelecimento com vagas e sem matrículas					1 251
Total de vagas disponíveis CNA 2012					52 298
% de cursos sem nenhuma matrícula					2,4%

Fonte: Dados da DGES (ficheiro "H" in http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Acesso/Estatisticas/EstudosEstatisticas/cna-dadosfinais-20112012_20122013.htm)



Ria Cruz

XXIV - CNA 2012 - Cursos lecionados por diferentes estabelecimentos no mesmo distrito e concelho

Distrito	Concelho	Cód. Curso	Curso	Grau	Tipo de ensino	Cód. Estab	Estabelecimento	N.º Cursos (Por código)	Matriculados		
Braga	Barcelos	9869	Contabilidade (regime pós-laboral)	L1	Politécnico	3031	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Gestão	1	31		
	Braga	9869	Contabilidade (regime pós-laboral)	L1	Universitário	1000	Universidade do Minho	1	29		
Braga Total								2	60		
Castelo Branco	Castelo Branco	9119	Engenharia Informática	L1	Politécnico	3053	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	1	14		
	Covilhã	9119	Engenharia Informática	L1	Universitário	400	Universidade da Beira Interior	1	56		
Castelo Branco Total								2	70		
Coimbra	Coimbra	9104	Engenharia e Gestão Industrial	L1	Politécnico	3064	Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	1	20		
							Universitário	501	Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia	1	42
	Oliveira do Hospital	9119	Engenharia Informática	L1	Politécnico	3064	Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Superior de Engenharia de Coimbra	1	110		
							Universitário	501	Universidade de Coimbra - Faculdade de Ciências e Tecnologia	1	104
							3065	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital	1	9	
Coimbra Total								5	285		
Faro	Faro	9147	Gestão	L1	Politécnico	3082	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	1	62		
							3082	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	1	13	
							3082	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro	1	56	
	Portimão	9147	Gestão	L1	Politécnico	3087	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	1	28		
							3087	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	1	5	
							3087	Universidade do Algarve - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo de Faro (Portimão)	1	27	
Faro Total								6	191		
Lisboa	Lisboa	8014	Serviço Social (regime pós-laboral)	L1	Universitário	804	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	1	40		
							6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1	35	
		8109	Sociologia (regime pós-laboral)	L1	Universitário	804	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	1	30		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	38	
		9006	Arqueologia	L1	Universitário	704	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	1	44		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	33	
		9011	Biologia	L1	Universitário	701	Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	1	183		
							803	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia	1	47	
		9019	Ciência Política	L1	Universitário	804	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	1	40		
							6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1	41	
		9023	Ciências da Comunicação	L1	Universitário	804	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	1	62		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	91	
		9040	Ciências da Linguagem	L1	Universitário	704	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	1	46		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	23	
		9078	Direito	L1	Universitário	702	Universidade de Lisboa - Faculdade de Direito	1	450		
							911	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Direito	1	100	
		9081	Economia	L1	Universitário	805	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	1	170		
							904	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	1	218	
		9119	Engenharia Informática	L1	Universitário	701	Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências	1	104		
							6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1	60	
		9121	Engenharia Informática e de Computadores	L1	Politécnico	3118	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	1	120		
							Universitário	807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico	1	177
		9139	Filosofia	L1	Universitário	704	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	1	27		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	29	
		9147	Gestão	L1	Politécnico	3117	Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa	1	107		
							Universitário	805	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão	1	177
		9181	História	L1	Universitário	704	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	1	62		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	47	
		9182	História da Arte	L1	Universitário	704	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	1	45		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	41	
		9204	Línguas, Literaturas e Culturas	L1	Universitário	704	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	1	200		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	76	
		9240	Sociologia	L1	Universitário	804	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	1	69		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	39	
		9252	Tradução	L1	Universitário	704	Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras	1	72		
							6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1	60	
		9257	Arquitectura	MI	Universitário	802	Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitetura	1	66		
							807	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico	1	167	
		9448	Antropologia	L1	Universitário	6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1	53		
							804	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	1	50	
		9813	Medicina	MI	Universitário	705	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	1	40		
							902	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	1	54	
		901	Medicina	MI	Universitário	6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1	30		
							705	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina	1	299	
		901	Medicina	MI	Universitário	901	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas	1	234		
							901	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas	1	234	
		Lisboa Total								50	4822



Tribunal de Contas

Ria Cruz

Distrito	Concelho	Cód. Curso	Curso	Grau	Tipo de ensino	Cód. Estab	Estabelecimento	N.º Cursos (Por código)	Matriculados
Porto	Felgueiras	9119	Engenharia Informática	L1	Politécnico	3138	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	1	45
	Matosinhos	9058	Contabilidade e Administração	L1	Politécnico	3134	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	1	231
9870		Contabilidade e Administração (regime pós-laboral)	L1	Politécnico	3134	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	1	96	
Porto	9119	Engenharia Informática	L1	Politécnico	3135	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto	1	176	
	9123	Engenharia Mecânica	L1	Politécnico	3135	Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto	1	120	
	9707	Ciências do Desporto	L1	Politécnico	3131	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Educação	1	24	
			Universitário	1111	Universidade do Porto - Faculdade de Desporto	1	130		
	9813	Medicina	MI	Universitário	1108	Universidade do Porto - Faculdade de Medicina	1	248	
					1110	Universidade do Porto - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	1	155	
Vila do Conde	9058	Contabilidade e Administração	L1	Politécnico	3133	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	1	57	
	9123	Engenharia Mecânica	L1	Politécnico	3133	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	1	19	
	9870	Contabilidade e Administração (regime pós-laboral)	L1	Politécnico	3133	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	1	30	
Porto Total								12	1331
Santarém	Santarém	9152	Gestão de Empresas	L1	Politécnico	3143	Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém	1	67
	Tomar	9152	Gestão de Empresas	L1	Politécnico	3241	Instituto Politécnico de Tomar - Escola Superior de Gestão de Tomar	1	22
Santarém Total								2	89
Setúbal	Almada	9119	Engenharia Informática	L1	Universitário	903	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia	1	154
	Setúbal	9119	Engenharia Informática	L1	Politécnico	3152	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	1	43
Setúbal Total								2	197
Total								81	7045
Total de matriculados (CNA 2012)									43 495
%									16%

Fonte: Dados da DGES (ficheiro "H" em http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Acesso/Estatisticas/EstudosEstatisticas/cna-dadosfinais-20112012_20122013.htm)



QUESTIONÁRIO

Identificação da IES: _____

Relativamente aos alunos que frequentam e/ou frequentaram essa Instituição de Ensino Superior (IES), informe o seguinte:

1. Existem **estudos** e/ou **indicadores** relacionados com:

- a) retenção (ao nível do curso)?
- b) desistência do curso?
- c) desistência da IES?
- d) abandono do sistema de ensino superior?

S	N	NA

1.1 Em caso afirmativo, proceda à seguinte indicação: objeto do estudo, metodologia, ano letivo a que respeita, data de elaboração, principais conclusões.

1.2 Se estão definidos indicadores, proceda, por cada alínea do ponto anterior, à indicação da(o) respetiva(o):

- a) fórmula de cálculo;
- b) ano letivo a partir do qual estão a ser aplicados.

2. Com base no(s) estudo(s) identificado(s) no ponto anterior, indique os principais **fatores** que conduziram à situação de retenção, desistência e/ou abandono pelos alunos, no ensino superior:

- a) Fatores profissionais?
- b) Fatores de ordem pessoal/saúde?
- c) Fatores de familiares?
- d) Fatores económico-financeiros?
- e) Desinteresse face ao curso?
- f) Dificuldades académicas?
- g) Distância casa/escola?
- h) Fatores institucionais (p.ex. qualidade do ensino e das infraestruturas)?
- i) Outros? Especificar. _____

S	N	NA

3. Estão definidas **estratégias de prevenção e intervenção** institucionais nos casos de:

- a) retenção (ao nível do curso)?
- b) desistência do curso?
- c) desistência da IES?
- d) abandono do sistema de ensino superior?

S	N



4. Quais as **formas de intervenção** adotadas pela IES para reverter situações de risco de retenção, desistência e abandono:

- a) Mais recursos (p.ex. administrativos, humanos, infraestruturas) e meios a dispôr aos estudantes?
- b) Facilidades de horário?
- c) Apoios sociais?
- d) Promoção de atividades não curriculares? (p.ex. por associação de estudantes)
- e) Implementação de disciplinas específicas de promoção do sucesso?
- f) Utilização de estratégias de ensino centradas no aluno?
- g) Dinamização de *workshops* dirigidos a docentes?
- h) Adequação das práticas pedagógicas (p. ex. a trabalhadores estudantes, alunos estrangeiros)?
- i) Outros? Especificar. _____

Retenção	Desistência	Abandono

5. A IES procede ao **controlo/verificação das características dos alunos** que aí estão matriculados/inscritos, nomeadamente:

- a) Sócio - demográficas do estudante e suas famílias (p.ex. língua materna, rendimento familiar)
- b) Percurso académico antes do ingresso no ensino superior
- c) Resultados académicos ao longo do percurso no ensino superior
- d) Motivação para conclusão do curso
- e) Assiduidade
- f) Outras? Especificar. _____

S	N

6. A IES promove **formas de verificação da satisfação dos alunos** face ao curso/instituição de ensino, nomeadamente ao nível de:

- a) Conteúdos e programas educativos/académicos?
- b) Desempenho pedagógico dos docentes?
- c) Ambiente geral de trabalho (não docente)?
- d) Infra - estruturas (espaços/recursos) pedagógicos (p.ex. computadores, bibliotecas, salas de estudo)?
- e) Serviços de apoio/administrativo?
- f) Existência da figura do docente tutor?
- g) Existência da figura de colega-mentor?
- h) Estruturas de apoio especializado (p.ex. apoio psicológico)?
- i) Outras? Especificar. _____

S	N



XXVI - Instituições de Ensino Superior (IES) a quem foram remetidos os questionários

Instituições de Ensino Superior Públicas			
Universitárias	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	
	Universidade Aberta	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	
	Universidade da Beira Interior	Escola Superior de Enfermagem do Porto	
	Universidade da Madeira	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	
	Universidade de Aveiro	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	
	Universidade de Coimbra	Instituto Politécnico da Guarda	
	Universidade de Évora	Instituto Politécnico de Beja	
	Universidade de Lisboa	Instituto Politécnico de Bragança	
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Instituto Politécnico de Castelo Branco	
	Universidade do Algarve	Instituto Politécnico de Coimbra	
	Universidade do Minho	Instituto Politécnico de Leiria	
	Universidade do Porto	Instituto Politécnico de Lisboa	
	Universidade dos Açores	Instituto Politécnico de Portalegre	
	Universidade Nova de Lisboa	Instituto Politécnico de Santarém	
	Militares e Policial	Academia da Força Aérea	Instituto Politécnico de Setúbal
		Academia Militar	Instituto Politécnico de Tomar
Escola do Serviço de Saúde Militar		Instituto Politécnico de Viana do Castelo	
Escola Naval		Instituto Politécnico de Viseu	
Instituto de Estudos Superiores Militares		Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna		Instituto Politécnico do Porto	

XXVII - IES agrupadas por tipo de informação remetida

Entidades que apresentam estudo e/ou indicadores (18)

Entidades que apresentaram estudos (4)

Universidade de Lisboa
Instituto Politécnico do Porto
Instituto Politécnico da Guarda
Instituto Politécnico de Santarém

Entidades que apresentaram indicadores (14)

Academia da Força Aérea
Escola Superior de Enfermagem do Porto
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
Instituto Politécnico de Bragança
Instituto Politécnico de Leiria
Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Politécnico de Viseu
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Instituto Universitário de Lisboa
Universidade de Aveiro
Universidade da Beira Interior
Universidade do Algarve
Universidade de Évora
Universidade Nova de Lisboa



Entidades que apresentam conclusões do estudo e indicadores (10)

Escola Naval
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique
Instituto Politécnico de Beja
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave
Instituto Politécnico de Portalegre
Instituto Politécnico de Setúbal
Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Universidade do Minho
Universidade do Porto

Entidades que apresentam conclusões do estudo (4)

Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
Universidade Coimbra
Academia Militar
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Entidades que não têm estudo e/ou indicadores (8)

Escola do Serviço de Saúde Militar
Instituto de Estudos Superiores Militares
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Politécnico de Tomar
Universidade dos Açores
Universidade da Madeira
Universidade Aberta

XXVIII - Principais conclusões dos estudos realizados pelas IES referentes ao abandono e desistência

<i>IES</i>	<i>Principais conclusões/ causas de abandono e desistência referidas nos estudos</i>
Escola Naval	<ul style="list-style-type: none">✦ Dificuldades de adaptação,✦ Dificuldades académicas,✦ Inexistência de vocação militar,✦ Quebra de expectativas/motivação,✦ Insatisfação com o ciclo de estudos lecionado,✦ Questões familiares e✦ Insucesso académico.
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	<ul style="list-style-type: none">✦ Não identificação dos alunos com o curso de Enfermagem e✦ Fatores económico-sociais.
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	<p>Não foram apresentadas as causas do abandono/desistência, mas foi concluído que:</p> <ul style="list-style-type: none">✦ O número de desistências não é elevado (inferior a 5% do número de alunos);✦ O número de retenções é elevado – média 48% nos cursos de licenciatura;✦ No mestrado, são poucos os alunos que concluem o 2.º ano (dissertação).
Instituto Politécnico de Beja	<p>São apresentadas as metodologias e os objetivos de cada um dos 4 estudos realizados não sendo, contudo, apresentadas as conclusões dos mesmos.</p>



IES	Principais conclusões/ causas de abandono e desistência referidas nos estudos
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	<ul style="list-style-type: none">✦ Incompatibilidade com a vida profissional,✦ Motivos pessoais,✦ Dificuldades financeiras e✦ Dificuldade em acompanhar as matérias/assuntos.
Instituto Politécnico de Portalegre	Não foram apresentadas as causas, mas concluíram que, no ano letivo 2011/2012: <ul style="list-style-type: none">✦ A taxa de sucesso escolar global média foi de 62%.✦ A taxa de sucesso da Escola Superior de Educação foi de 75% (1.º ciclo 72%; 2.º ciclo 90%);✦ A taxa de sucesso da Escola Superior de Tecnologia e Gestão foi de 47% (1.º ciclo 48%; 2.º ciclo 25%)✦ A taxa de sucesso da Escola Superior Agrária foi de 60% (1.º ciclo 62%; 2.º ciclo 0%);✦ A taxa de sucesso da Escola Superior de Saúde é de 69% (1.º ciclo 95%; 2.º ciclo 23%).
Instituto Politécnico de Setúbal	Como principais causas são referidas: <ul style="list-style-type: none">✦ Dificuldades económicas,✦ Dificuldades de conciliação com a vida profissional, quer pela exigência da atividade profissional, quer pela incompatibilidade de horários;✦ Desinteresse face ao curso e✦ Problemas pessoais/de saúde. Foi ainda concluído que: <ul style="list-style-type: none">✦ As Escolas de Tecnologia são as que apresentam índices mais elevados de insucesso, bem como as maiores taxas de reprovação;✦ Por área científica, é possível verificar que cerca de 60% do total de reprovações em unidades curriculares de todas as Escolas IPS (com exceção da Escola Superior de Saúde), se encontram nos agrupamentos das áreas científicas das Engenharias (32%) e dos Métodos Quantitativos (28%).
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	<ul style="list-style-type: none">✦ Dificuldades financeiras,✦ Dificuldades pessoais e de saúde,✦ Dificuldades familiares e✦ Défice de competências de aprendizagem decorrentes do percurso escolar prévio ao Ensino Superior
Universidade do Minho	<ul style="list-style-type: none">✦ Dificuldade em conciliar horários face a emprego conseguido ou a novas responsabilidades familiares,✦ Distância entre a Universidade e casa/emprego,✦ Não conciliação de horários dos transportes públicos com os horários das aulas,✦ Desinteresse dos alunos face ao curso.
Universidade do Porto	Abandono: <ul style="list-style-type: none">✦ Incide sobretudo no 1.º ano. Nos anos seguintes, reduz significativamente o abandono,✦ Os estudantes com bolsa de estudo atribuída abandonam menos do que os que se candidataram e não a obtiveram. Retenção: <ul style="list-style-type: none">✦ Incide sobretudo no 1.º ano,✦ Os estudantes provenientes das escolas públicas tiveram, em média, melhores resultados dos que os que vêm de escolas privadas,✦ A nota de acesso não reflete as qualidades e capacidades que os estudantes apresentam enquanto estudantes da UP: muitos estudantes talentosos que viriam a ter um ótimo desempenho no futuro podem ter ficado de fora da UP por não terem conseguido a classificação de acesso mínima ao ciclo de estudos pretendido.
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra ⁽¹⁾	As desistências do curso de licenciatura em enfermagem resultaram essencialmente (ano letivo 2012/13_82 alunos) de: <ul style="list-style-type: none">✦ Não renovação da inscrição ou por razões pessoais (66);✦ Recolocações na 2.ª fase (15) e 3.ª fase (1) do CNA. Considerando todos os ciclos de estudos, as “anulações de matrículas e inscrições” resultam, designadamente, de:



IES	<i>Principais conclusões/ causas de abandono e desistência referidas nos estudos</i>
	<ul style="list-style-type: none">✦ Não renovação da inscrição;✦ Motivos profissionais;✦ Curso inadequado/ida para outro curso ou escola;✦ Motivos económicos;✦ Outros motivos. <p>O sucesso escolar (percentagem de conclusão no tempo mínimo previsto) em cursos de licenciatura, mestrados, pós licenciaturas e pós-graduação, ascendem a 87,46%, 61,95%, 88% e 100% respetivamente.</p>
Universidade Coimbra	<p>Como principais causas são referidas:</p> <ul style="list-style-type: none">✦ Falta de interesse pelo curso/ciclo de estudos,✦ Dificuldades económicas✦ Incompatibilidade com a atividade profissional. <p>Foi ainda concluído que:</p> <ul style="list-style-type: none">✦ Idade média dos estudantes que desistem = 26,2 anos;✦ Maior percentagem de desistências na Faculdade de Letras;✦ Maior percentagem de desistências nos cursos de 1.º ciclo;✦ 44,8% dos estudantes que desistiram tiveram de mudar de residência para frequentar o curso;✦ dos respondentes que desistiram da frequência do curso, 73,3% tinham-no escolhido em 1.ª ou 2.ª opção.
Academia Militar	<ul style="list-style-type: none">✦ Dificuldades de adaptação ao regime de internato, no primeiro ano de frequência,✦ Dificuldades de adaptação ao ritmo, rotinas e métodos de estudo vigentes, bem como na gestão do tempo disponível, associadas às especificidades do ensino superior público universitário militar.✦ Fragilidade na formação prévia dos alunos (ensino secundário), que condicionam o rendimento escolar, essencialmente no âmbito das unidades curriculares das áreas das ciências exatas e naturais (nomeadamente ao nível da matemática), as quais estão na origem de situações de retenção e de exclusão verificadas, sobretudo nos primeiros anos.
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	<ul style="list-style-type: none">✦ O abandono escolar atinge, sobretudo, os alunos recém-chegados à UTAD (81.1% dos que abandonaram fizeram-no no primeiro ano do curso)✦ Licenciatura não correspondeu às expectativas,✦ Dificuldades económicas,✦ Adaptação à cidade e à vida académica,✦ Conciliação com a vida profissional,✦ Questões pessoais não explicitadas,✦ Frequência de curso de especialização tecnológica,✦ Problemas de saúde,✦ Opção pela carreira militar,✦ Desinteresse pelo prosseguimento de estudos,✦ Incompatibilidade de horário.

(1) Informação obtida em resposta (ficheiro "Dados dos Estudos referentes às anulações de matrículas e inscrições nos últimos 10 anos").



XXIX - Principais notas extraídas da análise aos estudos remetidos pelas IES

IES	Principais notas extraídas da análise aos estudos remetidos pelas IES
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL)	<ul style="list-style-type: none">✦ O estudo em apreço é datado de 25.11.2013 e intitulado “<i>Estudo e análise de inscrição nos cursos de licenciatura, mestrado integrado e mestrados não integrados</i>”, respeita aos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014, e, apesar de ter tido como principal objetivo “(...) <i>averiguar a taxa de abandono escolar (...)</i>”, constatou-se que naquele documento apenas consta o número dos estudantes inscritos nos vários cursos e em cada ano de lecionação, não apresentando, contudo, as suas conclusões, nem identificando o número de retenções, desistências e abandonos, ocorridos naquela IES.✦ No entanto, a FAUL, no questionário que remeteu, alega que para o apuramento do indicador de retenção foi tido em consideração o “(...) <i>apuramento do número de alunos que entram e saem e através do apuramento do tempo que os alunos levam a terminar o curso.</i>”, e que, no tocante à desistência do curso e do IES “<i>É possível verificar o número de alunos que desistiram do curso e da IES uma vez que têm de apresentar e justificar o pedido ou não se inscrevem há mais de um ano.</i>” Mais esclareceu que “<i>É possível extrair os dados do sistema informático mas não existem estudos de qualidade pelo facto do gabinete não estar a funcionar devido à falta de pessoal.</i>”
Instituto Politécnico da Guarda	<ul style="list-style-type: none">✦ O estudo apresentado pelo Instituto Politécnico da Guarda consiste num “<i>Relatório relativo à assiduidade e in (sucesso) nas aprendizagens dos ciclos formativos do IPG</i>”, de Abril de 2013, no qual são apresentadas as principais razões que contribuem para a falta de assiduidade dos alunos e respetivas implicações nos processos de ensino, estruturando as respostas mediante “(...) <i>os aspetos de falta de assiduidade em torno dos alunos, dos professores e das condições organizacionais.</i>” (cfr. pág. 22 do Relatório).
Instituto Politécnico do Porto	<ul style="list-style-type: none">✦ Relativamente ao documento apresentado pelo Instituto Politécnico do Porto, trata-se de um Estudo de caso, realizado pelo Gabinete de Planeamento, Projetos e Desenvolvimento, em Março de 2014, referente ao ano letivo 2012/2013. O principal objetivo foi tentar identificar os motivos que estiveram na base do abandono escolar por parte dos estudantes do IPP, tendo-se constatado que as principais causas de abandono são de âmbito pessoal do estudante, de natureza vocacional e de aspetos pedagógicos.
Instituto Politécnico de Santarém	<ul style="list-style-type: none">✦ O Instituto Politécnico de Santarém, através da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, remeteu um estudo sobre o abandono escolar, referente ao ano letivo 2013/2014¹⁷⁷, cujas principais conclusões revelam que os estudantes “(...) <i>interromperam os seus estudos sobretudo por dificuldades financeiras (pagamento de propinas e despesas inerentes à frequência das aulas, mas também por dificuldade de conciliar (ao nível dos horários) as aulas com a sua atividade profissional.</i>” Conclui, assim, que é “(...) <i>ao nível do apoio financeiro, da maior disponibilização e flexibilidade dos horários e do reforço da vertente pós-laboral que se encontram as solicitações de ajuda destes estudantes, pelo que é nessas vertentes que o IPS deverá apostar, se os quiser fazer regressar aos seus cursos.</i>”

¹⁷⁷ Embora o ano letivo em análise, para efeitos do presente relatório/estudo, seja 2012/2013, foi tido em linha de conta o estudo remetido pela entidade.



XXX - Indicadores das IES (retenção, desistência do curso, da IES e abandono)

Entidades	Retenção	Desistência do Curso	Desistência da IES	Abandono	Ano inicial
Academia Força Aérea	Tx. retenção = N.º de retidos/ N.º total de alunos	Tx. desistência = N.º de desistências/ N.º total de alunos	Tx. desistência = N.º de desistências/ N.º total de alunos	-	1982
Escola Naval	Tx. retenção = N.º alunos que não foram aprovados/N.º alunos que iniciaram o ano	(apresentam conclusões do Estudo)	-	-	1963
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	N.º total alunos aprovados na UC/ N.º total alunos inscritos na UC	N.º total alunos no ano letivo de referência/ N.º total de anulações de matrícula	N.º total alunos no ano letivo de referência/ N.º total de anulações de matrícula	-	2012/2013
Escola Superior de Enfermagem do Porto	Sucesso relativo de aprendizagem = alunos aprovados/ alunos avaliados; Sucesso absoluto de aprendizagem = alunos aprovados /alunos inscritos	Abandono das UC = estudantes avaliados /estudantes inscritos	N.º total de alunos com estado de matrícula: "Caducidade-outro"; "anulada" e "Cancelada"	-	2011/2012
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	Tx. retenção = N.º alunos reprovados/N.º total de alunos	Tx. Desistência = N.º de desistências /N.º total de alunos	Tx. Desistência = N.º de desistências /N.º total de alunos	Tx. Desistência = N.º de desistências /N.º total de alunos	2012/2013
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	Alunos que estão inscritos em 2012/2013 no mesmo ano que estavam em 2011/2012	(apresentam conclusões do Estudo)	(apresentam conclusões do Estudo)	-	2011/2012
Instituto Politécnico de Beja	Indicador de sucesso = N.º de estudantes diplomados /n.º de estudantes entrados pela 1.ª vez nesse ciclo n anos antes, sendo n o n.º de anos de estudo requeridos para completar o referido ciclo	" Abandono " = 1-P, sendo: $P = [M(n)-Ig(n)] / [M(n-1)-D(n-1)]$ M(n) = matrículas num certo ano M (n-1) = matrículas do ano anterior a n D (n-1) = Diplomados do ano anterior Ig (n) = Ingressos pela 1.ª vez (ano n)	" Abandono " = 1-P, sendo: $P = [M(n)-Ig(n)] / [M(n-1)-D(n-1)]$ M(n) = matrículas num certo ano M (n-1) = matrículas do ano anterior a n D (n-1) = Diplomados do ano anterior Ig (n) = Ingressos pela 1.ª vez (ano n)	-	2008/2009
Instituto Politécnico de Bragança	(Alunos inscritos no curso x, no ano letivo z \cap alunos inscritos no curso x, no ano letivo z+1)/ Alunos inscritos no curso x, no ano letivo z	[(alunos inscritos no curso x, no ano letivo z) - (alunos diplomados no curso x, no ano letivo z) - (alunos inscritos no curso z, no ano letivo z+1)] / (alunos inscritos no curso x, no ano letivo z)	[(alunos inscritos na instituição, no ano letivo z) - (alunos diplomados na instituição, no ano letivo z) - (alunos inscritos na instituição, no ano letivo z+1)] / (alunos inscritos na instituição, no ano letivo z)	-	2006/2007
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	Tx de sucesso = N.º ECTS aprovados no curso/n.º total de ECTS matriculados pelos estudantes Tx de aprovação = N.º de ECTS aprovados /N.º total de ECTS avaliados	Tx abandono escolar = N.º estudantes que ingressaram em (n-3/n-2) e não voltaram a inscrever-se na Instituição/n.º total de estudantes que ingressaram em (n-3/n-2)	Tx abandono escolar = N.º estudantes que ingressaram em (n-3/n-2) e não voltaram a inscrever-se na Instituição/n.º total de estudantes que ingressaram em (n-3/n-2)	-	2012/2013
Instituto Politécnico de Leiria	(n.d)	(n.d)	(n.d)	N.º estudantes identificados como abandono/ N.º total de estudantes inscritos	2011/2012



Tribunal de Contas

Ria Cruz

Entidades	Retenção	Desistência do Curso	Desistência da IES	Abandono	Ano inicial
Instituto Politécnico de Lisboa	<p>Taxa de sucesso da UC = número alunos com avaliação positiva na UC/ número alunos inscritos na UC</p> <p>Taxa de conclusão do curso = número alunos que se graduaram/ número de alunos que estiveram entraram x anos antes, em que x é n.º de anos de duração do curso</p>	<p>Índice de desistência = N.º alunos que estiveram matriculados no ano anterior e não estão matriculados no ano letivo corrente, excluindo os que concluíram os seus cursos / N.º alunos que estiveram matriculados no ano anterior</p>	<p>Índice de desistência = N.º alunos que estiveram matriculados no ano anterior e não estão matriculados no ano letivo corrente, excluindo os que concluíram os seus cursos / N.º alunos que estiveram matriculados no ano anterior</p>	-	2012/2013
Instituto Politécnico de Portalegre	N.º de diplomados que concluiu o ciclo de estudos em N anos; em N+1 anos; em N+2 anos e em mais de N+2 anos	(n.d)	(n.d)	(n.d)	2011/2012
Instituto Politécnico de Setúbal	<p>Taxa de retenção no 1º ano (TR1A): TR1A = (Total Inscritos 1º Ano n+1/n+2 - Novos Estudantes 1º ano n+1/n+2) / (Estudantes Inscritos 1º ano n/n+1)</p> <p>Avaliação do sucesso académico: N.º de Avaliados/N.º de inscritos (%); N.º de Aprovados/ N.º de Inscritos (%); N.º de Aprovados/ N.º de Avaliados (%)</p>	(n.d)	(n.d)	<p>Número total de abandonos: NTA = (Estudantes Inscritos n/n+1 - Graduados n/n+1) - (Estudantes Inscritos n+1/n+2 - Novos Estudantes n+1/n+2) - medido ao nível dos cursos, das escolas e do IPS</p> <p>Taxa de abandono escolar: TAE = (Número Total de Abandonos) / (Estudantes Inscritos n/n+1)</p>	2007/2008
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	<p>taxa de insucesso escolar = (Número de diplomado em n anos) x 100 / (Número de alunos 1.º ano 1.ª vez em n anos de duração do ciclo de estudos);</p> <p>Taxa de retenção por unidade curricular (UC) e por curso = (Número de alunos que aprovaram UC) x 100 / (Número de alunos que reprovaram UC)</p>	<p>Abandono Escola = (Número de inscritos no ano n-1) - (Número de diplomados no ano n) - (Número de alunos que renovaram matrícula no ano n) x 100 / (Número total de alunos inscritos no ano n)</p>	<p>Abandono Escola = (Número de inscritos no ano n-1) - (Número de diplomados no ano n) - (Número de alunos que renovaram matrícula no ano n) x 100 / (Número total de alunos inscritos no ano n)</p>	<p>Abandono Escola = (Número de inscritos no ano n-1) - (Número de diplomados no ano n) - (Número de alunos que renovaram matrícula no ano n) x 100 / (Número total de alunos inscritos no ano n)</p>	2009/2010
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	N.º de retenções/Total de alunos no curso	N.º de desistências/ Total de alunos no curso	N.º de desistências/ Total de alunos na IES	-	1994/1995
Instituto Universitário de Lisboa	[(nº de alunos com menos de X* ECTS concluídos)/(nº de alunos do curso)]	[(nº de alunos do curso registados com "desistência" no Fénix)/(nº de alunos do curso)]	[(nº de alunos do curso registados com "Anulado" no Fénix)/(nº de alunos do ISCTE-IUL)]	-	2009/2010
Universidade de Aveiro	Tempo médio para a conclusão do curso = (soma do número de anos para a conclusão do curso de todos os estudantes diplomados)/(número de diplomados). Sendo que o	Abandono ao curso (ano letivo N/N+1) = Abandono à instituição (ano letivo N/N+1) + Anulações ao curso (ano letivo N/N+1) Anulações ao curso	Abandono à instituição (ano letivo N/N+1) = Desistências (ano letivo N/N+1) + Anulações à instituição (ano letivo N/N+1)	<i>Este indicador é apresentado apenas para os cursos que tiveram alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, no ano letivo 2011/12 (excluindo os alunos inscritos em</i>	2006/2007



Tribunal de Contas

Ria Cruz

<i>Entidades</i>	<i>Retenção</i>	<i>Desistência do Curso</i>	<i>Desistência da IES</i>	<i>Abandono</i>	<i>Ano inicial</i>
	n.º de anos para a conclusão do curso = n.º de inscrições do estudante Taxa de sobreduração dos cursos [(número médio de anos para conclusão do curso/número de anos de duração do curso)-1]*100	(ano letivo N/N+1) Do total de estudantes que anularam a sua matrícula no ano letivo N/N+1 (Anulações do ano letivo N/N+1), n.º de estudantes que se matricularam e inscreveram em outro curso no mesmo ano letivo.		<i>programas de mobilidade internacional).</i>	
Universidade da Beira Interior	-	-	N.º alunos matriculados em cada ano – alunos que terminaram o curso – alunos que pediram transferência no ano anterior	-	2008/2009
Universidade do Algarve	Retenção: Distribuição dos diplomados pelo número de anos necessários para conclusão do curso	Desistências: Rácios com o número de inscritos 1.º ano/1.ª vez no denominador	Desistências: Rácios com o número de inscritos 1.º ano/1.ª vez no denominador	-	2006/2007
Universidade do Minho	Tx de sucesso escolar = % de alunos que transitou de ano, por curso e ano curricular, por área de conhecimento e total para a UMinho. Tempo médio de conclusão do curso = N.º médio de anos que os graduados, em cada ano académico, levaram a concluir o curso	Tx de abandono = N.º alunos que deixaram de estar inscritos no ano letivo em análise/ total de estudantes inscritos no ano letivo anterior.	Tx de abandono = N.º alunos que deixaram de estar inscritos no ano letivo em análise/ total de estudantes inscritos no ano letivo anterior.	-	n.d.
Universidade do Porto	Proporção de inscritos no ano n com n inscrições (n representa o ano do curso e o n.º de inscrições) Proporção de diplomados com n inscrições (n é o n.º de anos de duração normal do ciclo de estudos); Proporção de estudantes inscritos que realizaram (um e três anos após a admissão), nos seguintes intervalos: <25%, entre 25 e 50%, entre 50 e 75% e superior a 75% dos ECTS esperados	Recandidatura: Proporção de estudantes com vias de saída (abandono e recandidatura), recolocação e mudança de curso Abandono = Proporção de estudantes com estado de estudante não inscrito, interrompido, suspenso, anulação de matrícula e anulação de inscrição.	Recandidatura: Proporção de estudantes com vias de saída (abandono e recandidatura), recolocação e mudança de curso Abandono = Proporção de estudantes com estado de estudante não inscrito, interrompido, suspenso, anulação de matrícula e anulação de inscrição.	-	2006/2007
Universidade de Évora	N.º de diplomados/N.º de inscrições para conclusão do curso	(N.º inscritos ano anterior-Diplomados no ano anterior + Diplomados no ano + n.º de alunos que permaneceram inscritos	(N.º inscritos ano anterior-Diplomados no ano anterior + Diplomados no ano + n.º de alunos que permaneceram inscritos	-	2004/2005
Universidade Nova de Lisboa	(n.d)	N.º de desistências/N.º de alunos inscritos) x 100	(n.d)		(n.d)



XXXI - Evolução da taxa de desemprego no Ensino Superior

Anos	Desempregados que concluíram o curso... (IEFP)						Total	Diplomados (DGEEC)			Taxa de Desemprego (%)
	Primeiro emprego			Novo emprego				2007/2008 a 2009/2010	2008/09 a 2010/11	2009/10 a 2011/12	
	< 6 meses	6 a <12 meses	≥12 meses	< 6 meses	6 a <12 meses	≥12 meses					
...entre 2008 e 2011 (em dez. 2011)	7 432	1 282	2 405	8 335	1 830	2 108	23 392	191 192			12,2%
...entre 2009 e 2012 (em dez. 2012)	9 594	2 433	2 774	8 811	3 157	3 558	30 327		190 534		15,9%
...entre 2010 e 2013 (em dez. 2013)	11 470	2 583	3 676	8 322	2 718	4 154	32 923			198 065	16,6%

Fonte: Dados da DGEEC (Quadros 9.1.3)

Notas da DGEEC:

- Aos diplomados pelos estabelecimentos de ensino superior foram retirados os valores dos cursos de especialização tecnológico e especializações.
- Foram considerados válidos 92,2% (em dez. 2012) e 90,9% (em dez. 2013) dos registos com par estabelecimento/curso fornecidos pelo IEFP.
- Só foram considerados os diplomados cujo par estabelecimento/curso tenham tido registo de desempregados com par estabelecimento/curso válido.
- Os desempregados que concluíram a sua habilitação superior em 2011/12, cujo par estabelecimento/curso foi considerado válido, estão incluídos, embora a informação acerca dos diplomados nesse par estabelecimento/curso não esteja disponível para esses anos letivos.

XXXII - Taxa de desemprego registado por estabelecimento de ensino a 31/12/2012 - TOP (Ensino Público)

Continente - dezembro de 2012

Código	IES /Unidade orgânica	Diplomados de 2008/09 a 2010/11 (1)	Desempregados que concluíram o curso entre 2009 e 2012 (2)	Taxa de desemprego (2)/(1)	
0901	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Médicas	664	3	0,5%	TOP 10 + Menor taxa de desemprego registado por estabelecimento de ensino
1108	Universidade do Porto - Faculdade de Medicina	608	6	1,0%	
7510	Academia Militar	96	1	1,0%	
0808	Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico (Taguspark)	502	6	1,2%	
3114	Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Música	134	2	1,5%	
0904	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Economia	1457	26	1,8%	
7091	Universidade dos Açores - Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada	107	2	1,9%	
1300	Universidade da Madeira	660	13	2,0%	
0910	Universidade Nova de Lisboa - Instituto de Tecnologia Química e Biológica	94	2	2,1%	
0130	Universidade dos Açores - Ponta Delgada	598	15	2,5%	
7015	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Saúde de Bragança	528	209	39,6%	TOP 10 - Maior taxa de desemprego registado por estabelecimento de ensino
3121	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Educação	415	168	40,5%	
3165	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço	17	7	41,2%	
7040	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Saúde da Guarda	160	67	41,9%	
1204	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências da Vida e do Ambiente	319	140	43,9%	
3138	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	264	117	44,3%	
3032	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave - Escola Superior de Tecnologia	283	127	44,9%	
1203	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências e Tecnologia	160	81	50,6%	
1202	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Humanas e Sociais	324	190	58,6%	
1205	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Escola de Ciências Humanas e Sociais (Chaves)	50	30	60,0%	

Fonte: Dados da DGEEC - Quadro 9.1.3 (Desempregados registados com habilitação superior concluída entre 2009 e 2012 e par estabelecimento/curso válido e diplomados nos anos letivos 2008/09 a 2010/11) do ficheiro "Desemprego_Dez20121"



Rita Cruz

XXXIII - Taxa de desemprego registado por IES a 31/12/2015 - TOP (Ensino Público)

IES		Cursos Ministrados	Diplomados 2010/11_2013/14	Diplomados desempregados registados 31/12/2015	Taxa de Desemprego	
7002	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	1	1.141	12	1,1%	TOP 10 + Menor taxa de desemprego
7001	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	1	1.185	31	2,6%	
7003	Escola Superior de Enfermagem do Porto	1	934	34	3,6%	
7105	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	5	354	14	4,0%	
0900	Universidade Nova de Lisboa	35	7.947	316	4,0%	
1400	Universidade Aberta	8	1.985	88	4,4%	
7110	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	9	2.282	117	5,1%	
3110	Instituto Politécnico de Lisboa	35	9.045	473	5,2%	
6800	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	19	3.940	233	5,9%	
1500	Universidade de Lisboa	97	21.814	1.348	6,2%	
3150	Instituto Politécnico de Setúbal	24	4.069	257	6,3%	
0500	Universidade de Coimbra	41	9.916	763	7,7%	
0300	Universidade de Aveiro	47	6.732	542	8,1%	
1100	Universidade do Porto	50	14.236	1.151	8,1%	
0200	Universidade do Algarve	41	4.821	413	8,6%	
0400	Universidade da Beira Interior	24	3.370	295	8,8%	
0600	Universidade de Évora	29	2.946	267	9,1%	
3100	Instituto Politécnico de Leiria	48	9.127	852	9,3%	
3060	Instituto Politécnico de Coimbra	46	7.489	707	9,4%	
3020	Instituto Politécnico de Beja	15	1.882	184	9,8%	
3120	Instituto Politécnico de Portalegre	16	1.843	181	9,8%	
3140	Instituto Politécnico de Santarém	20	2.424	248	10,2%	
3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	23	2.439	254	10,4%	
3130	Instituto Politécnico do Porto	62	13.142	1.371	10,4%	
3090	Instituto Politécnico da Guarda	18	1.702	182	10,7%	
3240	Instituto Politécnico de Tomar	13	1.278	140	11,0%	
3160	Instituto Politécnico de Viana do Castelo	24	2.916	349	12,0%	
3180	Instituto Politécnico de Viseu	27	4.080	492	12,1%	
1000	Universidade do Minho	49	8.281	1.052	12,7%	
3040	Instituto Politécnico de Bragança	35	3.944	522	13,2%	
3030	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	19	2.992	429	14,3%	
1200	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	29	3.536	510	14,4%	
Total Geral		911	163.792	13.827	8,4%	

Fonte: Dados do Portal InfoCursos (<http://infocursos.mec.pt>)

Nota: Não inclui ensino militar e policial. Os dados são referentes apenas a IES do Continente e a cursos de Licenciatura 1.º ciclo (L) e de Mestrado Integrado (MI)

XXXIV - Taxa nula de desemprego registado por IES a 31/12/2015 - Ensino Público

Id.	Código IES	IES	Código UO	Unidade Orgânica	Código Curso	Curso	Tipo de Ensino	Grau	N.º Diplomados por Curso (2010/11 a 2013/14) [1]	N.º Diplomados Desempregados (IEFP) a 31/12/2015 [2]	Taxa de Desemprego Registado por Curso (%)
1	0200	Universidade do Algarve	0201	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	9204	Línguas, Literaturas e Culturas	Universitário	Licenciatura	38	0	0
2	0300	Universidade de Aveiro	0300	Universidade de Aveiro	9219	Psicologia	Universitário	Licenciatura	135	0	0
3	0300	Universidade de Aveiro	0300	Universidade de Aveiro	9351	Ciências Biomédicas	Universitário	Licenciatura	134	0	0
4	0400	Universidade da Beira Interior	0400	Universidade da Beira Interior	9813	Medicina	Universitário	MestradoInt	371	0	0
5	0500	Universidade de Coimbra	0504	Faculdade de Farmácia	9832	Farmácia Biomédica	Universitário	Licenciatura	56	0	0
6	0500	Universidade de Coimbra	0506	Faculdade de Medicina	9813	Medicina	Universitário	MestradoInt	1064	0	0
7	0900	Universidade Nova de Lisboa	0901	Faculdade de Ciências Médicas	9813	Medicina	Universitário	MestradoInt	863	0	0
8	0900	Universidade Nova de Lisboa	0903	Faculdade de Ciências e Tecnologia	9209	Matemática	Universitário	Licenciatura	47	0	0
9	1000	Universidade do Minho	1000	Universidade do Minho	9813	Medicina	Universitário	MestradoInt	301	0	0
10	1100	Universidade do Porto	1103	Faculdade de Ciências	9696	Ciência de Computadores	Universitário	Licenciatura	70	0	0
11	1100	Universidade do Porto	1108	Faculdade de Medicina	9813	Medicina	Universitário	MestradoInt	959	0	0
12	1100	Universidade do Porto	1110	Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	9813	Medicina	Universitário	MestradoInt	673	0	0
13	1400	Universidade Aberta	1400	Universidade Aberta	9192	Línguas Aplicadas	Universitário	Licenciatura	41	0	0
14	1500	Universidade de Lisboa	1503	Faculdade de Ciências	9209	Matemática	Universitário	Licenciatura	48	0	0
15	1500	Universidade de Lisboa	1517	Instituto Superior de Economia e Gestão	9210	Matemática Aplicada à Economia e à Gestão	Universitário	Licenciatura	92	0	0
16	1500	Universidade de Lisboa	1518	Instituto Superior Técnico (Alameda)	9345	Matemática Aplicada e Computação	Universitário	Licenciatura	75	0	0
17	1500	Universidade de Lisboa	1518	Instituto Superior Técnico (Alameda)	9913	Engenharia Geológica e de Minas	Universitário	Licenciatura	30	0	0
18	3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	3053	Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	9119	Engenharia Informática	Politécnico	Licenciatura	88	0	0
19	3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	3055	Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco	9784	Música, variante de Instrumento	Politécnico	Licenciatura	63	0	0
20	3060	Instituto Politécnico de Coimbra	3061	Escola Superior Agrária de Coimbra	9016	Biotecnologia	Politécnico	Licenciatura	123	0	0
21	3060	Instituto Politécnico de Coimbra	3065	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital	9119	Engenharia Informática	Politécnico	Licenciatura	36	0	0
22	3120	Instituto Politécnico de Portalegre	3122	Escola Superior de Tecnologia e Gestão	9119	Engenharia Informática	Politécnico	Licenciatura	34	0	0
23	3130	Instituto Politécnico do Porto	3131	Escola Superior de Educação	9878	Educação Musical	Politécnico	Licenciatura	46	0	0
24	3140	Instituto Politécnico de Santarém	3143	Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém	9185	Informática	Politécnico	Licenciatura	79	0	0
25	3150	Instituto Politécnico de Setúbal	3155	Escola Superior de Saúde	9500	Enfermagem	Politécnico	Licenciatura	177	0	0
26	3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	7020	Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias	9500	Enfermagem	Politécnico	Licenciatura	184	0	0
27	0200	Universidade do Algarve	7035	Escola Superior de Saúde	9500	Enfermagem	Politécnico	Licenciatura	109	0	0
TOTAL									5936	0	0

Fonte: Dados do Portal Infocursos (<http://www.infocursos.mec.pt>)

Nota: Não inclui ensino militar e policial. Os dados são referentes apenas a IES do Continente e a cursos de Licenciatura 1.º ciclo (L) e de Mestrado Integrado (MI)



Ria Cruz

XXXV - Taxa de desemprego registado por Curso a 31/12/2015 - TOP (Ensino Público)

Código IES	IES	Código UO	Unidade Orgânica	Código Curso	Curso	Tipo de Ensino	Grau	N.º Diplomas por Curso (2010/11 a 2013/14) [1]	N.º Diplomas Desempregados (IEFP) a 31/12/2015 [2]	Taxa de Desemprego Registado por Curso [%] [2]/[1]	TOP 10 + CURSOS com menor taxa de desemprego registado por estabelecimento/curso	TOP 10 - CURSOS com maior taxa de desemprego registado por estabelecimento/curso
1500	Universidade de Lisboa	1507	Faculdade de Medicina	9813	Medicina	Universitario	MI	1372	1	0,1		
3020	Instituto Politécnico de Beja	7005	Escola Superior de Saúde	9500	Enfermagem	Politecnico	L	239	1	0,4		
3110	Instituto Politécnico de Lisboa	3114	Escola Superior de Música	9782	Música, variante de Execução	Politecnico	L	196	1	0,5		
0900	Universidade Nova de Lisboa	0903	Faculdade de Ciências e Tecnologia	9348	Biologia Celular e Molecular	Universitario	L	175	1	0,6		
3130	Instituto Politécnico do Porto	3132	Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo	9784	Música, variante de Instrumento	Politecnico	L	150	1	0,7		
3140	Instituto Politécnico de Santarém	7065	Escola Superior de Saúde de Santarém	9500	Enfermagem	Politecnico	L	250	2	0,8		
0600	Universidade de Évora	7030	Escola Superior de Enfermagem de São João de Deus	9500	Enfermagem	Politecnico	L	222	2	0,9		
0900	Universidade Nova de Lisboa	0904	Faculdade de Economia	9147	Gestão	Universitario	L	702	7	1		
1100	Universidade do Porto	1105	Faculdade de Engenharia	9459	Engenharia Informática e Computação	Universitario	MI	395	4	1		
3130	Instituto Politécnico do Porto	3138	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	9119	Engenharia Informática	Politecnico	L	102	1	1		
3050	Instituto Politécnico de Castelo Branco	3053	Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco	9089	Engenharia Civil	Politecnico	L	75	18	24		
1000	Universidade do Minho	1000	Universidade do Minho	9240	Sociologia	Universitario	L	224	54	24,1		
3180	Instituto Politécnico de Viseu	3181	Escola Superior de Educação de Viseu	9466	Animação Cultural	Politecnico	L	91	22	24,2		
1000	Universidade do Minho	1000	Universidade do Minho	9555	Psicologia	Universitario	MI	313	76	24,3		
1200	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1202	Escola de Ciências Humanas e Sociais	9196	Línguas e Relações Empresariais	Universitario	L	101	25	24,8		
3060	Instituto Politécnico de Coimbra	3062	Escola Superior de Educação de Coimbra	9899	Teatro e Educação	Politecnico	L	32	8	25		
3120	Instituto Politécnico de Portalegre	3122	Escola Superior de Tecnologia e Gestão	9469	Design e Animação Multimédia	Politecnico	L	55	14	25,5		
3040	Instituto Politécnico de Bragança	3041	Escola Superior Agrária de Bragança	9129	Engenharia Zootécnica	Politecnico	L	35	9	25,7		
3040	Instituto Politécnico de Bragança	3042	Escola Superior de Educação de Bragança	9933	Animação e Produção Artística	Politecnico	L	46	12	26,1		
1200	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1202	Escola de Ciências Humanas e Sociais	9803	Teatro e Artes Performativas	Universitario	L	53	16	30,2		

Fonte: Dados do Portal Infocursos in <http://www.infocursos.mec.pt/>

Nota: Não inclui ensino militar e policial. Os dados são referentes apenas a IES do Continente e a cursos de Licenciatura 1.º ciclo (L) e de Mestrado Integrado (MI)

XXXVI - Destaque de conclusões e recomendações de Estudos promovidos pela A3ES¹⁷⁸

“Empregabilidade e Ensino Superior em Portugal”, 2012, pp. 106-108

Recomendações

- *Da análise estatística efetuada resulta, claramente, a importância de se ter informação de qualidade para se poder avaliar adequadamente a empregabilidade dos diplomados do ensino superior. Não obstante os Avanços efetuados nos anos mais recentes - em particular com o reforço dos dados do RAIDES recolhidos pela atual DGEEC/MEC e dos trabalhos efetuados pela mesma entidade em torno da questão do desemprego dos diplomados - ainda subsistem aspetos passíveis de melhoria que permitirão obter resultados de melhor qualidade e orientar melhor as políticas públicas nesta área. Por exemplo, **para poder avaliar as questões da mobilidade e dos percursos dos estudantes, a possibilidade de ter no RAIDES identificadores individuais, ou de tornar obrigatório o preenchimento por parte das instituições da informação retrospectiva sobre os graus anteriores frequentados pelos inscritos, permitiriam reforçar a qualidade das análises efetuadas.***
- *Não obstante o esforço efetuado pela DGEEC/MEC (ex-GPEAR/MCTES) no sentido de se construir um indicador de empregabilidade para cada par estabelecimento-curso, subsistem alguns problemas com este indicador. Assim, esse indicador deverá ser analisado com cautela e a sua utilização para efeitos de decisão sobre a organização da*

¹⁷⁸ Negrito nosso.



oferta de ciclos de estudos - como aconteceu (...) com a fixação do número de vagas para o ano letivo 2012/2013 - deverá ser cuidadosamente ponderada. De facto, o número de desempregados inscritos nos centros de emprego é uma informação administrativa que resulta de uma ação dos indivíduos que decidem inscrever-se, não sendo uma amostra necessariamente representativa da população desempregada. O próprio conceito de desemprego que é utilizado não corresponde ao conceito estatístico utilizado nas estatísticas do desemprego. Por outro lado, a informação nada diz sobre se os que estão empregados o estão em áreas relacionadas com a sua área de educação ou formação. Assim, faz sentido desenvolver um esforço mais global de construção de um indicador de empregabilidade, de forma harmonizada para todas as instituições, que possa constituir uma base credível para decisão de políticas públicas.

- No que se refere à desejada melhoria de desempenho das instituições de ensino superior, parece recomendável uma melhor articulação entre os diversos serviços e gabinetes internos que têm a seu cargo a definição e execução de orientações estratégicas que visam a melhoria da empregabilidade dos seus diplomados. Para além da redução de esforços e custos, essa racionalização de recursos permitirá gerir com maior eficácia a informação disponibilizada pelas instituições de ensino superior nos respetivos websites, bem como uma mais rigorosa avaliação do seu impacto junto dos potenciais destinatários.*
- Com o mesmo propósito, é fundamental dotar as instituições de rotinas internas que permitam monitorizar a empregabilidade dos seus cursos tendo em vista a racionalização da sua oferta, para que ela possa de facto corresponder a necessidades do mercado de trabalho. Neste sentido, é desejável uma maior e mais efetiva colaboração entre as associações de estudantes e de alumni e os serviços de apoio à empregabilidade e empreendedorismo, procurando garantir uma melhoria dos conteúdos informativos e das iniciativas de promoção das oportunidades de emprego para novos diplomados.*
- Uma vez que a componente de autoemprego pode ser uma saída profissional interessante, e uma alternativa a um mercado de emprego por conta de outrem que por vezes se torna de acesso difícil, julgamos imprescindível um maior esforço das instituições de ensino superior na integração de unidades curriculares de empreendedorismo nos seus ciclos de estudo, de forma obrigatória ou supletiva. Ou seja, é aconselhável aumentar a formação interna e a divulgação de iniciativas e de boas práticas, visando o desenvolvimento de competências relacionadas com o empreendedorismo.*
- O fortalecimento das relações entre as instituições de ensino superior e as ordens e associações profissionais é uma exigência que quase dispensa justificação. Através de uma mais intensa articulação institucional será possível proporcionar aos estudantes do ensino superior novas experiências de formação prática em contexto profissional, sobretudo através de uma intensificação da realização de estágios curriculares. A intensificação destas parcerias permitirá que sejam fornecidas não apenas qualificações, mas também competências técnicas e capacidades pessoais para os estudantes enfrentarem melhor os novos desafios do mercado de trabalho. Num contexto marcado pela instabilidade a nível económico e pela incerteza a nível profissional, a exploração destas oportunidades parece corresponder a necessidades sentidas de enriquecimento e diversificação de percursos formativos.*
- A disponibilidade para uma colaboração reforçada entre as instituições do ensino superior e as ordens e associações profissionais - que ficou bem expressa nos testemunhos que recebemos - deverá ser aprofundada sem hesitações. Tal esforço colaborativo poderá repercutir bons efeitos na racionalização e reorganização da oferta de ensino superior, ao nível dos seus vários ciclos, assim como na revisão e atualização curriculares, no sentido da definição e reconhecimento de competências em território nacional e internacional. Desta forma poderá ser concretizado um conjunto de objetivos que sempre se enunciam quando se trata do tema da empregabilidade, em termos individuais, institucionais ou contextuais: pensar numa estratégia de promoção da empregabilidade, hoje, significa refletir sobre uma resposta contínua e atualizada face às necessidades de um mercado de trabalho globalizado, às novas realidades do tecido económico, produtivo e empresarial, e às exigências de qualificações e de competências profissionais que se encontram em constante renovação. Assim se evitará o risco de uma rápida obsolescência dos saberes técnicos e tecnológicos que faz questionar a eficácia de formações académicas muito longas, especializadas e descontextualizadas da prática profissional.*



“Indicadores de Medição da Empregabilidade dos Diplomados no Ensino Superior”, 2014, pp. 23-26¹⁷⁹

5. Recomendações Finais

(...) Esta proposta contempla a aplicação da mesma metodologia de forma transversal para todos os ciclos de estudo e instituições do ensino superior, universitário e politécnico, público e privado. Discutem-se ainda algumas questões de natureza operacional relativamente à implementação da solução proposta.

5.1 Conclusões e Propostas

*O elemento central subjacente às propostas aqui formuladas, que importa ter presente, são as **limitações associadas à utilização dos dados administrativos dos centros de emprego, assim como as dificuldades em obter amostras representativas ao nível de instituição/ciclo de estudos em qualquer outra operação estatística atualmente realizada em Portugal, nomeadamente o Inquérito ao Emprego aplicado periodicamente pelo INE. Igualmente relevante é a dificuldade de cruzamento de informação e de bases diversas, a fim de serem superadas as limitações existentes em cada uma delas, tendo em conta as precauções legítimas em matéria de proteção de dados.***

*À luz destas restrições, considera-se que **para medir a empregabilidade de cada par instituição/ciclo de estudos se deve avançar para a construção de um indicador com base nos resultados obtidos por inquirição direta dos diplomados, através de um questionário a ser administrado de forma centralizada por uma entidade com atributos e competência legal para o efeito.***

*Propõe-se que essa entidade seja a **Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)**.¹⁰ Sugere-se que esta nova operação estatística seja realizada 18 meses depois da conclusão do grau e que dê lugar à criação de um novo registo, o **REDES** - Registo de Empregabilidade dos Diplomados do Ensino Superior, que será a base da informação para o cálculo do indicador de medição da empregabilidade dos diplomados.*

Tomando como ponto de partida as bases de dados obtidas anualmente através do RAIDES (Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior), atualmente lançado pela DGEEC junto das instituições de ensino superior, considera-se que será possível valorizar a informação que já consta dos registos individuais dos alunos diplomados - designadamente toda a informação que se refere à caracterização sociodemográfica dos diplomados e respetivos agregados familiares, evitando duplicações dos pedidos -, e recolher informação sobre a sua condição perante o trabalho e percurso profissional num momento posterior ao da conclusão do grau para medir a empregabilidade desses diplomados.

A possibilidade de administração do questionário REDES pela mesma entidade (DGEEC) garante ainda duas vantagens adicionais: a) a inclusão no inquérito RAIDES de pedido de informação de contacto dos diplomados, tendo em vista a monitorização do seu percurso num horizonte de entre 18 meses a 3 anos após a conclusão do ciclo de estudos; b) o envolvimento ativo no processo das próprias instituições de ensino superior, mobilizadas e incentivadas para uma colaboração na obtenção de dados cuja análise beneficiará o seu desempenho.

O inquérito deverá ter duas componentes:

- Uma componente nuclear, com identificação da condição perante o trabalho, tendo em vista a determinação de um índice de empregabilidade para cada par instituição/ciclo de estudos;*
- Diversas componentes adicionais, que consideram dimensões explicativas dos índices de empregabilidade com vista a aferir a sua relevância.*

Relativamente à medição da empregabilidade, a principal preocupação é contemplar no inquérito uma boa tipologia de condições perante o trabalho, aproximando-as das subjacentes às definições consagradas nas estatísticas oficiais quanto à situação de empregado, desempregado e inativo, que permita controlar aspetos relevantes como, por exemplo, o

¹⁷⁹ Idem.



prosseguimento de estudos ou outras escolhas individuais em termos de carreira, para que a medição da empregabilidade seja efetuada de forma adequada.

De facto, a escolha de prosseguimento de estudos, na mesma área ou noutra, pode resultar da reduzida empregabilidade após a conclusão do ciclo inicial. Por outro lado, considerando que um dos resultados de um estudo efetuado anteriormente pela equipa¹¹ foi o de que existe frequentemente uma sequência sem interrupção entre licenciatura e mestrado desde a entrada em vigor de Bolonha, sem inserção profissional nessa transição de ciclo de estudos, e considerando ainda que esta tendência estará provavelmente a alargar-se ao nível do doutoramento, é necessário que o instrumento de medição da empregabilidade dos diplomados preveja estes 3 ciclos de estudos, avaliando ainda as motivações subjacentes a essas escolhas.

Por outro lado, tendo em conta a possibilidade quer da conclusão do grau em momentos diferentes no tempo, quer da aplicação do inquérito em momentos diferentes, importa ter uma janela de referência transversal para a medição da empregabilidade. Tendo também em conta a forma como a questão sobre a empregabilidade tem sido colocada às instituições quer pela A3ES, quer nos despachos do Ministério da tutela, será adequado considerar um horizonte de 12 meses após a conclusão do grau, não obstante poder o inquérito avaliar as trajetórias noutros horizontes temporais.

Depois, e explorando as potencialidades criadas pela aplicação do inquérito, são consideradas dimensões relevantes adicionais que permitem qualificar melhor a situação de empregabilidade. Tal como referido no ponto 3, questões como o perfil social, a trajetória escolar, as estratégias de acesso ao ensino superior e de inserção no mercado de trabalho, são áreas que podem ser contempladas. A situação conjugal e parentalidade são dimensões relevantes para a análise da empregabilidade, nomeadamente ao nível individual, enquanto potencial fator de resistência/constrangimento em decisões que impliquem mobilidade laboral. Também o conjunto de variáveis relativas à família de origem dos diplomados é relevante na análise da empregabilidade, na medida em que permite localizar o lugar de classe dos diplomados, variável que, tradicionalmente, tem efeitos diferenciados nas trajetórias de inserção profissional dos estudantes.

Para poder aferir as situações de empregabilidade pouco associadas à formação são incluídas questões que avaliam a relação entre o emprego e o ciclo de estudos completado, o que, cruzando com questões relacionadas com a satisfação relativamente ao emprego, pode permitir uma mais correta avaliação das condições de empregabilidade. Em termos de análise da empregabilidade, são ainda consideradas questões relacionadas com o valor social do curso e da instituição, prevendo a sua eventual descoincidência.

Note-se que há a clara perceção de que, para os efeitos que têm estado associados à sua utilização, deve haver a capacidade de produzir um indicador de empregabilidade tão simples quanto possível. Um motivo adicional a justificar essa preferência pela simplicidade, decorre da constatação de que a criação de instrumentos de notação muito pesados a aplicar num inquérito contribuem para taxas de resposta mais baixas.

Mas a empregabilidade é um fenómeno complexo e medidas simples podem resultar em imagens deturpadas. Assim, a consideração de todas ou algumas destas dimensões com influência sobre as condições de empregabilidade tem a vantagem de permitir aplicar aos resultados da inquirição metodologias mais ou menos sofisticadas que permitam medir o real efeito quer da instituição, quer mesmo do par instituição/ciclo de estudos sobre a empregabilidade, contribuindo para um melhor conhecimento sobre o conjunto de fatores que podem influenciar a empregabilidade e cuja responsabilidade não pode ser atribuída à instituição.

Será então possível avaliar de forma mais adequada o contributo de diversas causas potenciais para a situação de empregabilidade dos diplomados, eliminando de uma medida de empregabilidade assente na noção de proporção de diplomados empregados, seja do numerador seja do denominador, elementos que desvirtuam o rigor da aferição da empregabilidade de um dado par instituição/ciclo de estudos.

A tabela seguinte permite visualizar de forma sistemática o conjunto de indicadores e variáveis explicativas a contemplar no inquérito, por forma a cobrir as várias dimensões de análise que permitam calcular um indicador de empregabilidade mais rigoroso.

No Anexo 1 procede-se a uma proposta de questionário que operacionaliza as preocupações suscitadas. É apresentado um



esquema do inquérito, estruturado em 11 módulos, ao qual se segue o formulário de questões de resposta fechada. Trata-se de uma proposta, portanto sujeita a melhorias, e que nesta fase se apresenta deliberadamente em versão maximalista, cobrindo todas as possíveis dimensões de análise. É possível a partir dela estruturar diversas alternativas de inquérito, escolhendo apenas alguns dos módulos em função dos objetivos das análises a efetuar.

Refira-se, finalmente, **que a construção deste questionário teve em atenção exemplos e modelos já praticados e administrados por diversas instituições, recuperando conhecimentos e procedimentos que o interesse de múltiplos protagonistas tem permitido acumular.** A originalidade da proposta que aqui apresentamos reside na sua sistematicidade, na abrangência de dimensões e universo de aplicação, com foco nas temáticas especificamente relacionadas com a empregabilidade.

5.2 Algumas considerações de natureza operacional

Para além das questões de conteúdo há também considerações de natureza operacional que importa ter em conta, pois as mesmas podem condicionar a aplicação da metodologia proposta.

Uma boa base para a operacionalização da metodologia de avaliação da empregabilidade dos cursos é o modelo seguido pelo já extinto Observatório de Diplomados do Ensino Superior (ODES), no Inquérito Piloto aos diplomados do ensino superior realizado em 1999 relativamente aos diplomados de 1993/94 nas áreas de Economia, Gestão, Contabilidade, Engenharia, Educadores de Infância e Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico. No dossier metodológico de Abril de 2000, é descrito com detalhe o modelo analítico do questionário, as questões em torno da definição e delimitação do universo a inquirir, a montagem do processo de inquirição e ainda as questões associadas à aplicação do questionário.

Tendo em vista a operacionalização da metodologia, entre as questões que importa acautelar estão:

- **A criação de condições para a sua aplicação:** dado que é fundamental ter os contactos dos diplomados depois de os mesmos concluírem os graus, o inquérito RAIDES deverá passar a contemplar tão depressa quanto possível a recolha desses contactos. Deve depois ser montada uma plataforma que permita ligar o contacto à instituição e ciclo de estudos. A disponibilidade dessa informação permite ponderar a aplicação do inquérito de forma censitária;
- **A ligação do novo inquérito ao RAIDES:** como referido anteriormente, a possibilidade de ligar a informação do RAIDES ao novo inquérito, evita duplicar a informação solicitada, melhorando as taxas de resposta. Pode ser ponderada a possibilidade de ter informação pré-carregada com possibilidade de alteração por parte do respondente;
- **Desenhar a versão definitiva do questionário:** o modelo proposto em anexo é uma versão maximalista e importa fixar o questionário a aplicar. Pode ponderar-se a aplicação generalizada e regular de uma versão simplificada que contemple fundamentalmente a avaliação das condições perante o trabalho e depois contemplar a inquirição relativa às diversas dimensões explicativas da empregabilidade em subgrupos da população, ou em anos alternativos;
- **A questão do método de aplicação:** um inquérito de âmbito tão alargado deve ser eficiente na forma de aplicação. Dados os desenvolvimentos nas plataformas de aplicação online de inquéritos, é possível ponderar a aplicação online do inquérito conjugando com métodos de insistência baseados em inquéritos telefónicos com ou sem CATI - Computer Assisted Telephone Interview. Para isto é fundamental assegurar o envio de um link a cada respondente que crie a possibilidade de controlo de resposta para permitir as insistências e o completar ou correção de problemas nas respostas dadas. A conjugação das metodologias apresenta a vantagem de reduzir custos criando simultaneamente condições de controlo e correção de erros;
- **O teste da metodologia:** dada a relevância assumida pelos indicadores de empregabilidade em decisões de política pública, importa validar e testar a metodologia antes de fazer dela utilização generalizada. Para isso sugere-se a realização de um inquérito piloto eventualmente centrado numa determinada área de formação mas que cubra diversas instituições de ensino superior para afinar quer o instrumento, quer a medida;
- **Mecanismos de controlo:** associada à questão anterior importa contemplar mecanismos de controlo que permitam mitigar eventuais enviesamentos associados a propensões à resposta diversas dos diplomados em diferentes condições perante o trabalho. Entre os mecanismos de controlo podem ser considerados a aplicação de segundas vagas de inquirição a grupos de controlo por métodos alternativos, ou ainda a análise cuidada dos padrões de resposta que permita detetar eventuais enviesamentos.

Todas estas questões deverão ser contempladas na aplicação das metodologias de medição da empregabilidade dos diplomados no ensino superior em Portugal.

¹⁰ A apresentação desta proposta foi antecedida de uma reunião com os responsáveis da DGEEC, onde se discutiu esta proposta e na qual se informou que a conclusão do presente estudo contemplaria a recomendação de envolvimento direto da DGEEC na administração do questionário aqui proposto. Ressalve-se, todavia, que apesar do bom acolhimento que fizemos das sugestões apresentadas pela DGEEC, a presente proposta apenas responsabiliza os autores deste relatório.

¹¹ Ver Cardoso, JL et al, *Empregabilidade e ensino superior em Portugal*. Lisboa: A3ES readings, 2012.



XXXVII - Docentes (ETI) por Subsistema/Tipo de ensino e Habilitação académica (2012/13 e 2013/14)

Subsistema de ensino	Tipo de ensino	2012/13						2013/2014	Δ 2012/13 - 2013/14
		Doutor	Mestre	Licenciado	Bacharel	Outro	Total		
Público	Universitário ^{a)}	9.934,94	1.091,09	1.260,24	21,92	14,16	12 322	12.012,36	-2,5%
	Politécnico ^{b)}	2.483,68	3.372,52	1.826,51	37,31	51,07	7 771	7.380,29	-5,0%
		12.418,62	4.463,61	3.086,75	59,23	65,23	20 093	19.392,65	-3,5%
Privado	Universitário ^{a)}	2.244,85	1.184,52	782,28	11,57	18,49	4 242	3.775,28	-11,0%
	Politécnico ^{b)}	638,14	801,10	596,43	9,38	15,08	2 060	1.929,83	-6,3%
		2.882,99	1.985,62	1.378,71	20,95	33,57	6 302	5.705,11	-9,5%
TOTAL		15.301,61	6.449,23	4.465,46	80,18	98,80	26 395	25.097,76	-4,9%

Fonte: DGEEC (Adaptado da Tabela 8 dos REBIDES 14)

^{a)} Inclui estabelecimentos não integrados em universidades.

^{b)} Inclui estabelecimentos não integrados em institutos politécnicos, bem como unidades orgânicas de ensino politécnico integradas em universidades.



Rina Cruz

8. CONTRIBUTOS RECEBIDOS DAS ENTIDADES NO ÂMBITO DO CONTRADITÓRIO

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

GABINETE DO MINISTRO

TRIBUNAL DE CONTAS

E 11041/2016
2016/7/22



Exma. Senhora
Auditora-Coordenadora da
Direção-Geral do Tribunal de Contas
Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

Sua referência:	Sua comunicação de:	Entrada n.º / Data	Processo	Número do ofício	Data
		3114	3.2/07.19		
		14-07-2016		00001937	16-07-22

ASSUNTO: ESTUDO SOBRE O ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2012/13

Relativamente ao assunto em epígrafe, gostaria de agradecer a V. Exa. o envio do Relato do Estudo supra identificado, o qual será objeto de análise pelos serviços competentes deste Ministério.

Agradecia ainda que o prazo mencionado fosse prorrogado para 30 de setembro face à altura do ano em que estamos com muitos trabalhos prementes no âmbito da elaboração do Orçamento de Estado para 2017 e do acesso ao Ensino Superior para o próximo ano letivo.

Informo ainda, e tendo em conta uma das propostas constantes no Estudo referido, que os membros do Conselho Coordenador do Ensino Superior (CCES) se encontram já nomeados pelo Despacho n.º 8835-A/2016, do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no Diário da República n.º 130/2016, 1.º Suplemento, série II, de 2016-07-08, e cuja primeira reunião ocorreu no passado dia 11 de julho.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Carolina Rêgo Costa
Dr.ª Carolina Rêgo Costa

Carla do Conselho
Mia Cruz
8/8/2016.

*Fico ao dispor de
propriedades que se
autoriza.*

*A coordenação superior
do seu senhor conselho
28/7/2016*

Estrada das Laranjeiras, 205
1649-018 LISBOA

A Aud. coord

Allyfer

Telefone: 217 231 000

Nas respostas indicar sempre a nossa referência

29/9 -
30/9 - 10.40 ligar às 12
nesta

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

TRIBUNAL DE CONTAS

GABINETE DO MINISTRO

E 14241/2016
2016/10/3

Exma. Senhora
Auditora-Coordenadora da
Direção-Geral do Tribunal de Contas
Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

Sua referência: Sua comunicação de: Entrada n.º / Data Processo Número do ofício Data

	3114	3.2/06.134		
	14-07-2016		00002548	16-09-30

ASSUNTO: ESTUDO SOBRE O ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2012/2013

Sobre o Relato do Estudo supra identificado, que mais uma vez agradecemos, e após a sua leitura atenta, verificamos que sistematiza um conjunto de informação estatística referente ao ano letivo em análise, 2012/13, a qual foi disponibilizada, maioritariamente, pelos diferentes serviços no âmbito do MCTES, sendo a mesma objeto de análise por parte desse Tribunal, o qual propõe, igualmente, medidas para serem adotadas pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pela Diretora Geral da DGEEC e pelo Diretor Geral da DGES quer ainda pelos reitores e presidentes das Instituições de Ensino Superior Públicas.

De referir que a informação estatística que consta no Estudo, por estar demarcada temporalmente, apresenta o problema de, quando tornada pública, poder estar desatualizada, tal é a dinâmica das matérias abordadas, designadamente, as relacionadas com instituições, cursos existentes e procura de ensino superior.

No que se refere às propostas, importa referir que a primeira: “*Diligenciar no sentido de serem designados os membros do Conselho Coordenador do Ensino Superior*” se encontra desatualizada, dados que os membros do referido Conselho já se encontrarem nomeados pelo Despacho nº 8835-A/2016, de 8 de Julho, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e cuja primeira reunião ocorreu no passado dia 11 de julho, como referimos em anterior comunicação.

Estrada das Laranjeiras, 205
1649-018 LISBOA



Telefone: 217 231 000

Nas respostas indicar sempre a nossa referência

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
GABINETE DO MINISTRO

Considera-se ainda que uma análise sobre a procura e oferta no Ensino Superior Público efetuada somente com base no Concurso Nacional de Acesso (ponto 3.3 do Estudo) é redutora, não espelhando a realidade, pois não tem em conta as restantes formas de acesso, designadamente os concursos especiais, atualmente já com bastante expressão em algumas IES.

Pelo que foi dito no parágrafo anterior, o ponto 3.3 deveria ter uma denominação mais consentânea com o seu conteúdo, sugerindo-se: "Análise do Concurso Nacional de Acesso".

Globalmente, quanto às recomendações efetuadas, as mesmas referem-se a temas que embora ainda não se encontrem totalmente resolvidos, são do conhecimento de todos os intervenientes do sistema.

Em particular, e no que se refere às recomendações à Sr.^a DGEEC e ao Sr. DGES, não parece que as mesmas estejam totalmente na sua esfera de competência ou influência.

Seguem algumas observações de detalhe ao texto:

- No que se refere ao Glossário e mais precisamente nas páginas:

Pág - 8/126:

- Quando se menciona "Estabelecimentos de ensino superior privado ou cooperativas", referimos que o termo cooperativo é utilizado na Lei n.º 62/2007 somente no que se refere às entidades instituidoras, as quais podem criar "estabelecimentos de ensino superior privados". Esta designação é a mais comumente usada.
- À semelhança do que é descrito para o termo "Instituições de ensino superior públicas", para os Estabelecimentos de ensino superior privado deveria constar:
 - quem os cria (n. 1 e 2 art. 32.º Lei 62/2007)
 - o pedido de reconhecimento de interesse público (art. 33.º)
 - a forma (art. 35.º).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
GABINETE DO MINISTRO

- Onde se lê “Lei 62/2007 (art 31.º)” deverá ser ler-se “Lei 62/2007 (art 32.º)”
Pág – 9/126
 - Na definição “Licenciatura de mestrado integrado”, quando remete para “Ver Ciclo de estudos integrado de mestrado” deverá ler-se “ Ver Ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre”, dado ser a terminologia utilizada no próprio Glossário.
Pág – 11/126
 - Na definição de “Unidades orgânicas” faz-se referência ao RAIDES, como sendo promovido pela DGES, porém o RAIDES é promovido pela DGEEC.
- No ponto 3.2. Oferta educativa e formativa: suas modalidades, inscritos e diplomados
Pág - 32/126
- Quando se refere os ciclos de estudos conferentes de grau académico, falta o ciclo de estudos integrado conducente ao grau de mestre.
 - Os cursos não conferentes de grau académico, apenas os CET careciam de registo na DGES. Os cursos pós-graduados não estão sujeitos a registo.
Pág - 35/126
 - O que consta na Nota 60 de rodapé, alínea b) é uma realidade que pode ocorrer. Existem cursos acreditados e registados que nunca funcionaram, logo nunca tiveram alunos, pelo que não constam nos dados da DGEEC.
- No ponto 3.3. Procura e Oferta do Ensino Superior
Pág - 51/126
- O ponto 3.3 refere-se à Procura e Oferta no Ensino Superior Público, mas apenas à decorrente do CNA, pelo que é limitativa como já referido anteriormente.
Pág-55/126
 - “Cursos com menos de 20 alunos matriculados “ no texto referente a esta matéria continua a análise a ser feita ao nível do CNA, pelo que não pode ser usado para extrapolar para o Ensino Superior Público.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
GABINETE DO MINISTRO

➤ No ponto 3.5. Empregabilidade

Pág 61/126

- Se for o indicador considerado nos despachos referidos no parágrafo anterior, este tem em conta os diplomados e desempregados num par instituição/ciclo de estudos ou pares instituição/ciclo de estudos precedentes.

Com os melhores cumprimentos,

PI A Chefe do Gabinete

Carolina Rêgo Costa

Emília Pereira de Moura



TRIBUNAL DE CONTAS

E 13676/2016
2016/9/20



*A grupo de
auditoria 2016/2016
A Aud. Coord.
L. J. F.*

Exmo. Senhor
Juiz Conselheiro Carlos Alberto Lourenço
Morais Antunes
M.I. Presidente do Tribunal de Contas
Edifício-Sede - Av. da República, 65
1050-189 LISBOA

S/referência:	S/comunicação:	N/referência:	Data:
		89 /CCISP/2016	12/09/2016

Assunto: Estudo sobre o Ensino Superior Português

No âmbito do pedido de pronúncia relativo ao Estudo sobre o Ensino Superior – Ano Letivo 2012/2013, solicitado pelo Tribunal de Contas ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, o CCISP analisou o documento em juízo, daí resultando as seguintes observações.

O estudo aqui em análise é um documento que procura retratar o panorama global do Ensino Superior, em especial do Ensino Superior Público, no ano letivo 2012/2013. O CCISP regista o contributo do Tribunal de Contas no sentido de criar um registo que possibilite sistematizar, num único documento, a realidade do Ensino Superior em Portugal. Todavia, é opinião deste Conselho Coordenador que, no estudo, devem estar refletidos alguns aspetos, pelo que apresenta os seus contributos.

- I. É de salientar que o Conselho Coordenador para o Ensino Superior já foi constituído¹ e já se encontra em funcionamento, tendo-se reunido pela primeira vez a 11 de julho de 2015. Não obstante o facto de se saber que este estudo diz respeito a 2013, julgamos ser necessária a realização de uma alteração ao texto no quinto parágrafo da página 25 de modo a atualizar a informação relativa a este órgão.

¹ Ver Decreto Regulamentar n.º 15/2009, de 31 de Agosto.



II. Toda a análise sobre a oferta educativa e formativa tem por base o Concurso Nacional de Acesso. Esta situação poderá originar uma interpretação errada do número de inscritos no Ensino Superior. Com efeito, o CNA é o principal mecanismo de entrada no Ensino Superior Público Português, pelo que se compreende a relevância dada a este mecanismo de acesso. Contudo, julgamos que um estudo deste tipo não pode deixar também de considerar os Regimes Especiais de Acesso e os Concursos Especiais de Acesso (CEA), especialmente estes últimos. Efetivamente, no estudo, é por diversas vezes mencionado o facto de alguns cursos contarem com poucas inscrições após as três fases do CNA, dando a ideia de que muitos dos ciclos de estudo ministrados nas IES se encontram com poucos estudantes, não fazendo sentido que existam². No entanto, como referimos anteriormente, o acesso ao Ensino Superior Português não se resume apenas ao CNA e, assim, se tomarmos igualmente em conta o número de inscritos através dos CEA, observamos que muitos dos ciclos de estudo com um número reduzido de inscritos após as três fases do CNA ficam totalmente preenchidos com a inscrição dos estudantes providos dos CEA e dos Regimes Especiais.

Este fenómeno é particularmente visível no subsistema politécnico, em que a admissão de estudantes pela via dos CEA e Regime Especiais representa cerca de 30% do número total de inscritos pela primeira vez no Ensino Superior. Deste modo, é fácil constatar que muitos pares cursos/estabelecimento que, após os resultados da primeira fase do concurso ou mesmo das três fases, têm menos de 20 estudantes inscritos, ficam completos após as três fases do CNA e contabilizados os inscritos pela via dos CEA. Por esta razão, o CCISP entende que o documento deveria fazer igualmente referência aos números dos CEA, sob pena de se acabar por representar de forma inadequada a realidade do acesso ao Ensino Superior Português e permitir conclusões desvirtuadas da realidade. Com efeito, julgamos que algumas das conclusões vertidas no estudo não poderão ser fundamentadas apenas com base na análise dos resultados do CNA².

O mapa em anexo apresenta os resultados oficiais relativos à primeira fase do CNA 2016/2017, estando também projetado o número de estudantes a ingressar no Ensino Superior Português

² Designadamente, as constatações presentes nos números 38 e 42 da página 16 e a constatação «(...)observa-se a existência de excesso de vagas, face ao número de matriculados após as 3 fases de acesso ao ES (...)». Ver página 54 do estudo.



após as três fases do CNA e CEA. Da leitura do mesmo, constata-se que o número de estudantes que previsivelmente irão ingressar após as três fases do CNA e os CEA irá ultrapassar o número de vagas disponibilizadas pelas IES no CNA, o que acaba por contrariar algumas das conclusões vertidas no estudo.

- III. Apesar de, em 2012/2013, não existirem ainda os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), somos do entendimento que deverá ser incluída uma nota a fazer uma referência a esta tipologia formativa, dado tratar-se de uma alteração substancial ao nível da oferta formativa que pode ser ministrada nas instituições de cariz politécnico. Recorde-se que, com a publicação do DL n.º 43/2014, as IESP deixarão de poder oferecer CET, passando, ao invés disso, a ministrar esta nova formação.
- IV. O CCISP revê-se nas considerações feitas no estudo sobre a forma como é determinada a empregabilidade dos ciclos de estudo. Esta, além de não tomar em conta os efeitos da sazonalidade, acaba por considerar apenas os estudantes inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional, sendo certo que muitos dos desempregados com qualificação superior não recorrem, por norma, a estes centros. Saliente-se, igualmente, a este respeito que a percentagem de desemprego dos diplomados das diversas instituições está sobretudo interligada à sua posição geográfica, sendo diretamente proporcional à distância a que as instituições se situam da capital, pelo que a aplicação apenas dos indicadores de desemprego para determinar o número de vagas a atribuir a cada instituição afetará sobretudo as instituições inseridas em regiões com maiores índices de desemprego.
- V. O estudo faz ainda uma breve análise ao corpo docente e não docente. Em relação ao primeiro, julgamos que também deveriam ser incluídos dados relativos ao número de docentes considerando o tempo que dedicam à instituição, ou seja, além de se analisar o número total de docentes, deveria ser analisado o número de docentes em equivalente a tempo integral (ETI), já que muitos docentes não dedicam todo o seu tempo à instituição. Caso a análise seja feita com base em ETI, verifica-se que o número de docentes no sistema de Ensino Superior é bastante mais reduzido do que o apontado no estudo. A utilização deste indicador também irá



ter impacto na análise da qualificação do corpo docente. No caso do subsistema politécnico, a percentagem de docentes com doutoramento sobe consideravelmente.

Junta: Anexo – mapa com os resultados da 1.ª fase do concurso nacional de acesso de 2016 e estimativa de novos alunos no ano letivo de 2016-2017

Com os melhores cumprimentos;

O Presidente do CCISP

(Professor Doutor Joaquim Mourato)



Anexo - Ensino superior público: Cursos de licenciatura e de mestrado integrado

Resultados da 1.ª fase do concurso nacional de acesso de 2016 e estimativa de novos alunos no ano letivo de 2016-2017

Instituição de ensino superior	Vagas do regime geral de acesso em 2016	Colocados na 1.ª fase CNA	Estimativa de novos alunos em 2016-2017	% em relação às vagas do CNA
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(4)/(2)
Universidade dos Açores	663	438	839	127%
Universidade do Algarve	1400	1075	1852	132%
Universidade de Aveiro	2089	2007	3330	159%
Universidade da Beira Interior	1240	1114	1530	123%
Universidade de Coimbra	3189	3104	4386	138%
Universidade de Évora	1086	938	1677	154%
Universidade Nova de Lisboa	2706	2711	3620	134%
Universidade do Minho	2728	2685	4220	155%
Universidade do Porto	4160	4131	5755	138%
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	1351	1178	1779	132%
Universidade da Madeira	605	466	713	118%
Universidade de Lisboa	7651	7463	10828	142%
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1102	1109	1497	136%
Instituto Politécnico de Beja	506	205	711	141%
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	631	557	961	152%
Instituto Politécnico de Bragança	1825	540	1938	106%
Instituto Politécnico de Castelo Branco	876	422	1134	129%
Instituto Politécnico de Coimbra	1965	1612	3027	154%
Instituto Politécnico da Guarda	676	309	767	113%
Instituto Politécnico de Leiria	1900	1513	3073	162%
Instituto Politécnico de Lisboa	2403	2152	3780	157%
Instituto Politécnico de Portalegre	511	233	523	102%
Instituto Politécnico do Porto	2989	2857	4759	159%
Instituto Politécnico de Santarém	1018	525	1257	123%
Instituto Politécnico de Setúbal	1184	709	1685	142%



Instituto Politécnico de Viana do Castelo	956	598	1180	123%
Instituto Politécnico de Viseu	1308	746	1547	118%
Instituto Politécnico de Tomar	477	148	560	117%
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	320	321	416	130%
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	300	300	367	122%
Escola Superior de Enfermagem do Porto	270	270	348	129%
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	173	94	239	138%
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	430	428	554	129%
Total	50688	42958	70852	140%

Fonte: Direção Geral do Ensino Superior (DGES)



Exmo. Senhor
Diretor-Geral do Tribunal de Contas
Juiz Conselheiro Dr. José Fernandes Farinha
Tavares
Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045– Lisboa

v. referência	v. comunicação	n. referência	data
Ação n.º 13/12 – DA V	13.07.2016	ACI-6421-2016	2016.08.05
Assunto Estudo sobre o Ensino Superior – Ano letivo 2012/13.			

Exmo. Senhor,

Na sequência da receção do vosso ofício 19721/2016, de 13/07/2016, relativo ao Estudo sobre o Ensino Superior, cumpre-nos, atento o especial dever de colaboração para com o Tribunal de Contas, informar sobre as diligências promovidas, nos últimos anos, pela Universidade do Porto (UPorto), as quais convergem com a recomendação efetuada pelo Tribunal de Contas às Instituições de Ensino Superior.

Quanto ao controlo do abandono dos estudantes no Ensino Superior

Assim, no que se refere ao abandono do ensino superior pelos estudantes, não obstante a preocupação que este fenómeno naturalmente suscita, consideramos que as Instituições de Ensino Superior (IES), de per si, não têm a possibilidade de controlar e monitorizar esta informação. Note-se que, um estudante pode desistir da U. Porto e matricular-se noutra IES sem que, obrigatoriamente, tenha de comunicar tal facto. Neste sentido, a informação detida por uma IES, no que concerne ao abandono, será sempre susceptível de erro.

A este respeito, considera-se pertinente referir que, a criação do conceito de Estudante ID - identificador digital único e intransmissível – previsto no Documento de Trabalho da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, de 12 de maio de 2015, poderá contribuir positivamente para a existência de dados nacionais rigorosos quanto ao abandono escolar no ensino superior, na medida em permitirá um acompanhamento integral do percurso académico do estudante.

À equipa,
At 10/8/2016

Quanto à existência de cursos de 1º ciclo com menos de 20 estudantes matriculados

No ano letivo 2012/13, a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, apresentava 6 estudantes matriculados no curso de Astronomia, no entanto, neste momento este curso já se encontra encerrado.

Acresce referir que, apesar de se considerar pertinente a existência de critérios de racionalidade económica que justifiquem a manutenção dos cursos em geral, considera-se igualmente primordial que se tenha presente uma dimensão estratégica, que algumas áreas do ensino podem promover, nomeadamente tendo em consideração a relevância que podem ter quer para o país, quer para uma região em particular.

Quanto à recomendação relativa à criação de estrutura de apoio à inserção dos estudantes na vida ativa de recém-diplomados

No que respeita especificamente à recomendação emanada a todas as IES, importa referir que, em 2015, a UPorto, criou o Gabinete de Apoio ao Estudante e Empregabilidade (GAEE)

Este gabinete visa apoiar a inserção profissional de todos os estudantes e diplomados da Universidade do Porto no mercado de trabalho, promovendo para tal a aproximação destes ao mundo empresarial e mantendo uma estreita colaboração com as empresas e demais organizações.

Neste âmbito, a Universidade do Porto tem prosseguido com a implementação de um conjunto de ações, com o objetivo de incrementar a eficácia e a eficiência do funcionamento deste gabinete, em prol dos estudantes, a saber:

1. Promover a criação do Conselho Consultivo do Observatório do Emprego da UPorto

O gabinete adotou uma filosofia centrada no indivíduo, segundo a qual cada estudante e diplomado recebe apoio individual durante cada fase do seu percurso e trajeto académico e profissional. Estudantes e diplomados da UPorto podem ainda, através das mais variadas atividades promovidas pelo GAEE, otimizar o desenvolvimento das suas competências transversais, explorar e conhecer as diversas possibilidades de saídas profissionais; tomar consciência da importância das atividades extracurriculares para o desenvolvimento de competências valorizadas pelo mercado de trabalho na hora de recrutar; encontrar estágios de verão, extracurriculares ou empresas para realizarem os estágios e dissertações de fim de curso e conseguir o primeiro emprego e/ou estágio profissional, a nível nacional ou internacional.

Eventos relacionados com Emprego e Carreira, o acesso à informação profissional, feiras de emprego e oportunidades de estágios são apenas algumas das formas sugeridas e promovidas pelo GAEE para os estudantes e diplomados optimizarem as suas hipóteses

de sucesso aquando da procura de emprego e tomarem decisões esclarecidas sobre suas escolhas de carreira.

Em 2015 foi criado igualmente o Conselho Consultivo do Observatório do Emprego e da Trajetória Profissional dos Diplomados da UPorto, o qual é constituído por representantes das diferentes Unidades Orgânicas da UPorto (Docentes, técnicos e estudantes), de Associações Empresariais, das Ordens e Associações Profissionais, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., do Instituto Nacional de Estatística, do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., Banco Santander e GRACE, totalizando 39 membros. Esta estrutura visa propor linhas de orientação e recomendações de políticas a implementar, com a promoção de estudos, de forma a contribuir para o diagnóstico do emprego e formação profissional apoiando a UPorto no desenvolvimento de uma política estratégica assente na qualidade da formação.

Neste contexto, releva-se ainda a existência de gabinetes locais em várias faculdades da UPorto, a saber: Faculdade de Engenharia, Faculdade de Economia, Faculdade de Ciências da Nutrição, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências e Faculdade de Letras. Neste momento, encontra-se em curso a criação do gabinete na Faculdade de Arquitetura.

2. Consolidação do processo de acompanhamento do percurso profissional dos licenciados da UPorto, dinamizando o Observatório de Emprego e reforçando o envolvimento e articulação com organizações profissionais

O Observatório do Emprego e da Trajetória Profissional dos Diplomados da UPorto tem como objetivo analisar a integração e o percurso profissional dos diplomados no mercado de trabalho. Esta monitorização sistemática deverá ser efetuada por via de inquérito que está a ser implementado. Na sequência da discussão e dos trabalhos realizados no Conselho Consultivo do Observatório do Emprego foi decidido reformular o inquérito aos diplomados, com uma orientação para a sistematização das metodologias utilizadas e a construção de instrumentos de recolha uniformizados, facilitadores da obtenção de dados, de leituras mais fiáveis e, igualmente, facilitadoras de melhores abordagens comparativas sobre a empregabilidade.

Este trabalho foi realizado com a colaboração de todos os membros do Observatório do Emprego, tendo sido implementado no sigarra para divulgação e preenchimento online pelos diplomados da UPorto. A fase de teste já foi concluída, estando neste momento disponível o formul eletrónico, com o objetivo recolher, analisar e divulgar a informação sobre a integração e o percurso profissional dos diplomados por esta Universidade no mercado de trabalho.

De igual forma, está neste momento em discussão no Conselho Consultivo do Observatório do Emprego, a criação de um inquérito às empresas, para aferir a perceção das empresas relativamente à formação dos estudantes na Universidade do Porto.

Na expectativa de podermos assegurar uma melhor qualidade do ensino ministrado e de uma adequação ao mercado de trabalho, é importante ouvir as entidades empregadoras. Procurando desta forma, traçar o perfil que os empregadores esperam encontrar nos diplomados da UPorto, e verificar se a atual formação corresponde a este perfil.

3. Dinamizar o Portal de Emprego da UPorto, também enquanto instrumento divulgador dos resultados do Observatório de Emprego

Com a criação do Gabinete de Apoio ao Estudante e Empregabilidade foram desenvolvidos contactos com os responsáveis do Portal de Emprego no Santander, para evolução da plataforma. Estando neste momento a ser reformulado o Portal, tendo como alvo a alteração de imagem e diversas funcionalidades, onde se espera incluir um design mais jovem e dinâmico, em conjunto com a integração de novas funcionalidades para a pesquisa de ofertas quer para os estudantes/diplomados, quer para as empresas e com ligação às redes sociais.

Outra funcionalidade que está a ser desenvolvida relaciona-se com a forma de divulgação de artigos e conselhos para quem procura emprego, bem como, os resultados dos inquéritos e demais estudos do Observatório do Emprego da UPorto.

No ano de 2015, foi iniciada a divulgação do Programa de bolsas de Estágio Santander Universidade, no portal, com a possibilidade de pesquisa das empresas participantes. Durante este mesmo ano, foram registados no portal de emprego os seguintes dados:

- 633 Ofertas ativas;
- 368 empresas ativas;
- 13 empresas que aguardam ativação;
- 65 empresas desativadas;
- 16 empresas eliminadas.

Período	Ofertas Exclusivas	Ofertas Partilhadas	Totais Exclusivos	Vagas Exclusivas	Vagas Partilhadas	Vagas Totais
2015	181	941	1122	1176	1375	2551

4. Promover a integração /articulação das bolsas de emprego das Faculdades no Portal de Emprego da UPorto

Com a criação do GAEE, foi iniciado um contacto mais estreito com os Gabinetes de Saídas Profissionais das U.O., tendo sido combinada a transição da informação de algumas Bolsas de Emprego para o Portal de Emprego da UPorto.

A centralização da informação irá reforçar a importância desta plataforma quer para os estudantes, quer para as empresas que vêm a solicitar uma única plataforma onde seja possível colocar as diferentes ofertas.

As divulgações já começaram a ser efetuadas a nível central pela plataforma de emprego e estamos em articulação com as Faculdades de Farmácia e Psicologia e Ciência da Educação, juntamente com os gestores da plataforma do Santander para a passagem da informação.

A plataforma já está a ser divulgada e utilizada por empresas internacionais, devido ao desenvolvimento de um separador para as mobilidades.

5. Reforçar as ações de divulgação da oferta e qualidade dos graduados da UPorto junto das entidades empregadoras e formações/organizações de Antigos Estudantes(AE)

O GAEE desenvolveu um conjunto de atividades para promoção de oportunidades junto dos estudantes da UPorto. Com o funcionamento do GAEE abriu-se um espaço para o atendimento presencial aos estudantes da UPorto, permitido dar resposta às solicitações de esclarecimento dos estudantes num registo mais próximo e personalizado, verificando-se um considerável número de contactos diretos com este objetivo.

Foram ainda promovidos eventos pontuais em parceria com entidades externas, listando-se seguidamente os eventos realizados de forma pontual, na sequência de parcerias estabelecidas com entidades externas, visando a promoção de competências de empregabilidade – soft-skills – e a divulgação de oportunidades profissionais.

- a. Sessões de divulgação de bolsas de estágios com organismos nacionais e internacionais (ex: AIECEP, Travelíngua; Santander, SONAE, CRCC Asia, Eurest, WeissBerger, Kone, Associação Portuguesa de Tradutores, Bial, etc.).
- b. "Pequeno almoço com ..." - atividade de divulgação de ofertas com apresentação das empresas, num ambiente informal e em instalações da universidade (ex: Multipla Ecolha).
- c. Apresentação de empresas em auditórios da Reitoria, com a intenção de recrutamento e divulgação dos perfis pretendidos (ex: Força Aérea Portuguesa, Talente Boutique, MCCM (Medical Cosmetics), Junta da Freguesia de Ermesinde "Bolsas de Investigação para residentes em Ermesinde", etc.)
- d. Lançamento da 1ª edição do workshop "Desafio Video CV" que, através da realização de várias sessões, visou dotar 11 estudantes da UPorto com competências ao nível do desenvolvimento dos seus currículos em formato de vídeo. Este workshop, desenvolvido em parceria com a EGOR – Recrutamento e Seleção, com a TVU, com a atriz Carla Miranda e com uma maquiadora da Oriflame, constitui-se como mais uma importante ferramenta para a abertura de oportunidades e de desenvolvimento pessoal e profissional num mercado de trabalho cada vez mais globalizado.

- e. Lançamento da 1ª edição do programa ACREDITA-TE oferecendo a 21 estudantes e diplomados da Universidade do Porto a possibilidade de acompanharem um profissional (mentor) no seu dia-a-dia de trabalho.

Este programa foi projetado para ser uma experiência em tempo real, com duração de um a cinco dias.

Para além da observação das rotinas diárias do mentor e da convivência com a variedade de funções dentro da empresa/organização, pretende-se, com esta iniciativa, ajudar os estudantes a identificar interesses de carreira na sua área de formação; a adquirir consciência das habilitações académicas e competências técnicas e pessoais exigidas nas futuras profissões; absorver os valores, normas e padrões de uma organização; e a desenvolver uma compreensão das ligações críticas entre universidade, trabalho e metas a atingir.

Estes candidatos tiveram que frequentar 5 workshops antes de efetuarem a mobilidade, com os seguintes temas: O Poder das Soft Skills / Power of Soft Skills (Está (pre)parado para uma NOVA ERA); Transição para o mercado de trabalho na UPorto: Aprende a gerir a tua ansiedade eo teu stress!; Resiliência: como crescer com a adversidade; Segredos de uma comunicação eficaz e Como se criam Marcas de Valor.

Foram ainda dinamizadas atividades em colaboração com Associações de Estudantes, para as quais salientamos a “II Jornadas de Empregabilidade” com a AEFPCUEP, “Divulgação de estágios Internacionais” com a AIESEC.

No âmbito da representação da UPorto no Consórcio Maior Empregabilidade, promoveram-se dois seminário em colaboração com a Fórum Estudante subordinados aos seguintes temas:

- Cria o teu negócio - Start&Up
- 6ª Conferência Nacional “Primeiro emprego

O GAEE em colaboração com o Setor de Formação Contínua da Faculdade de Letras promoveu alguns cursos de língua, salientando-se o Francês, o Espanhol e o Inglês Empresarial.

Importa ainda salientar que, em novembro, realizou-se a primeira edição do grande evento que foi a Feira Internacional do Emprego da Universidade do Porto - FINDE.UP, realizada no Centro de Congressos da Exponor.

Este evento fica igualmente marcado como a primeira grande iniciativa do GAEE na área da empregabilidade (sessões expositivas e Feira), sendo de realçar a notável adesão dos estudantes e empresas.

De forma a preparar os estudantes para a FINDE.UP, foram realizados os seguintes workshops:

- Procura ativa de emprego
- #FINDE.UP: Prepara-te para teres sucesso no mercado de trabalho
- Achas que o teu CV merece a atenção dos Empregadores?
- Search and approach techniques to use the internet and social media to find the job and the employer you really want

O Centro de Congressos da Exponor foi o espaço escolhido para acolher este evento; foram utilizados espaços interiores - em dois salões para exposição - por parte de empresas que se associaram a este evento.

Estes espaços proporcionaram excelentes condições a todos os participantes (na sua maioria estudantes e diplomados da UPorto), tendo sido recebidos 3.000 visitantes (cerca de 2.000 logo no 1º dia) e garantindo-se a todos os intervenientes uma experiência muito positiva.

Como registo ficam alguns dados estatísticos mais relevantes:

- Participação de 80 empresas, associações profissionais e organismos públicos;
- 3.000 visitantes durante os dois dias;
- 66,67 % visitantes registados com antecedência e 33,33 % visitantes registados nos balcão da FINDE.UP, comprovando a ampla divulgação efetuada;
- Cada visitante deixou, em média, o seu CV em ~4,7 stands diferentes na feira;
- O candidato mais ativo da FINDE.UP registou a sua candidatura em 34 organizações;
- As 10 empresas mais procuradas pelos visitantes da FINDE.UP são as seguintes:
 - o SONAE (690 candidaturas);
 - o Lactogal (624);
 - o BIAL (466);
 - o Lidl (445);
 - o Continental Mabor (425);
 - o Lusiaves (434);
 - o Efacec (415);
 - o RHmais (404);
 - o Calzedonia (383);
 - o Glintt (345);
- 14.126 CV transacionados entre todas as organizações;
- 99% dos expositores assumiram que voltariam a participar na Feira.

Foi ainda, realizada a 1ª Feira Virtual, em parceria com as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e Vigo, em colaboração com a Rede EURES e IEFP, de 30 de maio a 3 de junho de 2016.

Esta plataforma inovadora e interativa, permitiu que as entidades empregadoras realizassem as suas atividades de recrutamento da mesma forma que numa feira de emprego tradicional, mas aproveitando todas as vantagens de um evento virtual (online), transversal a todos os setores de atividade e de âmbito internacional.

Além disso, as empresas e organizações apresentaram as suas organizações aos estudantes e diplomados de todo mundo através de vídeos e chat (lugar online com o objetivo de juntar várias pessoas através de conversas por escrito e áudio). Desta forma, os estudantes, diplomados e empresas e organizações beneficiaram de uma ferramentas ideal para discutirem as oportunidades de emprego.

O GAEE formalizou através de protocolos parcerias, com o objetivo de fomentar a aproximação entre o universo empresarial, com 31 Municípios - Câmara Municipal da Maia, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Câmara Municipal de Barcelos, Câmara Municipal de Braga, Câmara Municipal de Espinho, Câmara Municipal de Fafe, Câmara Municipal de Famalicão, Câmara Municipal de Felgueiras, Câmara Municipal de Gaia, Câmara Municipal de Gondomar, Câmara Municipal de Lousada, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Câmara Municipal de Matosinhos, Câmara Municipal de Melgaço, Câmara Municipal de Monção, Câmara Municipal de Ovar, Câmara Municipal de Paredes, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Câmara Municipal de Ponte da Barca, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Câmara Municipal de S. João da Madeira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santo Tirso, Câmara Municipal de Sever do Vouga, Câmara Municipal de Vale de Cambra, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Câmara Municipal de Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila Verde, Câmara Municipal de Vizela e, Câmara Municipal do Porto - e com a CIM-Comunidade Intermunicipal do Ave.

Estas entidades poderão acolher nas suas estruturas estudantes da UPorto no âmbito do programa Acredita-te (entre outras atividades) possibilitando aos estudantes / diplomados o seu primeiro contacto com o mundo do trabalho.

Posto isto, considera-se que a UPorto evidencia, através da sua atuação e dos resultados obtidos, uma atitude consentânea com a recomendação do Tribunal de Contas.

Com os meus cumprimentos,



O Reitor,



(Sebastião Feyo de Azevedo)



IPL
instituto politécnico
de leiria

TRIBUNAL DE CONTAS

E 11667/2016
2016/8/4



Exma. Senhora
Auditora Coordenadora
Direção Geral do Tribunal de Contas
Av. Barbosa du Bocage, 61
1069 - 045 LISBOA

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

DATA / NOSSA REFERÊNCIA

SECTOR

Ação n.º 13/12 – DA V

02.08.2016 SAI-IPL/2016/10230 DSJ

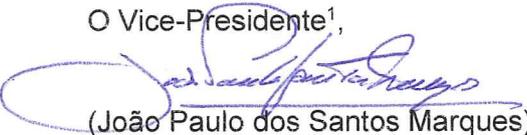
ASSUNTO

Estudo sobre o Ensino Superior – Ano Letivo 2012/13

Acusamos a receção do vosso ofício n.º 19675/2016, de 13/07/2016, que mereceu a nossa melhor atenção e informamos que o Instituto Politécnico de Leiria nada tem a pronunciar sobre o Relato do Estudo supra identificado.

Com os melhores cumprimentos.

O Vice-Presidente¹,


(João Paulo dos Santos Marques)

¹ Em substituição do Presidente, nos termos do Despacho n.º 5010/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 69, de 8 de abril de 2014.



Exmo. Senhor
Juiz Conselheiro José Fernandes Farinha Tavares
Diretor-Geral do Tribunal de Contas
Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-020 Lisboa

Sua referência:
Ação n.º 13/12 – DA V

Sua comunicação:

Nossa referência:

2881

Data:
08 AGO. 2016

ASSUNTO: **ESTUDO SOBRE O ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2012/13**

No seguimento do Relato do Estudo sobre o Ensino Superior – Ano letivo 2012/13, do qual V/ Exa. nos deu conhecimento, somos a informar que, observadas as conclusões, nada temos a indicar relativamente ao Relato de Estudo supra identificado.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa

Professora Doutora António da Cruz Belo

SL/05.08.2016
Em anexo: o mencionado

Exmº Senhor

Diretor-Geral do Tribunal de Contas
Av. Barbosa du Bocage, 61
1069-045 LISBOA

~~15 08-05 14.92 0888~~

A equipa,
Ana Teresa Souto
10/8/2016



ASSUNTO: ESTUDO PRÉVIO SOBRE O ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2012/2013

Na sequência do ofício com a referência S 19662/2016, - Ação nº 13/12-DA V, de 13-07-2016, desse Tribunal, com entrada nestes Serviços sob o nº 2804, de 20-07-2016, cumpre-nos apresentar as observações seguintes:

- 1 – Em primeiro lugar importa enaltecer a qualidade e interesse de um relato muito bem elaborado e que se poderá revestir de grande importância quer para as instituições de ensino superior, quer para os organismos de Tutela que têm a seu cargo o tratamento estatístico dos dados pertinentes.
- 2 – Em segundo lugar, julgamos pertinente tecer alguns considerandos a propósito dos indicadores atinentes ao nosso instituto, já que somos notificados individualmente (cada instituição) para pronúncia.
- 3 – Assim, não podemos deixar de nos congratularmos com a circunstância de o distrito de Santarém ser um dos três distritos com maior número de inscritos em CET – Cursos de Especialização Tecnológica (ponto 33, alínea c), página 15), encontrando-se o IPSantarém no TOP10 das instituições com maior número de diplomados em CET (quadro 16, página 50).
- 4 – De referir, também, que o IPSantarém foi uma das quatro instituições que enviaram ao Tribunal de Contas o próprio documento contendo o Estudo elaborado sobre retenção, desistência e abandono do Ensino Superior, que permitiu indicar conclusões importantes, (pág. 57, anexos XXIX).
- 5 – De realçar ainda um dado que nos diz respeito e que indica que o IPSantarém é o 3º Instituto Politécnico do País com menor taxa de desemprego (anexo XXXIII, pág. 120), sendo também um dos 3 únicos Institutos Politécnicos – juntamente com o de Lisboa e do Porto – com 2 cursos possuidores de TAXA NULA DE DESEMPREGO (ANEXO XXXIV, PÁGINA 120).

6 – Quanto aos dados do RAIDES todavia, importa chamar a atenção para os erros históricos que inquinam os dados oficiais, bem como para a rigidez do sistema, que não permite alterações.

6.1. Com efeito, tendo consultado no site respetivo o RAIDES relativo aos dados do Instituto Politécnico de Santarém, constatámos que os dados não correspondem ao que foi submetido, nomeadamente, no que se refere aos Cursos de Especialização Tecnológica, apesar da informação ter sido enviada pelas Escolas deste instituto.

6.2. Na sequência de análise mais aprofundada, compreendemos os motivos pelos quais os dados estatísticos não espelham a realidade da instituição, os quais passamos a referir:

Em relação aos CETs, enviámos os alunos como estando em Estágio Final (código 18 das Especificações Técnicas) uma vez que não aceitava o ano curricular 1 (código 10). Verificámos agora que, supostamente, deveríamos ter indicado no campo ano curricular como Não aplicável (código 20).

→ Desta forma foram ignorados para as estatísticas alunos inscritos em CET 1º ano 1ª vez, ou seja, foram ignorados todos os alunos inscritos em CET do IPSantarém, num total de cerca de 350 alunos.

→ Quanto aos Mestrados, pela mesma ordem de ideias, indicámos que os alunos do 2º ano curricular como estando em Dissertação (código 17), não sendo estes também contabilizados.

6.3. Face ao exposto, solicitámos a possibilidade de os mesmos poderem ser corrigidos o mais breve possível e indagámos sobre a forma de efetuar a mesma, uma vez que os dados divulgados não correspondem à realidade.

6.4. Todavia, a resposta da DGEEC foi a seguinte:

“Agradecemos o seu contacto e lamentamos o sucedido.

Mas, à data de 01 de janeiro de 2016 os dados dos inquéritos anteriores (Raides 14, Raides 13, etc...) são dados definitivos, oficiais e já se encontram no domínio público. Assim, não é mais possível proceder a alterações desses dados.

Ao dispor para todos os esclarecimentos adicionais.”



7. Deste modo, as diferenças detetadas foram :

Pagina 86 – Na DGEEC constam 3553 e não 3570, embora estivessem a frequentar IPS 4059, que não constaram na plataforma Raides

Pagina 89 – Na DGEEC constavam 3555 e não 3.341 embora estivessem a frequentar 3309 nas Licenciaturas e 489 em mestrados (total 3798 de inscritos em CEGA)

Pagina 91 – Na DGEEC constavam 179 embora estivessem a frequentar 191 estudantes

Página 108- Matricularam-se 69 alunos através do Concurso Nacional de Acesso e não 67.

Eis as conclusões sobre o Relato do Estudo se nos eferece tecer, reiterando a nossa apreciação muito positiva sobre o respetivo conteúdo.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Instituto



Prof. Doutor Jorge Alberto Guerra Justino
(Professor Coordenador Principal)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA
 Rua 5 de Outubro e ou Avenida Bissaya Barreto - Apartado 7001
 3046-851 COIMBRA
 E-mail: esenfc@esenfc.pt

E 11714/2016
 2016/8/4



Exmo. Senhor
 Diretor Geral do Tribunal de Contas
 Conselheiro José F. F. Tavares
 Av. Barbosa du Bocage, 61
 1069-045 Lisboa

VOSSA REFERÊNCIA		NOSSA REFERÊNCIA	
Processo	Data	Processo	Data
Ofício n.º		Ofício n.º	
	Ação nº13/12 – DA V		03.08.16

ASSUNTO:

345/Pres.

Pronúncia sobre o relato do estudo sobre o Ensino Superior – Ano Letivo 2012/13

A Escola Superior de Enfermagem de Coimbra agradece a elaboração e o envio do estudo sobre o Ensino Superior – Ano Letivo 2012/2013, que reportamos de muito interesse e relevo.

Da leitura e análise do relato do estudo verificámos que nas páginas 59 e 112 se refere que da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra não tem estudo e/ou indicadores sobre retenção, desistência e abandono do Ensino Superior, o que de facto não corresponde à prática real desta Instituição. Assim, fizemos uma averiguação sobre os dados enviados em resposta ao questionário que V. Exas enviaram e verificámos que a resposta enviada não foi correta. Como é possível verificar da leitura do Relatório de Atividades do ano em causa (que reporta as análises dos dados mais significativos dos estudos elaborados nos diferentes domínios) que anexamos (pág 16-26) e do Relatório de Auto Avaliação elaborado anualmente pelo Conselho para a Qualidade e Avaliação, a Escola acompanha quer o sucesso escolar quer o abandono, quer adota medidas de promoção do sucesso e de acompanhamento de situações de abandono e/ou insucesso (na página da Escola podem consultar-se todos os Relatórios dos diferentes anos).

Compreendemos que não seja possível alterar o relato do estudo, no entanto não poderíamos deixar de enviar esta informação adicional para conhecimento de V. Exa.

Com os mais respeitosos cumprimentos, *Faustino Jersois*.

A Presidente,

Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento
 Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento



S. R.
 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA
 Rua 5 de Outubro e ou Avenida Bissaya Barreto - Apartado 55
 Tels. 239 802 850 / 239 487 200 - Fax 239 442 648
 3001-901 COIMBRA

E-mail: esenfc@esenfc.pt

Ex. mo Sr.

Director Geral do Tribu

José f. f. Tavares Av

ESEntC - Mod. 8 - Tip Etel

PT133502PT11 01 - 836476 16.34.32 €3,05
 2016-02-03 3000 COIMBRA
 FERN. MAGALHAES
 R



Nursing School of
 Coimbra - Portugal
 www.esenfc.pt

Academia Militar
Comandante

Academia Militar em Lisboa, 01 de agosto de 2016

Exma. Senhora
M.I. Auditora-Coordenadora do Tribunal de Contas
Direção-Geral
Av. Barbosa du Bocage, n.º 61
1069-045 Lisboa

Nossa Referência

Nº: GC-2016-001774

Proc.º: 00.140.0181

Assunto: Estudo sobre o Ensino Superior – Ano letivo 2012/13**Refª (s):** V/Ação n.º 13/12 – DAV de 13/7/2016.

Em resposta à V/Ação n.º 13/12 – DAV de 13/7/2016, venho por este meio informar que este documento constitui uma excelente compilação e sistematização dos conceitos, das temáticas e da legislação enquadrante do Ensino Superior em Portugal.

Relativamente à Academia Militar, teremos em devida conta as recomendações, designadamente no que se refere à recolha de informação de retenção e desistência (que vem sendo feita através da Secção de Apoio Psicopedagógica/GEPAQ e das companhias de alunos e que incluirão novos indicadores que permitam medir as desistências, através da recolha de informação com questionários e com a realização de estudos).

No caso concreto da Academia Militar importa sublinhar que a empregabilidade é de 100%, não se verificando a situação de desemprego (para os alunos do Exército e da GNR).

Mais informo que a recente reforma do ensino superior militar foi consubstanciada no DL 249/2015 de 28 de outubro (com a criação do Instituto Universitário Militar e a nova situação da Academia Militar, da Escola Naval e da Academia da Força Aérea - enquanto unidades autónomas orgânicas universitárias). A reforma encontra-se em processo de implementação, a par do processo de avaliação dos ciclos de estudos da Academia Militar, da Escola Naval e da Academia da Força Aérea, por parte da A3ES.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante

João Jorge Botelho Vieira Borges
Major-General

CONFIDENCIAL

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA**

GABINETE DO DIRETOR



Exm.^a Senhora
Dr.^a Maria de Luz Faria
Auditora-Coordenadora do
Tribunal de Contas
Av.^a Barbosa du Bocage, n.º 61
1069-045 Lisboa

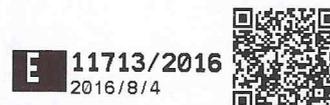
Vossa Referência: Ação n.º 13/12 – DA V

Nossa Referência: 50/ISCPsi-GD/2016

Classificador: 040.05.04

Data: 2016-07-14

TRIBUNAL DE CONTAS



Assunto: Estudo sobre o Ensino Superior – Ano lectivo 2012/13 – Pronúncia

Excelência:

1. Sobre o assunto em epígrafe, e visto atentamente o estudo remetido para apreciação nesta sede, tenho a honra de informar V. Ex.^a de que da parte deste Instituto nada temos a comentar quanto ao conteúdo do mesmo, realçando-se o mérito da sua lavoura, por apresentar uma análise profunda e sistémica da realidade do ensino superior em Portugal.
2. Naturalmente, devido à sua especificidade e dimensão, o ensino superior policial não encontra uma expressão relevante no estudo em causa, mormente no plano estatístico.

Com os melhores cumprimentos,

O Director

Pedro José Lopes Clemente

Superintendente-Chefe



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Rua 1.º de Maio, nº. 3, 1349-040 Lisboa | Tel. +351213613900 | Fax. +351213613998 | email: gd.iscps@psp.pt

130393

Página 1/1